

anos90

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
v. 23, n. 44, dezembro de 2016

Porto Alegre

Anos 90	Porto Alegre	v. 23	n. 44	p. 1-371	dez. 2016
---------	--------------	-------	-------	----------	-----------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Diretora do IFCH: Soraya Maria Vargas Cortes

Programa de Pós-Graduação em História:

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Benito Bisso Schmidt (Coordenador)

Igor Salomão Teixeira (Coord. Substituto)

Alessander Mário Kerber

Enrique Serra Padrós

Mara Cristina de Campos Rodrigues

Regina Weber

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Alessander Mário Kerber (Editor)

Carla Brandalise

Igor Salomão Teixeira

Mara Cristina de Matos Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Aggio - *UNESP, Brasil*

Angela Castro Gomes - *CPDOC/FGV e UFF, Brasil*

Barbara Weinstein - *State University of New York, EUA*

Caio Boschi - *PUCMG, Brasil*

Cláudio Batalha - *UNICAMP, Brasil*

Edgar de Decca - *UNICAMP, Brasil*

Eduardo Silva - *Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil*

Fernando Catroga - *Universidade de Coimbra, Portugal*

Hilda Sabato - *Universidad de Buenos Aires, Argentina*

Ignacio Sosa Alvarez - *UNAM, México*

Jeffrey Lesser - *Emory University, EUA*

Jens Hentschke - *University of New Castle, Inglaterra*

John French - *Duke University, EUA*

Jorge Ferreira - *UFF, Brasil*

Jose Pedro Rilla - *Universidad de la República, Uruguai*

Maria Helena Rolim Capelato - *USP, Brasil*

Roger Kittleson - *Williams College, EUA*

Sabina Loriga - *EHESS, França*

EQUIPE TÉCNICA

Bolsista da revista:

Priscila Menezes

Revisão de editoração:

Bianca Ractz e Priscila Borges

Acompanhamento Editorial:

Glauber Machado

Editoração eletrônica:

Ana Porazzi

Projeto gráfico:

Núcleo de Informação e Projetos (NIP/IFCH/UFRGS)

Criação da capa:

Walter Diehl

Imagem da capa:

Equipe editorial da revista Anos 90

CORRESPONDÊNCIA

Anos 90

Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS

Caixa Postal 15055

Agronomia

CEP 91501-970

Porto Alegre - RS - Brasil

Fone/fax: (51) 3308 6639

E-mail: anos90@ufrgs.br; ppghist@ufrgs.br

Sítio: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90.htm>

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/>

APOIO:

PROPESQ – UFRGS

©2016 Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UFRGS

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Publicação semestral

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História. v. 23, n. 44, Porto Alegre: PPGH, dez. 2016.

E-ISSN 1983-201X

Revista indexada na Latin American Periodical Table of Contents – LAPTOC –, no Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX e na ProQuest; Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (manter LATINDEX e LAPTOC).

SUMÁRIO

11

EDITORIAL

Alessander Mário Kerber

DOSSIÊ: DILEMAS E POSSIBILIDADES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO BRASIL

17

APRESENTAÇÃO

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Regina Weber

21

O ensino da história, a formação de professores e
a Pós-Graduação

Marieta Ferreira

51

Quando o ensino vira tema de pesquisa: o ensino
de História na Pós-Graduação em História

Ricardo de Aguiar Pacheco

Helenice Rocha

O regime de autonomia avaliativo no
Sistema Nacional de Pós-Graduação
e o futuro das relações entre historiografia,
ensino e experiência da história
Valdei Lopes de Araujo

85

No topo do mundo: Everest
e ações afirmativas na Pós-Graduação
José Antônio dos Santos
Luciana Garcia de Mello

111

ENTREVISTA

Entrevistas com membros da equipe editorial da
revista *Aedos* e com representantes discentes do
Programa de Pós-Graduação
Mara Cristina de Matos Rodrigues
Regina Weber

141

ARTIGOS

Outsiders no Portugal
dos tempos do rei D. José I
Daniel Afonso da Silva

179

Mulas em movimento:
o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas,
primeira metade do século XIX
Luiz Adriano Borges

207

Comunidade e tensão
na fronteira agrária paulista
(Limeira, década de 1840)
Carlos Alberto Medeiros Lima

231

265

Políticas coloniais
e sociedade angolana nas memórias
e discursos do escritor Raul David
Washington Santos Nascimento

291

En quoi les mouvements sociaux du passé
éclairent-ils ceux d'aujourd'hui?
Michel Pigenet

305

Culto cívico dos mortos e escrita da história:
reflexões sobre a obra de Fernando Catroga
Douglas Attila Marcelino

ENTREVISTA

335

Ecos de uma ditadura recente:
entrevista com Carlos Fico

RESENHAS

355

A Construção do "Outro"
PINTO, Alberto Oliveira.
*Representações Literárias Coloniais
de Angola, dos Angolanos
e das Suas Culturas (1924-1939).*
Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia;
Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. 689 p.
Ermelinda Liberato

361

Em diálogo com as Ciências Sociais
GODINHO, Paula (Coord.). *Antropologia e
Performance: Agir, Atuar, Exibir.* Castro Verde:
100Luz, 2014.
Eduardo Roberto Jordão Knack

Imaginar o futuro em um mundo globalizante:
paisagens transnacionais dos discursos
do modernismo e das políticas da memória
HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-
-presente*: modernismos, artes visuais, políticas
da memória. Trad. Vera Ribeiro. 1. ed.
Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte
do Rio, 2014.
Diego Finder Machado

371

Condições para Submissão

381

Política Editorial

383

CONTENTS

11

EDITORIAL

Alessander Mário Kerber

DOSSIER: THE DILEMMAS AND POSSIBILITIES OF POSTGRADUATE IN HISTORY COURSES IN BRAZIL

17

INTRODUCTION

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Regina Weber

21

History teaching, teacher development and
Postgraduate courses

Marieta Ferreira

51

When teaching becomes a research subject:
History teaching in Postgraduate
in History courses

Ricardo de Aguiar Pacheco

Helenice Rocha

The evaluative autonomy regime in the National
Postgraduate System and the future
of relations between historiography, learning
and history experience
Valdei Lopes de Araujo

85

On top of the world: the Everest and affirmative
action in Postgraduate
José Antônio dos Santos
Luciana Garcia de Mello

111

INTERVIEWS

Interviews with members of the *Aedos* journal
editorial team and student representatives from
the Postgraduate Program
Mara Cristina de Matos Rodrigues
Regina Weber

141

ARTICLES

Outsiders in Portugal
at the times of King Joseph I
Daniel Afonso da Silva

179

Mules in traffic: the Brazilian internal market
and the muleteer business in the first half
of the 19th century
Luiz Adriano Borges

207

Community and tension in São Paulo's agrarian
frontier (Limeira during the 1840s)
Carlos Alberto Medeiros Lima

231

265

Colonial policies and the Angolan society in the memoirs and speeches of the writer Raul David
Washington Santos Nascimento

291

Em que os movimentos sociais do passado esclarecem os de hoje em dia?
Michel Pigenet

305

Civic cults of the dead and the writing of history: reflections on the work of Fernando Catroga
Douglas Attila Marcelino

INTERVIEW

335

Echoes of a recent dictatorship:
Interview with Carlos Fico

REVIEWS

355

The construction of the 'Other'
PINTO, Alberto Oliveira. *Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das Suas Culturas (1924-1939)*. Lisboa: Função para a Ciência e Tecnologia; Fundação Calouste Gulberkian, 2013. 689 p.
Ermelinda Liberato

361

Dialoguing with Social Science
GODINHO, Paula (Coord.). *Antropologia e Performance: Agir, Atuar, Exibir*. Castro Verde: 100Luz, 2014.
Eduardo Roberto Jordão Knack

Imagining the future in a globalizing world:
the transnational sights of Modernist discourse
and memory policies
HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-
-presente: modernismos, artes visuais, políticas
da memória*. Trad. Vera Ribeiro. 1. ed.
Rio de Janeiro: Contraponto;
Museu de Arte do Rio, 2014.
Diego Finder Machado

371

Norms for Submission

381

Editorial Policy

383

Editorial

Nesse ano de 2016, o Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS completa trinta anos. Tendo conceito 6 na avaliação da CAPES, é um dos principais programas do país, tendo formado muitos mestres e doutores atuantes no Brasil e no exterior, o qual vem influenciado algumas das principais discussões travadas na área da História.

Entre os diversos eventos realizados no decorrer desse ano para comemorar essas três décadas, como aulas-magnas, mesas-redondas e lançamentos de livros, o número 44 da Revista *Anos 90* constituiu um dossiê comemorativo focado na reflexão acerca da pós-graduação nesse campo do conhecimento. Assim, as professoras doutoras Regina Weber e Mara Cristina de Matos Rodrigues organizaram um dossiê chamado *Dilemas e possibilidades da Pós-Graduação em História no Brasil*. A chamada para publicação de artigos no dossiê lançada em fevereiro de 2016 e prolongou-se até agosto do mesmo ano.

Neste mesmo ano, a Revista *Anos 90* completou 23 anos, tendo seu primeiro número lançado em maio de 1993, com dossiê abarcando as tendências recentes da historiografia. A revista funcionou ininterruptamente desde então, publicando inicialmente uma edição anual e passando posteriormente para as duas edições anuais que mantêm até a atualidade. Esta edição é a quadragésima quarta publicada.

Esta edição da *Anos 90* é composta pelo dossiê mencionado, que tem quatro artigos e duas entrevistas, e por mais seis artigos avulsos e três resenhas. Os quatro artigos do dossiê são de autoria dos seguintes pesquisadores: doutora Marieta Ferreira, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; doutores Ricardo Pacheco e Helenice Rocha, respectivamente professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Universidade Federal Fluminense; doutor Valdei Lopes de Araujo, professor da Universidade Federal de Ouro

Preto; e pelos doutores José Antônio dos Santos e Luciana Garcia de Mello, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os seis artigos avulsos que compõem esta edição da *Anos 90* são escritos pelos seguintes pesquisadores: doutor Daniel Afonso da Silva, professor da Universidade Estadual da Paraíba; doutor Luiz Adriano Borges, professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; doutor Carlos Alberto Medeiros Lima, professor da Universidade Federal do Paraná; doutor Washington Santos Nascimento, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; doutor Michel Pigenet, professor da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne; e doutor Douglas Attila Marcelino, professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Por fim, as três resenhas desta edição são escritas por: doutora Ermelinda Liberato, professora da Universidade Agostinho Neto/Angola; doutor Eduardo Roberto Jordão Knack, pós-doutorando na Universidade Federal de Pelotas; e pelo doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina Diego Finder Machado.

Com exceção do artigo do doutor Michel Pigenet, todos os artigos e resenhas foram submetidos à avaliação cega por dois doutores especialistas no tema e, em caso de divergência entre ambos, submetidos à avaliação de um terceiro, conforme as normas da Revista. Michel Pigenet foi convidado pela comissão editorial da *Anos 90* para submeter um artigo que abarcasse o conteúdo de sua conferência elaborada para ser ministrada no PPG em História da UFRGS no ano de 2016. Gostaria de agradecer aos professores doutores avaliadores que, com a presteza e qualidade nos pareceres emitidos de forma anônima na avaliação dos artigos, permitiram que o nível de excelência da *Anos 90* fosse mantido, assim como a sua periodicidade.

Gostaria de agradecer, também, ao coordenador e ao coordenador substituto do PPG em História da UFRGS, professores doutores Benito Bisso Schmidt e Igor Salomão Teixeira, e à Equipe Editorial da *Anos 90* – composta pelas professoras doutoras Carla Brandalise e Mara Cristina de Matos Rodrigues, além do professor doutor Igor Salomão Teixeira e por mim –, cuja ação executiva permitiu o andamento das diversas atividades da Revista. Agradeço aos membros do Conselho Consultivo da Revista, que realizaram

alguns dos pareceres e deram sugestões importantes para as decisões tomadas pela Equipe Editorial. Gostaria, ainda, de agradecer ao Núcleo de Criação, Editoração e Revisão da UFRGS, que cuida da revisão e editoração da revista, em especial a Felipe Raskin Cardon e a Ana Porazzi.

Os recursos para a manutenção da *Anos 90* são todos públicos e garantidos a partir da aprovação no edital lançado anualmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP-2016). Gostaria de agradecer, enfim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que disponibiliza esses recursos necessários para o funcionamento da *Anos 90*, bem como para a sua disponibilização eletrônica gratuita, através do site da Revista e de diversos indexadores e portais de periódicos. Desejo a todas e a todos boas leituras.

Alessander Mário Kerber
Editor-Chefe

DOSSIÊ
Dilemas e Possibilidades
da Pós-Graduação em História
no Brasil

APRESENTAÇÃO

Mara Cristina de Matos Rodrigues^{*}
Regina Weber^{**}

O dossiê *Dilemas e possibilidades da Pós-Graduação em História no Brasil* foi pensado como uma forma de comemorar os trinta anos do nosso Programa de Pós-Graduação. Em 1986, iniciava-se o Mestrado em História, com dez alunos, já desenhado com três das quatro atuais linhas de pesquisa do programa: *Sistemas simbólicos, representações e práticas* (posteriormente transformada em *Cultura e Representações*), *Relações de dominação e resistência* e *Relações político-institucionais*. Mais tarde, acrescentou-se a essas a linha de *Teoria da História e historiografia*. No ano de 1996, iniciava-se o Doutorado em História. Esta trajetória, que muito nos orgulha, ainda aguarda uma narrativa histórica capaz de articular os projetos, as realizações e os êxitos, bem como seus insucessos, e as estratégias intelectuais e políticas de seus principais promotores e agentes. Ao pensarmos este Dossiê, sabíamos da dificuldade que se interpunha para uma proposta desta natureza. Então, pareceu-nos que a melhor maneira de marcar este ano comemorativo seria reunir contribuições para pensar as múltiplas políticas de pós-graduação nas quais estamos inseridos nestes anos.

Os artigos recebidos constituem-se principalmente de exercícios bem-acabados de História do tempo presente e mesmo de História imediata. Como tal, e em sintonia com a proposta do Dossiê, refletem sobre movimentos que podem ser explicados por eventos situados em meados do século XX, marcando muito mais as suas

¹ Doutora em História e Professora-Associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mara.rodrigues@ufrgs.br

² Doutora em História e Professora-Associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: regina.weber@ufrgs.br

ressonâncias e os seus impactos na atualidade do que as rupturas e descontinuidades verificadas desde então.

Outra característica que vale ser ressaltada nos artigos é o fato de que foram escritos por atores envolvidos nestes mesmos processos que analisam. Dessa forma, em seu conjunto, os textos apresentam os atributos do exercício crítico da História, tanto quanto uma problematização de identidades, ora profissionais, ora étnicas, entrecruzadas com concepções políticas de história e de ensino. Marcam um esforço bem-sucedido de reflexão sobre a própria prática profissional, proporcionando-nos textos indispensáveis para pensar não apenas o passado recente, mas os rumos da Pós-Graduação em História e Ciências Humanas no Brasil.

O artigo de Marieta de Moraes Ferreira retorna às décadas em que a formação para a licenciatura era a função principal das Faculdades de Filosofia e dos cursos de História a ela vinculados; descreve a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na mesma década, 1950, em que são criados a Capes e o CNPq; situa os debates pela Reforma Universitária promovidos pela UNE no início dos anos 1960 no contexto da radicalização dos movimentos sociais do final do anos 1950, que coincidem com o surgimento da ANPUH e sua defesa de ampliar o estudo da História contemporânea; observa que a “modernização autoritário-conservadora” do período militar, que ampliou a pós-graduação no país, também criou a Licenciatura em Estudos Sociais, e que a ênfase na pós-graduação levaria a uma resistência ao trabalho com a graduação e a um menor interesse pela formação de docentes. A necessidade de superação do dilema entre ensino e pesquisa ocupa a parte restante do artigo de Marieta Ferreira, e, nesse sentido, a jovem experiência dos Mestrados Profissionais em Ensino é destacada pela autora, que analisa, mais especificamente, a criação dos Mestrados de Ensino de História, apontando seu potencial de revitalização das licenciaturas. Trata-se de exercício crítico de História do tempo presente, como assinalado anteriormente, proporcionado pela análise e pelo ponto de vista privilegiado de uma das principais promotoras do ProfHistória em rede.

Convergindo com o diagnóstico da recente revalorização da formação (continuada) de professores, o artigo de Ricardo Pacheco e Helenice Rocha mostra uma ênfase no “ensino” no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História, reconhecida pelos autores como uma subárea interna à área da História, pois constituem “abordagens teórico-metodológicas particulares para os estudos históricos”. Tomando por base as informações de anos recentes da Plataforma Sucupira (CNPq), os autores construíram suas interpretações selecionando e quantificando dados referentes às Linhas de Pesquisa de PPGs em História voltadas, mesmo que conjugadas com outros temas, ao Ensino, assinalando os temas de pesquisa predominantes destes programas.

O artigo de Valdeí Lopes de Araujo delinea e reflete de forma arguta os processos de produção intelectual mais marcantes no contexto de inequívoco crescimento da graduação e da pós-graduação em história nos últimos 40 anos. De forma crítica, avalia que “o modelo do acoplamento entre pesquisa, pós-graduação e mercado” sobrevaloriza o “conhecimento novo”, a “inovação”, silenciando sobre as atividades de formação e transmissão inerentes à prática dos/as pesquisadores/as e docentes/as. Submetida a processos avaliativos orientados por critérios quantitativos, a produção intelectual dos professores/as universitários/as tem se especializado e fragmentado cada vez mais, de forma a prejudicar e até obstruir o seu processo de transmissão e comunicação. No novo regime intelectual, portanto, a quantificação e a ideologia do crescimento tornam-se, o maior obstáculo à autonomia. O artigo finaliza como uma série de propostas, coerentes com as críticas realizadas, das quais destacamos: “É preciso romper com a lógica do quanto mais melhor”.

O artigo assinado por José Antônio dos Santos e Luciana Garcia de Mello traz retrospectivas de processos ocorridos no âmbito da história e da sociedade, situando a política de ações afirmativas no Brasil, entre as quais está o acesso de jovens negros a cursos de graduação e, mais recentemente, pós-graduação, em um histórico que remonta à luta por escolarização da população negra no final do século XIX e que acompanha a defesa da educação por parte da Frente Negra Brasileira, primeira (1931) entidade criada por

militantes negros/as com caráter eminentemente político, e por parte do Teatro Experimental do Negro, criado em 1944. As ações destas entidades, que, no caso do TEN, pleiteiam inclusive o ensino superior subvencionado aos estudantes negros/as, são consideradas pelos autores, genericamente, como Movimento Negro. A fundação efetiva do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que, posteriormente, adotou denominação de Movimento Negro Unificado (MNU), é de 1978, no contexto da luta dos jovens negros contra a ditadura. A seguir, o artigo acompanha o debate da implantação das cotas a partir da década 1990 e sua efetivação já no século XXI, e aponta os significados da autoidentificação para a população negra. O ingresso de negros/as no ensino de pós-graduação tem o potencial, entre outros valores, de “redefinir o papel social dos professores-pesquisadores para o reconhecimento dos outros como formadores de si mesmos”.

Por fim, de forma a complementar ao dossiê, integradas neste mesmo ato reflexivo e comemorativo dos 30 anos do nosso PPGH, encontram-se duas entrevistas realizadas respectivamente com atuais e ex-integrantes do Conselho Editorial da revista discente *Aedos* e com a atual representação discente do PPGH-UFRGS. A apresentação que precede as entrevistas traz maiores informações sobre o porquê de entrevistarmos Marisângela, Marina, Micaele, Grazielle, Pedro e Isadora. De maneira genérica, podemos definir esta escolha como um ato de luta contra o esquecimento das “ações memoráveis” de nossa trajetória, algumas já contempladas há 10 anos, quando comemoramos os 20 anos do programa. Reconhecendo a incompletude inevitável de nossas escolhas, já que muitos outros alunos/as e ex-alunos/as poderiam com justiça dar seus depoimentos, neste momento oferecemos uma homenagem a todos os alunos/as do Programa, especialmente àqueles/as que desde a fundação da revista discente, em 2008, têm se mobilizado politicamente e se envolvido de forma mais intensa com a própria formação.

Desejamos uma boa leitura a todos.

O ensino da História, a formação de professores e a Pós-Graduação

Marieta Ferreira*

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre os desafios para a formação dos professores da educação básica tendo como eixo o ensino de história. A ideia básica é acompanhar os diferentes momentos desse percurso, que se inicia com as primeiras licenciaturas nos anos trinta; as transformações profundas trazidas pelo regime militar, com a Reforma Universitária e a expansão das pós-graduações; e finalmente a emergência dos mestrados profissionais, em especial o ProfHistória.

Palavras-chave: Ensino de história. Formação de professores. Mestrados profissionais.

Introdução

Em um momento que a discussão sobre os problemas da educação básica brasileira estão na ordem do dia e a mídia, as organizações ligadas ao ensino público ou privado, os profissionais da área debatem a reformulação do ensino médio e a criação de uma Base Nacional Curricular, nada mais oportuno do que rever ao caminhos percorridos no processo de formação de professores, elemento chave, para o sucesso de qualquer política pública que busque qualidade no país.

* Marieta de Moraes Ferreira é doutora em História, professora titular do Instituto de História da UFRJ, coordenadora nacional do ProfHistória, pesquisadora da FGV. E-mail: marieta@fgv.br

Primeiros tempos (1938-1964): o foco nas licenciaturas

A criação dos cursos universitários de História e Geografia, na década de 1930, teve como objetivo principal a formação de professores para a educação básica. Em São Paulo a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, criada em 1934, desde suas origens dedicou-se a formar seus alunos para atuar como docentes. Igualmente no Rio de Janeiro, tanto a Universidade do Distrito Federal, que teve vida curta, como a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF-i-UB) caminharam na mesma direção. Criada em 1939, a FNF-i visava à consolidação de uma universidade-padrão que servisse de modelo para as outras que viessem a se constituir, e tinha como objetivo prioritário preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal (FERREIRA, 2013).

A FNF-i foi organizada em quatro seções fundamentais: de Filosofia, de Ciências, de Letras e de Pedagogia. Haveria, ainda, uma seção especial de Didática, História e Geografia, que até 1955 constituíram um único curso, ligavam-se à Seção de Ciências. Fundada durante a ditadura do Estado Novo e marcada por ideias autoritárias, a FNF-i foi também fortemente influenciada por setores católicos. Destinado a desempenhar um papel-chave na formação dos futuros professores secundários, seu curso de História e Geografia tinha assim o compromisso de reforçar os laços da identidade brasileira por meio da ênfase na unidade nacional e no papel dos grandes heróis como construtores da Nação (FERREIRA, 2013).

O fim do Estado Novo em 1945 abriu espaço para algumas transformações no cenário educacional brasileiro. A Igreja e os setores mais conservadores temiam que o desenvolvimento do ensino superior trouxesse ao país valores ligados ao liberalismo e ao materialismo e, para barrar tal possibilidade, se articularam em defesa de um projeto de ensino universitário subordinado à hierarquia eclesástica. Foi assim aprovada, em 1946, a primeira instituição com o título de Pontifícia Universidade Católica (PUC) em São Paulo, no campo protestante surgiram instituições, como a Universidade Presbiteriana Mackenzie, também em São Paulo (MUGUET, 2016).

A década de 1950 aprofundou ainda mais esse processo de mudanças trazendo algumas transformações importantes para as

universidades brasileiras. A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) passou a estimular o desenvolvimento de pesquisas e começaram a proliferar os programas de pós-graduação. A Universidade do Brasil desde 1946 já havia criado o doutorado na FNF i e introduzido em seu estatuto a denominação de pós-graduação para designar uma nova modalidade para os cursos superiores (FALCON, 2012).

No caso específico da História, novas perspectivas foram abertas com a separação, em 1955, dos cursos de História e de Geografia nas faculdades de filosofia. A instituição de dois cursos distintos propiciou transformações expressivas que permitiram uma maior oxigenação dos cursos de História, na medida em que ampliou e diversificou sua grade disciplinar, com a introdução de novas disciplinas, mas também promoveu uma mudança na identidade do profissional que se licenciava em História.

As transformações da sociedade brasileira nos anos 1950 constituíram fortes condicionantes para estimular mudanças tanto no âmbito da universidade e das licenciaturas, como na educação básica do país.

Em 1958 já havia sido lançada a Campanha pelas Reformas de Base, que incluíam a reforma agrária, a reforma financeira e a reforma educacional. Nesse contexto, o debate no Congresso sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação desde 1948, ganhou maior vulto. Da mesma forma, a Reforma Universitária passou a ser tema central na agenda das forças de esquerda (FERREIRA, 2015).

No tocante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deve-se lembrar que o projeto de lei só foi aprovado em 1961, em virtude do intenso debate travado no âmbito do Estado e da sociedade civil entre os que defendiam a prioridade da escola pública e os partidários da liberdade de ensino. Para os primeiros, os recursos do Estado deveriam ser empregados na manutenção e na expansão das escolas oficiais, que teriam a obrigação de ministrar um ensino gratuito e laico. Para os outros, esses recursos deveriam ser destinados às instituições particulares, que ministrariam o ensino conforme as orientações ideológicas das famílias, cabendo ao Estado apenas

ocupar o espaço não preenchido pela iniciativa privada. Nesse debate envolveram-se associações profissionais, entidades culturais, sindicatos, entidades estudantis, organizações religiosas e imprensa. Apesar das disputas, a LDB representou um passo importante para a reformulação do ensino superior, visando à expansão da pesquisa científica e estimulando a criação de cursos de mestrado e doutorado em diferentes universidades.

No que diz respeito à Reforma Universitária, o foco da discussão era a política universitária altamente centralizada estabelecida a partir de 1937 pelo Ministério da Educação (BOMENY, 1994). No início dos anos 1960, os debates relativos à universidade transbordaram os limites do meio acadêmico e passaram a mobilizar outros setores sociais. Da agenda de discussões faziam parte temas como o aumento do número de vagas, ou seja, a democratização do ensino superior; a ampliação e a expansão dos cursos; a diversificação das funções do ensino universitário, para destacar os temas mais importantes.

Essas discussões envolviam diferentes segmentos da sociedade brasileira, em especial os estudantes universitários, que tinham como órgão máximo de representação a União Nacional dos Estudantes (UNE). A Reforma Universitária foi debatida em seminários promovidos pela UNE entre 1961 e 1963, sendo destacado o combate à estrutura arcaica do ensino superior, à privatização e à seletividade econômica dos exames vestibulares, bem como a defesa do aumento da participação da entidade no processo decisório das instituições de ensino.

A conjuntura que se inaugurou no país no final dos anos 1950 foi marcada por um processo de radicalização dos movimentos sociais e pela polarização entre direita e esquerda. Delineava-se um contexto político de combate ao comunismo e à Revolução Cubana. Por outro lado, a crescente mobilização dos trabalhadores, tanto nas cidades quanto no campo, reivindicando não só melhorias salariais, como também mudanças na estrutura desigual da sociedade, oferecia estímulos para que os estudantes universitários se engajassem de forma mais efetiva nas lutas sociais.

O movimento pelas reformas, ainda que incorporando diferentes tendências sociais, defendia a ideia de que a educação exigia uma reformulação dos objetivos e uma reestruturação pedagógica para

se ajustar ao processo histórico do país. A universidade, segundo os defensores da reforma, deixava de acompanhar as mudanças sociais, e não mais conseguia ser responsável pela pesquisa científica e pelo desenvolvimento tecnológico.

No campo específico da História os debates se intensificaram especialmente com a criação da Associação Nacional de História (ANPUH), em 1961. Uma temática recorrente era a defesa do estudo da História recente, em oposição aos cursos que se voltavam essencialmente para o conhecimento do passado. Preocupados com as questões sociais do presente e comprometidos com a necessidade de compreensão do mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva brasileira, os defensores da nova postura profissional afirmavam que a História deveria se envolver com os problemas da atualidade, e o conhecimento histórico deveria apresentar explicações e possíveis soluções (PEREIRA, 1998). Para que o ensino de História pudesse ser revisto, a formação do profissional deveria também ser modificada. Os livros didáticos teriam que dar maior atenção ao estudo da História recente do Brasil.

A temática da necessidade de transformações no ensino da História se manifestou em diversas ocasiões e através de diferentes canais. No I Congresso Brasileiro de Universitários de História, em 1960, as questões debatidas foram as problemáticas do ensino da História, a formação profissional do professor e as deficiências do livro didático no ensino secundário. Os estudantes dos Centros de Estudos de História da FNF, da Faculdade de Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de Minas Gerais (UMG) e da FFCL da Universidade de São Paulo (USP) assumiram uma postura crítica em relação aos cursos de História de suas faculdades.

As discussões travadas no congresso, focadas tanto na necessidade de renovação do ensino universitário através das licenciaturas, como no ensino da História na educação básica, aguçaram as críticas feitas aos cursos das faculdades, aos catedráticos e à estrutura universitária (PEREIRA, 1998, p. 38). Se os estudantes travavam intensos debates acerca da realidade brasileira e da necessidade urgente de modificar o perfil do curso de História com vistas à formação de professores e à renovação do ensino da História na educação básica, os professores também estavam mobilizados nessa direção.

É nesse contexto de intensas discussões sobre a realidade brasileira e a necessidade de mudanças na universidade em geral, e no ensino da História em particular, que ganha destaque a realização, em Marília, em 1961, do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, e em especial a participação no encontro dos professores de História da Universidade do Brasil (FALCON, 1963b, p. 187).

Além dos debates especialmente voltados para a pesquisa acadêmica, o simpósio discutiu vários aspectos políticos relativos ao perfil do curso de História e de seus professores. Foram votadas moções e resoluções, tais como: a revisão do currículo do curso de História; a constituição de um grupo de trabalho para o planejamento da revisão terminológica da ciência histórica; o intercâmbio cultural entre os cursos de História das diversas faculdades do país, e a revogação da portaria que permitia o registro em História aos licenciados em Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais (FALCON, 1963b, p. 202).

Se professores e alunos debatiam intensamente o ensino da História, as necessidades de mudanças nas licenciaturas e na formação de professores, bem como na produção de material didático, os órgãos governamentais tampouco estavam ausentes da discussão. A Campanha de Assistência aos Alunos (CASES) apresentava-se como um caminho interessante para contornar esses problemas, e demonstrava com clareza o empenho do Ministério da Educação em estimular tanto a produção como a distribuição de material didático.

No caso específico da História, debates importantes foram travados, e prevalecia a visão de que os programas do nível médio tinham se formado de cima para baixo, em consonância com uma concepção em que o presente não era o campo de estudo da História. As propostas apresentadas visavam exatamente a uma renovação da mentalidade dos docentes, através de sugestões voltadas para a “amplitude e desenvolvimento” dos programas de História de nível médio. Os pontos fundamentais defendidos eram privilegiar o estudo da História Contemporânea (séculos XIX e XX), realçando a posição e os problemas do Brasil e da América, assim como dos povos em processo de desenvolvimento, e apresentar temas da História Antiga e Medieval a partir das contribuições dessas etapas

do desenvolvimento social para nossa civilização. Segundo Ferreira (2015, p. 154-155), o argumento central era que “[...] os fatos históricos precisam ser estudados pelo que representam para o mundo atual, pois se trata de ajustar o educando à vida [...] para formar seres atuantes, de espírito democrático”. Os inovadores refutavam também a afirmação de que o “[...] presente é complexo e, por isso, deve-se ficar no estudo do passado, [...] pois esse, por sua vez também complexo, isolado da vida objetiva do aluno, é de análise mais difícil”. No entender dos professores participantes dos seminários por outro lado, “[...] partir da análise do presente, buscar sua lógica no passado, e a ele retornar, é perfeitamente possível”.

Essas propostas de inovação, que tinham como meta melhor preparar os docentes para atuar no ensino básico, eram reflexos dos debates acerca da educação e do seu papel na luta contra o subdesenvolvimento e na conscientização da população e encontravam eco nas universidades e nos centros de estudos de história.

Do exposto pode-se perceber os debates e os embates travados nos anos 1950-1960 no campo do ensino da História. Partindo de diferentes instâncias, os professores, os alunos dos centros de estudos históricos, os professores secundários, a então recém-criada ANPUH, o Conselho Federal de Educação, todos defendiam que os objetivos, os conteúdos e os métodos do ensino da História deveriam mudar.

A Reforma Universitária de 1968 e a expansão dos programas de Pós-Graduação

Todo esse processo de discussão e de proposta de mudança em curso durante o governo Goulart foi interrompido com o golpe militar de 1964. A instalação do novo regime político recolocaria na ordem do dia a Reforma Universitária, mas agora sob a égide de um governo autoritário. Entre 1964 e 1968 foram encaminhadas as principais questões referentes ao ensino superior tais como o modelo de universidade, a natureza e estrutura dos cursos de pós-graduação, e o controle político-ideológico sobre os corpos docentes e discentes (FALCON, 2012). Já em agosto de 1965 foi

aprovado o Parecer nº 977/65, de autoria de Newton Sucupira, que definiu o que deveria ser a pós-graduação, fixando-lhe a natureza e objetivos e impondo um modelo único, o que contrariava as alternativas debatidas no pré-64¹.

Na área de História seria exatamente ao longo dos anos 70 que surgiriam os primeiros cursos de mestrado de acordo com as novas diretrizes. Em 1970, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), foi criado um Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em História, regulamentado pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da UFRJ, referido por alguns como Curso de Mestrado – na prática, este só seria regulamentado em 1982.

Nos anos subsequentes foram sendo criados vários outros cursos. Em 1971, foi criado o curso de Mestrado em História da USP e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 1973 surgiam os cursos da PUC do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em 1974 o da Universidade Federal de Pernambuco, em 1975 o da Universidade Federal de Santa Catarina e da Unicamp, em 1976 o da UnB e em 1979 o da UNESP. A USP já possuía sua Pós-Graduação em História, mas nos anos 70 este passaria por modificações para se adequar à regulamentação federal.

Esses primeiros cursos criados no começo dos anos 70, ainda que trouxessem inovações articulando o ensino e a pesquisa, estavam fortemente marcados por um caráter autoritário, imposto pela Reforma Universitária e pelo processo da “institucionalização da pós-graduação”. Na opinião de Francisco Falcon,

Os primeiros cursos de mestrado em História transplantaram para o nível de pós-graduação as mesmas segmentações disciplinares existentes na graduação, quando não transferiram também, é oportuno lembrar, muitas das tradições acadêmicas vinculadas às cátedras e a supremacia dos cursos sobre a pesquisa (FALCON, 1999-2000, p. 134).

No seu entender, a quantidade exagerada de créditos, um grande número de disciplinas a serem cursadas, a crença na necessidade de preenchimento das lacunas da graduação e o lugar secundário reservado à pesquisa dificultavam que novos programas de

pós pudessem preparar de fato produtores de novos conhecimentos. Além disso o corpo docente dos novos programas constituiu-se, no todo ou em parte, com docentes (titulados) dos cursos de graduação e, talvez mais importante, coube aos departamentos tomar as decisões acadêmicas relativas à estrutura e funcionamento dos futuros cursos de mestrado (FALCON, 1999-2000). Vários anos se passariam até que o mestrado deixasse de ser uma revisão e aprofundamento da graduação para realmente focalizar a formação do pesquisador.

A partir do final da década de 1970, as fragilidades e limitações levaram muitos programas a rever as linhas de pesquisas e buscar uma maior conexão com as pesquisas efetivas de docentes e discentes. No entanto, muitas dificuldades ainda persistiam, pois as atividades de pesquisa e as ofertas de cursos em nível de pós-graduação estavam longe de alcançar um nível desejável (FALCON, 1999-2000).

Ainda assim, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) interpreta a Reforma Universitária como um projeto de “modernização autoritário-conservadora”, caracterizado pela racionalização dos recursos e alterações na graduação, como o formato do ingresso, e reconhece que houve uma significativa ampliação do fomento à pós-graduação e uma expansão do sistema universitário no seu todo. De acordo com os números por ele apresentados, em 1964 havia 23 cursos de pós-graduação no Brasil, enquanto em 1974 eles passaram a 400; o número de estudantes universitários subiu de 140 mil em 1964 para 1 milhão e 300 mil em 1979; as bolsas de pós-graduação financiadas pelas agências federais (Capes e CNPq) passaram de aproximadamente mil em 1964 para cerca de 10 mil em 1976 (MOTTA, 2014, p. 15).

Complementando essa avaliação, Manuel Domingos (2004) declara que foi na ditadura que o CNPq e a Capes se firmaram enquanto instituições de apoio ao desenvolvimento científico. O trabalho de Carine Muguet (2016), com um foco específico na área de História, avança no acompanhamento dessa trajetória ao chamar atenção para a expansão da pós-graduação na década de 1980, que conferiu ao ensino superior um formato diferente do adotado nas décadas anteriores, com o ensino sistemático voltado para a capacitação profissional e o desenvolvimento científico.

De acordo com os dados da Capes, podemos perceber a grande expansão do ensino de pós-graduação, com o aumento não

só do número de cursos de mestrado e também de doutorado, mas do número de alunos bolsistas. Os quadros abaixo, com dados a partir de 1998, comprovam essa avaliação.

Quadro 1 – Distribuição de Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, segundo dados da Capes

	Mestrado/ Doutorado	Mestrado	Mestrado Prof.	Total
1998	15	4	0	19
1999	15	10	0	25
2000	15	11	0	26
2001	19	9	0	28
2002	19	9	0	28
2003	19	9	1	29
2004	21	11	1	33
2005	21	13	1	35
2006	22	19	1	42
2007	23	27	1	51
2008	24	28	1	53
2009	24	28	1	53
2010	25	28	1	54
2011	30	26	1	57
2012	30	31	2	63
2013	38	22	3	63
2014	38	22	9	69
2015	39	20	9	68

Fonte: GEOCAPES, 2016.

Quadro 2 – Concessão de Bolsas de Pós-Graduação da Capes na área de História

Ano	Concessão de Bolsas de Pós-Graduação da Capes no Brasil – Valores totais (Área: História)
1998	596
2000	554
2005	620
2010	1097
2014	1915

Fonte: GEOCAPES, 2016.

O acompanhamento do processo de institucionalização do ensino universitário e de formação de profissionais de História nos mostra as diferentes conjunturas, os embates, os projetos, as divergências e os esforços que o campo dos estudos históricos atravessou, com a progressiva transformação de seus cursos, de essencialmente formadores de docentes para a educação básica, em direção a um novo perfil com ênfase maior na pesquisa e na pós-graduação (FERREIRA, 2012).

A pesquisa como opção privilegiada

A despeito das enormes perdas trazidas pelo regime militar, com as cassações e perseguições a alunos e professores, a partir dos anos 70 o crescimento do sistema de pós-graduação foi exponencial. Nesse contexto, começou a se delinear um novo modelo de curso de História, em que a pós-graduação e as atividades de pesquisa passavam lentamente a ocupar um lugar-chave, com investimentos expressivos para estruturar a pós-graduação em detrimento da graduação (FERREIRA, 2012).

Até 1964, as mudanças, inovações ou permanências do curso estavam direcionadas para a formação de professores da educação básica. No entanto, com a consolidação dos programas de pós-graduação tornou-se crescente a tendência a valorizar a pesquisa em detrimento da docência e mesmo a de alguns professores oferecerem resistência a realizar o trabalho com a graduação. Ao logo do tempo cada vez a atividade de orientação e as possibilidades de articulação entre ensino e pesquisa, mais facilitadas na pós, foram ganhando dimensões e prioridades. Em contrapartida as graduações foram se adaptando aos novos tempos, buscando ampliar as atividades de pesquisa através do desenvolvimento das monografias de final de curso e da introdução das bolsas de iniciação científica. Com essas iniciativas o foco das graduações passou a ser formar pesquisadores para ingressar nos programas de pós e não oferecer ferramentas para a sua atuação como professores, destino maior dos cursos de licenciatura.

O debate sobre o formato ideal para os cursos de licenciatura, sobretudo no que diz respeito à distribuição entre as disciplinas de formação pedagógica e as de conteúdo, não constitui uma novidade. Na década de 1930, quando foi criado um dos primeiros cursos de formação de professores em História, na UDF, já se discutiam essas questões. Buscava-se um equilíbrio entre as atividades de ensino e pesquisa com o objetivo de preparar professores com uma sólida formação historiográfica e, ao mesmo tempo, com os recursos necessários para o exercício de suas atividades docentes. Essa proposta, no entanto, não teve sucesso. Nas décadas seguintes, os cursos de graduação em História, que ficaram a cargo das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, tiveram como preocupação básica a formação dos professores apenas como transmissores de conhecimento. Os graduados obtinham os títulos de bacharel e licenciado, mas na prática o destino da grande maioria era o magistério.

A instauração do regime militar alterou significativamente não somente o sistema universitário, mas também a organização do sistema educacional na educação básica, através a legislação aprovada em 1971 (5.692/71).

O ensino básico, entendido como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e para a manutenção da segurança nacional, foi alvo de uma nova estruturação. Segundo a legislação, a formação do professor era enfocada através do estabelecimento de algumas medidas como o aproveitamento de graduados do ensino superior como docentes das disciplinas de formação profissional; a fixação de padrões de vencimentos relacionados à capacitação do professor; a elaboração de critérios para avaliação.²

Naquele contexto, o treinamento de professores caracterizava-se pela introdução de elementos técnico-pedagógicos no ensino público, como a massificação de conteúdos através de livros didáticos, técnicas de estudo dirigido, novos contornos curriculares e conteúdos técnico-profissionalizantes. O objetivo era possibilitar o acesso a habilidades básicas, que consolidariam um contingente de profissionais minimamente capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, é emblemática a instituição do curso que ficaria conhecido como “licenciatura curta”, chamado pela Lei 5.692 de *licenciatura de primeiro grau*, cuja função era formar professores para lecionar nas séries de 1º grau (1ª à 8ª séries) (FERREIRA; FRANCO, 2008).

No caso específico do ensino da História, a mudança mais significativa foi a criação de uma nova licenciatura, denominada Estudos Sociais, que reunia os conteúdos de História, Geografia e Organização Social e Política do Brasil. Os resultados dessas iniciativas não poderiam ser mais danosos tanto para os cursos de licenciatura, como para os alunos do ensino básico que se deparavam com currículos inadequados e docentes mal preparados.

Paralelamente a estas transformações no ensino básico, a expansão de programas de pós-graduação explicitava de forma mais clara a oposição entre a formação de professores e a de pesquisadores; entre a licenciatura e o bacharelado. O ingresso de novas gerações nos programas de pós-graduação nos anos 1970 e, posteriormente, nos quadros das universidades trouxe, sem dúvida, uma melhor qualificação de seus profissionais, cada vez mais voltados para pesquisas inovadoras e para o ensino da pós-graduação. No entanto,

a priorização da carreira acadêmica e uma excessiva especialização temática dos objetos de investigação colocavam em um plano secundário a formação dos docentes. A preocupação de formar alunos que fossem atuar como professores nos níveis médios e que deveriam receber conhecimentos que permitissem a sua melhor preparação para o magistério ficava cada vez mais desvalorizada. Na prática, estabelecia-se paulatinamente uma separação radical entre as graduações e as Faculdades de Educação, responsáveis por ministrar os conteúdos pedagógicos.

Essas novas configurações das licenciaturas e do ensino foram, ao longo dos anos 1970, alvo de muitas críticas. Em 1986, foi publicado o *Diagnóstico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil*, documento resultante dos trabalhos de um grupo de consultores convocados pela Secretaria de Educação Superior (SESU-MEC). O documento, elaborado após ampla consulta a diversas instituições, questionava a existência dos Estudos Sociais e recomendava a supressão dos cursos recém-criados em todo o Brasil.

As discussões que se estenderam pela década de 1980 apon-tavam para a superação das concepções da legislação do regime militar. Nesse sentido, crescia a demanda por uma educação voltada para a formação de cidadãos, o que deveria ser refletido em todos os níveis de ensino e, especialmente, na formação de professores. A aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) em 1996, a partir do projeto apresentado ao Senado por Darcy Ribeiro, foi o auge deste processo de amplo debate social sobre a educação, iniciado principalmente com a redemocratização do país.

A nova LDB atribuiu responsabilidades sobre os diferentes níveis de ensino às três esferas governamentais (federal, estadual, municipal) e trouxe uma preocupação maior com a formação dos professores. Um dos grandes impactos da lei sobre a formação de professores deu-se com a determinação de um mínimo de trezentas horas de duração para a disciplina Prática de Ensino na formação docente, mais uma expressão da relevância atribuída pela lei à experiência em sala de aula. Como resultado, alguns departamentos de história buscaram apropriar-se da responsabilidade sobre esse novo contingente de horas, procurando integrar-se ao processo de

formação de professores ao invés de delegá-lo somente aos departamentos de educação³.

A partir da década de 1990 houve uma crescente introdução de instrumentos de avaliação em todos os níveis de ensino, iniciativa que vem permitindo um diagnóstico mais completo do sistema educacional brasileiro. Mas isto não implica a constituição de consensos no que se refere ao formato das licenciaturas e, consequentemente, ao perfil do professor de história. Ainda permanece nas discussões pós-LDB (1996) a dicotomia entre ensino e pesquisa; mais especificamente falando, entre licenciaturas e bacharelados. A necessidade de superação do dilema entre ensino e pesquisa e a busca da formação de um professor-pesquisador aparece largamente tanto nos documentos governamentais quanto nas propostas curriculares dos cursos e das entidades docentes.⁴

No caso dos cursos de História, o que se verifica é uma constante preocupação com a integração entre as duas formações: a do pesquisador e a do professor. Essa preocupação, contudo, nem sempre se reflete na organização curricular dos diferentes cursos em que, frequentemente, as disciplinas de bacharelado são somadas às disciplinas pedagógicas, oferecidas e geridas pelas faculdades de Educação para compor o currículo da licenciatura.

De uma maneira geral, apesar da profusão de debates e da discussão pedagógica produzida a partir de 1996, na enorme maioria dos cursos de licenciatura em história persiste a valorização do pesquisador em detrimento do professor e a separação entre academia e ensino. Nas universidades de maior prestígio, espaços em que deveríamos encontrar professores qualificados para exercer o magistério, frequentemente nos deparamos com a resistência dos docentes às discussões sobre o ensino da disciplina. Postula-se a necessidade de iniciativas que apontem para a integração entre os dois mundos, que reconheçam a importância de uma real aproximação, porém ainda não se encontraram os caminhos efetivos para tal.

O artigo de Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna, *Mestrado profissional de história e a formação docente para a pesquisa* (2013), apresenta um quadro importante das tensões existentes no interior das graduações em História e mesmo dos conflitos entre o bacharelado e a licenciatura, chamando atenção para as

inconsistências do discurso sobre a união entre ensino e pesquisa, já que os meios de avaliação da atuação docente são definidos em termos de sua produção enquanto pesquisador. Como desdobramento de seus argumentos as autoras criticam a visão em que o docente seria apenas um executor das pesquisas realizadas pelos “Historiadores” bacharéis em História e defendem que a docência é o principal espaço de colocação profissional do Historiador. Assim, sejam bacharéis ou licenciados, ambos acabam por se inserir no mercado de trabalho enquanto docentes. Merecem ser mencionados alguns esforços de criação de linhas de pesquisa em ensino de História no interior de programas de pós-graduação acadêmicos de história que visam a aproximar as atividades de pesquisa e ensino, tais como no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/São Gonçalo (UERJ), no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ainda que essas iniciativas tenham como temática o ensino de história, os resultados de suas pesquisas não estão focados essencialmente na sua aplicação na sala de aula.

Um último ponto que merece destaque é a má remuneração dos docentes dos ensinos fundamental e médio, o que contribui para afastar ainda mais docência e pesquisa. A carreira de professor implica uma extenuante jornada de trabalho, tornando-se cada vez menos atrativa para os recém-formados nas graduações de História. Não raro, os alunos melhor qualificados direcionam suas carreiras para a pós-graduação, afastando-se completamente da atividade docente. Essa situação é verificável em todas as áreas, mas é especialmente dramática no caso da História, onde há uma oferta de profissionais que permanecem no campo pela impossibilidade de encontrar alternativas mais rentáveis. Um outro aspecto importante que merece destaque são as mudanças nos cursos de licenciatura no que diz respeito à origem social dos alunos, que cada vez mais são oriundos das camadas menos favorecidas da população, o que indica que as camadas médias não se interessam mais pela profissão docente.

A emergência dos mestrados profissionais

A experiência com mestrados profissionais, ao iniciar-se o século XXI, já não era uma novidade nas comunidades acadêmicas. Embora fosse alvo de resistência de alguns segmentos universitários, há alguns anos essa modalidade de curso vinha se constituindo em diferentes áreas de conhecimento. De acordo com a descrição da Capes, o objetivo do mestrado profissional

[...] é contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a empresas e organizações. As propostas de cursos novos na modalidade Mestrado Profissional devem apresentar uma estrutura curricular que enfatize a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico. O trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso.⁵ (CAPES, 2016).

Esse foco na aplicabilidade do conhecimento, na equação entre teoria e prática e na exigência de intervenção e impacto social para os resultados obtidos, se por um lado tornaram os mestrados atraentes, por outro suscitaram muitas resistências.

Tania Fisher, em artigo dedicado ao mestrado profissional, não só rebate as críticas mas defende as vantagens dessa modalidade de curso chamando atenção para os benefícios que ela pode trazer para os mestrados acadêmicos. Defende ainda que a prática é um exercício transformador, e que a construção de mestrados profissionais pode contribuir para flexibilizar e inovar a pós-graduação conferindo maior ressonância social à pesquisa, e trazendo uma reflexão sistemática sobre as práticas além das possibilidades oferecidas ao ensino ancorado na experiência.

À medida que os mestrados profissionais nas áreas tecnológicas se consolidavam, eles paulatinamente se expandiam para a área de ensino. Marco Antonio Moreira, em seu artigo *O mestrado (profissional) em ensino* (2004), menciona que a proposta original do “Mestrado em Ensino” data de 2001 e tinha como foco a

[...] preparação profissional na área docente focalizando o ensino, a aprendizagem, o currículo, a avaliação e o sistema escolar, seja pela ação direta em sala de aula, seja pela contribuição na solução de problemas dos sistemas educativos, nos níveis fundamental e médio, e no nível superior na formação de professores das licenciaturas e de disciplinas básicas (MOREIRA, 2004, p. 134).

Avançando na caracterização dos cursos, defende que “[...] o mestrado em ensino deve ser específico para cada área de conhecimento; por exemplo, Ensino de Matemática, Ensino de Ciências” e que “[...] em nenhum instante e de nenhuma forma, estejam separadas a formação profissional a que se dirige e a pesquisa associada ao que ela envolve” (MOREIRA, 2004, p. 134).

Um outro trabalho que reflete sobre o mestrado profissional de ensino é a dissertação de Sandra Chúcaro, que defende essa modalidade como algo que valoriza o trabalho docente, dotando o professor de perspectivas de análise que o auxiliam a compreender contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais nos quais se dá sua atividade docente. Assim, esse profissional se torna mais capaz de agregar o conhecimento à vivência do aluno.

A preocupação com a formação de professores para atuar em diferentes setores acabou estimulando o desenvolvimento de propostas diferenciadas, com a missão de induzir e fomentar a formação continuada de professores da educação básica. Os diagnósticos sobre a gravidade da situação da educação no país apontavam as deficiências das licenciaturas e colocavam como prioridade a formação docente. Nesse sentido, a própria Capes, em 2007, teve suas funções ampliadas para também se ocupar da educação básica. Entre as várias propostas apresentadas, uma novidade era a criação dos mestrados profissionais em ensino em rede, que ganhou relevância

como alternativa para dar formação continuada para os professores da educação básica. É nesse contexto que surge o ProfMat (2011), o ProfLetras (2011) e o ProfArtes (2013).

O mestrado profissional na área de História

As iniciativas de organização dessa modalidade de curso também se fizeram sentir na área de História. O mestrado profissional já não era uma total novidade. Em 2004, o CPDOC da FGV tinha inaugurado o mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, mas trazer essa iniciativa para a área de ensino representava um grande desafio, já que muitas resistências se faziam sentir. É verdade que as preocupações com a produção de material didático e formas de implementação de formação continuada para professores já se manifestavam em alguns grupos.

Em maio de 2007, no Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação em História, discutiu-se sobre materiais didáticos para a Educação Básica e, mais especificamente, seu reconhecimento como produção dos professores dos Programas de Pós-Graduação⁶. Na ocasião, havia alguma resistência a que a pós-graduação assumisse a responsabilidade pela Educação Básica, devendo restringir-se à pesquisa científica produzida no seu âmbito. Entretanto, superado o estranhamento inicial, organizou-se um Grupo de Trabalho para estudar o assunto. Em maio do ano seguinte, no âmbito do mesmo Fórum, houve a apresentação da Prof^a Marieta de Moraes Ferreira de um relatório sobre o mercado de livros didáticos no Brasil e a necessidade de um maior envolvimento da comunidade científica com esse tipo de produção, no sentido de superar os distanciamentos entre o ensino escolar de História e as inovações trazidas pelas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação. Fez-se, nesse mesmo ano, o encaminhamento de sugestões à Direção da ANPUH e à Capes, que valorizavam a interação entre Universidade e Escola em diferentes frentes⁷. Nas discussões do Grupo de Trabalho do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em História, a proposta da formação de um mestrado profissional em Ensino de História já

era aventada, mas não havia ainda consenso sobre o assunto no âmbito mais geral do próprio Fórum.

Mesmo em meio à resistência, em 2012 floresceram as iniciativas pioneiras do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande e o Mestrado Profissional em Ensino de História: Fontes e Linguagens, da Universidade Federal de Caxias do Sul. Mas o investimento maior da Capes ainda estava por vir, com a proposta do mestrado profissional em rede nacional que visa a ampliar o número de docentes da Educação Básica a serem beneficiados, bem como possibilitar intercâmbios entre universidades interessadas em apoiar este tipo de formação continuada de professores.

O foco na Teoria e na Historiografia

Nesse contexto, em 2012, estimulados pela própria Capes e pela coordenação da área de história⁸ e pelo o funcionamento dos ProfMat e do ProfLetras, programas em rede nacional, novamente a ideia do mestrado profissional em Ensino de História voltou a florescer. Um primeiro grupo de professores, a partir do Instituto de História da UFRJ, iniciou a discussão incorporando logo a seguir representantes de outras universidades do Rio. O projeto inicial estava sendo concebido para ser apenas uma rede regional, mas as orientações da Capes colocaram como pré-condição para a aprovação de um mestrado em rede a ampliação do seu escopo para um formato de caráter nacional com a incorporação de novos núcleos oriundos de outros estados⁹. Assim, de dezembro de 2012 a março de 2013, um grupo de professores dedicou-se à formatação do projeto. Mas como seria esse mestrado? Seria mais um curso de atualização de conteúdo focado no fornecimento de informações factuais e interpretações relativas a esses eventos e temáticas? A despeito de algumas diferenças, um ponto foi consensual desde o início entre o grupo de professores participantes: o curso deveria ter a teoria da história e a historiografia como foco central. Isso queria dizer que o mais importante era trabalhar com o processo de construção do conhecimento histórico e com a premissa de que

todas as temáticas abordadas deveriam estar relacionadas com a sua prática na sala de aula.

Partindo dessa perspectiva foram definidos objetivos para a capacitação de docentes em nível de Mestrado Profissional, tais como: qualificar os mestrandos/docentes para desenvolver múltiplas competências comunicativas dos alunos em ambiente *on-line* e *off-line*; desenvolver com os mestrandos/docentes estratégias para estimular a capacidade de verificação da fidedignidade das informações históricas, levando em consideração sua origem, o momento e o contexto de sua produção; oferecer subsídios para o reconhecimento do potencial patrimonial dos espaços urbanos e rurais para o ensino de História na Educação Básica; fornecer instrumental para que os mestrandos/docentes possam conduzir o processo de avaliação crítica da realidade em suas múltiplas facetas.

O desdobramento desses objetivos se concretizou na definição das áreas de concentração e das linhas de pesquisa. A descrição da área de concentração em Ensino de História explicita quais são as diretrizes adotadas partindo de uma pergunta. Como o conhecimento histórico pode contribuir para a reflexão sobre a relação entre passado/presente/futuro, permeada pela lembrança, pelo esquecimento e pelas expectativas de indivíduos e grupos, considerando que lembrar e esquecer são aspectos constitutivos da vida em sociedade, das identidades culturais e do pertencimento político? Partindo dessa questão, a Pós-Graduação com ênfase em Ensino de História dirige-se a duas demandas complementares. De um lado, à exigência de reflexão sobre o ensino escolar, considerando seus saberes e práticas, bem como a relação com a disciplina de referência. De outro, à necessidade de compreensão das múltiplas formas de ensinar e aprender História vigentes na sociedade contemporânea, para além da escola, que tensionam continuamente tanto a historiografia profissional como o ensino da disciplina em seus diferentes níveis. Isso porque o movimento atual em direção à memória e a luta por direitos contribuiu para acirrar as disputas sobre a escrita e o ensino da História, diversificando suas formas e promovendo múltiplos usos (e abusos) do passado. Cabe ao profissional da área investigar esse complexo movimento e os variados recursos ao conhecimento

histórico, de modo a compreender a historicidade das experiências e as muitas possibilidades de escrever e ensinar a História.

No que se refere às linhas de pesquisa três temáticas foram definidas. Saberes Históricos no Espaço Escolar, Linguagens e Narrativas Históricas, Produção e Difusão e Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Concluído o projeto do Mestrado Profissional em Ensino de História em rede nacional tendo como âncora a UFRJ e reunindo 12 Universidades de diferentes localidades, o resultado foi apresentado à Capes para avaliação e aprovado em agosto de 2013¹⁰.

Tratava-se agora de implementar o curso de forma concreta. Inúmeros eram os desafios, desde a obtenção e gestão de recursos, como fazer o processo seletivo nacional e definir critérios para próprio funcionamento dos núcleos locais. Tudo era novo, os problemas administrativos imensos. Apesar das dificuldades, em junho de 2014 o processo seletivo foi realizado com sucesso e a primeira turma foi iniciada em agosto seguinte com 148 alunos, sendo 128 bolsistas. Isto é, todos aqueles que reuniam as condições para o recebimento de bolsa de mestrado mediante a comprovação do vínculo com o ensino de história na educação básica da rede pública.

Nos dois anos seguintes os desafios só aumentaram, mas foram sendo enfrentados de forma bastante bem-sucedida, e os resultados dessa primeira turma estão sendo apresentados agora com as defesas que estão sendo realizadas com sucesso.

Mas viabilizar o curso para a turma de 2014 era só uma parte das nossas preocupações. Com as dificuldades crescentes que o Brasil passou a enfrentar na esfera econômica e política, a partir de 2015 muitas incertezas se avizinham para a continuidade dos Profs, em especial para os cursos mais recentes como o ProfHistória. Seria possível lançar um edital para expandir a rede nacionalmente e incorporar novos núcleos? Quais seriam as possibilidades ampliação de vagas para lançar um novo edital nacional de seleção de alunos? Mesmo sem respostas claras para essas questões, em abril de 2015 abrimos o processo seletivo para o ingresso de novas universidades. Foram 43 candidatas e foi possível aprovar 18 proponentes¹¹. Em seguida, iniciamos os preparativos para a seleção nacional para o

ingresso de novos alunos. Dessa segunda vez foram 3.284 candidatos inscritos, 794 aprovados e 405 matriculados.

Quadro 3 – Relação de candidatos

Turmas	Vagas ofertadas	Candidatos	Aprovados	Matriculados
2014-16	152	463	371	146
2016-18	423	3.284	794	405

Neste segundo semestre de 2016, o ProfHistória está iniciando uma nova fase com a titulação dos antigos alunos e com a possibilidade de avaliação dos caminhos percorridos – o que foi conquistado, o que merece correção. Um caminho foi aberto mas muitos desafios estão por vir. De toda forma parece claro que os mestrados profissionais em ensino em rede nacional vieram para ficar, e que o ProfHistória está inserido nesta tendência. Certamente correções deverão ser feitas, estratégias poderão ser aprimoradas, mas o ProfHistória pode trazer contribuições de grande relevância para a educação básica, seja beneficiando pessoalmente os professores, seja propiciando o desenvolvimento de métodos e estratégias de ensino. Pode-se mencionar ainda que a criação dos núcleos do ProfHistória nos institutos ou departamentos de história tem funcionado como um estímulo para seus professores, na medida em que muitos docentes que não tinham intenção de se envolver com a educação básica e com o ensino de história, acabam seduzidos pelo projeto. Se em 2007 esse envolvimento era visto com muitas reservas, na atualidade esse preconceito foi rompido. A prova disso é que dos 29 núcleos integrantes do ProfHistória (27 em funcionamento) 22 tem sua origem nos cursos de História ainda que alguns deles em colaboração com as faculdades de educação. Com isso podemos dizer que o ensino de história passou a ser uma área valorizada pelos historiadores deixando para trás o tempo em que era vista como algo de menor relevância. Assim o ProfHistória pode contribuir para uma revitalização da licenciaturas e para uma maior integração da pós-graduação com a graduação.

O Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (ProfHistória) pode, assim, cumprir seu objetivo: proporcionar formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica, visando a dar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História.

HISTORY TEACHING, TEACHER DEVELOPMENT AND POSTGRADUATE COURSES

Abstract: This work presents some reflections about the challenges of teaching development of elementary and high school education. The basic idea is to follow the different moments of these trajectory, beginning with the first courses in the 1930's; the changes bringing the military regime with university reform and development of Postgraduate courses in Brazil; finally we analyse the beginning of professional master courses.

Keywords: Teaching of history. Professional master. History teaching development. Historiography.

Notas

¹ Logo em seguida, em agosto de 1965, foi sancionada a Lei nº 4.759, dispondo que as “Universidades e Escolas Técnicas Federais da União, vinculadas ao MEC, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado”. No caso do Rio de Janeiro e Niterói, as universidades passariam a denominar-se UFRJ e UFF. Finalmente, em 1967, o Decreto-lei nº 464 instituiu a Reforma Universitária e em 69, o Parecer nº 77/69 fixou normas para o credenciamento dos cursos de pós-graduação, aprovado pelo CFE (FALCON, 2012).

² SAVIANI, Demerval. *A Nova Lei da Educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

³ Posteriormente, foi homologado um parecer do Conselho Nacional de Educação fixando diretrizes para a formação de professores da educação básica em que a carga horária mínima para a prática como componente curricular foi elevada para um total de 400 horas. Ver Parecer CNE/CP 28/2001, homologado em 17/01/2002 e publicado no Diário Oficial da União em 18/01/2002.

⁴ SAVIANI, op. cit.; RICCI, Cláudia Sapag. *A formação do professor e o ensino de história*. 2003. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

⁵ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestrado Profissional: o que é? *Fundação Capes*, 1 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 8 set. 2016.

⁶ Grupo de Trabalho sob a coordenação da Prof. Dra. Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ) para discutir como as iniciativas e as produções voltadas para a Educação Básica poderiam ser consideradas nas avaliações dos Programas de Pós-graduação pela CAPES. Nesse grupo, integraram-se os profs. José Rivair Macedo (UFRGS) Surama Conde Sá Pinto (Universidade Severino Sombra), Keila Grimberg (UNIRIO), Regina Maria da Cunha Bustamante (UFRJ), Joana Neves (UFPB) e Cláudia Engler Cury (UFPB).

⁷ Frentes tais como: 1) na formação inicial: compromisso da pós-graduação com o desenvolvimento das licenciaturas em diferentes modalidades (presencial, semipresencial e educação à distância); 2) na formação continuada: lato sensu / extensão, voltada para a formação de professores; 3) no impacto da produção do Programa na graduação, produção didática, utilização pública e escolas; 4) no envolvimento dos Programas de Pós-graduação nas políticas públicas educacionais em diferentes níveis; 5) na participação dos docentes dos Programas nas políticas de inserção dos alunos de Ensino Médio na pesquisa universitária (Iniciação Científica Júnior, Jovens Talentos...); 6) na elaboração de livros didáticos avaliados pelos Programas do MEC (PNLD, PNLEM); 7) na elaboração, organização e difusão de livros paradidáticos e outros materiais didáticos em diferentes mídias (CD/DVD/websites...).

⁸ Professores Carlos Fico, Claudia Wasserman e Marcelo Magalhães.

⁹ A proposta foi inicialmente apresentada pela Prof^a Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ) e desenvolvida por docentes vinculados a seis instituições do Rio de Janeiro, a saber: Alexandre Fortes (UFRJ), Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (UFRJ), Carmen Teresa Gabriel Anhorn (UFRJ), Felipe Magalhães (UFRJ), Giselle Martins Venâncio (UFF), Helenice Aparecida Bastos Rocha (UERJ), Keila Grinberg (UNIRIO), Luis Reznik (PUC-Rio), Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO), Márcia Chuva (UNIRIO), Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ), Mariana Aguiar Ferreira Muaze (UNIRIO), Rebeca Gontijo Teixeira (UFRJ) e Regina Maria da Cunha Bustamante (UFRJ). Esse grupo inicial foi responsável pela elaboração do Projeto e do Regimento do Programa de Mestrado Profissional de Ensino em História (PROFHISTÓRIA) que, posteriormente, agregou novos colaboradores do Rio de Janeiro e de outras regiões do país. No total, participam docentes vinculados a seis Instituições de Ensino Superior

da região sudeste do país; cinco da região sul; uma da região nordeste; e uma da região norte.

¹⁰ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Tocantins.

¹¹ Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Sergipe, Universidade do Estado da Bahia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Estadual do Paraná, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Regional do Cariri, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de São Paulo.

Referências

BELTRÃO, Kaizô. *Perfil do historiador graduado*. Documento de Trabalho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 9, p. 51-65, 1994. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm>. Acesso em: 5 jun. 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestrado Profissional: o que é? *Fundação Capes*, 1 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 8 set. 2016.

_____. Parecer CNE/CES 1363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 jan. 2002. Seção 1, p. 60.

BRASIL. Parecer CNE/CES 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jul. 2002. Seção 1, p. 50.

_____. Resolução CNE/CES 13/2002, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 33.

_____. Parecer CNE/CP 009/2001, aprovado em 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 ago. 2002. Seção 1, p. 31.

_____. Parecer CNE/CP 28/2001, aprovado em 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 ago. 2002. Seção 1, p. 31.

_____. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). *Fundação Capes*, 22 nov. 2010. Disponível em: <<http://capes.gov.br/educacao-a-distancia/profhistoria>>. Acesso em: 8 set. 2016.

CHÍCARO, Sandra Conceição Ribeiro. *Formação pedagógica do enfermeiro professor para o ensino superior*. 2015. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

I CONGRESSO de Professores do Ensino Médio. *Boletim de História*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 195-197, jan./jun. 1961.

CONSELHO Federal de Educação. Didática da História. *Boletim de História*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 151-155, ago. 1963.

COSTA, Arthur Nogueira Santos e. Ensino de história e currículo: entrevista com Cláudia Spag Ricci. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 29, n. 54, p. 283-294, jan./jun. 2016.

DOMINGOS, Manuel. A trajetória do CNPq. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 19-40, jul./dez. 2004.

FALCON, Francisco José Calazans. O Programa de Pós-graduação em História Social do IFCS/UFRJ: um ensaio de história e memória. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 6-24, jul./dez. 2012.

_____. A pós-graduação como objeto histórico. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, ano I, p. 118-133, 1999-2000.

FALCON, Francisco José Calazans. O I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior. *Boletim de História*, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 187-196, ago. 1963a.

_____. O II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Boletim de História*, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 197-203, ago. 1963b.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. Por um novo ensino de história: os desafios dos anos 1950-1960. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____. Relendo memórias. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 6-24, jul./dez. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do Ensino de História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 79-93, jan./jun. 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). *Capes, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV*. Brasília, DF: CAPES, 2002.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 24-29, 2005.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. Mestrado profissional de história e a formação docente para a pesquisa. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 2, n. 6, p. 210-222, ago. 2013. Edição especial.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MOREIRA, Marco Antonio. O mestrado (profissional) em ensino. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 131-142, jul. 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p. 48-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

MUGUET, Carine Silva. *1964: as efemérides do golpe e a produção historiográfica acadêmica pós-1964 (1994-2014)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Boletim de História: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia – 1958/1963*. 1998. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RESNIK, Luis. *Tecendo o amanhã: a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos (1931 a 1945)*. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

RICCI, Cláudia Sapag. *A formação do professor e o ensino de história*. 2003. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950*. 2002. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ROUSSO, Henry. *La dernière catastrophe: l’histoire, le présent, le contemporain*. Paris: Gallimard, 2013.

SAVIANI, Demerval. *A Nova Lei da Educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

UM POUCO de luz sobre a educação no Brasil e suas causas. *Boletim de História*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2-3, p. 133-145, jan./mar-abr./jun. 1959.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de História. Pós-Graduação - ProfHistória. *Instituto de História UFRJ*, [20–]. Disponível em: <<http://historia.ufrj.br/posprofhistoria.php>>. Acesso em: 8 set. 2016.

Recebido em: 29/07/2016

Aprovado em: 01/10/2016

Quando o ensino vira tema de pesquisa: o ensino de História na Pós-Graduação em História

Ricardo de Aguiar Pacheco*

Helenice Rocha**

Resumo: O uso do termo “Ensino de História” como expressão de uma área de pesquisa é observável em diferentes contextos do campo acadêmico nacional. Neste artigo desejamos refletir especificamente sobre a emergência e consolidação do que estamos chamando de “Subárea do Ensino de História” no interior da “Área de História.” Mais precisamente, nos interessa evidenciar o surgimento e crescimento do uso do termo Ensino de História no interior dos programas de Pós-Graduação avaliados pela Área de História da Capes nos últimos quinze anos. Tomando por base os dados e informações oferecidos pelos programas de Pós-Graduação em História na Plataforma Sucupira, realizamos levantamento e sistematização da ocorrência. No artigo identificamos que esse tema se consolida como uma vertente de pesquisa no interior de programas de Pós-Graduação em História com características, objetos e abordagens próprias.

Palavras-chave: Ensino de história. Pós-Graduação. Linha de pesquisa.

A emergência do termo “Ensino de História” como designação de uma área de pesquisa é observável em diferentes contextos e

* Doutor em História e Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: pacheco_ricardo@yahoo.com.br

** Historiadora e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: helarocha@gmail.com

levantamentos do campo acadêmico nacional. Podemos encontrar o termo “Ensino de História” tanto na nomeação e descrição de grupos de pesquisa chancelados pelo CNPq como em áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduações. Este artigo se propõe a apresentar um conjunto de dados empíricos que evidenciem como a pesquisa sobre o processo social que envolve a transmissão e apropriação de conhecimentos históricos tem se materializado nos Programas de Pós-Graduação em História (PPGHs) no Brasil nesse início do século XXI.

Os processos de transmissão e apropriação de conhecimento histórico na sociedade se operam em diferentes contextos e instituições, sendo a escola o espaço formal designado para esse fim. As interpretações do passado estão materializadas em espaços como os museus e sítios históricos. Elas fazem uso de linguagens como o cinema e as manifestações culturais, traduzindo diferentes usos do passado (HARTOG, 2013). Se subordinam ou se contrapõem a diferentes projetos de sociedade, como evidenciam as lutas curriculares do Brasil contemporâneo.

Tais processos se tornaram objeto de reflexão sistemática de um grupo cada vez maior de pesquisadores ligados à Área de História e Educação, o que é concretizado em publicações como a de Circe Bittencourt (2009), que revisa argumentos do debate sobre o campo. Obras de sistematização do debate, como a de Selva Guimarães e Marcos Silva (2014), que elencam desafios vencidos e por enfrentar. Diversos outros autores apresentam estudos de fôlego explorando abordagens metodológicas para orientar as atividades de ensino tais como as de Maria Auxiliadora Schmidt (2010) e Katia Abud (2010). Em paralelo, a formação dos professores de história é objeto de pesquisadores como Ana Maria Monteiro (2007). Entre outros autores de um campo que se expande expressivamente, especialmente a partir do século XXI.

Nas últimas décadas também se consolidaram ao menos dois eventos acadêmicos de nível nacional voltados ao tema do Ensino de História. O Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de

História e o Perspectivas do Ensino de História que, em suas reuniões, aglutinam um número cada vez maior de investigadores em diferentes níveis de formação. Além de incontáveis eventos locais e regionais. Muitas dessas reuniões nos deixaram a publicação de obras coletivas que reúnem artigos ali apresentados, evidenciando a ampliação do debate e a sua diversificação.

Mesmo antes de se constituir como linha de pesquisa em programas de Pós-Graduação, o tema já mobilizava pesquisadores da Educação e da História preocupados com a complexidade de tal processo, sua interface com aspectos políticos, pedagógicos, históricos, psicológicos, entre outros. Vale registrar que os processos de transmissão do conhecimento histórico já são objeto de pesquisa em programas de pós-graduação em Educação há algumas décadas, resultando em dissertações e teses, artigos e livros. Pesquisas como a de Flavia Caimi (2001) evidenciam essa distribuição e os temas de pesquisa que foram privilegiados ao longo do tempo. A pesquisadora registra, no final do século XX, um número expressivo de pesquisas sobre o Ensino de História na Área de Educação, e quantidade proporcionalmente menor na Pós-Graduação em História.

Entretanto, e é a esse fenômeno que iremos nos dedicar, vem ocorrendo um crescimento da pesquisa sobre o Ensino de História no interior dos PPGHs. Buscando utilizar os referenciais teóricos e metodológicos dessa disciplina acadêmica na interface com a Educação, compreendemos que esse crescimento representa a constituição de um “campo” ou subcampo – utilizando a terminologia de Pierre Bourdieu – ou subárea – utilizando a terminologia do CNPq – da História. Desejamos aqui evidenciar que, sem ambicionar a exclusividade temática, mas a especificidade da abordagem, tal movimento carrega implicações epistemológicas e políticas relevantes para a Pós-Graduação em História.

Num tempo em que o conhecimento – seja na forma de ciência, tecnologia, informação ou simples opinião – circula livremente na sociedade, o cuidado com os seus processos de difusão se impõe. Por isso, consolidar a pesquisa sobre o “Ensino de...” tem

sido a preocupação de um número cada vez maior de pesquisadores originários de diferentes campos de conhecimento. Evidência dessa particularidade é que a Capes constituiu, no ano de 2011, o Comitê de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da “Área de Ensino”, que já conta com 139 Programas. Praticamente todos voltados ao ensino das disciplinas exatas ou da natureza. O que sugere a pertinência do tema de pesquisa do “Ensino de História” no interior da Área de História.

Neste artigo desejamos refletir especificamente sobre a emergência e consolidação do que estamos chamando de Subárea do Ensino de História no interior da Área de História. Mais precisamente, nos interessa evidenciar o surgimento e crescimento do uso do termo Ensino de História no interior dos programas de pós-graduação avaliados pela Área de História da Capes nos últimos quinze anos. Desejamos perceber que tipo de objeto de pesquisa, de abordagens, ou pensamento científico são nomeados por este termo nos Programas de Pós-Graduação em História (PPGHs).

Para isso foi realizado o levantamento e a tabulação das informações prestadas pelos PPGHs na Plataforma Sucupira tomando por base os relatórios apresentados no ano de 2015. As informações constantes da Plataforma Sucupira nos permitem conhecer o número de programas de pós-graduação do país e suas características gerais. Assim iniciamos nossa observação fazendo uma sistematização de alguns recortes obtidos nesta base de dados. De forma secundária foram utilizadas as informações constantes nos websites de cada programa onde pudemos conhecer o uso do termo Ensino de História no interior da área de história. Também foram consultadas as bases da Plataforma Lattes e do Diretório de Grupos de Pesquisa para busca de dados complementares dos pesquisadores ligados a temática.

Na sistematização destes dados realizamos, primeiro, uma organização quantitativa observando números absolutos e relativos frente a alguns indicadores – números de programas, de áreas, linhas, docentes e dissertações – e, posteriormente, uma análise qualitativa das descrições das áreas de concentração, das linhas de pesquisa voltadas ao tema do Ensino de História dentro dos PPGHs e das

dissertações produzidas no seu interior. No último momento deste artigo visitamos os Currículos Lattes dos docentes ligados a estas linhas de pesquisa procurando perceber as características mais gerais das pesquisas desenvolvidas.

Logo, é importante ressaltar que todos estes dados foram obtidos em bases de dados dinâmicas e instáveis sujeitas a mudanças constantes com o acréscimo ou substituição de informações por parte dos agentes que as alimentam. O nosso resultado, portanto, aponta mais para os contornos e possibilidades de um jovem campo do que para uma radiografia nítida de um campo estabelecido.

55

As evidências de um campo de pesquisa

A Plataforma Sucupira é a base de dados desenvolvida pela Capes que reúne e apresenta ao público o conjunto de dados e informações sobre a pós-graduação no Brasil. Nela podem ser realizadas consultas sobre diferentes aspectos do sistema da pós-graduação brasileira.

Quadro 1 – PPGs avaliados pela área de História da Capes em 2015

	PPGHs (Área de Avaliação: história; em funcionamento; 2015)	PPGHs Com linha de pesquisa sobre ensino de história	Percentuais
PGHs Acadêmicos	61	08	13%
PGHs Profissionais	08	06	75%
PGH Profissionais em Rede	12	12	100%
Total	81	26	32%

Fonte: Plataforma Sucupira, 2016. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>.

No Quadro 1 sistematizamos os dados obtidos na Plataforma Sucupira através da consulta ao quadro dos “Dados Cadastrais do Programa.” Refinando a consulta para a “Área de História” somos informados que, no ano de 2015, havia 81 programas de pós-graduação ligados a ela. Destes, 61 programas ofereciam o curso de mestrado e doutorado acadêmico e 20 o curso de mestrado profissional, sendo 12 destes em uma rede.

Ainda na Plataforma Sucupira é possível consultar o quadro “Linhas de Pesquisa.” Nesse universo de pesquisa vemos que, dos 81 PPGHs, 26 possuem ao menos uma linha de pesquisa voltada ao Ensino de História. Neste recorte de pesquisa vemos que 8 oferecem o curso de mestrado acadêmico e 18 o curso de mestrado profissional. Entre os mestrados profissionais temos a inclusão do ProfHistória, programa em rede, que no ano de 2015 articulava 12 instituições.

O Quadro 1 apresenta algumas evidências factuais sobre o uso do termo Ensino de História na área de história. A primeira delas diz da amplitude do termo no campo. Entendemos que a abertura de linhas de pesquisa voltadas ao tema demarca que estes programas de Pós-graduação possuem docentes como interesse por projetos de pesquisa que – para além dos temas da tradição historiográfica – tratem de formas específicas de usos do passado. São programas que possuem docentes e grupos de pesquisa que se ocupam dos processos de difusão e de apropriação dos conhecimentos históricos em processos de ensino formal ou informal, em veículos de mediações culturais em torno da História.

Os percentuais do Quadro 1 indicam que, no ano de 2015, 32% do PPGHs abrigam linhas de pesquisa sobre o Ensino de História. O tema Ensino de História era objeto de interesse de linhas de pesquisa em 13% dos programas com mestrado e doutorados acadêmicos e 75% dos mestrados profissionais. Sendo o tema único do programa em rede da área.

Observamos que o tema do Ensino de História se desenvolve tanto em cursos de mestrado e doutorado acadêmicos como em mestrados profissionais. Sem desejar estabelecer distinção entre estas duas categorias de mestrado, é possível afirmar que a área de história entende ser possível desenvolver tanto estudos acadêmicos sobre o Ensino de História quanto estudos que possibilitem o aprofundamento da formação dos profissionais do ensino básico que atuam com História, materializadas em dissertações e produções de natureza didática sustentadas teoricamente, nos cursos acadêmicos e profissionais, respectivamente.

No caso específico do ProfHistória, o mestrado profissional em rede nacional, o tema do Ensino de História foi o eixo mobilizador de sua área de concentração. Seu processo de avaliação é unificado nacionalmente, mas os alunos aprovados são inscritos em cada universidade que compõe a rede, realizando ali suas disciplinas, orientação e conclusão do curso.

No Quadro 2 organizamos as informações básicas sobre as 26 instituições que têm PPGHs onde existem linha de pesquisa voltadas ao Ensino de História. Tomando por base as informações da Plataforma Sucupira referentes ao ano de 2015 tabulamos: o nome da universidade que o sedia, a sua categoria, sua nota na avaliação de 2013, a data de criação do programa, a data de criação da linha de ensino, o nome da área de concentração, o nome da linha de pesquisa que aborda o ensino.

Quadro 2 – Recorte da Análise

IES	Categoria	Nota	Criação PGH	Criação da Linha	Área de Concentração	Linha de Ensino
UFPB	Acad.	3	05/11/2004	2005	História e Cultura Histórica	Ensino de História e Saberes Históricos
UEL	Acad.	3	01/06/2006	2007	História Social	História e Ensino
UFG	Acad.	5	01/01/1972	2008	Cultura, Fronteiras e Identidades	Fronteiras, Interculturalidades E Ensino de História
UFMT	Acad.	4	09/12/2010	2012	Territórios e Fronteiras	Ensino de História, Memória e Patrimônio
FURG	Prof.	3	14/12/2011	01/01/2012	História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem	Prática e pesquisa no Ensino de História
						Campos e linguagens da História
UNIRIO	Acad.	4	21/11/2006	01/01/2013	História Social	Patrimônio, Ensino de História e Historiografia

UERJ	Acad.	4	31/01/2006	28/02/2013	História Social	Historiografia e Ensino de História
UCS	Prof.	3	21/08/2012	01/01/2013	Ensino de História.	Linguagens e Cultura no Ensino de História
						Fontes e Acervos na Pesquisa e Docência em História
UFRB	Prof.	3	03/06/2013	01/01/2013	História da África, da diáspora e dos povos indígenas	Ensino de História, Educação Inter-Etnica e Movimentos Sociais
UEMA	Prof.	3	03/07/2013	01/01/2013	História Ensino e Narrativas	Memória e Identidades
						Historiografia e Linguagens
UFV	Prof.	3	03/07/2013	01/01/2014	Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	Educação e Patrimônio.

UFT	4	Prof/ Rede	02/08/2013	01/08/2014	Ensino de História	Saberes Históricos no Espaço Escolar
PUCRIO						Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão
UDESC						
UERJ						
UFSC						Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória
UFMS						
UNIRIO						
UFRJ						
FURG						
UFRGS						
UFF						
UFRRJ						
UFG Catalão	3	Prof.	03/07/2013	14/08/2014	História, Cultura E Formação De Professores	Cultura, Linguagens E Ensino de História; História, Sociedade E Práticas Educativas
UFCG	3	Acad.	21/11/2006	12/05/2015	História, Cultura e Sociedade	História Cultural das Práticas Educativas
UFRPE	3	Acad.	31/01/2006	03/08/2015	História Social da Cultura Regional	Ensino de História e Cultura Regional

Fonte: Plataforma Sucupira, 2016. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>.

O Quadro 2 está ordenado tomando como base a data de criação das linhas que tratam do Ensino de História nos PPGHs listados. Estas datas foram obtidas através da Plataforma Sucupira. As mais antigas foram confirmadas junto ao próprio PPGH que a abriga.

Essa cronologia da criação das linhas de pesquisa que abordam o Ensino de História nos indica que a primeira linha da subárea é a do PPGH de UFPB que data do momento da instalação do programa em 2005. Em 2007 o PPGH da UEL também se inicia com uma linha voltada ao tema do Ensino de História. A terceira linha surge em 2008 no processo de reformulação do PPGH da UFG. Podemos qualificar estes três programas como pioneiros na identificação deste campo temático como objeto da Área de História. Essa sequência e ritmo de criação permite inferir que, naquele momento, o tema do ensino possuía um lugar ainda pouco expressivo nos programas em História, apesar de poder possuir uma produção intelectual significativa.

Esta condição se altera nos anos seguintes, quando a criação de linhas se acelera. Em 2012 surge uma linha na reestruturação do PPGH da UFMT e ocorre a criação do PPGH da FURG, o primeiro a ter o tema do Ensino de História como área de concentração. No ano de 2013 surgem 5 PPGHs com linha sobre Ensino de História. Os PPGH da Unirio e da UERJ fazem sua reestruturação abrindo cada qual a sua linha voltada ao Ensino de História. No mesmo ano foram abertos três PPGH tendo o Ensino de História como área de concentração: UCS, UFRB, UEMA. No ano de 2014 é criado o mestrado em rede ProfHistória reunindo 12 IES e tendo o Ensino de História como área de concentração. Em 2014 foram abertos os PPGHs da UFV e da UFG (Campus de Catalão) que também têm o Ensino de História como área de concentração. No ano de 2015 os PPGHs da UFCG e da UFRPE se reestruturaram criando novas linhas voltadas ao Ensino de História.

Essa cronologia nos leva a concluir que há um crescimento muito expressivo de linhas de pesquisa sobre o Ensino de História. Dos três primeiros programas com linhas no quadriênio 2005-2008 passamos para o quadriênio 2012-2015 com a criação de linhas de pesquisa em 23 PPGHs. Mesmo expurgando o impacto das 12 instituições em rede do ProfHistória, são 11 programas a mais nesse

quadriênio, o que é muito expressivo na constituição da área. Esse ritmo pode ser interpretado por diferentes pontos de vista, todos eles referidos a fatores contextuais.

Um deles é o incremento na formação de quadros de pesquisadores no campo e a expansão das universidades possibilitando seu ingresso, especialmente as federais, o que é um fenômeno que coincide com o período examinado. O crescimento de teses e dissertações sobre o Ensino de História atesta esse incremento. A ampliação dos quadros nas universidades brasileiras, tanto na graduação quanto na pós-graduação, é de conhecimento público entre os anos de 2003 e 2014, ainda a ser consolidado como objeto de estudos.

No conjunto de políticas que foram implementadas durante esse período houve o desenvolvimento de uma forte política de indução promovida pela Capes. A criação da Diretoria de Educação Básica no interior da Capes, no ano de 2009, materializou a intenção dessa agência reguladora em induzir a pós-graduação a observar a educação básica como tema de pesquisa e espaço de atuação. Uma das estratégias foi indicar aos programas o interesse por pesquisas voltadas ao ensino através de editais específicos, a exemplo do Pibid e do Observatório da Educação. Mas indicativos também foram dados nos relatórios das comissões de avaliação dos PPGHs. Um estudo comparativo com outras áreas do conhecimento (como Matemática, Física, Letras...) poderá evidenciar esta hipótese sobre o crescimento do interesse pela pesquisa do ensino não apenas no campo da história, mas nas diferentes áreas científicas.

Os interesses do Ensino de História

O crescimento das linhas de pesquisa ligadas a esse campo de investigação nos dá testemunho do crescente interesse nos objetos do Ensino de História no interior dos PPGHs. Esse fenômeno nos faz perceber a emergência e a consolidação do que estamos nomeando como “Subárea do Ensino de História” no interior da “Área de História.” Esse crescimento evidencia que o tema do Ensino de História recebe o interesse de um conjunto cada vez maior de

historiadores. Cabe, portanto, percebermos que objetos do campo da pesquisa histórica são incorporados nesse campo de interesse.

Uma observação preliminar pode indicar que as investigações nomeadas pelo termo “Ensino de História” têm objetos particulares tais como: os processos de ensino e aprendizagem dos conhecimentos históricos no ensino formal ou não; as formas de apropriação do conhecimento histórico nos espaços de memória que realizam o ensino informal; os meios de difusão e propagação da história pública; os agentes que atuam ou atuaram com mediadores culturais visando divulgar a História através de algum canal específico de comunicação, com destaque para alguns dos usos possíveis do passado.

Para verificar esta hipótese inicial construímos o Quadro 3 a partir das descrições das Áreas de Concentração e das Linhas de Pesquisa identificadas no Quadro 2 como ligadas ao Ensino de História. Entendemos que estas descrições não dizem sobre as pesquisas que efetivamente se desenvolvem no interior da linha. Antes elas são a fala dos docentes desta linha sobre o que estes definem como seu campo de interesse. Desta forma as descrições das áreas e linhas manifestam as intenções de pesquisa dos docentes da Pós-graduação em História para a Capes e para a comunidade acadêmica.

Para a construção do Quadro 3 as descrições das áreas de concentração e linhas de pesquisa foram agrupadas como um texto único. Após foi realizado o processamento do texto através de *software* de identificação da frequência das palavras no texto. Excluindo as palavras que tem função conectiva (como artigos e proposições) chegamos ao sumário dos termos mais recorrentes nas descrições que abordam o Ensino de História.

No Quadro 3, portanto, apresentamos o *sumário de termos recorrentes* nas descrições das áreas de concentração e das linhas de pesquisa que abordam o Ensino de História. Para dar maior consistência analítica estes termos foram reunidos em *Grupos* numerados de termos correlacionados. Para evidenciar sua relevância apresentamos o número de ocorrências do termo no conjunto de descrições. Mas também foi isolado o *número de descrições* em que o termo aparece dentro do recorte de 4 áreas de concentração e 22 linhas de pesquisa já apresentadas no Quadro 2. Para evitar uma

sobrevalorização do programa em rede ProfHistória estamos considerando suas descrições, que se repetem em 12 instituições, como sendo uma única proposta, assim, apontamos o *nº de programas* em que o termo ocorre, tomando o total de 15 PPGHs.

Quadro 3 – Sumário de termos recorrentes nas descrições das áreas de concentração e das linhas de pesquisa que abordam o Ensino de História

Grupos	Termos recorrentes	Nº ocorrências	Nº descrições 4 Áreas e 22 Linhas de Pesquisa	Nº programas 15 PPGHs
Grupo 1	Ensino	75	21	14
	Ensino de História	47	19	14
	Educação	16	11	8
Grupo 2	Cultura	45	12	12
	Cultural	19	6	6
	Culturais	4	4	4
Grupo 4	Prática (educativa)	35	13	10
	Professor/es	14	10	9
	Formação (docente)	16	11	9
Grupo 3	Escola/ escolar	36	14	11

Grupo 5	Espaços	23	12	9
	Histórico/a	42	16	10
Grupo 6	Memória	25	9	9

Fonte: *Websites* dos programas de pós-graduação selecionados no Quadro 2.

59

O Grupo 1 de termos sumarizados das descrições de áreas e linhas evidencia que o termo mais recorrente é justamente “ensino” e “Ensino de História” ao mesmo tempo que diz da menor recorrência do termo como “educação.” Considerando que nosso recorte inicial de pesquisa buscou as descrições de áreas e linhas que se referissem ao Ensino de História pode parecer natural que o termo “ensino” seja o mais recorrente. Ele tem 75 ocorrências – sendo que em 47 destas aparece na expressão “Ensino de História” – em 21 das 22 linhas de pesquisa e 14 dos 15 programas aqui recortados.

Isso posto temos que apenas o PPGH da UFRV prefere utilizar o termo “educação” para nomear o objeto teórico de que trata. Ainda assim, o faz adjetivando o termo com “educação patrimonial” e “educação ambiental” para expressar que sua linha de pesquisa investiga o emprego de metodologias de ensino específicas a estes objetos.

Essa grande preponderância do termo “ensino” não deve ser tomada como algo trivial ou óbvio. Estes termos são utilizados para a nomeação de um campo de investigação, para designar o recorte de um objeto teórico no interior do campo acadêmico o que, indiscutivelmente, é uma estratégia da disputa simbólica.

Considerando o caráter de opção da nomeação voltamos a lembrar que o termo “ensino” é utilizado atualmente de forma genérica por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento para distinguir o debate que fazem sobre as práticas pedagógicas de sua área. Como vimos antes, a Área de Ensino da Capes é constituída, sobretudo, por programas ligados ao campo das ciências da natureza. Mas, esta também é uma tendência em História.

Durante o século XX, a produção acadêmica sobre os processos ensino-aprendizagem dos conhecimentos acadêmicos, no que se refere à História, foi denominada por “Didática de História” ou “Metodologia do Ensino de História” enfatizando os aspectos técnicos desse ensino, conforme afirma Rocha (2015).

Contudo, a análise das descrições das áreas e linhas recortadas por esta análise nos evidencia que, nos PPGHS, a nomenclatura amplamente utilizada para designar esse campo de investigação tem sido “Ensino de História”. Entendemos que isso se deve ao esforço dos pesquisadores da subárea para conferir centralidade ao conhecimento histórico que orienta esse ensino, mais do que aos aspectos técnicos de seu ensino. Entretanto, é necessária permanentemente considerar que o conhecimento histórico que se ensina na escola ou em outros espaços sociais se diferencia em cada um deles, de acordo com a cultura institucional e as necessidades sociais e públicas a que atende, exigindo a consideração da complexidade desse processo de ensino, para além do conhecimento específico que se ensina e aprende.

Portanto o termo “ensino” utilizado na Área de História se refere tanto ao objeto de pesquisa como à aplicação das abordagens teóricas e metodológicas do campo historiográfico a este objeto. Não excluindo o princípio da interdisciplinaridade que marca o campo da história, a conclusão que se coloca nesse Grupo 1 de termos é que a prevalência da nomenclatura “Ensino de História” nas descrições das áreas e linhas de pesquisa sugere o enfraquecimento de uma percepção mais técnica das práticas relativas ao ensino e a valorização maior do conhecimento disciplinar que é alvo desse ensino. O objeto ensino – ou didática – de que se fala nas descrições diz respeito ao objeto de pesquisa em si, mas também enuncia as abordagens teóricas e metodológicas mais gerais que o analisam.

O Grupo 2 de termos recorrentes nas descrições das áreas e linhas de pesquisa é o conjunto “cultura, cultural, culturais” com 45, 19 e 4 ocorrências respectivamente. Somados, estes termos aparecem em 12 descrições de 12 programas diferentes. As exceções aqui são as linhas da UEL, UERJ e UFMT. Essa recorrência evidencia que o conceito de cultura, como ferramenta intelectual, se configura como instrumento relevante para compreender tanto o que se passa

no âmbito do ensino escolar da história como para compreender os processos de difusão do conhecimento historiográfico por meio de diferentes instituições de memória.

Uma hipótese a ser confirmada por uma análise mais detalhada da produção acadêmica destas linhas é que as áreas e linhas de pesquisa voltadas ao ensino da história possuem um diálogo próximo ao campo da história cultural. Podemos sugerir que noções e conceitos oriundos da História Cultural (BURKE, 2008; PESAVENTO, 2003) são mobilizados com forte valor heurístico para a pesquisa no Ensino de História como subárea da História, propiciando a ampliação do horizonte da pesquisa histórica nessa subárea.

Sabemos que o reconhecimento das representações e práticas sociais como objeto de investigação proposto pelo movimento da História Cultural permitiu a emergência de inúmeros objetos de pesquisa. Utilizando o aporte das representações culturais, a percepção do campo simbólico abriu espaço aos estudos dos processos de difusão da memória social em instituições como os museus e o patrimônio cultural (HARTOG, 2013). Já os estudos sobre as práticas de leitura (CHARTIER, 1999) contribuem para a investigação dos processos de transmissão social do conhecimento escolar, especialmente no que se refere aos materiais impressos e à mediação que ocorre da produção à recepção dos mais diferentes bens simbólicos mobilizados pelo ensino, como os museus (RAMOS, 2004).

O terceiro termo mais recorrente nas descrições das áreas e linhas de pesquisa ligadas ao Ensino de História é “escola/r” com 36 ocorrências em 14 linhas de 11 PPGHs. Paralelo a este temos o termo “espaços” com 23 ocorrências em 12 linhas de 9 PPGHs se referindo aos equipamentos difusores de versões do passado. Correlacionados, os termos “escola” e “espaços” manifestam o interesse de 14 PPGHs pelos lugares onde se dá a transmissão do conhecimento histórico para o conjunto da sociedade ou para grupos sociais específicos. Juntos, estes dois termos descrevem os lugares privilegiados para a observação dos processos de Ensino de História: a escola e os lugares de memória. A exceção aqui é o PPGH da UFCG que descreve que o ensino deve ser observado nas relações sociais.

O lugar “escola” é conhecido como instituição social de transmissão do conhecimento sistematizado, como lugar de formação

de identidades sociais, onde o conhecimento histórico tem, historicamente, seu lugar na construção do sujeito político do tempo presente. O ensino formal de história na escola é, portanto, um objeto de forte interesse nas descrições. Mas ao lado da escola coexiste o interesse pelo conjunto de “espaços” educativos informais. Especial destaque neste contexto ganha o termo “patrimônio/patrimonial” que, com 15 ocorrências, está presente em 7 PPGHs.

Os lugares de institucionalização da memória – como sítios históricos, museus, espaços públicos – bem como os meios de comunicação de massa – difusores da história pública – também são objeto de investigação da subárea de Ensino de História por se constituírem em lugares onde o conhecimento histórico se difunde, onde se percebe a construção de representações do passado.

O Grupo 4 reúne o termo “prática” que, com 35 ocorrências, aparece na descrição de 10 programas, ou seja, dois terços do recorte observado. O termo “prática” aparece sempre remetendo, explicita ou implicitamente, às ideias de “prática pedagógica,” “prática docentes,” “prática de ensino” ou “prática escolar.” Ou seja, o termo “prática” é utilizado para designar o ato de ensinar evidenciando o fazer do profissional de história (seja ele professor ou não), sendo o principal foco de interesse para as pesquisas nos PPGHs.

Entretanto as linhas de pesquisa que se dedicam às práticas não deixam de conferir atenção a outros aspectos da formação tais como os saberes acumulados pelo docente e sua experiência de pesquisa, termos que habitualmente aparecem juntos. Algumas vezes a prática está referida a algo mais amplo, como prática cotidiana, prática social, ou prática artística.

Essa preocupação com a prática também se relaciona ao termo “formação” que tem 16 ocorrências aparecendo em 11 linhas de 9 PPGHs. Este termo, na maioria das vezes, refere-se à formação do “professor/es” que tem ocorrência em 14 descrições de 9 programas. Isso nos aponta para a estreita relação que a subárea de Ensino de História estabelece entre o desenvolvimento da reflexão teórica e analítica e a qualificação da atividade profissional do professor. Ou seja, aparentemente a subárea se preocupa em estabelecer relação entre teoria e prática, como uma exigência do mundo contemporâneo para o campo acadêmico. Por conseguinte, os pesquisadores dessa

subárea se esforçam para converter suas pesquisas em tecnologia social capaz de provocar mudança qualitativa das relações sociais e das instituições que estudam.

O quinto termo mais frequente nas descrições é o adjetivo “histórico/a” que, com 42 ocorrências, qualifica objetos teóricos das descrições de 16 áreas e linhas em 10 PPGHs. Neste sentido vemos o interesse de pesquisa em objetos amplos como a cultura histórica e o saber histórico de professores e alunos. Também há menções a objetos como fonte histórica e temáticas históricas e o uso de conceitos consolidados na Área de História, como os de narrativa histórica e de conhecimento histórico.

Entendemos que a presença significativa do adjetivo “histórico” qualificando vários objetos teóricos reforça a percepção de que as pesquisas da subárea desejam ser reconhecidas como um desdobramento da pesquisa histórica. Por outro lado, podemos entender que, ao utilizar os objetos adjetivados com o termo “histórico/a”, as investigações focam o que podemos aqui chamar de pensamento histórico. Buscam estudar as diferentes ferramentas e instrumentos que permitem ao sujeito dos processos educativos reconhecer o impacto da dimensão temporal na sua experiência cotidiana. Estes adjetivos denotam a preocupação com essa forma própria de observar e entender o mundo social que (só) o reconhecimento da dimensão histórica possibilita.

Essa preocupação com a qualificação do pensamento histórico também se manifesta no último termo que tem destaque nas descrições das áreas e linhas. O termo “memória” tem 25 ocorrências e está presente nas descrições de 9 PPGHs. Ele aparece em contextos que remetem tanto a sua dimensão individual como coletiva e social, evidenciando que a complexidade dos estudos da memória, bem como sua relevância na constituição das identidades contemporâneas, se reflete nos estudos da subárea do Ensino de História.

Podemos dizer que o tema da memória também tem mostrado potencial heurístico para as pesquisas da Subárea do Ensino de História. Observa-se interesse pela constituição identitária a partir do ensino da história em sua relação com a memória histórica. Do mesmo modo, o exercício dos direitos e deveres de memória

apresenta elementos instigantes em diferentes temas relativos ao Ensino de História.

Se aceitamos a tese de Le Goff (1990) que a memória social é uma dimensão do mundo social que mantém autonomia frente ao conhecimento científico produzido na academia, seja pela historiografia, seja pelas demais disciplinas da grande área das humanidades, poderíamos dizer que a subárea de Ensino de História pode ter a memória como elemento articulador de suas problemáticas, sua transmissão e suas instituições, suas versões e suas resultantes. Ao investigar a prática profissional em lugares de institucionalização da memória – como escolas e museus – as pesquisas dessa subárea estão se ocupando em perceber como o conhecimento acadêmico sobre o passado das sociedades é difundido no tempo presente; como a produção historiográfica se transforma em história pública; como a memória e a história informam o conhecimento escolar em sua constituição.

A observação sobre os termos recorrentes nas descrições das áreas de concentração e linhas de pesquisa que abordam o Ensino de História nos permite apontar que a pesquisa histórica, tal como compreendida dentro da tradição historiográfica (FERREIRA, 2013), está ocupada em investigar os vestígios do passado e produzir narrativas sobre esse passado. Já a pesquisa sobre o Ensino de História utiliza as ferramentas teóricas e o quadro conceitual da história para investigar formas diversas de circulação das narrativas sobre o passado na sociedade do presente, entre seus agentes e em suas instituições.

As constelações de temas e abordagens das pesquisas

Especialmente nesta seção vale recuperar nossa advertência sobre a provisoriedade do levantamento e das conclusões que ora apresentamos. Para a análise que segue coletamos dados junto aos Currículos Lattes dos docentes dos programas ligados às linhas de pesquisa listadas no Quadro 2. Neles coletamos apenas os títulos das orientações de mestrado e doutorado, em andamento e concluídas, voltadas ao tema do Ensino de História entre os anos de 2000 e 2015.

A essa extensa massa de títulos decidimos conferir um tratamento de organização tipológica. Toda tipologia é arbitrária. Assim, o que foi organizado de uma forma, poderia tê-lo sido de outra. Para analisar os títulos e inferir categorias que seriam os títulos dos grupos temáticos, procuramos considerar as regras de funcionamento do próprio campo do Ensino de História como balizas e, na medida do possível, especialmente os temas e abordagens privilegiados pelos pesquisadores. Também procuramos reconhecer a que grupo de temas de pesquisa o título remetia, dentro das áreas de pesquisa já reconhecidas.

A partir desse conjunto de procedimentos organizamos 14 tipos de temas nos títulos de projetos de pesquisa, dissertação ou tese. Esses tipos possuem naturezas diferenciadas. Alguns são temas, outros indicam grupos temáticos, outros ainda sugerem estratégias de pesquisa. A frequência de trabalhos foi muito variada, conforme se pode depreender do Quadro 4:

Quadro 4 – Tipologia de pesquisas sobre o Ensino de História

Ordem	Temática de pesquisa	Ocorrências
1.	Abordagem de Conteúdos de História Escolar	50
2.	Espaços de memória, educação patrimonial	45
3.	Metodologias e linguagens no Ensino de História	44
4.	História da Educação	35
5.	Teoria da História e Ensino de História	29
6.	Fontes Históricas no Ensino de História	21
7.	Outros (educação, política, memória)	20
8.	História da formação e práticas docentes	18
9.	Narrativas (docentes, discentes, de grupos étnicos)	16

10.	Educação Histórica	14
11.	Currículo	13
12.	Livro didático	07
13.	História do Ensino de História	06
14.	Políticas Públicas	06
Total		324

Fonte: Currículo Lattes dos orientadores das linhas de pesquisa selecionados no Quadro 2.

O Quadro 4 foi organizado conforme a frequência dos temas (da maior para a menor) para informação inicial ao leitor. Cada grupo temático possui identidade própria, apesar de, algumas vezes, um título sugerir filiação a mais de um grupo. Para efeito de análise, utilizamos uma linguagem figurada para as aproximações e distanciamentos entre os grupos temáticos desta lista. Reunimos os grupos que dialogam, ou têm aspectos de identidade entre si, em constelações temáticas.

Algumas constelações reúnem vários grupos de diferentes expressões, como é o caso da grande constelação das Histórias, e outras reúnem um grande grupo, expressivo pela quantidade de seus trabalhos, e que agrega em torno de si outros pequenos grupos, como é a constelação das Abordagens de Conteúdos de História. Vejamos a descrição dessas constelações.

A grande constelação das histórias

Um primeiro agrupamento dos tipos identificados nas pesquisas reúne os temas: História da Educação, Teoria da História e Ensino de História, Narrativas, História da Formação e Prática Docente e História do Ensino de História. Dos 324 trabalhos de pesquisa, 104 constituem trabalhos desta constelação que mantém estreita aproximação à tradição disciplinar da área em aspectos teórico metodológicos.

O maior grupo é o da História da Educação, com 35 trabalhos em 11 instituições. O nicho da história da educação guarda especificidades em relação à história do Ensino de História, como veremos a seguir. Os trabalhos versam sobre aspectos da história da educação, como a história da escolarização, incluindo a história intelectual e biografias de educadores.

A História do Ensino de História, com apenas 6 recorrências em duas instituições, apresenta especificidade em relação à História da Educação. Organiza as pesquisas e confere importância às características curriculares da disciplina História em determinados períodos, aproximando a História do Ensino de História da história das disciplinas escolares e dos debates acerca da história da didática desta disciplina.

Um grupo de pesquisas mais heterogêneo desta constelação foi denominado de Teoria da História e Ensino de História, sendo composto de trabalhos de naturezas diversas e totalizando 29 trabalhos, também em 11 instituições. Pode ser caracterizado como de Teoria da História e Ensino de História. São trabalhos que enxergam o Ensino de História como uma expressão do conhecimento histórico e o abordam com os referenciais teóricos da História. Dessa maneira, problematizam a conceitualização do tempo e do espaço na mediação desse conhecimento, visualizam na história escolar um dos usos possíveis do passado, e procuram ainda extrapolar, para além do espaço escolar, a compreensão do “ensinar a história.” Nesse sentido, há trabalhos que examinam a abordagem do tempo histórico ou das noções de passado, presente e futuro em livros didáticos, em aulas de História ou ainda na educação indígena, evidenciando a potencialidade da problemática do tempo no âmbito do ensino e da aprendizagem.

Uma parte menor parte dos trabalhos desse grupo temático se inspira na teoria germânica da consciência histórica de Jörn Rüsen. Uma parcela dos trabalhos sobre narrativas se relaciona diretamente com essas pesquisas, que as utilizam como expressão da consciência histórica dos sujeitos. O grupo temático das Narrativas, presente em 6 instituições, tangencia o grupo de Teoria e Ensino de História, pois as narrativas, em especial as discentes, são mobilizadas como forma de expressão dos sujeitos.

O grupo História da Formação e Práticas Docentes, com 18 recorrências em 8 instituições, também reúne trabalhos de dois tipos. Um deles é mais especificamente de história. Especialmente das instituições superiores de formação de professores de história. São exemplo deste grupo pesquisas sobre a formação de professores de Estudos Sociais em determinadas instituições, durante o governo militar. O outro grupo visa tratar da especificidade de práticas na formação do docente de História, menos de sua historicidade, voltando-se para práticas existentes na organização curricular ou didática de determinados cursos.

A constelação dos espaços de memória e o Ensino de História

A constelação das histórias ainda poderia abarcar alguns trabalhos estabelecidos na dos espaços de memória. Aqui estão 45 pesquisas em 10 instituições sobre história de localidades e de municípios, além da história de instituições, especialmente educacionais. Tais pesquisas também observam proximidade aos passos do trabalho do historiador no que se refere à crítica, aos métodos e às fontes. Mas, como veremos a seguir, aspectos memoriais e identitários, bem como a importância que ganha a metodologia da educação patrimonial, conferem a essa constelação a sua especificidade e evidenciam que a subárea possui peculiaridades em sua aproximação com o universo educativo que a justificam como região de fronteira.

A concentração mais expressiva de trabalhos em algumas instituições sugere a existência diferenciada, em alguns lugares, de uma cultura de valorização do patrimônio local que ecoa na universidade. Também é de se registrar a predominância desses trabalhos nos mestrados profissionais, em relação aos acadêmicos. Tal predomínio sugere que a valorização da escola como espaço de cultura, dos bens culturais da cidade e ainda, da educação patrimonial como uma necessidade e alternativa educativa no Ensino de História prevalece entre as preocupações de professores, ao buscar continuar sua formação no mestrado. Uma parte desses trabalhos

se volta para a escola e sua cultura, reconhecendo a especificidade do que acontece ali e sua influência no Ensino de História. Outros, valorizam escolas centenárias, procurando registrar sua história.

Outra parte, mais expressiva, valoriza espaços institucionais da cidade, lugares de memória que são considerados relevantes para o ensino da história local. Alguns são espaços tradicionais e já reconhecidos, outros possuem valor para determinadas comunidades e o trabalho visa reconhecer esse valor para além dos limites dessa comunidade. Nesse sentido, um aspecto a destacar é o apelo ao valor da memória para o estabelecimento da importância dos lugares e dos efeitos de seu reconhecimento e valorização na constituição de identidades relacionadas a tais lugares. São exemplos desse tipo de trabalho presentes no corpus examinado os que se voltam para os quilombos espalhados pelo Brasil, no momento atual de valorização memorial da história e cultura negra.

A constelação das metodologias

Apesar de não assumidas com esta nomenclatura, as pesquisas sobre metodologias de ensino estão presentes em 44 trabalhos de 11 instituições. Mas, com os agrupamentos de temas que faremos abaixo, elas serão percebidas em número de 70, em 11 instituições.

Este grupo temático é maior, quantitativamente, nos mestrados profissionais, o que se justifica pelo caráter relacionado à prática profissional destes cursos. Entre os programas de natureza acadêmica, o único que dedica um número expressivo de trabalhos ao grupo temático que denominamos de metodologia é o PPGH da UEL, onde foi possível registrar 10 trabalhos neste grupo, entre 39. Nesse caso específico, a abordagem da Educação Histórica é privilegiada para tratar das metodologias, o que vai aproximar dessa constelação o grupo da Educação Histórica, mesmo considerando suas especificidades. Se observarmos as 4 universidades que estabelecem essa relação, entre Educação Histórica e Metodologias, elas registram 14 pesquisas relativas ao item 10 (Educação Histórica) do Quadro 4 que fazem parte de títulos que também tratam de metodologias de ensino.

Outra relação bastante forte dentro desta constelação é o uso de fontes no Ensino de História, registrada em 21 trabalhos de 7 instituições. Neste caso, as fontes se constituem não como abordagem mas como especificidade do trabalho do historiador que é mobilizada para o Ensino de História. A fonte aqui é vista como recurso didático específico para produzir ensino e aprendizagem de conteúdos de História, contribuindo para a constituição do pensamento histórico.

Os trabalhos que tratam de metodologias e que não se referem à educação histórica e nem ao uso de fontes trazem um conjunto heterogêneo de temas para as pesquisas do Ensino de História. Podemos qualificá-los como trabalhos que se interessam pela potencialidade de diferentes linguagens, além das verbais, presentes em diferentes produtos culturais. Trabalham com a ideia de potencialização do uso de bens culturais que estão presentes na vida cotidiana, povoada pelas imagens e pelas tecnologias, bem como pela arte. Evocam, por exemplo, o uso de imagens no Ensino de História, não necessariamente de fontes. E entre as imagens, o uso do cinema, bem como do teatro. Como abrangem uma diversidade de linguagens, buscam referenciais nos campos relativos a tais linguagens, bem como mobilizam o aporte da história cultural e da teoria da leitura para seus empreendimentos.

A constelação da abordagem de conteúdos da história escolar

Já há algumas décadas, mesmo antes do estabelecimento da pesquisa sobre o Ensino de História na pós-graduação, existem conteúdos curriculares de história que interessam ao pesquisador de história, em busca de saber como ocorre sua abordagem didática. Mantendo-se nessa linha de preocupação, 57 pesquisas em 11 instituições agregam um conjunto de trabalhos em que predominantemente ocorre a análise de abordagens sobre certos temas, em determinados suportes: livros, filmes, jogos etc.

Considerando o corpus de 50 títulos de pesquisas de 11 instituições, na atualidade os conteúdos mais visitados pelas pesquisas são os relativos à história da África, dos povos africanos e afrodescendentes.

Em segundo lugar está pesquisa sobre a abordagem da ditadura militar no Brasil. Depois destas recorrências há pesquisas sobre os temas mais diversos. Vê-se que as temáticas de interesse para essa análise variam e se definem de acordo com determinados marcos, como legislações que respondem a anseios e impactam o currículo e o ensino, tal como a lei 10639/2003, ou o registro de efemérides, eventos comemorativos ou traumáticos tal como a ditadura militar que completou recentemente 50 anos de seu início.

A estrutura dos títulos desses trabalhos oferece a informação que a maioria deles, 45 mais especificamente, utiliza o livro didático como fonte de sua pesquisa sobre a abordagem do conteúdo em questão. Mas, não nos permite deduzir que sejam pesquisas sobre o livro didático, pois tanto podem considerá-lo em sua complexidade de objeto cultural e didático, sujeito às regras postas no e ao mundo editorial, no jogo de produção e recepção da leitura, quanto restringir-se apenas à análise da abordagem do conteúdo em questão. Como o que se busca são materiais em que estes conteúdos se apresentem de forma didatizada e de uso consolidado, os livros didáticos se mostram uma fonte por excelência. Além disso permitem compreender como um mesmo conteúdo é reelaborado através do tempo, pelas sucessivas edições de um mesmo livro, ou a partir da comparação de obras diversas, em períodos diversos.

Não considerados nesse grupo, mas agregados na constelação pela proximidade com a fonte, há um outro grupo, menor, de 7 pesquisas em 4 instituições, que se interessam pelo livro didático de história sob outros aspectos. Estão entre os temas: a escolha do livro didático de história realizada pelo professor, a presença de imagens ou de músicas no livro didático de História, o livro didático de História dedicado a determinado nível de ensino. São outros recortes, também sujeitos a outras exclusões e inclusões de problemáticas, tal como no grupo anterior.

Uma outra fatia bem menor na constelação da abordagem dos conteúdos de História, visa a abordagem desses conteúdos em outros suportes, que não o livro. Das 50 pesquisas que tratam de determinados conteúdos em filmes e na literatura, 5 aproximando-se de um interesse por diferentes linguagens na interface com o currículo de História. Tal interesse encontra similitude no âmbito

da história cultural, quando ocorre a produção de trabalhos na História na interface com a literatura e com o cinema, para mencionar apenas algumas formas de expressão artística.

A pesquisa sobre o Ensino de História em perspectiva

A partir dos objetivos estabelecidos para o artigo, podemos afirmar que o tema do ensino se estabelece como uma vertente de pesquisa no interior de programas de Pós-Graduação em História com características, objetos e abordagens próprias, que conferem a ele sua especificidade na Área de História. A entrada no século XXI correspondeu a mudanças significativas nas políticas públicas para a educação e ciência no Brasil, o que propiciou a ampliação significativa de linhas de pesquisa em programas de Pós-Graduação em História já existentes, bem como a criação de diversos programas de mestrado profissional que criaram linhas de Ensino de História. Se examinarmos mais de perto algumas, entre outras políticas públicas referidas, veremos que a criação da Diretoria de Educação Básica da Capes sugeriu às universidades e programas de pós-graduação a criação de uma nova direção para a pós graduação. Qual seja, a preocupação com o fortalecimento do ensino básico também no âmbito da produção de conhecimento sobre ele e formação inicial e continuada de seus quadros.

A análise das descrições das linhas de pesquisa que tratam do tema do Ensino de História nos mostra alguns de seus interesses gerais. O primeiro deles é a ampla aceitação do termo “Ensino de História” para designar este campo de pesquisa no interior da área de história e a influência do conceito de cultura no seu interior. Isso aponta para a construção de uma identificação dos pesquisadores que transitam na área. A recorrência desse termo nas linhas de pesquisa dos PPGHs evidencia não somente a delimitação de um tema ou abordagem de pesquisa, mas o reconhecimento acadêmico da legitimidade de um objeto de pesquisa que está, há décadas, submetido a diferentes nomeações.

As linhas de pesquisa também nos permitem perceber o amplo interesse pelos estudos que focam nos espaços onde ocorrem os processos de ensino. Seja o espaço formal da escola, sejam os espaços de ensino informais como museus e sítios arqueológicos. Ou seja, o campo do Ensino de História manifesta um interesse pela percepção dos processos de transmissão do conhecimento histórico para setores mais amplos da sociedade e sua relação com a memória social.

No exame preliminar e provisório da constelação de temas recorrentes nas dissertações, teses e projeto de pesquisa dos programas, destacaram-se pesquisas que já se delineavam como preocupações no campo do Ensino de História desde o século XX e outras mais atuais, impregnadas por questões de nosso presente e respondendo a direcionamentos postos pelas próprias linhas de pesquisa que se estabeleceram nos programas.

Na grande constelação das histórias temos as pesquisas que dialogam mais proximamente com a área da História, seus métodos, fontes e problemáticas. As discussões sobre teoria da história voltadas para o ensino demonstram que seus proponentes refletem sobre teoria da História, mas pensando-a no Ensino de História. O mesmo paralelo vale para a historiografia e para os estudos biográficos, bem como para a história institucional ou intelectual.

Na constelação dos espaços de memória e educação patrimonial, ocorre uma diferenciação em relação à primeira. Existe, por um lado, a preocupação com a constituição da história de lugares de memória: cidades, escolas, espaços institucionais, que poderiam fazer parte da primeira constelação (na verdade fazem a ponte da primeira para esta segunda). Por outro lado, existe a preocupação com aspectos sutis desses locais e seus habitantes, na relação objetiva e subjetiva que se estabelece entre as pessoas e os espaços que habitam. Por conta disso, a memória e a identidade passam a constituir a marca da patrimonialização desses espaços, propiciando o estabelecimento de propostas de educação patrimonial.

A constelação que reúne os trabalhos que tratam de abordagens sobre conteúdos do currículo de história possui certa tradição, por procurar já há algum tempo responder à indagação de como um conhecimento histórico é tratado e transformado em sua abordagem

escolar. No corpus de títulos examinados, privilegia em especial os livros didáticos para responder a essa pergunta, e vem elegendo temas que possuem relevância pessoal ou social. Com preocupação semelhante, outros produtos culturais têm sido examinados como mediações no uso do passado.

Com uma preocupação específica com a didatização como um uso específico do passado, a constelação dos trabalhos sobre metodologias de Ensino de História buscam construir abordagens sobre a mediação didática na escola com referenciais próprios da história, de diferentes formas. Assim, uma parte deles se apoia nos referenciais da Educação histórica, outros se voltam para as possibilidades do trabalho com documentos na aula de História e outros ainda, especialmente considerando aproximações com teorias da linguagem ou com a história cultural, se voltam para as potencialidades das linguagens no Ensino de História.

Dessa maneira, é possível perceber dois movimentos importantes nos indícios presentes nos títulos desses 324 trabalhos. Primeiramente, a busca de afirmação de seu pertencimento à área de História. Em segundo lugar, a marca de sua especificidade. São trabalhos sobre o Ensino de História.

Nessa descrição muito sucinta podemos dizer que as pesquisas que utilizam o termo “Ensino de História” utilizam conceitos e abordagens da “História” na sua interface com a área de Educação. Se constituem assim como abordagens teórico-metodológica particular para os estudos históricos posto que investigam menos o passado em si e mais os processos de formação da percepção do tempo social pelos sujeitos, o que também guarda sua historicidade. Essa interface não deve ser perdida, pois constitui parte significativa da especificidade do campo do Ensino de História.

As pesquisas sobre o Ensino de História, antes de sua constituição como linhas na área de História, já ocorriam na área de Educação, atendendo aos pressupostos e problemáticas daquele campo. Agora, nesses últimos quinze anos, elas começam a ganhar densidade e volume na área de História, visando contribuir, também, para qualificação do Ensino de História na Educação Básica. Considerando a antiguidade das primeiras linhas de pesquisa com a

denominação de “Ensino de História,” bem como sua expansão nos últimos anos, percebe-se que também o número de pesquisadores cuja produção trata do “Ensino de História” vem se ampliando de forma sensível.

Em síntese, o conjunto coletado nessas bases de dados – muito embora sua precariedade e transitoriedade – evidencia que o termo “Ensino de História” é cada vez mais utilizado pela comunidade acadêmica para designar um campo de investigação produtivo, com preocupações atinentes à Área de História, em diálogo com áreas afins. Esse conjunto nos permite concluir que o “Ensino de História” já se constitui como uma subárea do conhecimento científico no Brasil.

WHEN TEACHING BECOMES A RESEARCH SUBJECT: HISTORY TEACHING IN POSTGRADUATE IN HISTORY COURSES

Abstract: The use of the term “History Teaching” as an expression of a research area is observable in different contexts in the national academic field. In this article, we wish to reflect on the emergence and consolidation of what we call the area “History Teaching” within the “History Area”. Our interest is to demonstrate the emergence and growth of the use of the term inside Postgraduate in History courses in the last fifteen years. Based on the data and information from Postgraduate in History Programs available at Sucupira Platform, we carried out the survey and its systematization. We found that History Teaching is a research subject within Postgraduate in History courses, with identifiable characteristics, objects and approaches.

Keywords: History teaching. Postgraduate studies. Research line.

Referências

- ABUD, K. M.; ALVES, R. C.; SILVA, A. C. M. *Ensino de História*. v. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOURDIEU, P. A gênese do conceito de habitus e campo. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 59-74.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Plataforma Lattes*. [20--a]. Disponível em: <www.lattes.cnpq.br>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. [20--b]. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plataforma Sucupira*. [20--c]. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. História. *Fundação Capes*, 21 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44avaliacao/4639-historia>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

BURKE, P. *O que é História Cultural?* Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAIMI, F. E. C. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marcos. *Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2014.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990. p. 366-419.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Linguagem e novas linguagens: pesquisa e práticas no ensino de História. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca. *O ensino de história em questão: cultura histórica e usos do passado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015. p. 97-120.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

Recebido em: 30/06/2016

Aprovado em: 28/09/2016



O regime de autonomia avaliativo no Sistema Nacional de Pós-Graduação e o futuro das relações entre historiografia, ensino e experiência da história

Valdei Lopes de Araujo*

Resumo: Neste artigo analiso como a acomodação da historiografia em um regime de autonomia marcado por modelos avaliativos metrificáveis afasta o campo de suas origens disciplinares no século XIX e do desenvolvimento profissional processado ao longo do século XX. Entendo por “regime de autonomia” o arranjo de forças históricas que possibilita um determinado discurso ganhar individualidade e diferenciar-se no tecido de enunciações disponíveis em época e lugar definidos. Um “regime” é a forma de descrevermos como a interação dessas forças afeta e configura o discurso, em especial a relação entre os vetores autor, leitor, circulação, linguagens, conceitos e médias. A hipótese aqui desenvolvida é que um “regime de autonomia avaliativo”, comum a outras esferas da ciência moderna, tem transformado a historiografia e o historiador contemporâneo, celebrando um perfil de alta especialização, baixa relevância e comunicabilidade social que coloca em risco a capacidade deste profissional colaborar para a diversificação das formas de experiência histórica.

Palavras-chave: Sistema Nacional de Pós-Graduação. Historiografia. Regime de autonomia avaliativo. Ensino de História.

* Professor Associado de Teoria e História da Historiografia da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com estágio PDEE na Universidade de Stanford. E-mail: valdei354@gmail.com

Introdução

86

O debate promovido pela Anpuh Nacional em maio de 2015 perguntava pela relevância e funções sociais da historiografia, em especial seu papel no universo escolar¹. A pergunta pela função social, recorrente em nosso campo de investigação, agora é motivada pelo risco de redução ou mesmo desaparecimento do ensino de história em bases disciplinares dos currículos de ensino fundamental e médio, bem como pelas ameaças à autonomia do trabalho docentes embutida em projetos como o “Escola Sem Partido”. O louvável esforço por um ensino interdisciplinar alimenta vozes que pedem por uma simplificação dos currículos, refletindo o desejo por uma formação mais enquadrada às necessidades básicas da economia e às diretrizes globais produzidas por instituições como a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), promotora do mais influente índice de avaliação educacional, o Programme for International Student Assessment (PISA). Neste artigo, gostaria de pensar como o nosso modelo atual da pós-graduação impacta na circulação e legitimidade do conhecimento em nossa área e nas humanidades em geral, como o crescimento quantitativo das pesquisas pode conviver com pressões pelo empobrecimento da experiência histórica.

O debate pela qualidade do ensino, motivado por sistemas de avaliação baseados em uma linguagem e visão de mundo que naturalizam a economia de mercado, tem levado a uma enorme redução das expectativas e missão da educação em geral, e da pública em particular. Ao consagrarem o letramento e as habilidades matemáticas como padrões únicos e universais da avaliação da qualidade do ensino básico, exames como o PISA, e mesmo o brasileiro IDEB, acabam por justificar o desinvestimento público na educação de base humanista. Em busca de melhorias de curto prazo nesses indicadores, os gestores públicos optam por concentrar os recursos e as iniciativas numa versão profundamente simplificada do que deveria ser o ensino público de qualidade. A pressão pela redução do conteúdo disciplinar nas áreas de Humanidades restringe a oferta da educação como formação a uma pequena elite global, enquanto trata como mero investimento em recursos humanos a

educação pública de acesso universal. O fato de nesses exames o conhecimento histórico, dentre muitos outros, não ser objeto de mensuração, priva a sociedade de importante ferramenta para avaliar o “direito à história”, legitimando o desinvestimento público. Hoje já temos diversos exemplos de pesquisas que se propõem a avaliar a consciência ou a experiência histórica (CARRETERO; ALPHEN, 2014; CERRI, 2011), mas sem oferecerem um indicador estável que pudesse subsidiar metodologias regulares. Essa ação certamente passa por um esforço de definição do que se espera do ensino e da educação em história, para além da aquisição de conteúdos ou mesmo a normalização etapista das “consciências históricas” com seu etnocêntrismo latente. Como e o quê, por exemplo, ensinar acerca do “tempo histórico”, como propõe Hernández & Paz (2013). Nessa direção, embora polêmico em diversos níveis, a iniciativa do estabelecimento de Bases Nacionais Curriculares pode ter resultados positivos ao estabelecer mais claramente os “direitos de aprendizado” em cada área de conhecimento².

Mas tais iniciativas parecem ainda tímidas em um quadro de desinvestimento público em nome de políticas de avaliação e excelência que atinge todos os níveis de ensino e estão articulados em escala global. O Processo de Bolonha, em curso avançado de implantação na União Europeia, consagrou uma visão mercadológica e pragmática da educação a serviço do mercado e da produção de riqueza: “[...] a educação superior passa a ser considerada um serviço lucrativo e rentável e não propriamente um direito de todas as pessoas” (SILVA, 2013, p. 251). No Brasil, a transição entre as Universidades Profissionais, centrada no ensino, à Universidades de Investigação e Pesquisa, tem um ritmo semelhante ao Europeu, sensivelmente acelerado a partir dos grandes projetos de modernização nacional entre as décadas de 1960-1970.

Além dessa dimensão curricular, mais recentemente temos nos perguntado sobre a extensão e qualidade da formação em história do brasileiro médio (LEWKOWICZ; RODRIGUEZ, 2016; PIMENTA et al., 2014). A polarização do debate político nos últimos anos, a discussão motivada pela Comissão Nacional da Verdade acerca de nossa história recente e seu significado, tornaram visível um grande descompasso entre a consciência média dos profissionais

em história, seus valores, e as interpretações e narrativas históricas de amplos setores da sociedade brasileira (PEREIRA, 2015). Essas constatações devem nos alertar para as diferenças entre a celebração de uma crescente historiografia especializada e os efeitos éticos que ela é capaz de produzir. Como destacou Benito Schmidt ao escrever sobre a memória da Ditadura:

Estes exemplos recentes – e aqui voltamos ao tema do quantitativo e do qualitativo com o qual comecei o artigo – mostram que mais do que ‘muita memória’, precisamos de ‘boa memória’, que esteja entre o excesso e a falta, pois ambas escapam à crítica e tendem ou à sacralização ou à manipulação (SCHMIDT, 2015, p. 174).

Mesmo no universo de professores de história, com o papel cada vez maior da rede privada, é difícil identificar um conjunto ético ancorado em uma formação profissional com os quais possamos afirmar certo consenso em torno de valores democráticos mínimos. Para muitos, o historiador e a historiografia vêm perdendo espaço na construção da cultura histórica, seja pela crise de uma suposta transmissão escolar (que não pode ser reduzida ao problema da formação do professor), seja pela “democratização” dos usos da história ou o controle da memória social pelos grandes conglomerados midiáticos ou ainda pelo afastamento “natural” entre conhecimento especializado e interesse social.

Em artigo de 2012, o historiador mexicano Paulo Cesar León Palácios, define de forma concisa os temas que deveriam estar no centro da preocupação historiadora “[...] a difusão da história, sua recepção e o acesso às condições de possibilidade de sua produção” (PALACIOS, 2012, p. 139). No final do mesmo artigo, recorda a pergunta que motiva essa escolha temática: “[...] los medios de masas tienden a dominar el ‘conocimiento’ del mundo, por encima de la ciencia (y la historia), qué actitud podría tomar la historia?” (PALACIOS, 2012, p. 142). Ou, nas palavras de Carlos Barros, historiador espanhol fundador da rede história em debate: “Sin historiadores en la arena pública, la alternativa será la banalización

de la historia como un producto más del debate ideológico y la sociedad de consumo” (BARROS, 2007).

Nas últimas décadas, o que podemos chamar de “giro historiográfico” nos tornou mais conscientes dos limites do conhecimento histórico, das grandes questões epistemológicas e éticas em torno da pesquisa e representação histórica. Esse movimento de análise crítica é sinal de amadurecimento da comunidade historiadora, que já não depende exclusivamente de especialistas externos para pensar seus próprios fundamentos. Essa virada crítica deve servir para reafirmarmos, sem ingenuidades, *a relevância e funções da historiografia como atividade disciplinar e a história como dimensão humana constitutiva que deve ser coletiva e individualmente realizada*. Afirmar o ser humano como ser histórico significa dizer que o direito à história, para o qual a disciplina tem incessantemente contribuído, é um direito fundamental, inclusive por suas implicações éticas e a preocupação com uma historiografia de valores e voltada para a democratização (ABREU; RANGEL, 2015; BARROS, 2014). Ao lado do direito à vida, o direito à história é nossa condição humana própria. Claro que a realização desta dimensão de nossa humanidade não depende apenas de uma disciplina, *mas até hoje a existência de historiografias tem sido uma das formas mais efetivas e democráticas de prover acesso ao direito fundamental à história*. Quando digo direito à história quero dizer acesso às condições plenas de desenvolvimento e experiência de nossa condição humana, e não uma espécie de difusão de versões simplificadas de caráter pragmático a serviço de projetos de estados, nações, especialistas ou mercados. A afirmação da disciplina passou sempre pela consciência da dificuldade em negociar constantemente suas fronteiras frente às múltiplas pressões, afirmar que a historiografia foi apenas uma “ferramenta” dessas forças é ignorar o que ela tem de mais fundamental, a capacidade de alargar nossa experiência e conhecimento da história, de voltar-se contra si mesma, mesmo que buscando fora de suas fronteiras os recursos para fazê-lo, pois a ideia de autonomia disciplinar não é alheia à porosidade de suas fronteiras, muito antes a exige³.

A partir dos século XVIII-XIX podemos identificar o surgimento de um padrão historiográfico que precisou negociar sua

autonomia com o Estado nacional emergente. De modo amplo, esse padrão disciplinar produziu a conjunção entre método, pesquisa com fontes primárias, autoria e originalidade, ineditismo, livro erudito e científico, despolitização, relevância social no ensino e na produção de uma memória de base “científica” e universalmente aceita. Até meados do século XX, o padrão de especialização assentado em instituições como academias e faculdades manteve de pé exigências de comunicação em linguagem literária, recusando-se a produzir uma metalinguagem científica excessivamente hermética.

Esse padrão de uma autonomia meio científica, meio letrada, predominou, com transformações, até a universitarização em bases contemporâneas. Em boa parte do século XX o historiador ainda pode ser enquadrado como um intelectual público, que apesar de produzir um conhecimento crescentemente especializado, precisava e interferia nos grandes debates nacionais, em particular através da mídia impressa. Esse quadro mudou aceleradamente a partir dos anos 70, com o grande crescimento das pós-graduação e a estabilização da prática historiadora em bases institucionais acadêmico-universitárias, com um processo formativo crescentemente homogêneo e estável, amplamente regulado e avaliado pelo Estado em níveis de graduação e pós-graduação, com uma carreira docente igualmente estável, regulada por concursos públicos, tanto em nível superior, quanto no ensino fundamental e médio.

Não se pode duvidar que a historiografia no Brasil viveu e vive um momento de grande expansão. Nunca tanto conhecimento histórico de grande qualidade esteve disponível como hoje. Diversos cursos de graduação e pós-graduação dão base a uma comunidade que cresceu e se qualificou nos últimos 40 anos. Esse crescimento fica evidente no aumento de cursos de graduação e pós-graduação e uma presença disciplinar até agora garantida nos sistemas de ensino fundamental e médio pelo seu papel central na formação de professores nos cursos de licenciatura. Mas a pergunta que precisamos nos fazer é quanto desse crescimento se traduziu em comunicação e relevância social? Neste texto, gostaria de analisar dois desafios ou ameaças ao crescimento da historiografia em suas bases atuais: 1. A heteronomia dos modelos científicos e de avaliação. 2. A baixa comunicação e legitimidade social do conhecimento academicamente

produzido. Parto da hipótese que essas duas ameaças têm a mesma origem, o modelo de avaliação da produção historiográfica consolidado nos últimos 40 anos e um processo de reforma educacional que aposta não na formação plena do ser humano, mas na sua conformação periférica à economia global.

A formação do Sistema Nacional de Pós-Graduação: uma leitura crítica dos PNPGs

O I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) foi produzido para o período 1975 e 1979. Nela se identificava a fragilidade da pós-graduação no Brasil e previa, entre suas diretrizes, a institucionalização de um sistema nacional para “[...] elevar os seus atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização dos recursos, aumentando o rendimento e a produtividade dos processos de trabalho, assegurando a melhor qualidade possível dos cursos” (BRASIL, 1974, p. 126). A concepção do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) visava reduzir a diversidade e instabilidade da oferta, concentrando no MEC todas as atribuições de gestão e controle dos cursos, em um processo que reduziria a autonomia universitária nesse âmbito.

O segundo plano, de 1981, é um documento mais frágil e sumário do que o primeiro, insiste na necessidade de criação de ferramentas de “mensuração da qualidade”, mas reconhece a complexidade do processo, não “isento de controvérsia” (BRASIL, 1981, p. 187). Chama a atenção que seria “[...] preciso que as universidades e instituições de pós-graduação proced[essem] periodicamente a uma avaliação crítica do seu desempenho e de sua própria produtividade” (BRASIL, 1981, p. 187). Na prática, essa avaliação interna nunca chegou a ser regulamentada, as avaliações externas da Capes se tornaram a única forma efetiva de acompanhamento das pós-graduações, tendo um enorme efeito indutor na configuração dos campos de conhecimento⁴.

O terceiro PNPG foi produzido entre 1986 e 1989, é o primeiro após a redemocratização. Um dado destacado foi o aumento de docentes em regime integral como marco da política iniciada em

1975-1976. Esse antigo “intelectual”, agora cada vez mais ligado ao Sistema de Pós-Graduação, vai se tornando um funcionário público em tempo integral, com forte pressão sobre a avaliação de suas atividades. O relatório destaca, não por acaso, o papel decisivo da implantação e a consolidação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Pós-Graduação, sob a responsabilidade da CAPES (BRASIL, 1985, p. 193).

O III PNPG estabelece a universidade como o ambiente privilegiado para a produção e criação do conhecimento, através da pesquisa e da pós-graduação, enfatizando o seu papel no processo de desenvolvimento nacional, entendida como dependente do “[...] estoque disponível de recursos humanos com qualificação adequada às atividades de ciência e tecnologia”. Se em 1975 eram 370 programas de mestrado e 89 de doutorado, em 1985 já haviam 787 mestrados e 325 de doutorado, um crescimento de mais de 200% em uma década (BRASIL, 1985, p. 196).

Em 1985 o tempo médio para formação de um mestre era de 5 anos e de um doutor 5,5 anos (BRASIL, 1985, p. 197). Embora pareçam longos se comparados aos prazos atuais, esses números já representavam uma sensível melhora na produtividade dos programas. O Plano afirma a pós-graduação como indissociável da pesquisa, com uma definição de pesquisa bastante atrelada à ideia de desenvolvimento tecnológico. O conceito de pesquisa torna-se então o centro da pós-graduação, substituindo o de formação de pessoal superior, que até então parecia predominar, quando o foco era a reprodução de quadros para a expansão universitária. Esse deslocamento seria particularmente problemático para as Humanidades, pois seriam forçadas a traduzir seus procedimentos, até então centrados na ideia de formação, ao vocabulário das ciências duras⁵. O efeito mais visível desse deslocamento, além dos encurtamentos de prazo e do subfinanciamento, foi a importância cada vez maior do artigo em periódico na avaliação dos programas e a ênfase na produção de conhecimento novo em detrimento da transmissão e formação.

O IV PNPG, previsto para 1996-1997, não chegou a ser elaborado, apesar dos debates e seminários realizados para este fim (BRASIL, 2004, p. 17-18). Ele só viria a ser retomado entre 2003 e

2004. Naquele momento pôde-se celebrar a Capes como “[...] tendo, em relação a todos os programas e aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o papel de assegurar a validade nacional dos diplomas” (BRASIL, 2004, p. 23). O que significou igualmente uma redução da autonomia das universidades na criação e avaliação de seus cursos. Os 325 doutorados registrados em 1985 agora chegavam a 1.034, cerca de 320% de crescimento em duas décadas (BRASIL, 2004, p. 28). Em 1987 havia quase 8 mil alunos matriculados em cursos de doutorado, em 2003 eram mais de 40 mil, um incremento de cerca de 415% em 16 anos. É clara a opção pelo crescimento acelerado e a pressão pelo aumento de produtividade, com incremento do número de alunos e a redução do período de formação. Já o número de docentes envolvidos com pós-graduação cresceu de 13.349 em 1987 para 32.354 em 2003, um crescimento de “apenas” 140%. É evidente que houve um enorme ganho de produtividade na relação aluno-professor, que parece continuar na última década, embora teríamos que considerar os impactos da expansão promovida pelo REUNI, “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” criado no governo Lula.

O modelo do acoplamento entre pesquisa, pós-graduação e mercado fica cada vez mais explícito. O IV PNPG afirma: “Os índices devem refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo” (BRASIL, 2004, p. 63). Pouco ou nada se diz sobre a formação e transmissão de valores e conhecimentos, o aporte de contribuições de longo prazo, o acrescentar ao patrimônio cultural e o acúmulo de sabedoria. Toda ênfase é colocada na produção de conhecimento novo, o que mais recentemente ficou consagrado com o conceito de “inovação”. Os tempos ideais de integralização foram ainda mais reduzidos, dois anos para o mestrado e 4 para o doutorado, embora esses prazos possam ser flexibilizados em algumas áreas, inclusive na área de História sem que o PPG seja prejudicado na avaliação, o fato é que as parcelas de bolsa e custeio aos programas não foram alterados, o aluno pode levar mais alguns meses, mas sem o financiamento da bolsa. Podemos dizer que, no caso brasileiro, o modelo empresarial de educação presentes em reformas como a de Bolonha (ALMEIDA,

2008), ao menos no nível de pós-graduação, já estavam em andamento acelerado desde os anos 80. Os indicadores de produtividade de nossas pós-graduação, como tempo de integralização de cursos, eram bem superiores a sistemas europeus continentais pré-reforma.

O sistema nacional de avaliação da qualidade da pós-graduação é a pedra angular de nosso atual “regime de autonomia” (ARAUJO, 2015). Ele possibilita, caracteriza e limita o que podemos ou não fazer e como o fazemos. Ele se legitima pela ideia da participação dos pares, da comunidade científica, na formulação dos critérios de avaliação. Mas como medir a extensão e profundidade dessa participação? Como garantir que não estamos cada vez mais reféns de gestores afastados das atividades “profissionais” e dos horizontes disciplinares? A presença de docentes-pesquisadores nos órgãos e conselhos superiores é uma forma importante de garantir essa participação profissional, mas é difícil avaliar seu peso efetivo na formatação do SNPG. Além disto, e talvez mais importante, a concepção de ciência e conhecimento que predomina é aquele ditado pelas ciências duras. Agora esse modelo avança para o sistema educacional global, mas para isso precisa desmontar as autonomias profissionais e impor um padrão ultra-simplificado e ultra-econômico de ensino básico que consolida o papel da escola pública como conformadora de um ethos liberal, como instituição amortecedora das inevitáveis tensões sociais provocadas pelo modelo de concentração de renda que sustenta as economias globais. A chamada “sociedade do conhecimento” para as massas se reduz à educação para o consumo, por isso as reformas parecem trabalhar para o rebaixamento das expectativas educacionais em uma retórica que insiste ora na incapacidade do aluno, ora em uma suposta e generalizada má formação do professor (COLE; McKAY, 1999).

Se é verdade que o modelo de ciência imposto pelo SNPG aprofundou a distância entre a história ensinada e a história pesquisada, a solução para essa distância não está em naturalizá-la em nome de uma integração curricular que enfraqueça as disciplinas. A boa interdisciplinaridade é aquela que está assentada em disciplinas fortes. Devemos lutar em todas as frentes para reaproximar esses dois universos, respeitando as autonomias dos diferentes espaços e objetivos da educação histórica, mas reafirmando o acesso às

condições de produção da história como elemento central da formação humana integral. O enfraquecimento da disciplina histórica pode ser o passo decisivo para o “fim da história”, ou a sua aristocratização, permanecendo as massas em uma espécie de tempo vazio ocupado pelos fluxos de consumo. Qualquer reforma do ensino que não promova a aliança entre as disciplinas e os universos educativos servirá apenas para atender as demandas pontuais do nosso consenso global pelo empobrecimento da educação.

Analisando o mesmo fenômeno de outro ângulo, Jurandir Malerba demonstrou como muito do chamado boom da história, um suposto interesse crescente por assuntos históricos, tem sido atendido e promovido pela indústria cultural em obras de baixíssima qualidade, que longe de complexificarem a experiência da história, reduzem-na aos preconceitos e interesses de uma manutenção conservadora do sistema. Portanto, sua observação pode ser transportada para o problema que enfrentamos aqui:

[...] devemos reconhecer que a historiografia acadêmica brasileira ainda tem jogado um papel muito tímido, ao abrir mão da ocupação dos espaços públicos de debate para manter-se confinada nos circuitos fechados da academia (MALERBA, 2014, p. 31).

O que gostaríamos perguntar neste artigo é como o sistema nacional de pós-graduação no Brasil pode se transformar para ajudar a reverter essa situação, que não atinge apenas ou principalmente a área de história, mas é por ela que gostaríamos de abordar a questão.

Um rápido retrato da área de História

Em 1973 o Brasil tinha 14.500 alunos matriculados em 117 cursos de graduação em história (BRASIL, 1974, p. 155). Para o início de 1975 o I PNPG estimava a oferta de 255 vagas de mestrado e nenhuma de doutorado para a área de História. Em 2012, segundo nosso documento de área, estavam matriculados 5.591

alunos em cursos de mestrado e doutorado em 62 programas de pós-graduação então existentes. Os dados consolidados do censo do ensino superior indicavam, para o ano de 2005, a existência de 346 cursos de história voltados para a formação de professores e 91 bacharelados, sendo que 37 deles na rede federal. Enquanto existiam 158 licenciaturas sediadas em instituições públicas estaduais, nessas mesmas eram apenas 11 bacharelados. Em 2005 as redes federal e privada (aqui incluídas as comunitárias e filantrópicas com 40 cursos) concentravam mais de 80% dos bacharelados. Em 2005 esses cursos tinham matriculado 33.190 alunos em licenciaturas e 23.430 em Bacharelado. Do universo de bacharéis, cerca de 50% (10.878) estavam matriculados na rede federal que, no mesmo ano, tinha 3.762 matriculados em licenciaturas⁶.

Após 4 décadas, a área de história como uma disciplina universitária foi capaz de formar e reproduzir seus quadros em um ambiente institucionalmente homogêneo e, apesar de ainda concentrado regionalmente, esse traço vem progressivamente diminuindo. Mas a pergunta que precisamos fazer é sobre os efeitos dessa novíssima realidade no conhecimento histórico produzido. Podemos apenas levantar algumas hipóteses e perguntas, pois ainda temos poucas pesquisas sobre o tema ou ferramentas estáveis como bancos de dados, mas uma das pedras angulares do modelo, como dito acima, foi o sistema de avaliação construído ao longo dessas décadas sob a liderança e coordenação da Capes.

Segundo o relatório da avaliação trienal 2007-2009, a base Qualis contava com cerca de 1.200 periódicos, no final do triênio seguinte foram avaliados 2.285 itens. Como a área cresceu cerca de 20% (de 53 para 62 programas), portanto esteve longe de dobrar de tamanho, certamente vivemos uma grande aceleração da produção de artigos. Entre os estratos A1 e B2, segundo o mesmo relatório de 2010, foram classificados 885 artigos, no triênio seguinte esse número mais que dobrou, chegando a 1.726 publicações, como demonstra o quadro seguinte.

Quadro 1 – Evolução da Produção Intelectual na área de História

Triênio	No. Programas	Revistas Base Qualis	Artigos A1-B2	Artigos B3-B5	Livros L4 L3	Livros L2 L1	No. Médio Docente Mestrado	Total de Itens	Média Itens por docente – triênio
2007-2009	53	1200	885	Sem dados	108	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2010-2012	62	2.285	1.736	1.046	1.037	2.182	1.125	6.001	5,33

Fonte: Relatórios das Avaliações Trienais⁷.

A ênfase em nosso atual sistema de pós-graduação, que se tornou quase que o único ambiente de pesquisa em história, tem sido alta especialização e quantidade de produção, em particular artigos em coletâneas e periódicos. A alta especialização é condição para o rigor e aprofundamento dos campos de investigação, mas também responde melhor à exigência de produção acelerada e contínua. Mas esses produtos acabam por interessar a um número muito reduzido de especialistas, os únicos capazes de alcançar o debate e de ter uso para esses resultados. Fica cada vez mais improvável falar de uma disciplina história como um campo amplo de debate, o que certamente contribui para o enfraquecimento de um *ethos* profissional. Outro aspecto negativo da especialização é a sua transposição para o sistema de formação, como destacou Carlos Fico, o aluno recebe uma bolsa de Iniciação Científica que tende a definir o tema de suas pesquisas até o doutorado, sendo “[...] cada vez mais frequente a titulação de doutores com pouca experiência profissional (no ensino ou em qualquer outra atividade) e que praticamente só conhecem a temática de sua especialização” (FICO, 2012)⁸.

A exigência de volume de produção não é contrabalançada por mecanismos eficazes de avaliação de qualidade, relevância ou de impacto deste conhecimento produzido e/ou acumulado. A redução do tempo de formação e um modelo de conhecimento focado em projetos de curta duração (alguma vezes um ou dois anos, como pedem os editais ou as dissertações), contribuiu para fragmentar o conhecimento, em especial pelo fato da área não ter aderido a formas mais coletivas de trabalho intelectual, vetando, por exemplo, a coautoria discente-docente. Isso impacta na historiografia no enfraquecimento de um horizonte comum de debate e em sua capacidade de enfrentar problemas de maior complexidade e relevância social.

O modelo da alta especialização torna ainda mais difícil o acoplamento entre “história como pesquisa e prática educacional” e “história como pesquisa profissional” conduzida nas universidades e pós-graduações. Não se trata de simplesmente denunciar um suposto produtivismo, entendido como “excesso” de produção, porém de analisar mais profundamente o sentido dessa produção e o ambiente no qual ela acontece. O modelo da Capes de não estabelecer metas é insustentável a longo prazo, incentivando

a competição e não a colaboração entre os programas e legitimando eventuais desinvestimentos. Sabemos que a Capes pode fechar programas que repetidamente recebem a nota mínima de funcionamento. Por outro lado, o MEC não avalia ou cobra produção científica de docentes com dedicação exclusiva que estão fora do sistema de pós-graduação, criando as condições para uma carreira que na prática pouco incentiva a pesquisa e, logo, uma formação de excelência⁹.

Nas ciências de produto (duras) esse modelo é controlado pelo uso e aperfeiçoamento de fatores de impacto e, mais importante, pelos produtos, patentes e processos gerados por esse conhecimento. Com esses elementos elas conseguem produzir um discurso e uma prática sobre sua relevância social. Qual a relevância social da historiografia que possa ser facilmente compreendida por amplas camadas da sociedade? Como regular uma crescente produção intelectual sem os fatores de impacto, seja os internos ao próprio campo, seja aqueles que possam se traduzir em transformações sociais? Como impedir que a educação em história se afaste cada vez mais do universo profissional, correndo o risco de ser controlado pelos horizontes de congelamento do tempo vazio que alimenta o capitalismo global? Por tempo vazio entendo aqui a tradução de toda a diferença histórica pelos valores da subjetividade liberal resultando na incapacidade de pensar e sentir a diferença e o novo como estrutura do tempo histórico, um fenômeno que tem recebido caracterização convergente na tradição crítica do historicismo que passa por autores tão diversos quanto Nietzsche e Benjamin, Heidegger e Derrida, e, na Historiografia, Pierre Nora, Hans-Ulrich Gumbrecht, Hayden White, François Hartog, dentre outros.

Como dito acima, há uma tendência global de desinvestimento do Estado na educação, uma das formas é reduzir ao núcleo “letramento” e “numeramento” (SIC) o universo a que o estado estaria obrigado a ensinar. Isso também vai ao encontro de um ensino superior reorganizado em torno de problemas econômicos, e não disciplinares, modelo celebrado pelo aprendizado por competências. Em artigo recente sobre os impactos do modelo de avaliações empresariais no contexto europeu, o historiador holandês Chris Lorenz argumenta que estas práticas enfraquecem o universo profissional

da atividade do historiador (LORENZ, 2014). Segundo Lorenz, profissionalismo exige autonomia intelectual. A avaliação em bases quantificáveis, no caso específico de seu artigo fundadas em fatores de impacto, destruiria paulatinamente essa autonomia ao serem usadas por gestores profissionais afinados com as agendas econômicas e um modelo de gestão por metas externamente determinadas. A quantificação e a ideologia do crescimento tornam-se, no novo regime intelectual, o maior obstáculo à autonomia, mas como essa última não pode ser entendida de modo absoluto, podemos afirmar que vivemos uma disputa, devemos pensar como preservar a autonomia intelectual e profissional neste novo ambiente hostil. Para o sociólogo Chistian Fleck, em artigo publicado em 2013, em que estuda os fatores de impacto, “The procedures for calculating the impact factor are inappropriate. Despite its obvious unsuitability, the impact factor is used by editors of sociological journals [...]” (FLECK, 2013, p. 1).

Em horizonte global o enfraquecimento das disciplinas com bases profissionais tem sido a plataforma para a precarização do trabalho docente em todos os níveis, como destaca Lorenz. Essa realidade no Brasil se traduz no sobretrabalho e em uma carreira docente que não reflete de modo adequado as múltiplas responsabilidades do docente-pesquisador. Tanto porque a atividade de pesquisa é sobre-avaliada e sub-financiada, quanto porque a dimensão do ensino e da extensão não são suficientemente pensadas, acompanhadas e dimensionadas nos encargos docentes. Da mesma forma é muito comum que os parâmetros de progressão construídos por cada IFES, em função de pressões corporativas, não reconheçam o esforço de pesquisa e a atuação na pós-graduação. A flexibilização das regras de progressão na carreira permite que um docente chegue ao topo, ao cargo de titular, sem produção científica relevante.

O modelo do SNPG afirmou a universidade como local privilegiado da pesquisa, sem que a carreira docente fosse suficientemente reestruturada. Mas o fato é que ser pesquisador no Brasil significa ser “docente” do ensino superior, e ser docente significa atuar em inúmeras atividades além da pesquisa. Se há um *ethos* do jovem pesquisador, ele está mais ligado ao modelo pesquisador-docente e cada vez menos a um “horizonte profissional” ditado

pelas disciplinas tradicionais e avaliação substantivas de qualidade do conhecimento produzido. Isso enfraquece e torna mais genérico o controle profissional do conhecimento, ele passa a ser regulado pelo sistema da Pós-Graduação e pelas políticas de financiamento das agências de pesquisa. Não parece ser acidental, que estas agências estejam mais voltados para um projeto de ciência acoplado às demandas econômicas. Nesse sistema, a avaliação substantiva é transferida para a capacidade desse conhecimento gerar tecnologia, inovação e riqueza. Esse círculo se fechará quando o financiamento vier diretamente dos setores produtivos, a exemplo do modelo anglo-americano do pesquisador-empresário, ou, no caso brasileiro, dos editais induzidos. O exemplo mais recente e sintomático desse processo foi a exclusão das humanidades de um programa da envergadura do Ciências Sem Fronteiras.

Precisamos reafirmar a universalidade do conhecimento como um direito humano e reagir à linguagem empresarial que transforma a educação em uma *commodity* global, isso sem abdicar da busca pela qualidade e da avaliação, mas estas precisam ser definidas a partir de um horizonte profissional. Os sindicatos são importantes, mas não podem substituir o papel central que deve ter instituições profissionais como a Anpuh, cuja agenda pode e deve ir além da dimensão corporativa, em especial no momento em que estamos prestes a criar a profissão de historiador. Na formulação de Chris Lorenz, em texto de 2009 em que se pergunta se as universidades sobreviveriam à integração europeia:

[...] a economia capitalista já não encontra sua legitimação ideológica em termos científicos, como foi o caso do 'capitalismo tardio' [...], porque a ciência agora tem que justificar a si mesma em termos econômicos (LORENZ, 2009, p. 54).

O exemplo de Portugal é bem revelador do risco das reformas empresariais, como resume Luciano Almeida, em função do acordo de Bolonha, que deveria ser implantado até 2010, em 2007 o governo encomendou um relatório sobre o sistema educacional a uma das agências de controle da União Europeia. O relatório foi muito duro e sugeriu diversas reformas de governança, inclusive

ações polêmicas como mudanças profundas nos estatutos, como fim de eleição geral de reitores, participação de 20% de membros da comunidade externa nos conselhos deliberativos, mudança da natureza jurídica da universidade, dentre outras medidas. Em quatro meses o governo passou leis aprovando a maior parte das sugestões, a despeito das fortes reações corporativas. As instituições tiveram 8 meses para reescreverem seus estatutos em adequação à nova legislação (ALMEIDA, 2008, p. 598-601).

Essa realidade é ainda diferenciada nos sistemas universitários europeus, em países como a Grã-Bretanha e Holanda as políticas liberalizantes avançam profundamente na precarização das condições docentes. Os profissionais têm cada vez menos oportunidades de obterem empregos em que a estabilidade seja uma opção, promovendo uma constante migração entre vagas provisórias, os níveis de produtividade e competição tornam quase uma obrigação o uso de horas não remuneradas para o desenvolvimento de atividades laborais, realidade que também parece se naturalizar como *ethos* do pesquisador no Brasil. O encurtamento dos prazos de execução e a exigência de constante renovação dos projetos de pesquisa fragmenta de modo artificial os resultados da investigação. Um elemento positivo desse cenário sombrio parece ser o maior envolvimento desses jovens pesquisadores com organizações sociais (IVANCHEVA, 2015, p. 42-46).

Para o Historiador o modelo de avaliação consolidado pela Capes — apesar dos importantes avanços que área tem conseguido e que não podem ser subestimados — significa escrever mais artigos especializados em periódicos e capítulos de coletâneas, do que livros autorais e pesquisas monográficas. Também significa dedicar menos esforço ao ensino (dimensão subavaliada no atual modelo) e mais à pesquisa. Sobra pouco tempo e energia de pesquisadores e programas para a comunicação social do conhecimento, a difusão histórica e mesmo o universo didático, que ainda não encontrou reconhecimento efetivo na atual matriz, assim como os produtos da pesquisa continuam limitados ao texto escrito, sem considerar as novas mídias e formatos atualmente disponíveis. Como apontou estudo recente de Jaime Guinzburg,

[...] a mesma comunidade acadêmica que trabalha com dedicação por suas revistas não as cita com a frequência esperada. É possível perguntar então: para quem os pesquisadores estão escrevendo? (GINZBURG, 2014).

Como não há medição do impacto dos textos, continuamos a gastar mais energia em produzi-los do que em divulgá-los. Embora a área de história não considere os fatores de impacto na avaliação de seus periódicos, esses dados estão disponíveis para a Capes. Assim, com base na produção de artigos de pesquisadores ligados a cursos de doutorado, a área de história teria publicado 284 artigos em periódicos internacionais, representando 1,1% da produção global, mas com o impacto de apenas 0,2. Os números são um pouco melhores para algumas áreas afins, Educação 1,3 para 0,7; Sociologia 0,6 para 0,7; Ciência Política 0,7 para 0,6 e Antropologia 1,2 para 2,8 (AVELLAR, 2010, p. 80 et seq.).

O empoderamento contínuo da dimensão disciplinar da historiografia passa por assumir como parte da nossas tarefas “profissionais” a pesquisa e reflexão contínua sobre o “Estado do Campo” em todas as suas dimensões: formação (em nível de graduação e pós-graduação), ensino (fundamental e médio), produção, comunicação e difusão do conhecimento acumulado. Fazer isso significa deslocar o debate e a prática sobre avaliação das esferas estatais e burocráticas para âmbitos mais sensíveis à autonomia profissional. Acreditamos que os historiadores precisam assumir individual e coletivamente a tarefa de comunicar (inclusive didaticamente) e defender a relevância social de sua atividade, mas para isso é preciso que este esforço seja reconhecido nas avaliações em diferentes níveis (BARROS, 2007). Da mesma forma, precisamos refundar a aliança entre a “educação para a história” e a “história pesquisada” produzida em horizontes profissionais, como destaca Carlos Barros,

El elemento decisivo del espacio público de la historia, son las escuelas: en ningún otro lugar es más conveniente que el profesor de historia actúe como un historiador público, comprometido con la tarea de hacer de los alumnos parte activa del sujeto de la historia que se aprende y que se hace (BARROS, 2007, p. 14).

Isso sem esquecermos que a educação para a história entendida como realização da humanidade em sua integralidade também não pode se limitar ao espaço escolar. O historiador deve atuar em todos os outros espaços e instituições onde o discurso e a representação histórica estejam em jogo.

Para concluir de modo propositivo, listo algumas ações que poderiam contribuir para esse (re)empoderamento da historiografia como disciplina e da história como direito fundamental cujas condições de efetivação devem ser universalizadas.

Ações estruturantes

1. Fortalecer e qualificar as Anpuhs como espaço de debate e ação a favor da História como campo disciplinar, escolar e profissional.
2. Criar mecanismos permanentes de subsídio à área de história na Capes de modo a potencializar nossa capacidade de interferir no SNPG, em especial na construção de um modelo avaliativo mais transparente e sensível aquilo que a área imagina que deva ser a função e o *ethos* da pesquisa em história e nas humanidades. Precisamos construir pesquisas e ferramentas de diagnóstico do campo em diversas frentes: a) sistema escolar; b) ensino de graduação e formação de professores; c) pesquisa e pós-graduação. Qual a evolução do número de vagas, de formandos, o crescimento da comunidade historiadora e suas tendências? Nesse sentido, seria oportuna a criação, no âmbito da Anpuh, de um Laboratório Nacional de Referência da Pesquisa, Ensino e Difusão em História, multicêntrico e pluri-institucional.
3. Produzir metodologias de mensuração da educação histórica e trabalhar para que exames como o IDEB incorporem as dimensões da “educação histórica” em suas avaliações.

Ações pontuais

1. Tornar o livro autoral o produto mais importante e de maior peso na avaliação dos PPGs. Paralelamente, construir políticas de democratização de acesso ao livro, com a indução do acesso livre como política da área e o fortalecimento das editoras universitárias como principal veículo para produção desses livros.
2. Valorizar e incentivar a produção didática como produção científica.
3. Valorizar e incentivar ações de “comunicação” e difusão do conhecimento histórico produzido, com particular atenção ao uso de novas mídias. O pesquisador individual deve cada vez mais se responsabilizar pela “comunicação social” de sua pesquisa, mas deve ser estimulado a fazê-lo e premiado nas avaliações.
4. Atuar para que o modelo vigente de avaliação construa ferramentas mais transparentes e sensíveis à qualidade julgada a partir de critérios profissionais (aperfeiçoamento da avaliação de periódicos, livros e demais produtos).
5. Apoiar iniciativas como as Olimpíadas de História e grandes eventos voltados para o público não especializado, a exemplo do “Festival de História”.
6. Apostar em políticas que levem a uma maior integração dos programas de pós-graduação. Atuar junto a Capes para que aperfeiçoe e incentive os programas em rede, a exemplo do ProfHis, também para os programas acadêmicos. A fragmentação dos programas tem feito que a relação entre eles seja mais competitiva do que colaborativa.
7. É preciso ampliar o debate sobre novos formatos para os nossos cursos de graduação e pós-graduação. Há pouca variedade e pouca reflexão sobre como atingir um público

não necessariamente preocupado com a construção de uma carreira docente na área.

8. Atuar politicamente e produzir alternativas para a matriz de avaliação Capes e sua ênfase na competição incessante entre áreas e programas e na ausência de metas limitadas de produção científica. É preciso romper com a lógica do quanto mais melhor e assumir maior responsabilidade pela distribuição da energia do docente-pesquisador e dos PPG.

THE EVALUATIVE AUTONOMY REGIME IN THE NATIONAL POST-GRADUATE SYSTEM AND THE FUTURE OF RELATIONS BETWEEN HISTORIOGRAPHY, LEARNING AND HISTORY EXPERIENCE

Abstract: This article analyzes how the accommodation of historiography in a regime of autonomy marked by evaluative models drives this field away from its disciplinary origins in the 19th century and the professional development of the 20th century. I call regime of autonomy the arrangement of forces that enables a given discourse to acquire individuality and be differentiated in the web of enunciations available at a specific time and place. A “regime” is a way to describe how interactions of these forces enable, affect and shape historical discourse, especially the relationship between the vectors author-producer, reader, circulation, consumption, languages, concepts and media. The hypothesis developed here is that an “evaluative regime of autonomy”, common to other areas of contemporary science, is changing historiography, celebrating a highly specialized profile, threatening the relevance and social communicability, endangering professional ability of contributing to the diversification of historical experience.

Keywords: Sistema Nacional de Pós-Graduação. Historiography. Regime of evaluative autonomy. History teaching.

Notas

¹ Esse texto foi produzido para o debate promovido pela Anpuh em 13 de maio de 2015 acerca das reformas do ensino médio e o futuro das Humanidades. Além de ter sido enriquecido com sugestões do debate, muito deve ao diálogo com os colegas do NEHM-UFOP, em especial Marcelo Abreu, Marcelo Rangel, Helena Mollo e Mateus Pereira. Também foi apresentado no ciclo de debates “A história

(in)disciplinada”, agradeço a Arthur Lima, Fernando Nicolazzi, Temístocles Cezar e outro colegas do departamento de história da UFRGS pela oportunidade. Essa pesquisa conta com o apoio do CNPq, Capes, Fapemig e UFOP.

² Para um panorama das iniciativas estatais visando regular os conteúdos históricos ensinados, nesse caso através de políticas para o livro didático, ver Oliveira & Franco (2013).

³ Só assim que poderíamos realizar os deslocamentos e ampliações do escopo da educação histórica, tão necessários como contraponto a sua tendência ao congelamento, esses descentramentos “[...] permitem ainda relativizar a própria razão histórica fundada na produção de sentido, abrindo espaço para outras formas críticas do mundo igualmente potentes ainda que não controladas pelos protocolos científicos”. Por isso que uma educação para a diversidade e a democracia, muito mais que um elogio neo-positivista da empiricidade, requer um esforço teórico contínuo (ABREU; RANGEL, 2015, p. 19).

⁴ Sobre os efeitos da exterioridade das ferramentas avaliativas no processo de Bolonha, ver Silva (2013).

⁵ Essas observações críticas não devem ser universalizadas, sabemos da importância estratégica do investimento em CT&I e de como esse modelo tem contribuído para o seu desenvolvimento, o que devemos pensar é se ele atende adequadamente às especificidades das diferentes áreas das humanidades e que em direções ele deveria continuar a ser adaptado. Para uma visão geral e, de certo modo, “oficial” da evolução da pós-graduação, ver Avellar (2010).

⁶ Essas informações foram retiradas diretamente das tabelas disponíveis no INEP. Estão sujeitas a revisão e atualização.

⁷ Agradeço a Rebeca Gontijo sugestões e correções a uma primeira versão dessa tabela debatida.

⁸ Em sua postagem no blog Brasil Recente Carlos Fico traz importantes elementos críticos a esse debate, argumentando contra o diagnóstico genérico de produtivismo frequentemente levantado por setores descontentes com o modelo Capes (FICO, 2012). Embora concorde com o argumento de que essa produção é ainda irregularmente distribuída, a tendência do modelo é homogeneizar um perfil de excelência ligado a um crescente número de publicações, sem um teto que regule esse crescimento ou uma avaliação mais holística da carreira docente. Um professor muito produtivo pode precarizar outras dimensões de sua atividade docente, como o ensino, a formação, a extensão ou a gestão acadêmica. Não há solução simples para esses problemas, mas precisamos de mais diagnósticos e bases de dados integrativas e confiáveis que possam gerar indicadores mais transparentes e séries históricas estáveis.

⁹ No sistema como um todo, incluindo as redes privadas e estaduais, apenas 18% dos docentes estavam envolvidos com a Pós-Graduação em 2009 (AVELLAR, 2010, p. 54).

Referências

- ABREU, M.; RANGEL, M. Memória, cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, p. 7-24, 2015.
- ALMEIDA, L. S. R. de. *Evolução do sistema de ensino superior após a revolução de abril de 1974: Expansão e desregulação*. 2008. Tese (Doutorado em Educação)-Universidad de Extremadura, Badajoz, 2008.
- ARAUJO, V. L. de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, maio/ago. 2015.
- BARROS, C. Propuestas para el nuevo paradigma educativo de la historia. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 28, p. 2-24, dez. 2007.
- _____. Histografia de valores. In: CONGRESO INTERNACIONAL HISTORIA A DEBATE, 4., 16 dic. 2010, Santiago de Compostela. Ampliado en mayo 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/7064229/Historiografia%C3%ADa_de_valores>. Acesso em: 24 jul. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. Departamento de Documentação e Divulgação. *I PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, DF: MEC, 1974.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. *II PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985)*. Brasília, DF: CAPES, 1981.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. *III PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)*. Brasília, DF: CAPES, 1985.
- _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília, DF: CAPES, 2004.
- CARRETERO, M.; ALPHEN, F. van. Do Master Narratives Change Among High School Students? A Characterization of How National History Is Represented. *Cognition and Instruction*, v. 32, n. 3, p. 290-312, 2014.
- CERRI, L. F. Cartografias Temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-81, 2011.
- COLE, J.; McKAY, I. Organized Lightning: the Liberal Arts against neoliberalism. *Our Schools/Our Selves*, Ottawa, v. 24, n. 2, #118, p. 123-137, Winter 2015.

FICO, C. Avaliação da pós-graduação: produtivismo? *Brasil Recente*, 13 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.brasilrecente.com/search?q=produtivismo>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

FLECK, C. The Impact Factor Fetishism. *European Journal of Sociology*, v. 54, n. 2, p. 327-356, 2013.

GINZBURG, J. Periódicos acadêmicos: antagonismo entre produção e leitura (notas sobre revistas da área de Letras publicadas em 2013). *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Morrinhos, GO, v. 5, n. 1, p. 10-41, 2014.

GUIMARÃES, J.; AVELLAR, S. O. C. CT & I no Brasil: um balanço da capacitação e desempenho atual do sistema de pós-graduação e de pesquisa. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, DF, v. 15, n. 31, p. 53-84, jul./dez. 2010. Edição especial.

HERNÁNDEZ, G. D. M.; PAZ, R. O. La enseñanza del “tiempo histórico”: problemas y propuestas didácticas. *História & Ensino*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 29-47, jan./jun. 2013.

IVANCHEVA, M. The age of precarity and the new challenges to the academic profession. *Studia UBB Europaea*, Cluj-Napoca, v. 60, n. 1, p. 39-47, 2015.

LEWKOWICZ, M.; RODRIGUEZ, M. Historiografia acadêmica e historia escolar: los libros de texto de historia entre dos centenarios. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 20, p. 48-68, abr. 2016.

LORENZ, C. F. C. Sobrevivirán las universidades a la integración europea? Políticas de educación superior en la UE y en los Países Bajos antes y después de la Declaración de Bolonia. *Reencuentro*, México, D.F., n. 54, p. 53-71, abr. 2009.

_____. Fixing the facts: the rise of new public management, the metrification of “quality” and the fall of the academic professions. *Moving the Social - Journal of Social History and the History of Social Movements*, Bochum, v. 52, n. 4, p. 5-26, 2014.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 27-50, ago. 2014.

OLIVEIRA, M. M. D. de; FRANCO, I. Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1938-2012). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 3, p. 6-24, dez. 2013.

PALACIOS, P. C. L. Luhmann: Exámen de sus ideas el oficio del historiador. *Historia y Grafía*, México, D.F., n. 39, p. 125-145, jul./dec. 2012.

PEREIRA, M. H. de F. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 853-902, set./dez. 2015.

PIMENTA, J. P. G. et al. A Independência e uma cultura de história no Brasil. *Almanack*, Guarulhos, n. 8, p. 5-36, 2. sem. 2014.

SCHMIDT, B. B. De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 153-177, dez. 2015.

SILVA, L. L. A formação de formadores no contexto da transnacionalização educativa: reflexões a partir da aplicação do processo de Bolonha em Espanha e Portugal. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 247-263, jan./mar. 2013.

Recebido em: 01/07/2016
Aprovado em: 30/09/2016

No topo do mundo: Everest e ações afirmativas na Pós-Graduação

José Antônio dos Santos*
Luciana Garcia de Mello**

Resumo: Neste artigo vamos apresentar algumas iniciativas de acesso à educação e ao ensino superior proposto pelo Movimento Negro Brasileiro. Apresentamos o primeiro documento sobre políticas específicas para negros, indígenas e pessoas com deficiência do governo brasileiro e as dinâmicas nacional e internacional que levaram à entrada dessas populações nas universidades públicas. O objetivo do artigo é refletir sobre as desigualdades históricas no acesso ao ensino superior e sobre o quadro atual das políticas de ações afirmativas que se voltaram para o ingresso desses estudantes nos programas de pós-graduação no Brasil. Nesse sentido, vamos enfocar os desafios e demandas educacionais da população negra, pontuando aspectos que indicam questões dos demais grupos.

Palavras-chave: Ensino Superior. Movimento Negro Brasileiro. Negros. Indígenas. Pessoas com Deficiência.

Introdução

Numa das atividades realizadas regularmente para a formação de professores e professoras da região metropolitana de Porto Alegre, fomos questionados sobre qual estágio estaria o processo de ingresso de negros e indígenas no ensino superior brasileiro. Surpreendidos pela pergunta e inspirados pelo livro que líamos, respondemos que

* Doutor em História. Trabalha no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS/PROEXT/UFRGS). E-mail: joseants@hotmail.com

** Doutora em Sociologia. É professora no Departamento de Sociologia (IFCH/UFRGS). E-mail: lucianag.demello@gmail.com

estávamos no início da escalada e que recém havíamos chegado ao acampamento-base do topo do mundo.

O acampamento-base do Everest, é a primeira fase da escalada pela rota da crista sudeste no lado nepalês, está localizado a 5.364 metros de altitude acima do nível do mar, é o local em que os alpinistas e aventureiros iniciam a preparação para subir as escarpas geladas do Monte. Depois de cerca de uma semana de caminhada, eles acampam nesse local e realizam vários exercícios de subidas e descidas nos primeiros níveis de escaladas, esse é o processo de aclimação que busca as condições físicas e meteorológicas ideais para o embate final até o cume. Embora possa parecer uma distância curta, os restantes 3.484 metros até o topo do Everest, localizado a 8.848 metros de altitude, constituem os maiores desafios para os melhores alpinistas do planeta (KRAKAUER, 1997).

Poucos são os privilegiados que possuem condições físicas, psicológicas e econômicas para se aventurarem na maior escalada da terra, de modo que a reserva de vagas para negros e indígenas nos programas de pós-graduações do Brasil também têm significados comparáveis à chegada ao acampamento-base do Everest. Os maiores desafios e exigências iniciam logo depois da graduação, as portas de entrada do mestrado e do doutorado têm acessos restritos e, ainda, estamos no processo inicial da criação de condições para que os aspirantes às melhores posições cheguem ao topo da carreira acadêmica. Os caminhos que levam à docência universitária são tortuosos para aqueles que terminam o ensino superior e se aventuram na pós-graduação, alguns podem obter reconhecimento intelectual e boas condições de trabalho nas maiores e melhores universidades brasileiras.

Assim como a chegada ao acampamento-base inicia a caminhada ao topo do maior pico do mundo, o acesso à pós-graduação é o início do percurso, dentre outros setores de atuação, que pode levar ao cume do mundo acadêmico. Se o trajeto é difícil e solitário, imensos são os desafios e obstáculos aos aventureiros (do conhecimento) e alpinistas (sociais), também são significativas as conquistas simbólicas e materiais para a sociedade brasileira. A reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação de algumas universidades brasileiras, apenas deu

início a uma nova dimensão do direito à educação superior de amplos espectros populacionais que historicamente estavam de fora do mundo acadêmico¹.

Chegar ao pós-graduação, assim como ao acampamento-base do Monte Everest, é uma grande conquista, mas o desafio maior é ultrapassar as barreiras do Acampamento 4, que significa a finalização do doutorado e a possibilidade de ingressar profissionalmente em mercados altamente competitivos. Toda a sociedade brasileira precisa ultrapassar estereótipos, preconceitos e discriminações que restrinjam trajetórias acadêmicas e profissionais. É preciso mais do que o acesso, é necessário criar mecanismos institucionais que assegure a pluralidade epistêmica nas universidades e a desnaturalização das formas canônicas de reprodução do conhecimento, que rompam com os limites da “zona da morte” intelectual desses futuros mestres e doutores².

Nesse artigo, iniciaremos apresentando alguns aspectos do processo de reivindicações por escolarização e acesso ao ensino superior proposto pelo Movimento Negro Brasileiro. Em seguida, enfocaremos o primeiro documento sobre políticas específicas para negros, indígenas e pessoas com deficiência, emitido pelo Governo Federal, e as dinâmicas nacional e internacional que levaram ao ingresso dessas populações nas universidades públicas.

O objetivo do texto é refletir sobre o histórico de desigualdades no acesso ao ensino superior e sobre o quadro atual das políticas de ações afirmativas que têm se voltado para o ingresso de estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação do Brasil. Nesse sentido, nos deteremos, principalmente, nos desafios e demandas por educação da população negra, pontuando, quando pertinente, alguns aspectos que indiquem questões relativas aos demais grupos.

A luta por escolarização da população negra e a ampliação do direito à educação

A população negra sempre creditou à educação uma importância fundamental na transformação social, revestindo-se em meio

de integração e ascensão social permitida aos negros na sociedade brasileira. Nas iniciativas que se voltaram para a escolarização, criadas ainda no final do século XIX, a educação ou instrução era entendida como um modo dos negros serem respeitados e reconhecidos socialmente, também era meio que habilitava para a vida profissional e permitia um melhor entendimento de seus problemas que possibilitasse combater o preconceito (BARROS, 2005).

Como os demais grupos étnicos formadores da nação, principalmente imigrantes, “as pessoas de cor”, desde as mais simples às principais lideranças, demonstraram estar conscientes do papel desempenhado pela educação no processo de reconhecimento das suas capacidades intelectuais. Isso está sobejamente demonstrado tanto nos estudos da imprensa negra brasileira (SANTOS, 2011), como em trabalhos clássicos sobre as relações raciais na primeira metade do século passado. Nesse sentido, Thales de Azevedo, tratando sobre a Bahia no início do século XX, ressaltava que:

[...] as pessoas de cor, mesmo as mais humildes e escuras, fazem os maiores esforços para mandar os seus filhos à escola elementar, indo aos maiores sacrifícios para mantê-los nos cursos secundários quando já estariam em idade de ajuda-las no trabalho (AZEVEDO, 1996, p. 109).

O acesso à escolarização era entendido como um meio que poderia viabilizar a igualdade de condições nas disputas no mercado de trabalho, na ascensão social, ou, simplesmente, abrir os horizontes para o entendimento da própria realidade. Oriundos do processo de escravização a que estiveram submetidos os africanos e seus descendentes, a maioria dos negros se mantinha em condições sociais de subalternidade. O entendimento, não apenas das lideranças, mas também das pessoas humildes, em consonância com os desígnios da sociedade em geral, era que a escolarização os conduziria para o desenvolvimento de suas reais capacidades e abriria as portas para outros lugares de convívio com os demais brasileiros.

Em 1931, com o surgimento da Frente Negra Brasileira, primeira entidade criada por militantes negros com caráter eminentemente político, defendia-se a bandeira pela educação como algo

necessário para superar a exclusão social e viabilizar a ascensão social da população negra. Nesse grupo, articulava-se um conceito de educação que compreendia tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo (DOMINGUES, 2008). Desde então, o direito à educação tornou-se uma das demandas políticas fundamentais das entidades do Movimento Negro³.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944, e que tinha como um de seus fundadores Abdias do Nascimento, apresentava um viés tanto cultural quanto político. A luta do grupo tinha duas dimensões principais: uma buscava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira, mobilizando-se o lema da negritude; a outra tinha por objetivo elevar o status do negro na sociedade, através da abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política, social e cultural. No programa do TEN, publicado no seu periódico, *O Quilombo*, já era pleiteada, dentre outras questões:

[...] a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário, onde o negro não entrava como resultado da discriminação e da pobreza resultante da sua condição étnica; o combate ao racismo através de medidas culturais e de ensino; o esclarecimento da verdadeira imagem histórica do negro (NASCIMENTO, A.; NASCIMENTO, E., 2000, p. 210).

Demandas que foram encaminhadas para a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada em São Paulo, em 1945, e votada na assembleia final, tornando-se públicas como *Manifesto à Nação Brasileira*. Esse documento foi enviado a todos os partidos políticos, sendo replicada com cartas de apoio pela União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Comunista (PC). Contudo, a adesão nacional às ideias de democracia racial, que mantinham a ideologia da harmonia racial entre os brasileiros, e a contrariedade com as organizações que se manifestavam na defesa dos interesses da população negra, fez com que o grupo fosse acusado por alguns jornalistas de “racismo às avessas” e acabou não sendo adotada qualquer medida concreta.

Em 1950, em comemoração ao Centenário do Final do Tráfico de Escravos, demonstrando grande apreço que eles tinham por efemérides que remetiam ao histórico de emancipação gradual da escravidão, foi realizado no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro. Organizado por intelectuais e militantes negros, em confronto aos resultados dos Congressos Afro-Brasileiros de 1934 e 1937, foi demonstrada a insatisfação com os pesquisadores reunidos nestes congressos⁴. Houve manifestações contundentes contrárias àquelas representações que os tinha apenas como escravizados e objetos de laboratório dos acadêmicos. Buscavam ser reconhecidos, para além dos aspectos culturais, como construtores do país, símbolos de trabalho e organização. Reafirmavam os princípios de construção de uma “identidade negra” fundamentalmente política, voltada para lutas específicas de reconhecimento intelectual, para a resolução de problemas sociais e para a disputa da memória nacional.

Os congressistas, capitaneados por Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos, concluíram que a população negra fora “abandonada” pelo Estado⁵. Segundo eles, não houve por parte do governo republicano qualquer medida de integração social e econômica voltada aos negros depois da abolição formal em 1888. Na *Declaração final* do Congresso, inclusive, recomendavam:

[...] o apoio oficial e público a todas as iniciativas e entidades dos brasileiros de cor, a ampliação da facilidade de instrução e de educação técnica, profissional e artística, a proteção à saúde do povo e a garantia de oportunidades iguais para todos na base da aptidão e da capacidade de cada qual (NASCIMENTO, A., 1982, p. 401).

O Congresso do Negro Brasileiro foi o primeiro evento de âmbito nacional organizado por intelectuais e militantes negros com temáticas e discussões com ênfase na resolução das principais questões da população negra. A conhecida Lei Afonso Arinos, p. ex., que incluiu o racismo entre as contravenções penais, nasceu por demanda daquele movimento contra atos de discriminação racial e de cor que eram recorrentes no país⁶. Também foi naquele evento que Guerreiro Ramos defendeu a tese *A UNESCO e as relações*

de raça, onde propunha que o órgão internacional responsável por “promover o desenvolvimento dos processos democráticos” estudasse as “experiências sociológicas” desenvolvidas pelo Teatro Experimental do Negro para solução da “questão racial brasileira”⁷.

Embora tenhamos uma série de organismos que se voltaram aos interesses da população negra nos anos seguintes, esse nível de mobilização e organização nacional só foi possível a partir dos anos de 1970. Como estratégia de enfrentamento à ditadura civil-militar, jovens militantes negros começaram a se inserir nas universidades, foram criados núcleos de pesquisa e cultura que priorizavam a atuação social e comunitária, como o Grupo Cultural Palmares, fundado em Porto Alegre em 1971, e o bloco Ilê Aiyê, em Salvador, 1974. Além da atuação política mais direta no âmbito universitário, com a fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), criado na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1973; Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN), criado na Escola Paulista de Medicina, em 1972, e o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), na Universidade Federal Fluminense, em 1974 (RATTS, 2009).

No contexto de intensificação da luta contra o regime ditatorial e de renascimento da sociedade civil, foi fundado em 1978 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que posteriormente, adotou denominação de Movimento Negro Unificado (MNU). Diferentemente das entidades anteriores, o MNU empreendia uma luta contra a ideia de harmonia racial e, passou a combater não apenas o preconceito racial, mas a construir um ferrenho ataque à discriminação racial. A estratégia política era atuar na perspectiva estrutural, exigindo o reconhecimento do racismo e da desigualdade socioeconômica pelo Estado brasileiro.

O Programa de Ação do MNU propunha desmitificar a democracia racial brasileira; organizar politicamente a população negra transformando o Movimento Negro em organização de massa; formar alianças com sindicatos e partidos políticos para a luta contra o racismo, a exploração dos trabalhadores e para enfrentar a violência policial; introduzir nos currículos escolares a história da África e do negro no Brasil; e buscar o apoio internacional contra o racismo no país. Estratégias de atuação política que se

mantiveram no processo constituinte da década de 1980, e que foram fundamentais quando da promulgação da Constituição de 1988. Foi a partir da aprovação da Carta Magna que houve conquistas concretas do ponto de vista da luta antirracista, tais como: o reconhecimento da pluralidade racial brasileira; a criminalização do racismo; a criação de mecanismos jurídicos para a determinação das terras das comunidades remanescentes de quilombos, dentre outras demandas⁸.

Por outro lado, o ano de 1988, Centenário da Abolição, também teve importância que superava o simbólico, as entidades do Movimento Negro passaram a utilizar cada vez mais o protesto de rua para manifestar a sua insatisfação. Ocorreram em várias cidades do país as Marchas do Centenário, que afirmavam a abolição como uma conquista da população negra e exigiam maior intervenção do Estado para combater o racismo e promover a igualdade racial. Foram essas manifestações públicas de inconformidade com a realidade social em que se encontravam a maioria dos negros que abriram perspectivas para que a historiografia os representasse de outras formas, não apenas como escravizados objetos de seus senhores.

A renovação teórico-metodológica trazida pela “história vista de baixo” e o aumento dos cursos de pós-graduação deram condições para que a historiografia sobre o pós-abolição passasse a demonstrar, nas décadas seguintes, que o 13 de maio de 1888 não significou a incorporação dos “descendentes da senzala” à nação desejada. O racismo e o descaso com as condições socioeconômicas dos ex-escravizados não resolveram a “questão racial” no pós-abolição. A propalada liberdade não trouxe solução para o “problema do negro”, discussão que se arrastava desde os primeiros abolicionistas, apenas jogou a culpa, pelo desajustamento social de alguns, nos próprios negros. As dificuldades de assimilação ao “mundo dos brancos”, ou a ideia de que os negros foram “abandonados à própria sorte”, justificadas pela incapacidade intelectual e técnica para ocupar os postos de trabalho, em função do analfabetismo e origem racial, têm sido matizadas ao trazer para o debate historiográfico outras categorias como: cidadania, racialização, racismo, mobilidade social, gerações, acesso a terra, movimentos sociais e diáspora negra em abordagens locais, transnacionais ou comparativas⁹. A memória

coletiva oficial, construída sobre as datas, os heróis e os símbolos nacionais foram colocadas em discussão na esfera pública. A abolição como concessão da oligarquia nacional ou ato de bondade da princesa Isabel passou a ser questionada, do mesmo modo que a identidade nacional, construída sobre o arcabouço ideológico da mestiçagem, passou a ser fracionada pelas reivindicações de políticas específicas para a população negra.

Por outro lado, no campo da produção sociológica e demográfica sobre discriminação e desigualdades raciais, a melhoria observada nas últimas décadas, em termos de indicadores das condições de vida da população brasileira, não tem se refletido na diminuição das distâncias relativas entre brancos e negros. Conforme os trabalhos de Hasenbalg (2005), e Paixão, Rosseto e Montovanele (2010), os resultados das pesquisas demonstram que pretos e pardos, segundo denominação oficial do IBGE, aqui entendidos como negros, estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo da vida, e que essas desvantagens têm sido transmitidas para outras gerações.

Foram algumas pesquisas e documentos oficiais que instrumentalizaram as denúncias empreendidas pelo Movimento Negro nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Também serviram para a mobilização continuada no sentido da valorização da cultura negra como eixo fundante de uma estética e identidade racial positiva, configurando dinâmicas organizativas e reivindicações que se renovaram ao longo do tempo até as políticas de ações afirmativas¹⁰.

20 anos de políticas de ações afirmativas: os primeiros passos rumos ao topo

Em 1995, com o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, essas questões voltaram à discussão nacional e constituíram mote político que aglutinou o Movimento Negro entorno da Marcha Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, organizada a partir de ampla mobilização com políticos e organizações sindicais, oportunidade em que foram recebidos pelo Presidente que, no mesmo dia, anunciou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI. Pela primeira vez, rompendo com um histórico de negativas formais

do racismo brasileiro, o Presidente da República reconhecia a existência do racismo no país e apontava para a criação de mecanismos institucionais reparatórios.

O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra foi formado por representantes de oito Ministérios, duas Secretarias do Governo e oito representantes do Movimento Negro. Dentre os 16 grupos temáticos em que esteve envolvido o GTI, nos pouco mais de dois anos de atuação, estavam questões fundamentais, como: Trabalho e Emprego; Educação; Terra (Remanescentes de Quilombo); Racismo e Violência; e Políticas de Ação Afirmativa, que passaram a inscrever a igualdade racial na agenda nacional. Esse grupo de trabalho desenvolveu uma série de ações no âmbito do governo federal e deu início a uma importante reflexão sobre as políticas de ação afirmativa (BRASIL, 1998b).

Na abertura do Seminário Internacional *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos*, realizado pelo GTI, em 2 de julho de 1996, FHC demonstrava com franqueza a sua preocupação com a continuidade das políticas que vinha propondo:

Com as reformas, já não achamos meios mais de convencer. Não conseguimos convencer o óbvio, quanto mais convencer o que não é tão óbvio, que é a necessidade de uma luta mais tenaz pela igualdade, uma luta mais tenaz contra o preconceito, contra a discriminação. Estamos pedindo à sociedade que nos ajude (CARDOSO apud BRASIL, 1998a).

O então presidente exortava a criatividade dos acadêmicos e especialistas em relações raciais presentes no Seminário, formado por brasileiros, norte-americanos e africanos, no sentido de que criassem alternativas para a implementação de ações afirmativas dirigidas aos negros que representasse a multirracialidade da nação brasileira. Mais do que isso, a sua preocupação era para que fosse criado um modelo diferente do resto do mundo, aceitável à maioria dos brasileiros e que não fugisse aos contornos da democracia racial. Era uma tarefa inglória que ele colocava sobre os ombros daqueles intelectuais, afinal, reconhecer a existência do racismo e

das desigualdades era corriqueiro para alguns pesquisadores que há muito vinham pesquisando esses temas, difícil era definir políticas públicas específicas para grupos racialmente distintos.

Como dito acima por FHC, era difícil convencer a sociedade brasileira de que não somos uma democracia racial, quanto mais demonstrar o que não era óbvio. Havia o imperativo público da criação de mecanismos institucionais que apontassem para a recuperação de um quadro histórico de desigualdades raciais entre negros e brancos. O entendimento de boa parte da sociedade era que as políticas de ações afirmativas, ao reconhecerem os negros como população racialmente diferenciada, criariam um cisma ou fracionamento da nação. Elas fomentariam verdadeiras fronteiras raciais, tipo o modelo norte-americano, marcado pela segregação e enfrentamento racial.

O primeiro mandato do Governo de FHC (1995-1998) iniciou promissor no sentido da “valorização da população negra”, possivelmente, em virtude do contexto político favorável, da pressão do Movimento Negro, e, como referido várias vezes por ele, em função da sua formação acadêmica próxima a Florestan Fernandes e Octavio Ianni, que resultou em produção intelectual no campo das relações raciais na região sul do Brasil¹¹. No entanto, o saldo final quanto às desigualdades raciais foi de pouca realização, principalmente, porque houve resistência às políticas de ações afirmativas dentro dos principais ministérios. Soma-se a isso, a opinião pública brasileira manter certo distanciamento dessas questões naquele momento, assim como, as elites políticas e econômicas não reconhecerem iniciativas naquele sentido como estratégias que se voltavam para o desenvolvimento do país¹².

Ainda que o GTI tenha apresentado resultados muito aquém do esperado, é importante destacar que havia uma proximidade entre os interesses desse grupo e o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) instituído no dia 13 de maio de 1996. Nesse documento, o Governo Federal reconheceu a necessidade da definição de políticas públicas dirigidas para extratos populacionais específicos. Dentre os capítulos do PNDH, três são dirigidos para os seguintes grupos: “população negra”, “sociedades indígenas” e “pessoas portadoras de deficiência”, o que pode ser entendido como

o início das políticas de ações afirmativas voltadas ao ensino superior no Brasil¹³. No primeiro caso, dentre as ações de médio prazo propostas pelo Governo Federal estavam: “[...] desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”; no longo prazo, a “[...] formulação de políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra” (BRASIL, 1996).

Note que o Programa foi lançado por meio do Decreto número 1.904, numa data bastante significativa para a população negra brasileira, o 13 de maio. Dentre outras demandas públicas, o documento foi resultado da já citada *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*. O próprio Presidente da República, no prefácio do Programa Nacional de Direitos Humanos, informava: “Participei pessoalmente das comemorações relativas ao terceiro centenário da morte de Zumbi. Naquela ocasião criei um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra”¹⁴.

O PNDH apontava para a necessidade de “[...] assegurar às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando o seu universo sociocultural”, para as pessoas portadoras de deficiência era definida a “[...] criação de normas relativas ao acesso do portador de deficiência ao mercado de trabalho e no serviço público, nos termos do art. 37, VIII da Constituição Federal”. Ou seja, existia na Constituição de 1988 a prerrogativa da reserva percentual de cargos e empregos para pessoas portadoras de deficiência, o que veio a ser assegurado pela Lei 8.112/90, art. 5º, § 2º, que dispôs sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, e estabeleceu a reserva de até 20% das vagas disponíveis nos concursos públicos.

Também a Lei 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas, definiu aspectos legais sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e deu outras providências, criando um percentual de 2% na contratação de pessoas com deficiências nas empresas com cem ou mais funcionários, com limitação de até 5% para as que têm acima de mil empregados. Soma-se a isso, a Lei nº 8.666/93, no art. 24, inciso XX (Lei das Licitações), que tornou dispensável a licitação para a contratação de entidades representativas dos portadores de

deficiências físicas para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra junto a entidades da Administração Pública.

Conforme acima, já existia legislação específica que garantia vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o que não era assegurado a negros e indígenas nesse segmento. O PNDH foi o primeiro documento do Governo Federal que abriu perspectivas diferenciadas aos negros no acesso aos cursos profissionalizantes e universidades, assim como se preocupou com a educação escolar indígena. Mais do que definir políticas públicas diferenciadas a essas populações, desde então, o Estado passou a desempenhar papel importante na organização e no encaminhamento de discussões relativas à questão racial brasileira.

A reserva de vagas no ensino superior tornou-se realidade somente nos anos 2000, após a III Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas – ONU – contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância, realizada em 2001 na cidade de Durban na África do Sul. Em 08 de setembro de 2000, em atendimento à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Governo FHC criou o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira nessa conferência. Foi nesse contexto, permeado por uma série de Pré-Conferências Temáticas Regionais, organizadas pelo Comitê em vários estados, que se estruturou a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância. Esta mobilização teve como resultado o documento que pautou a participação brasileira na Conferência Mundial Contra o Racismo, momento em que as políticas de ações afirmativas entraram de vez na agenda política nacional.

A implementação das políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro iniciou de forma descentralizada e sem qualquer articulação do Governo Federal. A primeira iniciativa foi, em 2001, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a partir de demandas e interesses estaduais. A seguir, as reservas se estenderam para as demais universidades do Estado, como a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), e, em 2004, por necessidades e iniciativas próprias, para a Universidade de Brasília. Foi a partir de então, que as universidades federais passaram a inserir a reserva de vagas

para negros, indígenas e estudantes oriundos de escolas públicas nos seus regimentos, principalmente, por pressões do Movimento Negro que foram encampadas pelos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)¹⁵.

Nesse período, tivemos a oportunidade de entender algumas das justificativas contrárias a reserva de vagas para negros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Naquela oportunidade, fazíamos parte da Comissão criada pelo Conselho Universitário para elaborar o documento que balizaria o ingresso de negros e indígenas na UFRGS e fomos surpreendidos, por um lado, com o desconhecimento da maioria da Comissão sobre o histórico das desigualdades raciais no país, por outro, com o discurso de que a reserva de vagas iria ferir o princípio do mérito daqueles que estavam preparados para passar no vestibular. A obrigatoriedade de que a reserva de vagas fosse destinada apenas a negros e indígenas, como inicialmente sugerido, tomou corpo e passou a abarcar também os estudantes oriundos da escola pública. Embora sendo indicados por seus pares para elaborar o documento inclusivo, havia manifesta contrariedade de alguns professores, para o ingresso diferenciado de negros na Universidade, contrariedade que era muito maior do que em relação aos indígenas, p. ex. A estratégia que permitiu a aprovação do documento foi a definição de 30% das vagas para estudantes oriundos da escola pública, percentual que destinaria 15% para estudantes autodeclarados negros advindos desse meio¹⁶.

Naquela oportunidade, não tivemos dúvidas sobre os interesses que estavam presentes na Comissão no sentido de arrefecer conquistas que eram inevitáveis naquele contexto social, político e econômico, afinal, o Governo Federal havia condicionado a liberação de recursos via Ministério da Educação apenas às universidades federais que implementassem a reserva de vagas para negros e indígenas. Portanto, era obrigatório assegurar um percentual de vagas de ingresso ao ensino público federal, mas definir essa política apenas por meio do ensino público era dificultar o ingresso daqueles postulantes negros que estavam mais bem preparados. Tínhamos uma classe média negra que era consumidora de bens e produtos e tinha acesso a escolas privadas, ou seja, ocuparia com mais facilidade as vagas disponíveis. Posteriormente, a não

ocupação integral das vagas destinadas aos negros foi motivo para justificativas que pregavam o fim das cotas, ao mesmo tempo em que colaborava para que a questão racial desaparecesse por meio de discussões sociais ou classistas.

A definição identitária da população afro-brasileira ou afro-descendente como negra foi uma conquista do Movimento Negro que se deu, principalmente, no processo de reconstituição democrática do país iniciado nos anos de 1970. O termo negro passou a ser dotado de nova significação não mais restrita aos escravizados, mas que se propunha a recuperar a dignidade e a autoestima daqueles que se identificavam como originários do processo de escravização africana. Negro passou a ser a palavra de ordem que aglutinou todos aqueles (as) que se autoidentificavam a partir da cultura, da religiosidade e de aspectos fenotípicos afro-brasileiros, o que passou a definir contornos fundamentais na definição de estratégias políticas na garantia de direitos.

Anteriormente, a população afro-brasileira ou afrodescendente perdia-se numa plêiade de autoidentificações que remetia a uma palheta cromática e suposta origem comum, nesse processo, os autodeclarados negros passaram a constituir mais da metade da população brasileira. Esse é um aspecto fundamental para que políticos e funcionários responsáveis por políticas públicas sejam convencidos da importância de ações e legislação dirigidas a esse extrato populacional. Além de uma propalada herança cultural africana que subsumiu na nacionalidade, temos um expressivo agente populacional que elege governantes e reivindica direitos, também trabalha e produz em seguimentos fundamentais da economia brasileira, atuando não apenas como produtores mas também como consumidores de bens e produtos.

Conforme demonstramos rapidamente, mesmo que já existisse a garantia constitucional para as ações afirmativas no Brasil, assim como a indicação de reserva de vagas para determinados segmentos – pessoas com deficiência e mulheres –, o sistema jurídico contrário a esse processo só foi acionado quando da introdução do sistema de cotas para estudantes negros e egressos das escolas públicas nas universidades públicas estaduais e federais. Interessante perceber que, segundo dados do PNAD/IBGE 2012, a “população

economicamente ativa” é distribuída em 52,2% para negros e 47% para brancos; entre aqueles que fazem parte da “população ocupada” 51,7% são negros, enquanto 47,5% se identificam como brancos. Ou seja, aqueles que são a maioria da população e constituem o maior número em atividade econômica, portanto, são os principais responsáveis por manter as instituições públicas de ensino com o pagamento de impostos, são eles que estão fora das universidades.

A inserção dessas populações no ensino superior é acima de tudo uma demanda por justiça social. As disputas em torno dessa política revelam que a complexidade dessa contestação encontra forte ressonância na ordem social estabelecida e nos valores há tempos internalizados. Segundo a concepção de Honneth (2014), na sociedade moderna, a ideia de justiça está relacionada ao valor ético da liberdade. Essa, por sua vez, pode ser compreendida como sinônimo de autonomia, que diz respeito ao contexto das relações sociais que a asseguram e em conjunção com o que significa ser autônomo. As condições para autonomia pessoal só podem ser encontradas nos próprios sujeitos e nas relações sociais de reconhecimento recíproco, portanto, a autonomia é alcançada por vias intersubjetivas. Em consequência, nessa perspectiva teórica, o princípio de autonomia não pode ser separado da ideia de justiça social, isto é, das reflexões sobre como instituir uma sociedade capaz de abrigar os interesses e necessidades de seus membros.

Na teoria honnethiana é justamente a liberdade do indivíduo que se torna algo com um significado superior na ordem social, sendo que a partir da compreensão do que é a liberdade para cada um é possível chegar ao estabelecimento de uma ordem social legítima. Todavia, há uma multiplicidade de concepções de liberdade, levando a um questionamento permanente sobre qual o conteúdo do princípio de autodeterminação; ou ainda, quais são as condições necessárias para realmente possibilitar a autonomia do indivíduo. Ele argumenta que há três modelos distintos de liberdade: a jurídica, a moral e a social. A primeira concede ao indivíduo a oportunidade, controlada pelo Estado de direito, de protelar as decisões éticas por um determinado tempo, de modo a poder ponderar a sua própria vontade; já a liberdade moral, outorga ao indivíduo a possibilidade

de recusar determinadas imposições de ação, alegando razões justificáveis (HONNETH, 2014, p. 165-166). Essas duas formas de liberdade possuem um caráter parasitário em relação às práticas sociais, que não somente as precedem, mas também a elas devem o seu verdadeiro direito de existir.

De modo diferente, a liberdade social apresenta contextos substancias de ação, que contém objetivos com reconhecido valor e laços vinculantes. Se a liberdade jurídica e a liberdade moral apresentam possibilidades de liberdade, é no social que se apresenta a realidade da liberdade. Assim, a liberdade social permite orientar a nossa concepção de justiça, pois lança luz sobre as possibilidades de realização social. Honneth retoma o conceito de eticidade de Hegel para mostrar que há no social uma rede de rotinas e obrigações, que se relacionam com certas atitudes morais, enquanto práticas sociais e/ou enquanto valores institucionalizados socialmente. Desse modo, o justo deve ser pensado em relação a esses valores gerais racionais compartilhados em uma sociedade. Daí decorre o entendimento de que é no social que se encontram os meios e as condições para execução da liberdade. Os indivíduos criam expectativas morais de que seus papéis sejam reconhecidos, possibilitando assim a realização da liberdade social; quando isso não ocorre, percebe-se um desajuste entre as demandas de justiça e o que já se encontra institucionalizado. Isso nos leva a argumentar que, na sociedade brasileira, as bases sociais e morais para a realização do reconhecimento da questão racial – essa entendida como demanda por justiça social – não estão dadas.

As disputas em torno das ações afirmativas revelam, em parte, a ausência de um acordo intersubjetivo partilhado entre os brasileiros no que se refere ao enfrentamento do racismo e às desigualdades socioeconômicas. Ao encaminhar a proposta de ações afirmativas para a população negra o governo brasileiro rompia com a tradição formal republicana que teimava em não reconhecer o racismo, e questionava a ideologia que definiu historicamente o Brasil como país de misturas e hibridismos raciais e culturais. Nisso, vem colaborando para que a sociedade compreenda melhor sua própria história de construção das diferenças¹⁷. A reserva de vagas nos

cursos de pós-graduação é apenas mais uma etapa nesse processo de reconhecimento nacional, justiça social e reconhecimento de demandas por igualdade de oportunidades.

Cotas na Pós-Graduação: chegaremos ao Acampamento 4?

No dia 12 de maio de 2016, em um dos últimos atos como Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff divulgou portaria normativa que estipulou prazo para que as instituições federais apresentassem propostas de políticas afirmativas para negros, indígenas e pessoas com deficiências nos programas de pós-graduação. As universidades e os institutos federais de educação tinham o prazo de 90 dias para apresentar propostas de ingresso nos mestrados, mestrados profissionais e doutorados. Com a entrada do atual presidente, essa determinação está pendente.

Nessa última parte do artigo, vamos demonstrar alguns dados e procurar responder qual a razão de se reservar cotas no sistema de pós-graduação. Evidentemente, que não se pode postular motivos que sejam discrepantes em relação àqueles mobilizados para sustentar tal política no nível de ensino imediatamente anterior, qual seja a graduação. No entanto, como demonstrado anteriormente, a adoção de política de cotas foi possível em razão de uma negociação nacional que resultou em um sistema que combina critérios socioeconômicos com critérios raciais. Houve certo consenso para a adoção de cotas no ensino superior que levou em conta principalmente a defesa da valorização do ensino público. Ocorre que o público alvo principal de tal política são exatamente os alunos que ingressaram no sistema universitário no período recente e, em larga medida, passaram por uma formação semelhante. Nesse sentido, argumenta-se que tal reserva relaciona-se a possibilidade de participação paritária, tal como compreendida por Nancy Fraser.

Fraser (2013) adota um conceito multidimensional de justiça que possui três dimensões: redistribuição, reconhecimento e representação. O princípio normativo válido para avaliar reivindicações com implicações multidimensionais é o da paridade participativa

que refere-se a necessidade de estruturas que permitam a todos os indivíduos participar como iguais na vida social. A viabilização desse modo de participação seria dada pela remoção de obstáculos institucionalizados, que podem se apresentar de três formas distintas: a) nas estruturas econômicas, restringido os meios necessários para que as pessoas possam interagir umas com as outras como iguais, provocando injustiça distributiva ou má-distribuição; b) nas hierarquias institucionalizadas de valor cultural, que negam as pessoas a posição necessária para participar das interações de modo igualitário, causando desigualdades em termos de status ou mal reconhecimento; c) nas regras estabelecidas, que negam a igualdade em deliberações públicas e na tomada de decisões democráticas, provocando injustiça política ou má-representação (FRASER, 2013, p. 752).

Ainda que tenham ocorrido importantes modificações na remoção de alguns obstáculos institucionalizados no acesso à educação superior, ainda vivenciamos uma situação de confinamento racial no universo acadêmico brasileiro muito próxima daquela realidade apontada por Carvalho (2005-2006). Considerando algumas das principais universidades de pesquisa do país (UFRGS, UnB, UFSCAR, USP, UFRJ, Unicamp, UFMG), na época, tinha-se um contingente de aproximadamente 18.400 professores universitários, a maioria com título de doutor. Nesse universo, 99,6% eram brancos e apenas 0,4% negros – não havia um único indígena.

Conforme o mesmo autor

Se escolhermos aleatoriamente um professor desse grupo, o perfil básico que encontraremos será o seguinte: esse professor (ou professora) foi um(a) estudante branco (a) que teve poucos colegas negros no secundário, pouquíssimos na graduação e praticamente nenhum no mestrado e no doutorado; como aluno (a) sempre estudou com professores brancos. Desde que ingressou na carreira docente faz parte de um colegiado inteiramente branco, dá aulas para uma maioria esmagadora de estudantes brancos na graduação e de 100% de pós-graduandos brancos. Além disso, os assistentes e colegas do seu grupo de pesquisa são todos brancos (CARVALHO, 2005-2006, p. 92).

O autor postulava a possibilidade de que, nas faculdades mais fechadas e elitizadas, um docente-pesquisador desenvolvesse por décadas o seu trabalho acadêmico sem nunca conviver com um estudante ou docente negro. O resultado desse confinamento acadêmico, além da ausência de contato interracial em condições de igualdade, seria o empobrecimento epistêmico causado pela ausência de saberes e conhecimentos negros e indígenas.

Embora a população que se identifica como negra, que é a soma de pretos e pardos, represente a maior parte da população brasileira (52,9%), entre os estudantes de pós-graduação, eles são apenas 28,9% do total. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o número de estudantes negros, no mestrado e no doutorado mais do que duplicou de 2001 a 2013, passando de 48,5 mil para 112 mil. Se considerarmos apenas os estudantes autodeclarados pretos, o número passou de 6 para 18,8 mil, um aumento significativo de mais de três vezes.¹⁸

São números significativos que demonstram o crescimento da inserção dos negros nos programas de pós-graduação, mas também o expressivo número de estudantes que se declaram brancos, de 218,8, para 270,6 mil, o que deve ser o resultado, ainda, do aumento dos programas de pós-graduações de uma forma genérica. Esse crescimento não significa que todos os ingressantes chegaram ao final dos cursos, muito menos que esses mestres e doutores entraram nas universidades como professores, nem direcionaram suas pesquisas para temáticas vinculadas às questões da população negra. É corrente a ideia do eurocentrismo que permeia boa parte dos cursos de mestrado e doutorado, bem como o epistemicídio que não reconhece das contribuições indígenas, africanas e asiáticas para a construção dos conhecimentos científicos. Ainda é pequeno o número de linhas de pesquisa e de professores orientadores nas pós-graduações brasileiras que tenham proximidade e pertinência intelectual para trabalhar com questões e temáticas relativas a essas populações.

Por outro lado, segundo levantamento divulgado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), das 91.103 bolsas de formação e pesquisa, em janeiro de 2015, 26% foram destinadas a estudantes negros e 58% para brancos. O percentual de bolsas destinadas aos indígenas não atingia 1% daquele

total de estudantes de pós-graduação, enquanto cerca de 11% dos estudantes não declararam o seu pertencimento étnico-racial. O que nos dá uma ideia das desigualdades de negros e indígenas em relação aos estudantes brancos, o acesso a recursos mínimos, como as bolsas de estudo, para a finalização de cursos de pós-graduação é o dobro desse último grupo em relação aos demais. Embora, tenhamos informações, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2013 (MEC/INEP), que o número de estudantes indígenas frequentando a educação superior naquele ano era de 13.687, o que representava contingente bastante inferior aos demais há nítidas diferenças no acesso a bolsas. Como se visualiza nas séries históricas até 2014, divulgadas na página do CNPq, há muita desigualdade na distribuição dos recursos. As mulheres, descritas de uma forma genérica (feminino), pois não há distinção entre negras e brancas, constituem a menor parcela dos estudantes que recebem bolsas; assim como, as regiões sudeste e sul, respectivamente, são as que recebem o maior número de bolsas.

Diante do que vimos tratando até aqui, estas últimas páginas não poderiam ser usadas senão para apontar a necessidade da articulação de diferentes ações públicas para a superação das desigualdades raciais na educação como um todo, sendo o acesso à pós-graduação um dos aspectos a serem tratados nesse processo. A melhoria das escolas, principalmente as públicas, pois é nelas que está a grande maioria dos jovens negros é uma questão emergencial. Artes (2015), p. ex., relata que de cada 100 estudantes brancos que finalizaram o ensino médio, 49 ingressaram em cursos de graduação, índice que chega a 28 para os negros. Dados que indicam desigualdades no acesso ao ensino superior iniciadas na etapa final da educação básica. É também no ensino médio que as escolhas profissionais são definidas, a separação dos grupos étnicos e de gênero por áreas de conhecimento, estando as mulheres mais concentradas nos cursos de saúde e educação e os homens nas ciências exatas e da natureza. Um passo importante na superação das desigualdades por sexo, raça e outras diferenças, no acesso a cursos de maior ou menor prestígio, que vão ter reflexos nas escolhas da pós-graduação, é entender os limites e motivações dessas escolhas anteriores. A reserva de vagas no ensino superior, assim como a perspectiva de ingresso diferenciado

na pós-graduação, é uma estratégica fundamental para assegurar o acesso de negros, indígenas, pessoa com deficiência e demais interessados, a espaços de reprodução de poder.

Nesse sentido, a pós-graduação é a etapa mais valorizada da educação, uma vez que a partir dela podemos construir epistemes relacionais que contemplem a multiplicação de saberes que comuniquem a nossa nacionalidade; mobilizar consciências e práticas com sentidos críticos transformadores em substituição a conhecimentos canônicos que se locupletam no interior das universidades; redefinir o papel social dos professores-pesquisadores para o reconhecimento dos outros como formadores de si mesmos; reconhecer o caráter histórico, inacabado e relativo do conhecimento a partir da multiplicidade de atores e vozes que deixaram registros e permeiam a realidade; rever conceitos, métodos e contribuições que contemplem saberes os mais diversos; finalmente, introduzir nesses espaços atores sociais comprometidos com a definição de novos referenciais para a resolução dos problemas e desafios do país.

Sem dúvida isto constitui um programa de uma nova universidade. Pode ser uma utopia, desde que seja entendida como um projeto coletivo que contemple questões e desejos de todos e de todas que acreditam num futuro melhor. Como o desafio de chegar ao topo do Monte Everest, que possui quatro acampamentos de aclimação e um grupo privilegiado de alpinistas, esse programa inclusivo de uma nova universidade se mostra distante, mas assim como a subida que leva ao cume mais alto da terra, vamos galgando passo a passo, um depois do outro, todos os obstáculos¹⁹.

ON TOP OF THE WORLD: THE EVEREST AND AFFIRMATIVE ACTION IN POSTGRADUATE COURSES

Abstract: In this article we will start presenting some aspects of process for enrollment and access to higher education proposed by the Brazilian Black Movement. Then we focus on the first document on specific policies for blacks, indians and persons with disabilities, issued by the Federal Government, and the national and international dynamics that led to the entry of these populations in public universities. The purpose of the paper is to reflect on the historical inequalities in access to higher education and about the current framework of

affirmative action policies that have turned to the entrance of black students, indigenous people and people with disabilities in postgraduate programs in Brazil. In this sense, we will hold in mainly the challenges and demands for education of the black population, punctuating, where relevant, some aspects that indicate issues with the other groups.

Keywords: Higher Education. Brazilian Black Movement. Blacks. Indigenous people. Disabled people.

Notas

¹ Primeira universidade federal a adotar a reserva de vagas na graduação, a Universidade de Brasília também foi a primeira a adotar cotas na pós-graduação. Desde 2014, os Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia criaram regras para esse fim. Recentemente, as Pós-Graduações em História da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, assim como a Pós-Graduação em Antropologia da UFRGS, também criaram políticas de acesso diferenciado para estudantes autodeclarados negros, indígenas e pessoas com deficiência. No caso da História da UFRGS, o ingresso também foi franqueado a pessoas identificadas como trans.

² Do acampamento-base do Everest até o seu topo existem quatro acampamentos que são usados para o descanso e a aclimação necessários para a subida final ao cume. O Acampamento 4 é o último, foi montado próximo dos 8 mil metros de altitude, na chamada “zona da morte”, onde a altitude e o frio são implacáveis com os alpinistas.

³ A definição de Movimento Negro, em letras maiúsculas e no singular, é tida por boa parte dos intelectuais e militantes como um “essencialismo estratégico”. Embora considerem a diversidade das organizações negras, desde a Frente Negra Brasileira até os grupos atuais, compostos por diferentes atores políticos e estratégias de atuação, são reconhecidas como dirigidas aos mesmos objetivos – contra o racismo e a favor de melhores condições de vida para a população negra brasileira. Cf. Pereira (2010).

⁴ Para maiores informações sobre os Congressos Afro-Brasileiros realizados em Recife, 1934, e Salvador, 1937, ver Siqueira (2005).

⁵ Além dos citados acima, fizeram parte do Congresso: Aguinaldo Camargo, Geraldo Campos de Oliveira, José Pompílio da Hora, Ruth de Souza, Ironides Rodrigues, Sebastião Rodrigues Alves, Maria de Lourdes Vale Nascimento, o senador Hamilton Nogueira, Claudino José da Silva (deputado federal do Partido Comunista), dentre outros. O Congresso teve representações políticas

de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul com a Sociedade Floresta Aurora.

⁶ A Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, de autoria do deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco, diferencia-se da legislação atual, na medida em que o racismo deixou de ser apenas contravenção penal e passou a ser considerado crime inafiançável. Cf. Artigo 5º da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Federal nº 7.716, sancionada em 5 de janeiro de 1989.

⁷ O livro *O negro revoltado*, de Abdias do Nascimento, foi originalmente publicado em 1968. A publicação têm boa parte dos pareceres e teses aprovadas no I Congresso do Negro Brasileiro, além das principais resoluções de alguns dos eventos citados anteriormente.

⁸ No processo constituinte, desde 1985, o Movimento Negro se mobilizou com uma série de eventos realizados por todo o país. Também participou da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias que subsidiou os constituintes com questões de seu interesse.

⁹ Nesse sentido, ver a Revista Brasileira de História, v. 35, n. 69 de 2015, que traz o dossiê intitulado, *O pós-abolição no mundo atlântico*, que elencou uma série de artigos que tratam de temáticas relativas ao período sobre diversos aspectos, personagens e cronologias.

¹⁰ As ações afirmativas são políticas públicas que se destinam para pessoas pertencentes a grupos historicamente discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica. No caso da educação, as medidas podem ser implementadas por meio de bolsas de estudo, reserva de vagas ou bônus que são somados ao resultado de provas. Elas podem ser entendidas como prevenção a discriminações ou reparação a danos sofridos, o objetivo é assegurar o acesso a posições sociais importantes a membros de grupos que representem a diversidade demográfica da sociedade.

¹¹ Foi no Governo FHC, p. ex., em 20 de novembro de 1996, que foi criada a Lei 9.315 que inscreveu o nome de Zumbi dos Palmares no *Livro dos Heróis da Pátria*, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

¹² Embora a relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo seja uma questão controversa, existem estudos que demonstram o aumento da capacidade produtiva dos países com níveis de escolaridade mais alta. Cf. Valverde; Stocco, 2009.

¹³ Abdias do Nascimento, no projeto de Lei nº 1.332, de 1983, propôs “ação compensatória” que previa a reserva de 40% das vagas para homens e mulheres negras na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas privadas para a eliminação da prática da discriminação

racial; incorporação da imagem positiva da família negra no sistema de ensino e introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não foi aprovado no Congresso Nacional, mas as reivindicações do Movimento Negro continuaram.

¹⁴ Cf. Brasil (1998a).

¹⁵ Em 14 de janeiro de 2001, o jornal *Folha de São Paulo* publicou, no caderno *Cotidiano*, extensa matéria enfocando o Exame Nacional de Cursos, popularmente conhecido como “provão”. Estratificada por cor ou raça, classificação que os estudantes se autoatribuíam, o jornal traçou o perfil dos 197 mil alunos formandos nos diversos cursos submetidos ao exame. Segundo a *Folha*, nos 18 cursos superiores analisados pelo MEC, no exame de 2000, os negros eram apenas 15% dos formandos, muito embora eles constituíssem 45,2% da população nacional na época. Os índices de desigualdade racial no interior de cada curso eram bastante elevados, o que serviu como denúncia pública sobre o enorme quadro de desigualdades entre negros e brancos existentes no acesso e na diplomação do ensino superior brasileiro.

¹⁶ O Programa de Ações Afirmativas foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFRGS no dia 29 de junho de 2007. A Decisão nº 134/2007 definiu, além dos 30% para egressos de escola pública, 10 vagas para o ingresso especial de indígenas, mediante a escolha de cursos de interesse de suas comunidades. O Programa foi avaliado em 2012, tendo sido aprovado seus resultados e a sua continuidade por mais 10 anos, conforme a Decisão nº 268/2012.

¹⁷ Queiroz e Santos (2006) realizaram um estudo comparativo com a pesquisa *Racismo Cordial* realizada pelo Datafolha, em 1995. Nesse ano, 48% dos entrevistados concordavam com a reserva de vagas para negros na educação e no mercado de trabalho; em 2006, o percentual de aprovação alcançou 65%. Em todos os segmentos raciais, níveis de renda e escolaridade mais elevados a maior parte dos entrevistados mostrava-se favorável às cotas. Também foi constatado que a maior rejeição às cotas, nas duas pesquisas, eram nos grupos com escolaridade e renda mais altos.

¹⁸ Tokarnia (2015).

¹⁹ Desde as primeiras expedições da década de 1920; a chegada ao cume em 1953; ao trágico evento de 1996, quando oito alpinistas morreram próximo ao cume, o Everest tem sido utilizado como símbolo de desafio, conquista, heroísmo e aventura que se mantém em todo o mundo. Por outro lado, conforme demonstrado por Birrel (2011), a história do Monte Everest é marcada por privilégios de homens europeus de classes privilegiadas que fizeram da chegada ao cume a sede de um dos mais privilegiados clubes do mundo.

Referências

ARTES, Amélia C. A.; CARVALHO, Marília P. de. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou verdade? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 34, p. 41-74, jan./jun. 2010.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador: EDUFBA; EGBA, 1996.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. Tese (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BIRREL, Susan. Abordando o Monte Everest: da intertextualidade e do passado como narrativa. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2011.

BRASIL. Atos e palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 1998. In: _____. *Construindo a democracia racial*. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria de Comunicação Social, 1998a. Documento sem paginação. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Grupo de Trabalho Interministerial Para Valorização da População Negra. In: _____. *Construindo a democracia racial*. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria de Comunicação Social, 1998b. Documento sem paginação. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. I Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 1996. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./fev. 2005-2006.

DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

FONSECA, Marcus V. Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela história da educação. *História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 28, p. 29-59, maio/ago. 2009.

FRASER, Nancy. Justiça anormal. *Revista da Faculdade de Direito*, São Paulo, v. 108, p. 739-768, jan./dez. 2013.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

HONNETH, Axel. *El derecho de la libertad*: esbozo de uma eticidad democrática. Madrid: Katz, 2014.

JACCOUD, Luciana. *A construção de uma política de promoção da igualdade racial*: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília, DF: IPEA, 2009.

KRAKAUER, Jon. *No ar rarefeito*: um relato da tragédia no Everest em 1996. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

LIMA, Marcos Eugenio O.; COSTA NEVES, Paulo S.; BACELLAR E SILVA, Paula. A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 56. p. 141-163, jan./mar. 2014.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: HUNTLEY, Lynn; GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. (Org.). *Tirando a máscara*: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-234.

NASCIMENTO, Abdias do. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. (Org.). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

PEREIRA, Amílcar A. "O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

QUEIROZ, Delcele M.; SANTOS, Jocélio T. Sistemas de cotas. Um debate. Dos dados à manutenção do privilégio e de poder. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 717-737, out. 2006. Edição especial.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo o percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri M.; SILVA, Joselina da (Org.). *Movimento Negro Brasileiro*: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 81-108.

SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 2011. Tese (Doutorado em História)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e Pardos na Corte*. Brasília, DF: Editora Plano, 2000.

SILVA JR., Hédio. *Direito de igualdade racial*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

SIQUEIRA, José J. Os Congressos Afro-Brasileiros de 1934 e 1937 face ao I Congresso do Negro Brasileiro de 1950: rupturas e impasses. *Augustus*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 21, p. 41-49, jul./dez. 2009.

SOUZA, Jessé (Org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília, DF: Paralelo 15 Editores, 1997.

TOKARNIA, Mariana. Negros representam 28,9% dos alunos da pós-graduação. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 13 maio 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/negros-representam-289-dos-alunos-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

VALVERDE, Danielle O.; STOCCO, Lauro. Notas para interpretação das desigualdades raciais na educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 909-920, set./dez. 2009.

Recebido em: 20/07/2016

Aprovado em: 01/10/2016

ENTREVISTA

Entrevistas com membros da equipe editorial da revista *Aedos* e com representantes discentes do Programa de Pós-Graduação

Mara Cristina de Matos Rodrigues^{*}
Regina Weber^{**}

Neste ano em que completamos 30 anos do nosso programa, resolvemos voltar nossos olhares e ouvidos na direção das iniciativas cada vez mais produtivas e criativas de nossos mestrandos e doutorandos nos últimos tempos. Destacamos, em especial, a revista *Aedos*, coordenada pelos pós-graduandos em História da UFRGS, desde o ano de 2008, e o recente *I Fórum Interno Discente do PPG em História da UFRGS*, por eles também promovido.

Abaixo seguem duas entrevistas. A primeira foi realizada no dia 29 de julho de 2016 com a Dra Marisângela Martins e as mes-trandas Grazielle Corso, Marina Pelissari e a doutoranda Micaele Scheer, que tiveram ou têm importantes responsabilidades na edição da revista *Aedos*. Logo após, temos a segunda entrevista, realizada no dia primeiro de agosto de 2016, com os atuais representantes discentes na Comissão de Pós-Graduação e na Plenária do PPGH – UFRGS, Pedro Silveira (DO) e Isadora Diehl (ME).

^{*} Doutora em História e Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mara.rodrigues@ufrgs.br

^{**} Doutora em História e Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: regina.weber@ufrgs.br

As narrativas dos alunos envolvidos com a revista *Aedos* põem em destaque o significado do trabalho em grupo, contraposto à solitária execução da tese ou dissertação, a importância dos recursos eletrônicos e do suporte institucional, o aprendizado sobre diferentes campos de estudo da história e o exercício da gestão acadêmica nos âmbitos editorial, da promoção de eventos e das demandas políticas. Por sua vez, o relato dos representantes discentes retratam circunstâncias do PPGH/UFRGS dos anos recentes, caracterizado por um alunado numeroso, ainda que isso não necessariamente resulte em intensa mobilização, oriundo de diferentes lugares do país, e pela concessão de bolsas que permitem estudos em tempo integral a vários alunos. Destacamos que a realização das entrevistas, em clima descontraído e de conagração, pode ser compreendida sob o prisma de dois movimentos guiados mais pela memória do que pela atividade crítica da história. O primeiro volta-se para o passado, como resistência ao esquecimento de informações e lembranças relativas ao empreendimento da revista *Aedos*, o mais duradouro da atividade discente no PPGH. O segundo movimento de memória busca legar ao futuro a marca do momento presente, e as perspectivas daí decorrentes tanto no âmbito da revista, quanto no atuação política e acadêmica da representação discente.

Nem todos os/as editores-chefes e importantes membros das sucessivas equipes editoriais da revista *Aedos* puderam receber ou atender ao nosso convite, mas foram lembrados/as pelas colegas entrevistadas (sim, só vieram mulheres!).

A representação discente em atividade foi convidada para ser entrevistada em virtude de uma percepção, por parte das organizadoras do dossiê PPGH-UFRGS 30 anos, de que se verifica atualmente dentre os/as discentes uma movimentação diferente de anos anteriores. Outros pós-graduandos e pós-graduandas poderiam ter sido lembrados/as com justiça neste momento, mas pode ser que a memória nos tenha pregado peças e por isso, desde já, nos escusamos. Mesmo que de forma lacunar a intenção das entrevistas foi prestar uma homenagem aos nossos alunos e alunas, participantes fundamentais desta trajetória de 30 anos.

Entrevista com membros da equipe editorial da revista *Aedos*

Regina Weber: Para um empreendimento intelectual ter início, é preciso que alguém comece e tenha ânimo para fazer alguma coisa. Então você poderia começar falando um pouco desta situação, de onde veio essa energia, essa motivação para iniciar, e que meios vocês tiveram para por isso em andamento?

Marisângela: Certo. Eu agradeço a vocês o convite e achei muito bacana a revista *Aedos* ser lembrada nessas comemorações dos 30 anos do PPG. Achei muito legal, muito justo. A revista foi pensada em 2008, embora a ideia de criar uma revista já existisse antes disso, mas esbarrava em alguns obstáculos que os alunos de então não tinham vontade de correr atrás para superá-los.

Então as turmas de mestrado e doutorado que entraram em 2008 abraçaram essa ideia, todos com bastante disposição e vontade de fazer a coisa acontecer, porque eu lembro que na época se exigia que o nosso currículo tivesse artigos publicados. Mas não tínhamos espaço para publicar, porque a maioria das revistas exigia que se tivesse doutorado para publicar. Então essa foi uma motivação bem grande. Queríamos criar um espaço para que estudantes de pós-graduação, como a gente, tivessem como publicar seus artigos.

Então nós formamos um grupo e, em uma das reuniões de estudantes do PPGH, criamos uma comissão de alunos do mestrado e doutorado para pensar a ideia da revista. E essa turma “foi atrás”. Foi bastante trabalhoso, tanto a criação da revista como a edição do primeiro número. Era tudo muito novo para gente, então tínhamos que buscar as informações e aprender como fazer. Tanto que revista entrou no ar primeiramente como blog, e depois, sim, se conseguiu um espaço no sistema da UFRGS, onde se inseriu inclusive o primeiro número. Era o Fagner [dos Santos], inclusive, que cuidava dessa parte, por que ele era o editor gerente. Ele cuidava da parte operacional.

Mas voltando um pouco à criação da revista, nós tínhamos sempre esse cuidado de criar uma revista que tivesse a cara dos

estudantes do PPGH, então procurávamos sempre ouvir os colegas, fazíamos reuniões e assembleias para apresentar o projeto da revista e consultá-los sobre o que achavam, se eles se sentiam representados por aquele projeto de revista. Uma vez, com todos os presentes na assembleia, aprovando o projeto, aí demos a revista por criada, e começamos então a correr atrás dessa primeira edição, do site, e de montar a listagem dos avaliadores, convidar os avaliadores e fazer edital para chamada de artigos.

Eu lembro que tudo isso nos tomou bastante tempo, mas era muito prazeroso para todo mundo, porque era tudo muito novo e nos sentíamos fazendo algo muito importante. Eu lembro, inclusive, que a minha pesquisa de doutorado teve que ser bastante readaptada porque eu não consegui fazer muito no primeiro ano no doutorado por me dedicar tanto à *Aedos*. Então muitas fontes eu tive que abrir mão, depois de avaliar no projeto de tese, por causa da energia que a revista exigia da gente.

Mara: Eu ia te perguntar também sobre a disponibilidade de tempo, se tu eras bolsista, na época, se trabalhavas, como é que era esse dia a dia?

Marisângela: Eu tinha bolsa. E acho que boa parte dos integrantes do primeiro conselho editorial tinha bolsa também. Poucos, acho, os que não tinham. Então a dedicação era praticamente integral. A tese ficou bem em um segundo plano, até a gente colocar o segundo número da *Aedos* no ar. Aí, depois de colocar o segundo número, já entrou o novo conselho editorial em que era o Marcello [Paniz Giacomoni] o editor-chefe.

Eu lembro, inclusive, que nós fizemos um período de transição, o novo conselho editorial acompanhou o número dois, para eles entenderem como as coisas funcionavam, como era colocar um número no ar, no sistema. E, tu falaste da energia, o que nos motivava. Foi um engajamento assim que eu não tinha participado aqui na UFRGS, eu não tinha participado de nada parecido, assim. Havia reuniões em que nós ficávamos três horas debatendo sobre determinado artigo, se ele entrava no número ou não.

Eu lembro que teve um artigo que nós recebemos e aí, depois de passar por mim, eu designei o editor de sessão pra ele designar os avaliadores daquele artigo. E aí nós ficamos na dúvida se aquele

era um artigo de história ou não. A reunião para nós debatermos se esse artigo continuaria naquele número ou não demorou três horas. E nós debatíamos, debatíamos e colocávamos em votação e empatava, e nós seguíamos debatendo até que, acho que foi a Sarah [Calvi], ela se absteve em uma das votações, e aí sim. E aí conseguimos decidir e o artigo, por fim, não fez parte daquele número.

Então, pra vocês verem o tanto que a gente se importava com aquilo e se engajava por fazer uma revista de qualidade também. Nós fomos atrás dos indicadores, o que é que a revista precisava ter para ser uma revista qualis pelo menos B. [Na classificação de 2010, a *Aedos*: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS - Online, está no estrato B3; anos depois recebeu a avaliação B2. Desde 2015 retornou à B3].

Regina Weber: E sobre o sistema que você estava comentando, primeiro a revista ficou em um blog e depois passou para o SEER, Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Eu digo isso pela importância que tem haver uma instituição que alberga esse sistema. O SEER, ele tem lá as suas regras, mas ele é feito para funcionar mecanicamente. É um instrumento que “deselitiza”, uma vez que, na pós graduação, tanto entre os docentes/doutores quanto os alunos podem usar a mesma plataforma. O que também facilitou esse processo.

Mariângela: Nesse sentido nós fomos muito favorecidos, tanto pela instituição como pelo Programa de Pós-Graduação na coordenação do professor Rivair. Ele nos apoiou sempre que foi preciso e também nos prestigiava muito. Ia nas assembleias, acompanhou toda a criação desde o primeiro projeto, fez sugestões e esteve sempre presente. Nós nos sentíamos prestigiados, assim, nós não nos sentíamos abandonados, como fazendo algo à parte do PPG. Nós sentíamos que aquilo ali estava sendo valorizado também pela coordenação.

Mara: Eu estava pensando que nós podíamos agora fazer algo mais dialogado. Tu [Micaele] és da comissão atual. Tu [Marina], também. E a Grazielle que foi editora-gerente da comissão editorial anterior a essa, que também tinha como editor-chefe o Bruno [Segatto], que não pode vir.

Mara: Então nós temos aqui o início e a parte mais atual da revista.

Regina Weber: A troca [da editoria da revista] é anual?

Graziele: É.

Marina: Pode ter continuidade, mas não é obrigado também.

Micaele: Normalmente está se trocando pelo menos o editor-chefe e o editor-gerente a cada um ano.

Graziele: É, eu permaneço como a de sessão de texto.

Mara: Entre a Marisângela e vocês, neste período, a revista foi bem-avaliada. A gente está aqui retomando essa questão do início difícil, de todo o envolvimento e o comprometimento daquele grupo para iniciar. Aí vocês, da gestão atual, que já assumem a revista “andando”, mas uma revista que tem então o desafio de manter uma avaliação. Como é manter isso? Ou talvez vocês colocariam o desafio de outra forma? Como vocês avaliam essa situação de quem assume a revista agora nesse momento?

Micaele: Manter o Qualis... Agora, né... Agora a revista está em B3.

Marina: Houve algumas poucas gestões que tiveram pouca gente envolvida e...

Marina: E aí, desde o ano passado estamos conseguindo fazer um corpo editorial com bastante gente...

Graziele: Ano passado, quando a gente chegou na primeira reunião, o Bruno e o Anderson Torres falaram que – o Bruno ele era o gerente de edição – ficaram surpresos com a quantidade de pessoas que se interessaram em fazer parte do corpo editorial.

Micaele: A gestão – eu falo gestão, mas é a coordenação editorial – de 2014 era composta por poucas pessoas.

Micaele: Eles tiveram algumas dificuldades, então a partir de 2015... Já, agora, são 20 pessoas envolvidas. E ano passado também era um número grande de pessoas envolvidas. Então a gente conseguiu se organizar. A revista tinha alguns artigos pendentes há alguns meses e isso foi resolvido. Acreditamos que talvez na próxima avaliação a gente consiga o B2.

Regina Weber: Vinte pessoas, é? Quantos têm a senha de acesso?

Micaele: Na verdade todos têm senha de acesso, mas cada um tem senha para o seu perfil.

Marina: São privilégios diferentes, assim.

Micaele: E isso foi também o que motivou uma mudança no regimento. Agora são mais claras as funções do editor-chefe – ou só editor, – e editor-gerente. Percebemos que o editor-gerente acabava auxiliando, o editor-chefe recorria ao gerente quando precisava de alguma ajuda, mas não tinham funções claras, mas no sistema [SEER] aquilo que abre para o gerente é diferente do que para o editor-chefe e é diferente do editor de sessão. Então a partir dali também estipulamos melhor as tarefas de cada um nessa coordenação, que é esse conselho de vinte pessoas.

Marina: Então, no caso eu, que seria editora-gerente, fico mais com a parte da administração da revista, como atribuir funções, cadastrar usuários. E a Micaele fica mais com a parte dos artigos e vê quem está responsável por cada artigo e tudo isso.

Micaele: É. A Marina também fica responsável por resolver problemas do sistema que eventualmente acontecem, cadastrar avaliadores, entrar em contato para renovação de e-mail, senhas, alguma coisa assim... Quando a gente percebe que o avaliador não está respondendo. E também chama a reunião. E eu fico mais focada na publicação em si, na relação com os autores e com os editores de sessão.

Graziele: É uma reorganização que eu acho que vai mudar, vai ajudar muito para organizar os números e tudo mais. Havia muita confusão com o sistema quando a gente entrou e o Bruno estava com as duas funções também acumuladas no sistema. Ele podia resolver os problemas das duas origens, do número e os números de cada, e de cadastrar avaliadores, essas coisas todas. Agora as coisas estão mais distribuídas, oficialmente distribuídas no regimento. Assim, acho que fica mais claro e ajuda o trabalho da revista.

Marina: É, e se faz uma coisa mais horizontal, também. Claro, fazemos coisas um pouco diferentes, nos ajudamos bastante, enfim, é uma “coeditoração” da revista.

Marisângela : Essa característica também tinha no início. Acho que porque todos criaram, todos faziam parte do conselho editorial. Formalmente existia essa hierarquia de editor-chefe, gerente

e tal, mas na prática era tudo bem horizontal também, todos participavam, todos decidiam. Tanto que no dia que a gente foi publicar o primeiro número todos colocaram o dedinho no notebook para todos apertarem o “enter” todos juntos para colocarem o número no ar. Foi bem legal.

Micaela: Bem simbólico.

Regina Weber: A questão da avaliação do artigo eu entendo que seja um dos aspectos de maior responsabilidade e é também o de uma carga intelectual menos técnica. Eu sei que devem ter, enfim, os avaliadores mas eu pergunto isso pelo fato de vocês serem alunos, porque estão na fase em que tendem a ser julgados, e na posição, nessa em que vocês estão, vocês julgam e, eventualmente, julgam algo importante para a pessoa que está do outro lado do artigo. E como é que vocês têm lidado com isso?

Marina: Ah, então, os artigos. Eles são avaliados por avaliadores anônimos, enfim, quer dizer, eles não são anônimos para nós, mas são anônimos para pessoa que está sendo avaliada.

Marina: Sim. A gente escolhe quem vai avaliar com base em questões temáticas, digamos, tem um artigo de, por exemplo, história militar e a gente envia para especialistas em história militar.

Marina: Nós temos um banco de pessoas que já estão cadastradas mas se tem eventualmente alguma área que a gente sente que está um pouco desfalcada, vamos atrás, pesquisar quem trabalha com isso atualmente e aí convidamos essa pessoa para integrar o banco de avaliadores.

Regina Weber: E vocês tem pesquisado com quais instrumentos?

Marina: Olha, em geral é um pouco, não sei, digamos senso comum, assim, digamos “Ah, a gente conhece tais que trabalham”, e vamos atrás. Em geral, são os nossos próprios editores que Sugerem pessoas.

Micaele: Recentemente tinha um artigo que ninguém sabia para quem mandar. Nós pesquisamos no Google mesmo e procuramos professores... aí encontramos um professor da Bahia e outro do Mato Grosso. Mandamos e-mails e eles aceitaram avaliar. Então nós cadastramos eles como avaliadores e encaminhamos o artigo. Então a gente faz assim.

Marina: No Lattes, também.

Micaele: E a gente sempre tem o cuidado para não pegar professores da mesma instituição ou, no caso de mestres, que não estiveram na banca que não tenham esse vínculo. E agora, como somos vinte, nós – Marina e eu – pedimos um resumo do Lattes, da produção, enfim, do que pesquisa. Então tentamos aproximar os artigos com as temáticas de pesquisa dos editores de sessão, que acho que também ajuda nesse julgamento dos artigos porque, enfim, eu sou historiadora mas para eu avaliar um artigo sobre, por exemplo, Egito, eu tenho mais dificuldade, já que eu trabalho com história contemporânea. Então encaminhamos esse artigo para as pessoas, dentro do conselho, que tem mais proximidade com essa temática.

Marisângela: E é algo que, ao mesmo tempo que tu precisas saber um pouco daquilo pra escolher um avaliador, tu também aprendes na medida em que tens que correr atrás para saber a quem designar. Posso fazer uma pergunta?

Marisângela: A Sessão Mesa Redonda ainda existe?

Micaele e Marina: Não.

Marisângela: [esta seção] Foi algo que no começo a gente apostou muito por que queríamos um espaço de debate, então criamos essa sessão para colocar a produção de alguém em questão dentro da revista. Então eu lembro que o primeiro número, que foi sobre, acredito, relatos de viajantes, teve um artigo na Sessão Mesa Redonda e no número seguinte três historiadores debateram aquele artigo e o autor do artigo debatido teve a oportunidade de dar resposta. Era algo que dava um trabalho imenso, porque a tínhamos que correr atrás de alguém para debater e depois dar a oportunidade do autor fazer a resposta. Como esse primeiro artigo era em inglês tínhamos que ter um tradutor e aí publicar a versão em inglês e em português. Mas, no momento em que a gente via o artigo sendo questionado e o autor dando a resposta, víamos que aquilo estava correspondendo ao que tínhamos desejado. Era trabalhoso, mas era algo muito interessante.

Mara: Marisângela, tu tocaste num ponto agora que eu acho interessante por que, na atualidade, já estamos acostumados com a ideia de que a produção de artigos e sua publicação é muito superior a nossa capacidade de leitura e de apropriação. Como fica a revista perante essa situação de que “Bem, estamos produzindo,

mas estamos sendo lidos?” Como é era no início esta questão, porque tu falas da necessidade de vocês publicarem quando não existia uma quantidade tão grande de espaços quanto hoje se tem, de revistas discentes. Mas agora se tem, e muitas. Como a *Aedos* se coloca frente a isso?

Marisângela: No início eu lembro que a gente sabia do acesso à revista por um determinado caminho que fazíamos no sistema, o qual agora eu não vou lembrar. Mas conseguíamos ver ali o número de acessos e de onde tinham acessado. Então, algo que nos chamou muita atenção no começo é que já nos primeiros números tinha acessos de vários países. Muitos acessos de Portugal, Austrália, Inglaterra, Estados Unidos, e aquilo nos deixava, assim... se sentindo o máximo, porque a nossa revista estava sendo acessada no exterior, achávamos aquilo muito legal. Então percebíamos o acesso à revista por ali e o Fagner, como editor-gerente, eu lembro que conseguia ver os downloads feitos em pdf, então tínhamos uma noção por aí.

Marisângela: Eu lembro que tínhamos um grupo de e-mails e nos correspondíamos o dia inteiro, todos os dias, e às vezes o Fagner acessava o sistema e dizia “Olha, já tantos visitantes... A nossa página já tem tantos visitantes.” E cada vez que víamos isso: “Eee!”, a gente comemorava muito.

Marina: Pois é. Tu falando isso, me parece que tem muita coisa nessa sucessão de administrações da revista que foi se perdendo um pouco...

Marina: Essa Mesa Redonda de que tu falaste era uma sessão que estava meio que desativada, assim, ela não funcionava nos últimos anos então a gente parou de usar. Talvez seja uma coisa a se repensar para o futuro...

Graziele: Acho que a gente nem entendeu muito como isso funcionava.

Marina: É. Mas sobre a questão dos leitores, a gente tem uma busca grande de pessoas que querem publicar os textos na revista então sempre que sai uma nova edição, um novo número, sempre tentamos divulgar o máximo possível nas redes sociais, nos e-mails de programas. E também tentamos buscar temas que chamem atenção. Estamos com uma proposta de fazer um dossiê agora sobre um tema que está muito em voga, que é a questão da

interseccionalidade entre gênero, raça e classe (teve um minicurso agora no encontro da ANPUH/RS [julho de 2016, Santa Cruz] que foi muito procurado). Então, é preciso sempre estar atento a temas que as pessoas estejam falando.

Graziele: Mas a gente também faz uma pesquisa para ver quais são as publicações recentes das outras revistas para não ficar postando as mesmas coisas.

Micaele: E agora eu me lembrei, quando a Marisângela falou de saber a opinião dos colegas. Esse próximo dossiê foi decidido em reunião do conselho, mas, a partir do ano que vem, os temas vão ser colocados em debate dentro do programa. Vamos criar alguma ferramenta de debate para os alunos que não são do conselho opinarem sobre propostas de dossiê. Também é uma forma de aproximá-los. Sentirem, enfim, que a revista faz parte desse programa de pós-graduação.

Marina: Eu acho que houve um distanciamento, não se tem mais um vínculo tão grande entre os outros discentes e a revista. É mais quem está trabalhando nela, mesmo. Já vieram alunos me perguntar “Tá, mas quem é aluno do PPG da UFRGS pode publicar na *Aedos*?” “Sim, pode”. Então penso que esse trabalho [de aproximação] a gente tem que fazer mais, também.

Regina Weber: Falando nisso, quais são as restrições que existem atualmente ou desde sempre de quem pode e quem não pode publicar? Critérios?

Marina: Bom, atualmente se tem uma restrição para pessoas que sejam já graduadas, que eu acho que podemos colocar em questão no futuro também, se é pertinente ou não. E pessoas que fazem parte do corpo editorial também não podem publicar na revista. Então, digamos, nós não poderíamos publicar na revista, mas alunos do programa que não sejam vinculados a revista podem enviar artigos. E, claro, são artigos de história ou de áreas afins que dialoguem com a história. Não necessariamente ser proposto por um historiador, uma pessoa que tenha formação em história, mas que tenha algum diálogo.

Mara: Quanto aos temas. Vocês falaram agora dessa preocupação de estarem em sintonia com os temas que estão mais em discussão. Eu fiz um levantamento rápido em torno das palavras que

mais apareciam nos títulos dos dossiês da revista *Aedos*. “História” é a palavra que mais aparece. “Pesquisa” aparece bastante, mas a segunda palavra que mais aparece depois de “história” é “ensino”. E também vi que “medieval” era recorrente. Então queria perguntar vocês sobre essas temáticas.

Marisângela: Na nossa turma eu lembro que o segundo número não foi o número que seguiu os trâmites da revista. O segundo número correspondeu aos anais de um evento de história medieval, e eu lembro que nós fizemos uma reunião até para discutir se a revista faria isso. Se a revista seria um espaço para publicação de anais de eventos. Foram longas discussões.

Marina: Foram longas discussões que no ano passado também aconteceram.

Marisângela: Isso só reafirma a seriedade com que as coisas eram e continuam sendo feitas na revista. Então eu lembro que o primeiro número teve um dossiê sobre relatos de viajantes e o segundo número foram os anais de um evento em história medieval.

Marisângela: Talvez a recorrência da expressão “história medieval” se deva a isso. Eu acho que foram uma ou duas vezes que foram publicados anais dos eventos de história medieval, até por que o Igor [Teixeira], que agora é professor do departamento, compunha o conselho editorial na época e ele ajudou a organizar esses eventos. Então foi ele que fez a ponte entre a organização dos eventos e a *Aedos* pra publicação dos anais saírem por ali.

Marina: Teve anais de eventos da FAGED também. Que foram de ensino de história. Foram publicados também na revista.

Graziele: No passado publicamos anais e surgiu de novo esse debate: se a gente deve ou não publicar, e sobre a avaliação desses artigos. Aceitar direto do evento, ou não? Submeter de novo a avaliação?

Marina: A gente chegou a conclusão que o mais interessante seria publicar anais, entretanto, como números suplementares. Faríamos uma edição extra com os anais. Porque, enfim, se for uma quantidade muito grande de artigos, então há um trabalho muito grande pra selecionar e tal.

Mara: Esse número vai ser comemorativo dos trinta anos do PPG, então começamos a retomar: quais são as questões, as

iniciativas significativas nesses últimos 30 anos? Então o convite feito a vocês tem a ver com a percepção de que existe uma mobilização dos alunos muito forte na representação estudantil atualmente, mas que já tinha começado com a *Aedos* há um tempo atrás. Eu também fui aluna da pós-graduação e naquela época não se tinha uma mobilização tão grande.

Marina: Acho que, em primeiro lugar, é isso mesmo que tu falaste. Proporcionar um espaço para que os alunos do PPG possam interagir e trabalhar juntos. Gente que geralmente trabalha com áreas completamente diferentes possa ter esse trabalho conjunto, um trabalho em equipe mesmo. Acho que isso é muito importante porque, enfim, tu crias vínculos, tu crias laços com as pessoas que, muitas vezes, se não houvesse esse espaço, as pessoas ficariam encerradas em suas próprias pesquisas, não se teria esse trabalho mais coletivo.

Micaele: É uma forma de se sentir mais presente no Programa de Pós-Graduação. Não se sentir tão isolado, porque às vezes a nossa pesquisa se dá muito sozinha, fechados em arquivos com nossos papéis velhos. E a revista é uma oportunidade de troca de experiências, além de proporcionar um espaço interessante para a publicação, não só dos alunos do nosso programa, mas de outros programas.

Marina: É. E até em anos anteriores a *Aedos* promoveu eventos também, não ficou só na publicação da revista.

Micaele: E é interessante que tu falaste da representação discente. São grupos que são próximos, na verdade. Eu sou vice representante discente do Pedro. Mas o Pedro [Silveira] é muito eficiente, não sou muito ativa. Mas as atividades que a representação discente está propondo também são organizadas pela Grazi, pela Marina. Então somos o mesmo grupo de alunos, claro... Há alguns que estão mais vinculados à representação e outros à revista, mas, em geral é o mesmo grupo de alunos que se interessou em participar mais ativamente.

Grazielle: Eu acho interessante porque a gente vai criando uma autonomia também em assumir essas funções, que são de grande responsabilidade, e as próprias organizações de eventos que a gente faz. Dá um trabalho, mas...

Marisângela: E parece que tudo isso reflete em um momento em que quem está se pós-graduando em história percebe que tem que apostar também em outras coisas. Quem está se pós-graduando percebe que o historiador não deve só produzir conhecimento histórico e ensinar o conhecimento histórico, ele tem que saber também cuidar de uma revista, ele tem que saber cuidar de outras questões. Mostra como esses profissionais estão se capacitando para a vida profissional, para as exigências que a futura vida profissional vai impor. E isso me parece bastante claro. Em 2008 isso se impôs com toda força, me parece. Isso já aparecia antes mas, como eu comentei, para os estudantes de antes – eu lembro que eu fiz o mestrado entre 2005 e 2007 – isso já aparecia, esse assunto de uma revista já aparecia, mas não com a força que apareceu em 2008.

Regina Weber: Só complementando o que a Mara disse. É um pouco claro, uma diferença muito grande na ação estudantil na graduação e na pós. E não é só aqui, ou seja, na graduação aquela militância extremamente ativa, reivindicativa, politizada, e na pós parece que há um, quase que um acomodamento. Então mais ou menos o que a Mara estava colocando, a questão da revista é uma ação. É algo propositivo mas também parece ser um bom espaço que não é de um confronto direto com a organização da pós, mas é uma ação de autonomia.

Marina: E claro, também ação política no sentido mais clássico mesmo por que, digamos, propor um dossiê de gênero, raça e classe é uma ação política. Os temas que são escolhidos também refletem o posicionamento, não é uma revista sem partido.

Regina Weber: Em termos de vocês captarem autores: com o recurso eletrônico, assim como vocês captam avaliadores de outros lugares, podem captar autores. Vocês já atentaram pra isso? Para onde vão as mensagens de divulgação da revista, dos dossiês?

Micaele: O Facebook é um grande recurso, agora nessa divulgação dos dossiês funciona melhor que, às vezes, os próprios e-mails dos programas de pós-graduação. Então tem os grupos do Facebook dos diferentes PPG's...

Marina: Dos diferentes GT's [da ANPUH] também.

Micaele: Dos diferentes GT's. A gente usa esse recurso e quando é um dossiê mais temático, buscamos também grupos e páginas do Facebook que se aproximam do tema. Os nossos dossiês não são por convite. Mas enfim, nós divulgamos como eu sou do GT Mundos do Trabalho, quando o dossiê foi "Mundos do Trabalho" eu e o Guilherme Nunes nos responsabilizamos por tentar buscar essas pessoas no nosso GT, fazer uma divulgação mais específica. Agora o desafio é atentar como divulgar isso para as outras universidades e fora do país. Porque, provavelmente no próximo número vai ter um artigo de um professor da Universidade do Chile e outro é da Argentina, ou Uruguai, não me recordo. Então vemos que também tem essa procura e que a gente pode divulgar a nossa revista e os dossiês para essas universidades de língua espanhola...

Micaele: E aí é um elemento a mais para pensar nos avaliadores, no próprio editor de sessão que vai pegar esse artigo, mas nunca precisamos recorrer a um tradutor.

Marina: E até teria a questão do recurso financeiro pra isso. Porque a gente não tem um caixa. Então teria que captar recursos para contratar um tradutor e isso coloca um obstáculo.

Graziele: Agora lembrei que há um problema também com a arte. A gente estava pensando em estabelecer uma arte fixa que, acredito, é um dos requisitos de avaliação, do qualis, ter um arte fixa da revista, identidade visual. A gente também não tem caixa para contratar um designer pra fazer isso.

Micaele: A gente queria dar uma renovada.

Regina Weber: Talvez vocês se colocando com o pessoal do design aqui da UFRGS. Assim também a tradução. Já foi feita uma tradução por alunos da Letras, de maneira que aquilo tenha validade como trabalho de semestre.

Marina: Enfim, é algo que está na lista de coisas a se fazer para o futuro.

Mara: Então talvez vocês queiram espontaneamente colocar algo que seja importante, que a gente não tenha pensado ainda. O que mais vocês gostariam de dizer, neste momento em que a nossa pós-graduação faz 30 anos e entrevista as editoras da *Aedos*?

Micaele: Por sinal, todas mulheres.

Mara: Pois é!

Micaele: Vamos fazer constar isso.

Mara: As que estavam presentes, sim. Tem dois editores que fizeram contato mas que pretendem responder algumas perguntas por e-mail.

Regina Weber: Uma última questão que me ocorreu agora. Vocês sabem em que outros programas de pós tem revista de discentes?

Marina: Mais ou menos sim. A gente em geral se preocupa em fazer um levantamento dos dossiês para ver o que está sendo proposto em revistas discentes.

Micaele e Marina: A UPF [Universidade de Passo Fundo] tem; do programa de história. A UCS [Universidade de Caxias do Sul]. Agora não consigo me lembrar, a UNISC [Universidade de Santa Cruz] tinha, mas está desativada. A PUC tem a *Oficina do Historiador*. A UNISINOS tem. A UFPEL começou recém, acho que é o segundo ano da revista discente deles. A FURG eu não me lembro. Mas as mais ativas então são a *Aedos*, a da UNISINOS e a da PUC.

Mara: E no restante do Brasil? A UFRJ eu lembro que tinha uma revista discente, em algum momento deve ter tido alguma notoriedade.

Graziele: A gente tem também tomado mais conhecimento das de outros lugares porque aos poucos, no PPG e na *Aedos* também, há colegas de outros estados. Isso tem sido bem positivo. Acho que é uma coisa que vai ser ótima para o futuro da revista e do PPG.

Mara: Nas gestões de vocês tem havido mais demandas de autores do Rio Grande do Sul, ou de fora do estado também?

Graziele: É bem equilibrado, mas a gente tem tomado contato com possíveis avaliadores através desses colegas que integram o corpo editorial. Avaliadores das outras revistas, bem positivo.

Micaele: Das publicações, nas últimas, foi bem equilibrado. Mas é bem impressionista o que eu digo, pois não tenho isso contabilizado. Mas principalmente das universidades do Rio, nos últimos números, tem uma presença forte. Universidade do Piauí, Ceará também.

Micaele: Isso vai ao encontro do que a Grazi tem falado, que as pessoas que também estão participando da revista, do corpo editorial, muitas também fizeram mestrado ou a graduação em outros lugares. Isso também influencia para que a revista seja divulgada. Agora, por exemplo, a Thaís [Fleck Olegario] é do Mato Grosso, agora temos vários avaliadores da Universidade Federal do Mato Grosso e é provável que logo vamos ter artigos dos colegas dela de lá.

Marina: Colegas do Ceará, como o Hildebrando [Maciel], que estava no corpo editorial ano passado. É um contato legal. Também, além disso, de tentar estabelecer diálogos mais internacionais mas também interestaduais.

Regina Weber: Vocês leem os artigos e eventualmente são avaliadoras, também?

Graziele: O corpo editorial não avalia. Temos o corpo de avaliadores que só podem ser acima de doutorandos e professores, mas a gente não chega a avaliar, só editar.

Micaele: A princípio, fazemos uma leitura do artigo para ver se ele está nas regras mínimas, seguindo os requisitos mínimos de publicação e também da qualidade, se a gente vê que é um artigo que está incompreensível... E outros problemas mesmo, como o de não estar citando referências. Plágio já aconteceu. Nestes casos, respondemos na negativa para o autor. E quando tem as correções obrigatórias, os comentários feitos pelos avaliadores, enviamos esse artigo para o autor e ele faz as correções. E nós somos responsáveis por ver se ele seguiu ou não as recomendações. Acho que é neste momento em que somos mais “avaliadores”.

Graziele: É um trabalho!

Micaele: Agora pensando... É bem trabalhoso.

Marina: É depois que todas essas etapas foram cumpridas fazemos uma última leitura para ver se não tem algum problema de escrita, coisas mais pontuais.

Entrevista com representantes discentes do Programa de Pós-Graduação

Mara: Essa entrevista deve compor um dossiê da revista Anos 90 sobre as comemorações dos 30 anos da pós-graduação. Então, por isso, eu tenho o prazer de convidá-los para pensar a participação dos alunos nessa história da pós-graduação, para contemplarmos não só a perspectiva das representações docentes sobre essa memória, mas as representações discentes também. Agradeço a disponibilidade para essa conversa e início com uma pergunta que vocês podem responder da maneira que acharem mais interessante: A representação discente do PPGH tem estado bastante ativa nos últimos meses, a propósito, desde a fundação da revista *Aedos*, há oito anos, percebe-se uma mobilização maior dos estudantes do nosso PPGH. Qual é a percepção que a representação estudantil tem desse estado de ânimo dos pós-graduandos? A que se deve?

Isadora: Eu não sei se tem se mobilizado assim...

Isadora: ...se tem se mobilizado de uma maneira geral ou se são iniciativas mais individuais, que ocasionalmente se engajam em algumas questões. Acho que umas das coisas que talvez tenha sido determinante, não na nossa participação, mas talvez em uma ampliação da participação dos discentes, tenha sido a perspectiva de corte de bolsas. Isso aconteceu no ano passado, como também o atraso das bolsas CNPq e CAPES, que acho que de alguma maneira mobilizou os pós-graduandos para pensar um pouco mais coletivamente. Mas a minha visão é de que ainda é um momento muito individualista. A pós-graduação ainda não tem um diálogo muito grande entre os discentes.

Pedro: É, eu concordo totalmente e acho que foi bom tu lembrares que ano passado acabamos indo na mesma reunião, no auditório da [Faculdade de] Economia, que era justamente sobre o corte de bolsas. Uma reunião que estava cheia porque foi o primeiro anúncio de corte das despesas de custeio do pós, dos programas da pós-graduação. Então ninguém sabia o que estava acontecendo e normalmente é nesses momentos, em que principalmente as bolsas estão sendo afetadas, que os pós-graduandos se reúnem e discutem.

Mas acho que desse momento inicial, desde o ano passado, em maio ou junho, dessa reunião e aí até agora, acho que...

Mara: Tem a ver então com essa reunião, com essas notícias desagradáveis, mas o evento que vocês organizaram tem a ver com isso? Com esse tema?

Pedro: Não.

Pedro: Acho que esses momentos são um dos poucos que fogem daquilo que a Isadora falou, sobre o pós parecer ser naturalmente individualista e fragmentador. Então esses momentos são os que reúnem, em que se mostra haver uma pauta maior que une os pós-graduandos. A bolsa é uma delas. As questões de custeio de viagens são outra. E aí, nesse momento, o que surgiu foi um grupo que estava mais interessado em agir e pensar essas coisas.

Isadora: A partir da primeira reunião, se colocou a ideia de não ter uma representação tão deslocada do corpo dos alunos em geral, que tivesse um diálogo maior, que não se votasse ou participasse [das plenárias do PPGH] sem um retorno para os colegas. Aí mantivemos um grupo que dialogava um pouco mais e se propôs então a fazer esses eventos; o primeiro foi o Fórum interno [I Fórum Interno Discente do PPG-História da UFRGS] em que a gente discutiu...

Pedro: E discutiu muito!

Isadora: ...que a gente discutiu bastante as pesquisas dos colegas, e acho que foi bastante produtivo, que houve uma maior integração acadêmica, quando se pode entender que pesquisa estava se fazendo na pós graduação. Porque era algo que não se tinha dimensão. Eu já estava no meu segundo ano do mestrado e não sabia o que os colegas estavam estudando. Acho que foi bom isso...

Mara: Mas antes de uma avaliação do que aconteceu no Fórum, vocês podem explicar um pouco qual foi o seu formato, quantos dias, como vocês pensaram e organizaram isso...

Isadora: Dentro de um programa de extensão denominado Ser pós-graduando/a em História: debates contemporâneos sobre pesquisa, atuação e ensino, fizemos o Primeiro Fórum Discente do PPG-História, que teve a organização em dois dias, manhã e tarde. A ideia foi divulgar o fórum e propor que os mestrandos e

mestrandas, doutorandos e doutorandas enviassem duas questões que eles gostariam que debater e um resumo breve da sua pesquisa. E a partir dessas duas questões organizamos quatro mesas pensando em eixos de diálogo que essas pesquisas poderiam ter, colocando debatedores que o articulariam. A princípio não sabíamos se isso ia dar certo porque a gente nunca...

Mara Rodrigues: Os debatedores também eram alunos do pós?

Pedro: Sim.

Isadora: Sim, todos alunos do pós. A Gabriela Corrêa, a Marina Gris, o André Anzolin... A Camila Petró. Fomos nos dividindo, formando essas mesas, e foi bem interessante porque não foi somente uma apresentação das pesquisas, foi realmente uma discussão sobre problemas que perpassavam várias pesquisas. Eu estava mediando uma das mesas que tratava desde o Egito, reis no Egito, até Getúlio Vargas advogado. Era uma mesma mesa. E uma mesa que dialogou super bem, realmente teve uma conversa sobre a pesquisa. E foi logo depois, um dia depois, da votação do impeachment na Câmara. Então o clima era bem aterrador sobre o futuro e foi uma discussão interessante, que articulou presente, perspectivas de futuro e as nossas pesquisas sobre o passado.

Pedro: É... E uma ideia era não se ficar preso no recorte temático, por exemplo, “quem estuda indígenas fala com pessoas que também estudam indígenas...”

Isadora: Daí tu vais, por exemplo, para o Mato Grosso, e encontra as mesmas pessoas de sempre, porque os eixos temáticos são muito restritos. Então a ideia era...

Mara: ...pensar outros eixos para poder articular as conversas...

Pedro: ...que fossem por problemas.

Isadora: Fomos agrupando por blocos. Havia grandes temas e depois blocos que dialogavam. Então um dos temas foi o clássico “História e historiografia”, que era algo que aparecia [nos discursos dos pós-graduandos] e a partir deste tópico geral apareceram várias temáticas diferentes. Esse que eu comentei era a “mesa C”...

Pedro: ...de fontes, não é?

Isadora: Isso. “Fontes” era o nome da mesa em que se tratou de diferentes formas de abordagem a partir de distintas fontes. Desde os hieróglifos em pedra até [complementar], eu que faço

história quantitativa... Enfim, coisas bem variadas. Essa foi talvez a mesa mais eclética.

Mara Rodrigues: E a adesão às discussões? Como foi a presença dos pós-graduandos? Como vocês avaliam?

Pedro: De inscrições foram quarenta e quatro, se não me engano. Contando que são mais ou menos duzentos alunos, então um quinto participou.

Isadora: E participaram efetivamente. Acho que uma das coisas interessantes foi que não houve “um público” e “um apresentador”. Mesmo as pessoas que não se inscreveram participaram, algumas não tinham se inscrito para debater, mas como ouvintes participaram tanto quanto os debatedores; isso foi bem interessante. E participou bastante gente que tinha ingressado no mestrado ou no doutorado em 2016.

Isadora: E acho que o *feedback* deles foi bem legal. Para eles não se sentirem tão isolados ao chegar. Tem gente de Roraima, de vários lugares, de Florianópolis. Chegam um pouco... não conhecem os colegas. Eles disseram que foi importante aquele momento; saber o que estava sendo pesquisado.

Mara Rodrigues: Isso quer dizer que vocês pretendem fazer outro ano que vem?

Isadora: É. Nós tínhamos proposto que se fizesse um fórum, desta vez externo, para congregar uma maior gama de discentes de outros programas... Como outras universidades têm, a UNISINOS, a PUC. Mas não sei se vai sair.

Pedro: O que eu gostaria de comentar é que acho que desde o começo [da nossa atuação na representação discente] foram duas coisas que notamos naquelas primeiras reuniões em relação ao que se quer de uma representação discente: primeiro, que não fique tão afastada e que pelo menos envie notícias, porque nem sempre recebíamos por e-mail, sobre o que estava acontecendo no pós. Então, nem que seja um informe do que foi uma reunião, do que foi uma plenária, o que está acontecendo... Ainda mais neste contexto que está da aquisição de verba e o custeio, que nunca se sabe muito bem o que é que dá para fazer ou não, até como aluno.

Mara Rodrigues: E vocês elaboram informes para mandar por e-mail? Como é que funciona?

Pedro: É, eu acabei cuidando disso, de informar por e-mail, detalhando o que foi a reunião. Por exemplo, no ano passado logo que o Benito [Schmidt] assumiu [a coordenação do PPGH], ele fez uma reunião sobre a situação financeira do programa. Então, praticamente tudo aquilo que foi dito eu repassei no e-mail. Então era isso que queríamos, ter um canal de informação mais seguro, mais presente e também ter um evento. Foi por isso que eu comentei que nós discutimos muito porque a ideia inicial era fazer só um evento. Mas desse evento saíram dois, pelo menos. Depois foram surgindo outras ideias de eventos, semelhantes aos de outros PPGHs que já tem encontros discentes. Queremos fazer um também da UFRGS, que até agora não tem.

Mara: Que a UFRGS promovesse um encontro discente que fosse para além dos discentes da UFRGS?

Pedro: Sim, mas achamos necessário conhecer primeiro o que os colegas estudam antes de fazer um encontro aberto....

Mara: De onde vem essa vontade [de atuação da representação discente], neste momento? Pergunto isso como ex-aluna do curso, pois tínhamos representantes discentes que iam às reuniões, mas não era comum essa atuação. Não lembro de uma atuação com tanta visibilidade, quanto a de vocês. Por isso eu perguntava, para além da crise financeira que provoca esses cortes, sobre outras motivações [para a reativação da representação discente].

Isadora: É, eu acho que uma das coisas que sempre me motivou foi que eu sempre participei do CHIST [Centro de Estudantes do Curso de História da UFRGS]. Então, para mim, foi um pouco uma extensão do que eu já fazia. Enfim, eu era representante no conselho do PPGH e no primeiro ano que eu entrei no mestrado, trabalhava muitas horas e não conseguia ter um contato mais direto com a vida do pós. Daí depois de sentir essa falta de informações e atuação...

Pedro: É que eu acho que a representação discente normalmente era vista como burocrática... Como alguém que está sentado nas reuniões, tipo um intermediário, no máximo.

Mara: E qual é a relação de vocês com a *Aedos*? Porque as meninas [as editoras da revista] chegaram a comentar na entrevista

da sexta-feira que a representação discente também estava junto da *Aedos*. Qual é a relação entre representação discente e revista discente?

Isadora: Pelo menos da nossa parte, eu acho que esse é mais o caminho das meninas da *Aedos*, que participaram ativamente da organização da representação discente.

Pedro: É que eu acho que quem faz parte da *Aedos* já tem um perfil de querer organizar. Se organizar e ser mobilizado.

Isadora: Então a Marina [Gris], a Micaele [Scheer] e enfim...

Pedro: ...o Bruno [Segatto] participou de algumas reuniões. Mas especialmente elas [Marina e Micaele].

Isadora: Nós dialogamos bastante com as meninas. Nós não participamos tanto da *Aedos*, quanto elas participaram da representação discente. Elas foram bastante ativas.

Pedro: É. E a Micaele é a suplente [do representante discente] do doutorado, então é alguém que já estava nas reuniões da *Aedos* e que também passou a participar das reuniões da representação discente.

Mara: Vocês fazem reuniões com alguma frequência? Vocês ainda têm reuniões periódicas?

Pedro: Nós tivemos. Perdeu um pouco a periodicidade.

Pedro: É um pouco difícil conciliar as coisas com a dinâmica do pós.

Isadora: Mas nós tivemos várias reuniões. No começo, mais frequentes e depois do primeiro evento um pouco mais esparsas.

Mara: É anual a representação...

Isadora: Ela não tem um regimento.

Pedro: Até é uma das coisas que eu já comentei, que é para legar para os próximos representantes: tentar colocar no regimento (porque tem que ser aprovado em plenária do pós); que esteja previsto que tem que ter uma representação discente e que ela está organizada etc... dura um ano, coisas assim.

Mara: Tem uma pergunta que a Regina [Weber, coorganizadora do dossiê] enviou. Pela experiência de vocês, ou do que vocês ouviram de representantes mais antigos, tem sido possível atuar corporativamente nos órgãos representativos, comissão e conselho, plenária do PPGH onde os alunos tem acento?

Isadora: Eu acho que nós conseguimos. Com relação as representações anteriores, eu não tenho ideia, nunca conversei com representantes anteriores, não sei. Não sei nem quem são.

Mara Rodrigues: A gente [quando aluno do PPGH] perde a memória de um mandato para o outro. É interessante, porque eu estou há muito tempo na casa [como aluna de mestrado, doutorado e como professora] e consigo visualizar certas coisas. Mas vocês mesmos não tem uma noção mais ampla do que vocês estão fazendo, quer dizer, de como isso pode ser comparável a outras ações.

Isadora: Não, não.

Pedro: Para ter uma noção, ano passado acabamos nos mobilizando, encontrando um pouco esse espaço com um e-mail que o Benito [Schmidt] mandou, dizendo que estava vaga a representação discente. Porque, senão, não saberíamos que estava vaga. Não era uma informação que chegava. Então foi algo que, no fim, veio “de cima”. Agora acho que nós conseguimos construir uma base para conseguir colocar coisas a partir dos alunos.

Isadora: É, acho que sim. Nós não tínhamos uma tradição mais “corporativa”, para usar a palavra da pergunta, mas acredito (espero!) que tenhamos conseguido consolidar porque vejo um movimento das pessoas, “ah, agora quem é que vai assumir, depois que tu saiu?” Eu fico dizendo pra todo mundo: “Ó, alguém vai ter que assumir”.

Pedro: E pelo o que nós vimos ficamos uns meses sem representação discente. Mas aí eu acho que nós conseguimos agir... Também vai da prática de reunião com o pós e das plenárias... Nós começamos as primeiras [participações] bem tímidos, faz parte, não é? Acho que deu pra segurar, ter um pouco de voz nos dois fóruns.

Mara: Outra pergunta enviada pela Regina. E com a APG (Associação dos Pós-Graduandos) UFRGS? Tem havido envolvimento dos pós-graduandos da história? Não sei se tem a ver com aquela reunião [que vocês mencionaram anteriormente]? Ela foi promovida pela APG?

Isadora: Tem. Ela foi convocada pela APG. A princípio tivemos contato com a gestão anterior, não é mesma atual gestão, mas é, digamos, um seguimento daquela. E, a princípio, nesse momento do corte de verbas eu participei de algumas reuniões e depois também

perdemos um pouco o contato. Eles também tiveram uma troca de gestão e isso era uma coisa a se retomar também. Porque atualmente não estamos muito em contato.

Pedro: É. Se se quiser fortalecer, como parte do movimento da representação discente, temos que retomar esse contato com mais força na APG. Tem outros contatos para se fazer, nós já conversamos aqui sobre isso... Por exemplo, com o CHIST, que é um contato que também acontece muito individualmente, pois alguns colegas são mais próximos dos alunos de graduação, outros não. E aí acaba sendo uma coisa muito individual, mas, como representação discente, CHIST e APG poderiam estar juntos. Mas isso é algo que ainda está longe, engatinhando, como atuação conjunta.

Mara Rodrigues: Uma pergunta também da Regina: Considerando que o meio intelectual é sabidamente competitivo – concordo com ela – tem sido possível atuar coletivamente entre colegas? Entre os discentes, como fica essa questão da competitividade?

Isadora: Eu acho que tem menos relação com a representação discente do que com a atuação política de maneira geral. Nós vivemos um momento em que a atuação política não remunerada, não partidária, não visando a uma carreira política, é muito rara e muito escassa. Isso é uma coisa que sempre senti. Acho que o pós-graduação tende a acirrar um pouco isso no sentido de, bom, tu está dedicando tempo para vir em uma reunião, elaborar um evento e etc, e não está escrevendo um artigo para publicar, enfim, não está fazendo uma coisa mais direcionada a isso. Agora com relação a uma competitividade direta acho que não... eu não sinto isso assim.

Pedro: Eu tenho a sensação de que está todo mundo no mesmo barco. O que é bom. Foi essa a sensação do evento. Então eu acho que tem mais companheirismo. Acho que a competição vem mais por esses órgãos externos...

Isadora: ...do que propriamente internos.

Pedro: Ela [a competição] é menos horizontal e vem mais vertical.

Mara Rodrigues: Parece que a gente está vivendo um momento em que há, pelo menos dentre os jovens de esquerda, essa vontade de se organizar de forma horizontal, coletivamente, de uma maneira

mais intensa. Não sei se vocês acham que isso também se verifica no cotidiano, na ação de vocês?

Pedro: É. Eu acho que até a ideia, a vontade para unir esse grupo é justamente pelo fato de a gente notar essas coisas e querer encontrar um canal como pós-graduando para fazer alguma forma de organização. Participar das reuniões de representação discente é uma dessas formas. Organizar os eventos...

Isadora: Para mim, com certeza, a formação política e a organização do CHIST, que há anos vem sendo assim (não sei como é que está agora, não tenho acompanhado), prezando por uma participação horizontal, não estimulando a ideia de uma ascensão política através do centro acadêmico, foi muito importante. Acho que foi uma das conquistas dos anos em que estivemos no CHIST, que se mantém até hoje: não tem presidente, vice-presidente etc. Acho que essa foi uma das coisas que, pelo menos para mim, influencia pensar a representação de uma maneira muito diferente do que tradicionalmente. Eu me vejo como uma representante de uma parte [dos pós-graduandos], daqueles que se mobilizam para pensar junto.

Pedro: Eu acho que o papel do CHIST é muito importante na formação dos alunos da graduação, mesmo quando acontece de forma indireta. Mas a relação que tu tem com o CHIST, com o que o CHIST está representando, se é um espaço que está aberto, ou não, – e aí eu conheço muito pouco –, mas eu noto que quando eu estava na graduação o CHIST parecia muito mais distante. E aí, contigo [Isadora], já foi diferente. Então o CHIST é muito importante. justamente para saber que tu pode fazer a carreira acadêmica junto com política. Se vai parecer que as duas coisas são opostas, e às vezes parecem, mas é interessante, pois parece se estar a caminho de se juntar as duas coisas práticas (acadêmica e política). E aí acredito que essa situação se relacione com a questão da juventude também.

Mara: Como fica a integração desses colegas que não eram da UFRGS antes? Pois há um número cada vez maior de pós-graduandos que vem de outras cidades do Rio Grande do Sul e outras cidades do Brasil.

Isadora: Eu acho que... vou falar um pouquinho do evento, esse último, que eu acho que traz várias das questões que surgiram.

Então a gente fez esse segundo evento. Na primeira semana de julho. Então esse se chamava *Ser pós-graduando(a) no Século XXI*, e aí debatemos alguns temas que achávamos que eram importantes para pensar essa inserção dos colegas de maneira geral e como estava sendo “ser pós-graduando” nesse momento. E uma das coisas que surgiu muito forte foi a dificuldade que as pessoas que vêm de fora, de se sentirem acolhidas no programa de pós-graduação, que é um momento muito pesado, todo mundo sabe... Para as pessoas que vinham de fora a acolhida era muito difícil. Era muito distante, era muito difícil, mas ao mesmo tempo também a gente teve a participação... a própria Micaela, que não era da UFRGS, participou bastante.

Então, resumidamente, eu acho que, por um lado, eu e o Pedro (não nos conhecíamos). Nós conhecemos um pouco nessa articulação, e acho que várias pessoas também se conheceram um pouco nessa articulação, que foi importante, eu acho, para acolher alguns elementos exógenos dessa trajetória da UFRGS, que acho que é um pouco fechada em si mesma. As pessoas fazem a graduação aqui e continuam mais ou menos em um mesmo grupo na pós-graduação. Acho que isso [a organização dos eventos] também foi uma abertura para outras pessoas se sentirem mais acolhidas.

Pedro: Depende muito do perfil da pessoa, mas às vezes os colegas que vêm de fora, não necessariamente de outras universidades, mas outros estados, outras cidades, justamente porque o pós-graduação acaba sendo o principal foco de socialização, acabam entrando mais nas reuniões, se envolvendo mais. Tem a Micaele, o Hildebrando é um que participava muito, que vêm de fora do estado. E aí então o fato de vir de fora acho que faz as pessoas quererem entrar e participar mais da pós-graduação...

Pedro: É... porque [estes que não são daqui] não tem todo o outro lado da sociabilidade de Porto Alegre, de ser sempre daqui. Então o pós acaba sendo o principal foco, a pessoa entra e se envolve mais mesmo. Mas claro, depende muito do perfil. Como eu disse, proporcionalmente acho que um bom número [de colegas que vem de fora] acaba participando bastante. Mas é um dos problemas que é apontado sempre; que vir de fora é muito difícil.

Mara: E nesses eventos, o que é que vocês puderam perceber, agora como “relatores” das preocupações que estão aparecendo, sendo expressadas pelos pós-graduandos? Quais são as principais preocupações?

Isadora: Esse último evento, acho que foi um resumo das preocupações. A primeira mesa tratava da inserção, e da possível inserção, desses grupos que serão contemplados pelas cotas, pelas ações afirmativas [a serem implementadas no edital de seleção para mestrado e doutorado em 2016]. Então nós tivemos um diálogo interessante sobre a questão da militância acadêmica, a Marina [Reidel] trouxe a questão de ser transexual na pós-graduação e a professora Maria Aparecida Bergamaschi falou da questão dos indígenas na pós-graduação. Acho que ali surgiram algumas inquietações.

Pedro: A Marina Reidel é formada em Artes e foi orientanda do Fernando Seffner, na Educação [PPG em Educação da UFRGS]. E, se não me engano, a primeira transexual mestre no país.

Isadora: Fez um mestrado sobre as professoras transexuais.

Pedro: Trabalha na Secretaria de Direitos Humanos do estado.

Isadora: Fazia parte da primeira mesa de discussão.

Pedro: Ah, nós tivemos duas colegas, que eram a Luísa Flores e a Juliana Mezomo, que são [alunas] do pós das Ciências Sociais, mas que vieram representando o Instituto Outras Margens, que é um coletivo formado justamente para pensar a pesquisa junto com a atuação social, ou pesquisa social e atuação política e a interface entre os dois. Essa é uma questão que está surgindo, porque muitos colegas trabalham com temas que ou são diretamente relevantes para a vida, e para a vida política, ou com os quais se coloca em uma relação de trazer justamente esse aspecto da militância. De não separar o que seria o tema de pesquisa da atuação concreta.

Isadora: E acho que uma das coisas que surgiram ali, por um lado, foi a dificuldade da academia aceitar padrões diferentes de comportamento, de sexualidade etc., mas por outro lado o quanto essa diversidade pode contribuir com a pesquisa acadêmica. O quanto essa diversidade pode trazer um outro olhar um pouco menos viciado para dentro da academia e contribuir, a partir desse sujeitos que olham a própria história, para ampliar um pouco esse campo da história, que parece um pouco ainda restrito.

Mara Rodrigues: Mas sabe que as experiências mais radicais que eu tive como professora foi ter, em uma aula de teoria e metodologia da história, um indígena. E ele ficou quieto o semestre inteiro, imagina se ele tivesse falado... Simplesmente ele estar ali e eu ter que pensar todas as aulas: que teoria da história é essa? Que sentido faz essa história para um indígena? Daí a gente vê como essa pretensão de universalidade do conhecimento teórico é complicada... Pensando justamente essa presença da diversidade na universidade, o quanto ela pode afetar as pesquisas.

Pedro: O que é interessante, acho que todas as falas marcaram muito é que não é que, por exemplo, a história esteja agregando novos objetos, é que está agregando novos pesquisadores, novos sujeitos que estão fazendo pesquisa. Então com isso vem um jeito diferente de fazer pesquisa. Então se colocar a pesquisa militante parece, não sei se seria o termo correto, porque militante pode “ter um peso” (acho que seria legal pensar nisso), mas é uma pesquisa que é feita de um jeito diferente, que se coloca de um jeito diferente, de conhecimento, epistemologicamente, e depois na atuação também que vai ter o produto final.

Mara Rodrigues: A relação entre quem pesquisa e o que é pesquisado é diferente.

Pedro: Isso. Ou a comunidade de origem, que está ali também, e que é uma referência para a pesquisa. Tudo isso é diferente e, com isso, vem novos conceitos, novas formas de escrever, novas narrativas. Então é interessante, é um ganho de conhecimento, além de ser uma expansão social. E é por isso que vem os pontos de atrito também. Porque é claro que vem algo que acaba desestabilizando o que já está ali. Tu recebe uma carga de coisas muito grande e coisas novas, então estes trabalhos são trabalhos que acabam se destacando mesmo por causa disso.

Isadora: A segunda mesa foi com o Rodrigo Weimer e o Gabriel Dienstmann, que é aluno atualmente do mestrado, e que trouxeram um pouco essas experiências que, no fim das contas, não eram “depois do pós”, mas a ideia era um pensar que alternativas existiam para a atuação, que era uma angústia que aparece frequentemente “ah, o que é que eu vou fazer”? “Bom, eu tenho mestrado, eu tenho um doutorado...”

Pedro: “E agora? o que que eu faço com isso?”

Isadora: Então, de uma maneira prática, em um momento em que a gente vê uma crise efetiva, essas falas foram no sentido de pensar uma atuação mais concreta para o mercado de trabalho, digamos assim.

Pedro: Eu só ia brincar que, para essa segunda mesa, uma das ideias que a gente tinha pensado, era: “vamos chamar gente que conseguiu ganhar dinheiro com história”. [Risos]

Isadora: E que no fim das contas, por coincidência, as duas pessoas que nós chamamos ganharam dinheiro antes de fazer a pós-graduação. O Gabriel falou um pouco sobre esses editais públicos, que ele já ganhou alguns, e deu algumas dicas sobre como ganhar editais. E o Rodrigo falou um pouco das suas demarcações do Quilombo e tal.

Pedro: Desculpa interromper, mas uma coisa que eu achei interessante, e aí eu acho que vai um pouco para o tema da primeira mesa também, e que pelo menos me chamou atenção é, por exemplo, nesta segunda mesa, tanto o Gabriel quanto Rodrigo depois sentiram necessidade de voltar para a universidade fazer mestrado. O Rodrigo fez o doutorado. E na primeira mesa também uma coisa foi destacada qual que é o peso, por exemplo, de ter um indígena formado pela UFRGS, um indígena mestre na UFRGS. Até eu não me lembro bem, foi a [Maria] Bergamaschi que comentou de um orientando dela que é professor em uma escola indígena e agora vai, por exemplo, na SEC [Secretaria de Educação e Cultura do Estado do RS] e quando tentam dispensar ele, ele diz: “Mas eu sou mestre pela UFRGS”. Aí dizem “Ah, mestre pela UFRGS”. Então são coisas pequenas que têm um peso, a universidade ainda importa muito. É isso que, pelo menos para mim, chamou atenção na primeira mesa. E, pensando a segunda [mesa] também, que a universidade faz sentido talvez por outros sentidos diferentes do que a gente pensa normalmente. A universidade faz muito sentido para muitas pessoas, ela é muito importante. Senão esses grupos não estariam querendo entrar na universidade. A universidade é importante.

Isadora: Bem, a terceira mesa então foi sobre as mulheres na pós-graduação, nós convidamos a professora Márcia Barbosa, que é diretora do Instituto de Física e a Daniela Garcez, que falaram

um pouco sobre estatísticas da atuação das mulheres na pós-graduação. Como, ainda que a gente tenha o rendimento escolar mais alto do que os homens, seguimos sendo menos pesquisadoras B1 – “Banana de Pijamas 1”, “Banana de Pijamas 2” [risos], A1, A2, vai afunilando e, como a professora Márcia salientou, que nas áreas das exatas isso é gritante, e que temos isso também nas humanas. E discutimos um pouco como outras atribuições continuam recaindo sobre as mulheres que fazem pós-graduação, as exigências ainda domésticas e familiares recaem sobre as mulheres, ainda que estejamos sob a mesma cobrança acadêmica. Isso nunca é visto... Não é reconhecido e nunca entendido como uma atribuição maior sobre as mulheres. Nunca é nem considerado. “Bom, desde quantos anos tu faz tarefas domésticas? Vamos que admitir no pós ou não?”. [Risos.] Tratamos também...

Pedro: ...da estrutura da universidade, como não está apta, não é própria para receber...

Isadora: ...mães, especialmente.

Pedro: É, principalmente mães, e que força essa separação [dos filhos] até o caso de ter que suprimir a vida privada. A questão de ter que decidir entre família ou carreira, por exemplo, porque é que os dois não podem ser compatíveis?

Isadora: Como isso mesmo é muito forte nas “exatas”, mas como isso está muito mascarado nas “humanas”.

Pedro: Exatamente.

Isadora: E nunca é efetivamente um tema central, como isso é sempre periférico. Outra coisa que eu acho que também apareceu: como isso é sempre tratado como uma queixa e nunca como um efetivo problema. Como “um lamento” de gente muito dramática, mulheres muito dramáticas que se sentem muito sobrecarregadas. Mas isso não reverte em medidas efetivas para se contornar essa situação. Como nós seguimos, mesmo no curso de História, reproduzindo isso na contratação de professores... Nos cargos de direção etc., nós seguimos também um pouco nessa lógica. Acho que foi isso da mesa sobre as mulheres. E por último...

Pedro: ...a mesa de saúde mental no pós-graduação, em que nós convidamos duas psicólogas. A Flávia [Wagner] do NAE [Núcleo de Assuntos Estudantis]...

Isadora: ...e a Cristina Aguiar.

Pedro: ...que atua independente como psicóloga. E foi interessante. Foi meio que uma roda de...

Isadora: ...uma catarse sobre todos os problemas que vêm...

Pedro: ...no pós-graduação. Mas que tem a ver um pouco com a pressão e também com a questão “O que é eu vou fazer depois? Para o que é que está servindo fazer um pós-graduação?” Se nenhum ganho material, no mínimo..., quer dizer, está me qualificando, mas é difícil ver uma recompensa depois do pós.

Isadora: Acho que um dos pontos que surgiu foi uma falta de reconhecimento social da profissão. Então, que tu tens um doutorado em história, mas o que é que significa socialmente? Pouco retorno financeiro, a dificuldade do próprio curso com relação talvez a outros pós-graduação em áreas menos acadêmicas, digamos, em engenharias, ou coisas assim, que eu acho que também foi levantado. O próprio sofrimento que a história gera; estudar história como um sofrimento a mais. Não é uma coisa positiva entender a história; dá uma depressão... [risos] Compreender os processos históricos também é um peso a mais, que eu acho que também foi levantado [no evento].

Pedro: A dinâmica do pós principalmente o fato de, por exemplo, no mestrado, tu tem o segundo ano que é praticamente solitário. O doutorado, mais ainda, então tem que fazer a própria rotina que é algo muito difícil.

Isadora: Viver de pijama. Anos e anos de pijama... [risos]

Pedro: É, que aí é algo que também te tira um pouco do ritmo do mercado de trabalho, que também acaba sendo uma inquietação. Depois é claro, quando termina o pós é uma quebra muito grande, eu acho, com a vida que tu levava até então, e o que vai surgir na frente.

Mara Rodrigues: Bom, eu tenho uma pergunta aqui que talvez vocês já tenham respondido em partes, mas sintetizando, chegou a se estabelecer alguma agenda de ações futuras? Quer dizer, está terminando a gestão de vocês e há esperança de que essa mobilização toda que vocês fizeram tenha sequência?

Pedro: Tem sim. Na verdade tem uma agenda já preparada, mas, claro, tem que executar ela. O que ainda estaria previsto pela

Ação de Extensão, que foi cadastrada pelo Benito, o Igor [Teixeira, coordenador substituto do PPGH] e nós dois [Pedro e Isadora]. Então, a Isadora, mesmo saindo, ainda continua ligada à ação de extensão. Mas claro, vamos adicionando, os colegas vão participando. Ainda tem que formalizar tudo, mas será provavelmente em setembro, dois dias, uma oficina de divulgação científica, com os criadores do blog *Os cientistas dizem que...*, de Florianópolis. Foi um contato do Igor, e foi bem legal, porque foram bem bacanas com a Isadora, que fez o contato. Depois talvez em outubro aconteça o fórum externo com três, quatro dias. Após isso, e é o que está mais “no ar”, é um evento que queremos pensar com o ProfHistória pois trata principalmente que sobre o ensino, pesquisa e ensino de história, que é algo ainda um em aberto.

Isadora: Eu tentei articular um pouco com o PROF [com os representantes discentes do ProfHistória].

Isadora: É. Esse é outro passo que seria interessante de dar pensando no futuro, que é muito distante. É outro programa e não temos aulas juntos. Talvez possamos pensar alguns eventos, nem que fosse uma palestra, ou coisa assim.

Pedro: Sobre a agenda futura, é importante também contar justamente com os colegas da turma nova [do PPGH], porque a Isadora teve que sair um pouquinho antes [do final do mandato] porque defendeu – o que é bom [risos]. Mas eu peguei do segundo para o terceiro ano, não é o normal. Normalmente é bom que sejam pessoas que estão fazendo a cadeiras [primeiro ano do doutorado e do mestrado] que aí também não estão na fase da pesquisa com mais afinco, tem mais tempo de disposição para as atividades de representação, porque, por exemplo, este ano em alguns momentos eu consegui fazer muita coisa, em outros não consegui fazer nada para a representação discente. Foi bom que os momentos em que eu não consegui fazer nada não coincidiram com os momentos em que Isadora não conseguiu fazer nada, porque vai mudando muito conforme o semestre.

Mara: Encaminhando para o final, mais uma pergunta. O que vocês gostariam de dizer neste momento, em nome dos alunos – acho que vocês não vão querer falar os nomes de todos os alunos... Mas a partir dessa experiência que vocês tiveram na

representação discente, estando agora com gravador na frente de vocês, como Isadora e como Pedro, o que vocês gostariam de dizer neste momento em que estamos comemorando 30 anos do nosso pós-graduação? Como vocês se veem nestes 30 anos?

Pedro: Não sei. Me ver nos 30 anos é uma pergunta difícil. Agora me veio a lembrança de que já faz 10 anos que eu estou na UFRGS.

Isadora: Eu me vejo em uma trajetória de mudança. Sempre sonhei em fazer pós-graduação, mas pela trajetória da minha família e pela minha trajetória de vida, de sempre trabalhar desde a adolescência, me parecia um sonho um pouco impossível. E me vejo então como realizando algo que talvez para gerações anteriores não fosse possível. Por ser mulher, acho que também é uma realização importante. Seguir uma carreira acadêmica também é uma conquista. Também pelo que estudo, que são os indígenas, é interessante pensar como um espaço está sendo criado academicamente para se estudar. É um campo ainda pouco consolidado, mas acho que é isso. O meu desejo é que a universidade se torne mais plural e menos elitista. Esse é o meu desejo de futuro para a universidade. Porque se tornar menos elitista não quer dizer perder qualidade.

Pedro: Com certeza. Acho que é um ganho. Eu ia comentar exatamente isso que Isadora comentou. Pensando em trajetória de família também acho que fazer o pós e poder ter uma bolsa que dê para sustentar o pós é um privilégio. Um privilégio e algo que deveria ser reconhecido como tal por quem tem uma bolsa. Não é algo para ser tratado como se não tivesse importância, de forma leviana. É algo muito importante. Por um lado, tem que fazer por merecer esse privilégio, não no sentido de se curvar a todas as exigências de produtivismo, pelo contrário, mas no de usar a oportunidade de ter uma bolsa, de poder estudar, como uma forma de pensar, e pensar a realidade de fazer com que nessa trajetória da família se consiga algo que gerações anteriores não tiveram chance. Dar importância para essa a vida de estudos, porque ela é muito importante. Não tratar como se fosse algo dado, porque para algumas pessoas é, acho que para as pessoas que entraram na universidade até agora é algo dado. Que tu possas entrar na universidade, foi tomado como algo dado, por exemplo, se tu és de um certo status social. Depois fazer um pós, virar um professor. Mas para pessoas como a Isadora e

eu isso é uma conquista muito grande. E aí acho que é importante estender esse privilégio para outras pessoas, de poder estudar e viver de estudar. Eu entrei em 2005 na UFRGS e é muito legal ver toda a transformação que vem acontecendo na universidade.

Isadora: Eu entrei no ano das cotas, 2008.

Pedro: É. Eu me formei em 2009. Mas, mesmo assim, é muito legal ver que a universidade está muito mais próxima ou a pós-graduação, pelo menos. Até se pode pensar o que estamos fazendo na representação discente, e deixar um pouco mais próximo do ambiente que a gente quer que ele seja, mais plural, menos elitista, e não um espaço que não reflete essa necessidade, esse espaço que a gente quer que seja. Que seja mais aberto. É algo que também eu penso, justamente, que não precisa ser uma conquista para quem vem depois, mas que seja algo normal. Eu ouvi dos alunos cotistas da Letras, que tinham montando semestre passado um microfone que se deixava aberto para falar. Era bem legal. Um aluno comentou que os cotistas negros nesse momento precisavam ser mais do que estudantes para que os que viessem depois deles pudessem ser só estudantes. Então é justamente isso; estamos nesse momento de transição. Muita gente que está entrando no pós está com essa mesma consciência. É muito legal porque são pessoas para quem, de novo, o pós importa muito, estar no pós é um privilégio... O privilégio parece algo ruim, mas, quando vem para pessoas que nunca tiveram, é algo muito bom. A primeira vez que as pessoas puderam não ter que estar vendendo força de trabalho para poder viver, mas...

Isadora: Depois volta tudo igual. Bater ponto... [risos].

Pedro: Mas que nesse momento, pelo fato de vir de outro lugar, podem justamente ter uma perspectiva muito mais crítica e significativa.

Mara: Mais alguma coisa que vocês gostariam de dizer?

Isadora: Não. Agradecer a oportunidade, acho muito legal.

Mara: Eu é que agradeço a disponibilidade e a atuação de vocês, pois acho que o pós-graduação ganha muito com o que vocês estão promovendo.

ARTIGOS

Outsiders no Portugal dos tempos do rei D. José I

Daniel Afonso da Silva*

Resumo: O artigo trata da presença e influência de estrangeiros e diplomatas ingleses, franceses e espanhóis em Portugal dos tempos do rei dom José I entre 1750 e 1763. Exibe figuras inglesas agudas e engenhosas como os embaixadores Abraham Castres e Edward Hay, os chanceleres Willian Pitt e conde de Egremont, o oficial James O'Hara, afamado lorde Tyrawley. Discorre sobre personalidades francesas decisivas como o conde de Merle, a madame Pompadour, o ministro Jacques O'Dunne, os chanceleres François-Joachim Pierre Bernis e Étienne-François Choiseul. Informa da relação conflituosa e cooperativa entre eles e os secretários do rei português.

Palavras-chave: Europa. Diplomacia. Século XVIII.

*Apenas os fracos são submetidos à neutralidade
em função dos fortes.
Secretário Sebastião¹*

Introdução

Lisboa, Porto e Portugal acolhiam muitos estrangeiros naqueles idos de 1750-1760. Franceses, romanos, florentinos, sardos, espanhóis, russos, austríacos, germânicos, ingleses na condição de negociantes,

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor da Universidade Estadual da Paraíba e *chercheur invité* do CERI-Sciences Po de Paris. E-mail: daniel.afonso@usp.br

viajantes, intelectuais, artistas, homens e mulheres da vida. Cada qual, ao seu modo, imprimia sua marca no cotidiano da corte e da sociedade lusa de então. Com o acirramento de conflitos europeus que levariam à guerra dos sete anos de 1756-1763 (BLACK, 2007; RÉMOND, 1980; RUSSEL-WOOD, 1998; LYNCH, 1991), a presença de diplomatas e enviados extraordinários – ora para defender seus compatriotas; ora para reforçar as alianças com Portugal – ganhou importância no contexto dos estrangeiros. Os homens do rei José, especialmente o secretário Sebastião² e o secretário Luiz da Cunha, passaram a despachar ostensivamente com esses agentes desde que Portugal fora envolvida nas tensões (SHAW, 1998). Essa interação entre autoridades lusitanas e estrangeiras nem sempre foi tranquila.

O objetivo deste texto é apresentar algumas dessas intranquilidades.

Castres

No dia 11 de abril de 1752, dois dos mais notáveis enviados ingleses em terras lusas aportaram em Lisboa. Abraham Castres, embaixador em Portugal, e James O'Hara, Lorde Tyrawley, enviado extraordinário. Castres acumulava mais de trinta anos de vida diplomática. Tinha servido em diversos postos. Em Londres e no exterior. Esteve responsável de assuntos ingleses em Lisboa por curto período em 1745. A partir de 1749, foi nomeado para ficar. O'Hara era dos oficiais mais experientes da *British Army*. Filho do marechal Charles O'Hara, iniciara sua carreira como coronel do regimento de fuzileiros reais durante a guerra de sucessão da Espanha. Em seguida, foi coronel e capitão em diversos destacamentos. Participou de ações em numerosas praças de combate. E, entre 1747 e 1756, virou governador da ocupação inglesa de Minorca.³ Castres, por seu turno, ausente de Portugal, estava em Londres, para despachos privados com seu soberano e com ministros. Fora seu primeiro regresso para casa e para a corte depois de 1749. Sáira de Lisboa em fins de junho de 1751. No dia 3 de julho, teve com o diplomata Robert Darcy, 4º conde de Holderness. O propósito era render contas sobre as condições de Portugal auxiliar a Inglaterra

em eventual novo conflito.⁴ O território português era estratégico (SHAW, 1998). Impunha saber se o reino de Portugal continuava fiel e potencial parceiro. Holderness queria saber.

O relatório de Castres deu a resposta. *“Portuguese policy likely to remain pro-British, as British is the only power that can protect Portugal against her natural enemy, Spain”*.⁵ Ou seja, continuava a haver espécie de fidelidade compulsória. Mas Castres comunicou também algo sabido, esperado e indesejado: o exército português estava em farrapos.

Essa ida de Castres a Londres foi fruto da grande apreensão dos britânicos com os “novos” portugueses. A corte inglesa queria mais e mais informações sobre a administração que aterrissara no poder depois da morte do rei João. Ano e meio de reinado de dom José e gestão do secretário Sebastião, a preponderância desse secretário sobre todos os assuntos entrou a preocupar. Ele chegava a fazer sombra no monarca (MONTEIRO, 2008).

No dia 17 de abril de 1752, Castres enviara longa correspondência ao duque de Bedford. Era, no fundo, um relatório detalhado sobre os rumos do império luso. Nele, Castres comentou os rumores da possibilidade de suspensão do tratado de Madrid de 1750. O secretário Sebastião e muitos lisboetas, disse Castres, eram contra e propunham uma convenção mais favorável ao Portugal. No mesmo diapasão, noticiou a surpresa generalizada que a indicação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do secretário Sebastião, para o governo geral do Maranhão, estava gerando. E arrematou a nota reafirmando a influência das ideias desse braço forte do rei José.⁶

Essa carta motivou a corte inglesa a ter pessoalmente com Castres. O assunto era delicado e Castres não estava autorizado a tudo dizer em carta. Sobretudo pela crescente hostilização dos ingleses em geral em terras lusitanas (SHAW, 1998).

A administração rei José-secretário Sebastião estava dificultando a vida dos negociantes ingleses em Lisboa. Após a morte do rei João, o recebimento e envio de valores metálicos, ouro e prata, passou a ser sobretaxado e, muita vez, confiscado (RUSSEL-WOOD, 1998; TÉLLEZ ALARCIA, 2003). Por isso, negociantes ingleses se organizaram em protesto. Confeccionaram representações e colheram

assinaturas. O assunto não tardou a chegar ao conhecimento de Londres. As queixas eram endereçadas ao procedimento do oficial da alfândega. Contrabando de ouro era cogitado. A gravidade da situação impôs a feitura de comissão especial para entender o que se passava e arbitrar que se poderia fazer. O problema, a princípio, era reconhecido como político. Castres foi a Londres. O'Hara foi convocado para uma conversa direta com Castres sobre o que estava acontecendo. No dia 22 de fevereiro de 1752, O'Hara foi nomeado ministro plenipotenciário em Portugal e recebeu instruções secretas e secretíssimas para aprofundar uma investigação sobre o imbróglio. Queria se saber se as queixas eram, no mínimo, razoáveis. Como complemento, e talvez o mais importante, lhe foi requerido um relatório detalhado da situação do exército português.⁷

O'Hara e Castres retornaram juntos para Lisboa. Uma vez aí, no dia 11 de abril, foram imediatamente recebidos por rei e família real. Tiveram os mais austeros tratamentos.

No dia seguinte, O'Hara iniciou seu périplo. Falou com praticamente todos os ministros portugueses e com todos os representantes ingleses. Conversou também com diversos diplomatas de todos outros países e causou a mais positiva impressão no enviado francês, por exemplo.⁸

Entretanto, os negociantes ingleses estavam nada satisfeitos. Após de uma, duas conversas, passaram a considerar O'Hara medíocre e vendido. Depois de três meses, tempo da costura dos acordos, continuaram acreditando o mesmo. De todo modo, ficou decidido que o governo português devolveria eventuais importâncias confiscadas. E essa devolução teve início já no dia 8 de agosto, menos de dez dias depois do regresso de O'Hara para Londres. Mas o clima de animosidades não fora dissolvido. E atravessou fronteiras.⁹

O enviado português em Londres, Joaquim José Fidalgo da Silveira, homem de leis e de letras, que vinha sendo pressionado desde que assumira o posto em fins de 1750, a partir daquele momento foi quase forçado a ir embora. Era o representante da nova administração lusitana. Primeiro enviado depois da morte do rei João. Os nobres ingleses não o aceitaram desde sua chegada. Nada pessoal. Era uma forma de protestar o tratamento recebido pelos ingleses em Portugal. O clima era de tensão. Mesmo inteirado, o secretário Sebastião

postergou o quanto pôde um eventual processo de substituição. Quando não pôde mais, deixou à corte portuguesa a escolha. Esta indicou Freire de Andrade – homem de 50 anos, somados a muito prestígio e prudência. O secretário Sebastião também o segurou o quanto pôde (FRASCHINI NETO, 1981). Esperou a resolução do conflito com os ingleses. Esperou O'Hara ir embora. Quando foi para enviá-lo, mudou a diretiva. Impôs Luiz da Cunha. O rei José aceitou sem mais problemas. Luiz da Cunha chegou a Londres no dia 28 de setembro de 1752 e foi bem recebido pelas comunidades inglesa e portuguesa e logo conseguiu audiência com o rei e com a princesa de Gales. Enquanto isso, Joaquim da Silveira retornava para casa via Dover-Calais-Lisboa.¹⁰

Negociantes ingleses seguiram descontentes em Portugal. Interpretaram o acordo de O'Hara como “para português ver”.¹¹ Continuaram pressionando suas lideranças políticas. O secretário Sebastião era tido por adversário. Castres passou a ser visto como conivente. Nesse ambiente, as conversas privadas entre Castres e o secretário Sebastião se multiplicaram. Precisavam encontrar uma saída política para os problemas. Castres não tinha mais o que dizer. De todo modo, no dia 26 de junho de 1753, o lorde Holderness fez saber aos enviados em Portugal que o rei George estava satisfeito com o desfecho da missão de O'Hara e com a normalização do *foreign trade of Portugal*.

Mas os protestos continuavam. Em Portugal; na Inglaterra. Em novembro daquele ano, a contestação chegou ao ápice. William Shirley, empresário domiciliado em Lisboa, líder de várias manifestações, tentou agredir George Crowle, cônsul geral inglês em Lisboa. O nobre secretário do rei José não admitiu o ocorrido. Por isso, no dia 5 de novembro, deu 24 horas para Shirley deixar Lisboa e 5 dias para deixar Portugal. O cálculo era simples. Expatriando Shirley se estaria teoricamente neutralizando os manifestantes. Foi a leitura dos portugueses e dos ingleses encarregados da burocracia. Por isso, no dia 12 de novembro, Castres comunicou com imensa satisfação o ocorrido à corte inglesa. Depois dos acordos de O'Hara, os comerciantes ingleses não tinham mais que reclamar. Era consenso nas cortes.¹² Não tardou a aparecerem manifestações de apoio a Shirley e contra o rei José e manifestações de apoio ao

secretário Sebastião e a Castres e contra Shirley. O movimento ganhou dimensão tamanha que o secretário Sebastião e o rei José tiveram de recuar e perdoar Shirley (MAXWELL, 1968). Essa conduta fomentou o isolamento do enviado inglês. A corte portuguesa não suportava mais as reclamações intermináveis da parte dos negociantes ingleses e interpretava como incompetência de Castres em acalmar seus compatriotas. No início de 1754, o rei José, via seus subordinados, fez público seu descontentamento (MONTEIRO, 1998). O rei inglês foi comunicado. Castres foi repreendido. De nada serviu. A solução veio apenas com sua morte anos depois.

Les Français

Porto, fevereiro de 1760. Um corsário francês – leia-se pirata a serviço oficial de seu soberano – rumava para o porto de Vianna do Minho com uma presa – um barquinho – inglesa. Quanto mais se aproximava, mais locais chegavam para ver. Percebendo a cor da bandeira da presa e do predador, negociantes ingleses, abundantes na cidade do Porto, se organizaram em bando e partiram para o cais. Em instantes, se distribuíram por quatro navios. Pequenos navios de pesca. Armaram-nos e se armaram. Nada de muito sofisticado. Foram ao encontro do *blue* (francês). Não encontraram dificuldades para acometê-lo. Não demoraram a trazer seu capitão ao povo. Muita gente em terra ia se aglomerando. Como de costume. Como se fosse festa. Sem cerimônia, o francês foi escoraçado. Fizeram-lhe toda sorte de humilhação. Toda sorte de constrangimento. Tudo à vista e ao sabor da curiosidade pública do público. O barquinho inglês foi reavido. Os pertences do corsário, confiscados.

A notícia do incidente chegou em tempo real ao conhecimento do enviado do rei Louis na cidade. Esse cônsul francês relatou o mais rápido que pôde ao seu superior em Lisboa. O conde de Merle, embaixador da França em Portugal, reagiu com uma mistura de raiva e *déjà vu*. Sem demora, nem titubeio, foi ter com o secretário Sebastião. Sem agendar, sem nada, chegou e entrou. Com suas credenciais de embaixador, passou fácil pela guarda do luso secretário. Em minutos, estava diante do próprio secretário. Na seguida dos

cumprimentos habituais, pôs-se a narrar o ocorrido do Porto. O secretário Sebastião, por certo, já sabia de tudo e, por isso, antes que Merle avançasse na explanação, ele cerrou os ouvidos se recusando a ouvir. Fora de qualquer código de finura ou decoro, ordenou que o mais alto representante de França em Portugal se calasse. Disse não ter nada que ver com o caso. Nem tempo, paciência ou interesse para falações. Merle insistiu. O secretário Sebastião também. Redisse: não. Disse que somente o secretário de negócios estrangeiros, Luiz da Cunha, poderia, eventualmente, dar ouvidos ao fato. Merle retrucou referindo que Luiz da Cunha, como do conhecimento de todos, estava em Londres e, em assim sendo, o secretário Sebastião deveria de ser o responsável. O secretário português continuou em silêncio. Merle, em assim sendo, questionou quem respondia pela secretaria do exterior na ausência de seu ministro. O secretário seguiu calado. Merle insinuou ser o secretário dos secretários. Nisso o secretário Sebastião deu-lhe as costas e saiu. Merle ficou a falar às paredes. Sem mais que fazer, sobrou ao nobre enviado francês simplesmente relatar o ocorrido ao seu chanceler em Versalhes.¹³

Meses depois, outro constrangimento teve lugar.

O dia era 6 de maio. Local: Lisboa. Endereço: casa de Merle.

Depois da lida, em um momento de descontração, o cozinheiro de confiança do embaixador francês conversava com a criadagem, colegas e amigos, no hall de entrada. Pelas tantas, o olhar insistente de alguns passantes lhe congelou. Eram ingleses. De rosto e de farda. Marinheiros. Oito ao todo. Iam fazendo a segurança de um oficial que vinha e ia não se sabe de onde para onde. Pararam. Olharam e olharam até ter certeza. Tiveram. O cozinheiro também. Eram conhecidos. Pouco tempo antes, o cozinheiro tinha estado prisioneiro de guerra e ficara sob a vigilância dos mesmos passantes que agora, surpresos e irados, lhe observavam com esse olhar obsessivo. Num instante, estavam cara-a-cara. Sem nada dizer, sacaram o cozinheiro para o meio da rua e começaram o espancamento ali mesmo. O oficial foi o primeiro a açoitar o pobre francês pobre. Meteu-lhe a mão na goela e ensaiou seu enforcamento. Foi tudo muito rápido. Os colegas do infeliz demoraram a reagir. Hesitavam. Não sabiam que fazer. Uns gritaram. Outros corriam. Quando se viu, estavam todos embolados em socos e pontapés.¹⁴

Les britanniques, fisicamente melhor preparados, batiam sem dó. Sua intenção era visivelmente matar. Foi nesse propósito que o oficial inglês desembainhou sua espada. Mas antes que ocorresse o pior, o secretário de Merle gritou imponente e imperiosamente desde sua janela e, quase por encanto, conseguiu impedir desgraceira maior. Nisso outras autoridades francesas se achegaram. E, mais por sorte que qualquer outro recurso, nenhuma vida foi ceifada.¹⁵

Merle ficou pasmado com o *récit*.¹⁶ Custou a acreditar. Foi preciso ver para crer. Sua criadagem ficou em frangalhos. No mesmo instante, foi falar com Luiz da Cunha, que já estava de volta. Luiz da Cunha, disse Merle, foi inacreditavelmente gentil. Mas sua resposta não passou de mero retórico “sinto muito”. Ou, quem sabe, um mais sutil e penetrante “perdoe-me e esqueça-me”.

Descaso, arrogância, cinismo, esnobismo. Assim se tratavam os adversários e os inimigos. De um lado e de outro. Portugal era terreno minado para franceses. Como Espanha o era para ingleses (LYNCH, 1991). Os conflitos eram mais que somente institucionais. A violência era, quando não física, simbólica. Não alinhados corriam riscos. Tanto pelas ruas como pelos mares. Ingleses estavam por todos os cantos. A *British Navy* era um pesadelo soturno e onipresente. Nenhum francês, do povo ou da corte, esquecera Lagos. O incidente do porto de Vianna do Minho só fez realçar. Depois de Lagos, a relação franco-luso-britânica só fez se estressar.

Homens – e mulher – de Louis XV

François-Joachim de Pierre de Bernis, Étienne-François Choiseul e Jeanne Antoinette Poisson. Personagens que merecem destacar. Bernis, Choiseul e madame de Pompadour redefiniram a política externa francesa da metade dos setecentos (BÉLY, 1991). Bernis e Choiseul foram diplomatas e secretários de estado (BÉLY, 2007). Madame de Pompadour (LEVER, 2003), protetora pública e privada dos dois.

Bernis era homem de letras e de conversa. Padre, cedo conquistou respeito e reconhecimento públicos pela lírica de seus versos. Voltaire, Casanova, Verney foram alguns de seus admiradores

e interlocutores.¹⁷ Em 1744, foi eleito para *L'Académie Française*. Por esse momento, passou a compor o entorno de amizades de madame de Pompadour. Não demorou a ser admitido como seu novo protegido. Essa proteção lhe conferiu acesso à corte e ao rei em pessoa. Em 1752, iniciou sua carreira diplomática. Foi designado para Veneza. Dispensou três anos nessas terras. Conheceu gente. Aprimorou sua leitura, visão e compreensão da Europa. Quando a tensão da Inglaterra sobre a França se impôs, foi solicitado em Paris. Participou de diversas conferências de análise de conjuntura com o próprio rei Louis XV. Para maquirar alianças, foi designado, pelo conselho de estado, para servir em Madrid. Jamais assumiria. Os fatos tinham sido mais velozes. Madame de Pompadour insistiu que o rei lhe enviasse para a Áustria, onde seria mais providencial. Não foi o caso. A partir de setembro de 1755, foi dado início às negociações entre Viena e Versailles, e a Áustria veio a Bernis. O objetivo último era o restabelecimento de aliança. Do lado de lá, estiveram rainha Maria-Thérèse e seu ministro plenipotenciário. Do lado de cá, madame de Pompadour e Bernis. Bernis foi decisivo na feitura das entrevistas e nas confidências. Por fim, o alvo do negócio foi duplamente acertado. França e Áustria se uniram contra a Inglaterra. Áustria e França se uniram contra a Prússia. Essa negociação lançou Bernis no coração da corte. Ele se tornou oficialmente guardião de segredos reais. Nesse entremeio, arquitetou um plano de unidade geral e segurança recíproca para os países europeus excluindo, obviamente, a Inglaterra. Essa proposta motivou o monarca francês a nomeá-lo enviado em Viena. Bernis, novamente, não assumiria. Por outro lado, ganhou uma residência em Versalhes e passou a integrar o conselho real como ministro de estado (BÉLY, 1991). No dia 28 de julho de 1757, foi empossado ministro das relações exteriores da França.

A Inglaterra vinha em toda ascensão. A França estava desgastada. Sem dinheiro. Sem soldados. Sem apoio de seu povo francês. Portanto, com reduzidas alternativas. Nesses termos, Bernis assumiu uma convenção de não-belicismo. Em seus marcos, *faire la paix à tout prix*. Para executar essa nada fácil tarefa, Bernis implantou conversa como estratégia. Sua intenção era ampliar as alianças e multiplicar seu conhecimento da real realidade dos outros. Sob esse

desígnio, espalhou homens pelas mais variadas cortes europeias e criou, também, uma imensa rede de espionagem. Ou, eufemisticamente, como se quis, “*une diplomatie du secrète*”.

As palavras e os ouvidos não conseguiram serenar a fúria dos navios e dos canhões ingleses. A armada francesa seguiu apanhando. A credibilidade de Bernis foi se desgastando. Sua saúde também. O estresse de operações militares, diplomáticas e políticas se lhe tornou insuportável. Por isso, após receber o esperado título de cardeal, começou a negociação de sua aposentadoria (BÉLY, 1995, p. 158-166). Antes de pedir oficialmente demissão, preparou e indicou seu sucessor. Choiseul, enviado francês em Viena.

Choiseul era militar proveniente de antiquíssima nobre família francesa. Quatro anos mais jovem que Bernis – nascera em 1719 e Bernis em 1715 –, se casou com uma das mulheres mais ricas da França, a irmã da duquesa de Gontault, que acabou por introduzi-lo no círculo de madame de Pompadour. Sempre ela. Isso se dera pelo início dos cinquenta. Nos chás da madame, conheceu Bernis. Em 1753, foi nomeado enviado em Roma. Seu primeiro posto diplomático. Depois foi movido a Viena. Isso em 1756, a pedido de Bernis e madame de Pompadour, para aprofundar o processo de alianças. Dois anos depois, Bernis o recomendou para lhe substituir. Em carta pessoal ao rei, disse com todas as letras que Choiseul era *le seul* capaz para assumir o cargo. Razões múltiplas. Era militar. Profundo conhecedor da Europa. Exímio político. Refinado estrategista.

Com isso, veio a ser ministro das relações exteriores e operou o ministério, oficialmente, de 1758 a 1761 e, de fato, até o fim da guerra de sete anos.¹⁸ Seu ministério estabeleceu uma política mais pragmática e menos “romântica”. Deixou claro que não podia confiar nem acreditar na política de alianças por alianças. Com a morte do marechal Belle-Isle, em janeiro 1761, assumiu o departamento de guerra. De modo estanque, conduziu seu primo, Choiseul-Praslin, ao ministério das relações exteriores.

Os desafios eram imensos. A França perdia no continente e além-mares. Inglaterra e aliados já tinham se apoderado do Canadá, de Pondichéry, do Senegal, das Antilhas. Nesse contexto, o pacto de família era como a jogada de misericórdia. A garantia recíproca de

terras de possessões de França e Espanha e Nápoles e Parma era o objetivo. Não se podia perder mais terra. Nesse espírito, foi forjada a paz. Que só veio em fins de 1762-começos de 1763 (BÉLY, 1995, p. 166-179; BÉLY, 2007; KENNEDY, 1987, p. 147 et seq.).

Merle

No dia 6 de maio de 1759, Edward Hay, enviado inglês em Portugal, informou a sua corte em Londres da chegada do novo embaixador francês a Lisboa. Não entrou em detalhes. Comentou apenas que viera com a mulher, a bela madame Marie-Anne Peirenc de Moras.¹⁹ Nada mais. Essa notícia, aparentemente corriqueira, era da maior importância. Merle era o homem de Pompadour-Bernis-Choiseul. Gozava de confiança irrestrita. Foi praticamente a primeira decisão e indicação de Choiseul ao assumir o ministério das relações exteriores da França. Não que o conde de Baschy, antecessor de Merle, não estivesse desenvolvendo bom trabalho. Questão foi que estava desgastado. Portugal, sabida e consensualmente, não era dos melhores dos mundos para os diplomatas franceses. Com o progresso da guerra, ia ficando longe do paraíso. Charles-Louis, o conde de Merle, provinha duma tradicional família de Beaujolais e Dauphiné. Sua missão era pôr em prova a nova estratégia diplomática francesa adaptada por Choiseul. Para os ingleses, do embaixador ao homem do povo, àquela altura, independente de quem fosse, vindo da França era *bastard*. Assim, o enviado inglês em Lisboa, mais que nunca, tinha obrigação de segui-lo e observá-lo e assediá-lo e entendê-lo. Neutralizá-lo se necessário. Mais que imediatamente Hay deu jeito de ter com Merle. Em menos de duas semanas, enviou sua ficha completa ao chanceler inglês William Pitt. Contrária a toda pré-impressão, o embaixador Hay teve a mais amistosa sensação do colega francês. Disse ser Merle um *monsieur* modesto, tranquilo e humilde. Conversável. Inteligente. Discreto. E, em linhas gerais, inclusive, interessante.²⁰

No dia 13 de dezembro de 1758, Choiseul assumiu a secretaria de estado exterior francês. No dia 15 de janeiro de 1759, Merle recebeu o pacote com o *mémoire d'instruction* que trazia a radiografia

francesa da corte portuguesa e os conselhos indispensáveis para se viver por lá. A missão de Merle seria acompanhar a movimentação portuguesa na guerra. Isso majoritariamente. Em caso de brecha, o enviado francês deveria também seguir o casamento da princesa do Brasil e tentar promover o reestabelecimento e o melhoramento do comércio Portugal-França.²¹

No dia em que recebeu o *mémoire*, o processo dos Távora em Lisboa ainda não tinha sido levado a cabo em Lisboa. Mas o atentado ao soberano luso, no setembro passado, era o pretexto ideal para novo enviado francês aterrissar em Portugal. Esse foi um dos cálculos de Choiseul. O outro era fazer Merle se demorar o mais possível em Madrid antes de seguir para Lisboa. Em terras espanholas deveria visitar os habitantes del Prado. Falar com os enviados franceses e estrangeiros. Quanto com mais, melhor. Colher instruções dos espanhóis. Informações sobre os ingleses. Notícias de Portugal. E, não menos importante, interiorizar o jeito ibérico de ser. Acostumar com o clima e com a temperatura, sensivelmente mais seco e mais quente. A aliança de Versalhes com Madrid era uma realidade. Passar mais tempo que o habitual com os espanhóis era uma forma de marcar sua chegada às terras lusas.²²

A ênfase do *mémoire* recaía, sem ser surpresa, sobre duas personagens: o rei José e o secretário Sebastião.

O rei português era visto como doce e justo. Amante da vida e de tudo que de bom que ela poderia proporcionar. Preguiçoso. Pouco dado ao trabalho. Mimado. Dado a delegar. Dependente.

Ao secretário, a verve francesa era viperina. Ele era visto como medíocre. Ciumento. Cínico. Despótico. Vaidoso. Ressentido. Mau-caráter. Perigoso. Astuto. Imperioso. Opressor. Para ficar nos adjetivos mais recorrentes.²³

O trato com ambos deveria ser prudente, insistia o *mémoire*. Desde a França, se acreditava que o pós-atentado ao rei José tinha mudado a conjuntura interna. Sugeria que o rei tinha tido seus hábitos e humor alterados. Que estava menos previsível. O secretário Sebastião, em contraponto, estava mais imperativo e hiperativo. Seu autoritarismo estava no auge. Era mais e mais a autoridade maior “*sans avoir le titre de premier ministre*”. Também porque, mais que

nunca, estava tirando proveito do atentado ao rei para oprimir a nobreza local e humilhar a estrangeira.²⁴

Os primeiros meses de Merle na corte portuguesa foram impecáveis. De maio a agosto de 1759, não passou de mero observador. Amistoso e gentil. Cordato e discreto. Ocupou seus dias conferenciando com os enviados estrangeiros. Falou com praticamente todo o corpo diplomático. Conquistou a intimidade dos embaixadores de Espanha e Áustria, aliados da França. Teve boas conversas com Luiz da Cunha e com o próprio secretário Sebastião.

O assalto de Lagos mudou tudo.

Depois que os barcos franceses foram massacrados pelos ingleses em terras lusas, foi impossível manter a discrição. Versalhes reivindicava diariamente explicações do governo português. Na condição de enviado, Merle ficou incumbido de falar com os secretários Sebastião e Luiz da Cunha sobre o assunto. O objetivo era, sobretudo, questionar qual era a qualidade daquela neutralidade portuguesa. A insistência e inconveniência estafaram os secretários do rei José. Depois da segunda semana, ambos passaram a recusar a visita do enviado francês.

O incidente de Lagos, em verdade, aceleraria o fluxo dos acontecimentos. Tanto da guerra europeia quanto das relações internas. O enviado inglês em Lisboa não tinha o que dizer. O secretário Sebastião ficou revoltadíssimo. Desde Londres, a alternativa foi promover o *mea culpa*. O atentado poderia precipitar os movimentos da guerra. O espaço marítimo de Portugal fora invadido. A dignidade da França, afetada. O conselho inglês decidiu enviar o conde de Kinnoull com palavras do rei George aos portugueses e aos franceses (BÉLY, 1995, p. 183-184, 1991, 2007). Além do problema Lagos, Kinnoull teria mais duas incumbências. Tratar do descontentamento dos ingleses em Portugal e acompanhar de perto o estado luso na guerra. Mesmo sem Lagos e sem a guerra, mais dia menos dia, seria imperativo alguém de Londres para negociar a situação dos ingleses no Porto. Esses negociantes estavam cada vez mais barulhentos.²⁵

No dia 29 de janeiro, Merle enviou para Versalhes sua interpretação dos interesses da Inglaterra com o envio de Kinnoull. Em conclusão, acreditava que a questão central era nem Lagos, nem os

negociantes ingleses. A vinda era para impor “um trabalho sujo” a Portugal. Com uma dívida de mais de 112 milhões de libras e a diminuição progressiva da popularidade da guerra, o objetivo da Inglaterra era, para Merle, forçar Portugal a se impor sobre Sacramento para ampliar a quantidade de súditos e, consequentemente, de fundos.²⁶

Entre 7 e 8 de março, Kinnoull aportou em Lisboa. Foi recebido pela corte. O rei José compareceu em pessoa. Houve festa de recepção. Durante o evento, Kinnoull teve longa conversa com o secretário Sebastião e rascunharam já ali estratégias de atuação. Conversar com Merle lhe seria inevitável. Depois do rei José, o enviado francês era o interessado maior do caso de Lagos. Mas antes de ter com ele, já o tinha por causador de caso.²⁷ Além de desculpas formais, caberia a Kinnoull – e ao secretário Sebastião – decidir se devolveria, e como e quando, os barcos de guerra franceses destruídos e queimados em Lagos. Era consensual a importância e a gravidade do caso.

Estando em campo, o enviado inglês teve a clara dimensão da tensão. Todos estavam excitados. Participou William Pitt, seu chanceler em Londres, do iminente rompimento da França com Portugal. Lisboa era um barril de pólvoras, dizia. Qualquer faísca poderia desencadear o agravamento do problema. Desde Londres, isso tudo era sabido. Mas, *in loco* e naquele momento preciso, Kinnoull percebeu que o assunto era ainda mais delicado.²⁸

Como Merle estava desmoralizadíssimo em Lisboa, quando da visita de Kinnoull, Choiseul enviou as demandas francesas diretamente para o endereço da corte luso-britânica. Duras demandas. Kinnoull decodificou a mensagem de Choiseul para Pitt. Descreveu que depois de Lagos, Portugal seguia ainda mais em perigo. Versalhes estava claramente incitando as forças espanholas e preparando as suas próprias para invadir o território português. Não necessariamente o europeu. O Brasil era o alvo. O projeto era entrar via Cayenne pelo norte, acessando a Amazônia, e via Argentina e Montevideo, pelo sul, para abocanhar Sacramento, o Rio Grande de São Pedro, a ilha de Santa Catarina etc.²⁹ No dia 30 de maio, Pitt respondeu longamente a Kinnoull e ao secretário Sebastião. A mensagem do rei George reforçava o *hand by hand* dizendo estar em *stand by*

para se por acaso. E sugeria que os franceses iriam ter de engolir eventual atrevimento contra Portugal.³⁰ Ou seja, “Kinnoull, dr. Sebastião: fiquem tranquilos”.

Antes desse quiproquó todo, Merle esteve com Luiz da Cunha e esteve com Kinnoull. Quatro dias depois da chegada de Kinnoull, no dia 11 de março, Merle foi recebido por Luiz da Cunha. A conversa foi longa. Mais que o habitual, estranhou o francês. O assunto, mais que o caso do porto de Vianna do Minho, foi o desrespeito do secretário Sebastião. Luiz da Cunha até que tentou pôr panos quentes. Prometeu tomar conta do caso pessoalmente para restituir o que fora afanado e punir quem merecer. Merle não se convenceu. Por isso, o posto do enviado português em Paris passou a correr risco. Choiseul passou a pressionar o abade Salema.

Mês e pouco depois, Luiz da Cunha convidou Merle para o jantar do corpo diplomático em homenagem ao enviado extraordinário inglês. Nesse jantar, lhe entregou cartas a serem enviadas a Versalhes, ao rei Louis e ao chanceler Choiseul, pedindo perdão pelo incidente do porto de Vianna do Minho e comunicando os procedimentos empregados. A impressão de Choiseul ao ler as cartas não foi outra. Disse, de imediato, que embora firmadas por Luiz da Cunha, quem falava era o secretário Sebastião. A missão de Merle, nesse sentido, estava profundamente comprometida. Nada mais que o cinismo alimentava as relações diplomáticas entre Lisboa e Versalhes.³¹

No dia 13 de maio, a ira da corte lusitana a Merle foi oficializada. Nesse dia, o abade Salema foi a Versalhes e entregou pessoalmente uma memória, com dezessete artigos, de queixas ao enviado francês em Lisboa. Arrogante. Indiscreto. Ousado. Mal-educado. Foram alguns dos adjetivos utilizados pelo abade. A memória era uma encomenda do secretário Sebastião.³² Não existia mais clima para Merle em Lisboa. Ninguém dos da cúpula em serviço da corte lusa mais o reconheciam como embaixador. O ríspido tratamento entre eles deixou até Kinnoull surpreso.³³

Merle foi embora. Saint-Julien, cônsul francês em Lisboa, foi designado para ser espécie de olho absoluto. Falar pouco. Menos ainda com os inimigos. Sair pouco. Aguardar ordens. De Versalhes; de Madrid. Cuidar da correspondência. Ser “observador judicioso,

historiador fiel”, instruía Choiseul. Continuaría cònsul. Não tinha permissão lusa para ser embaixador. Mas como parte do corpo diplomático, poderia se dirigir a Luiz da Cunha. Em todas as oportunidades que tivesse, deveria falar de Lagos. Tudo em vão. A aliança luso-britânica só fez hesitar. Nesse mesmo momento, chegou a Lisboa o novo enviado espanhol, José Torrero. Poderia ser o início da reação.

Inimigos

“Que o tempo e os sucessos façam se arrepender os portugueses de terem faltado naquela ocasião com o que deviam à soberania e à coroa do Rei seu amo.”³⁴ Era o pacto de família em marcha. Foi a manifestação mais que clara de Choiseul para Saint-Julien cerca de um mês antes da assinatura definitiva do pacto franco-espanhol. Era, portanto, julho de 1761. O plenipotenciário espanhol Girolamo Grimaldi e o próprio secretário Ricardo Wall estavam em Paris (BENZONI, 1998). Essa presença somada ao momento deve ter feito Choiseul carregar nas tintas para escrever aquela afirmação. Efetivamente o raciocínio do ministro francês era decididamente pro-Portugal.

Em junho do ano precedente, quando Merle ainda andava por Lisboa, uma frota de navios portugueses foi destruída no canal da mancha pela armada inglesa. O incidente não surpreendeu, mas deu ideias a Choiseul. Não se tratava de fato isolado. Bem do contrário, recorrente. A “tirania” inglesa, advertia o francês, era progressivamente contra todos. Mesmo contra os aliados. Mesmo contra Portugal. Choiseul chegou a pedir para Merle pulsar a opinião dos portugueses nesse sentido. Mas Merle era ninguém para os portugueses. Não conseguiu levar a cabo. Mas a orientação ficou.

Junho-Julho de 1761, portugueses e ingleses se puseram preocupados com as tramas franco-espanholas. Pressentiam que manobra de envergadura estava em arquitetura. A incerteza conduzia a inquietude. O secretário Sebastião estava atipicamente preocupadíssimo, contou o cònsul inglês em Lisboa. Sir H. Frankland estava responsável dos correios. Edward Hay, como o secretário português, estava

consumido pela atualidade da guerra. Essa preocupação imoderada advinha da movimentação dos espanhóis. A cúpula do governo do rei da Espanha estava em Versalhes. O secretário Sebastião sabia das fragilidades de Portugal. Sobretudo da insegurança das fronteiras. E, concomitantemente, não estava seguro de ajuda imediata dos ingleses se por acaso. Luiz da Cunha estava em Londres desde maio. Acenos de apoio inglês eram bastante tímidos. Inclusive porque, na verdade, não era consenso entre os ingleses que a França tivesse competência para persuadir a Espanha a invadir Portugal. O embaixador Hay era um dos que duvidavam. E Hay, além de homem de convicções e também por sê-lo, era ouvido em Londres. Suas posições tinham força e peso. Para ele, agressões espanholas contra Portugal poderiam eventualmente ocorrer. Mas não seriam nada de extraordinário. Existiria impacto maior somente se a França se apresentasse fisicamente. E essa possibilidade não lhe parecia plausível. As dificuldades financeiras francesas eram públicas e sabidas. Hay tentava convencer o secretário Sebastião. O secretário não se deixava persuadir. Seguia inquieto.³⁵

Veio o 15 de agosto. *Le pacte d'amitié* foi assinado.³⁶ Alguma ofensiva seria obrada. Hay seguia duvidando. O secretário Sebastião seguia matutando. O enviado de França em Londres, imergido no palavrório inglês, tendia a partilhar da opinião de Hay. Desacreditava do poder de fogo espanhol e do ânimo francês. Não era, em absoluto, a impressão do enviado inglês em Paris que cogitava que “*Spain is likely to attack Portugal*”.³⁷ *Likely to* seguia muito diferente de *is going to*. Choiseul sabia perfeitamente e apostava na negativa. Acreditava no poder de convencimento da diplomacia francesa. Por isso, iniciou o processo de nomeação de um novo embaixador para Portugal. Jacques O'Dunne foi o escolhido. Em seguida, um longo e complexo, mas rápido, processo de formalização da nomeação. Não se sabia se o melhor era um embaixador ou um enviado plenipotenciário. Um embaixador poderia ser tido como um novo Merle. Um plenipotenciário poderia pôr em suspeição redobrada a intenção da França. Fato era que havia mais de ano que a França estava sem embaixador em Portugal. Saint-Julien era cônsul. E fazia mais tempo ainda que a França não enviava alguém em missão especial. Para somar, quando Merle ainda estava em

Lisboa e por conta de sua “impertinência”, o governo luso impusera um novo regimento para ministros estrangeiros. Uma espécie de código de conduta. O’Dunne precisava de liberdade total. Seu caráter, portanto, foi de plenipotenciário. Em seguida, foi lhe mandado preparar uma resenha de todos os movimentos ingleses de guerra dos últimos meses. Todas as estratégias. Todas as análises. Todos os comentários. Todos os comentários dos comentários. Por outro lado, todos os movimentos franceses no mesmo período. Enquanto isso, o gabinete de Choiseul preparava o novo *mémoire d’instruction*.³⁸ No dia 15 de novembro, O’Dunne esteve com o rei francês. No mesmo dia, recebeu o *mémoire*. Curto se comparado aos dos demais enviados no último decênio, mas com eloquência e objetividade desproporcionais.³⁹

O inimigo era a Inglaterra. Ponto. Inimigo declarado. Inimigo inimigo. Portugal estava de vítima na história. Não era outro o objetivo de O’Dunne senão ampliar o *traité d’amitié* com a participação do rei José. Nos termos do *mémoire*, quebrar a neutralidade de Portugal para o lado de França e Espanha.

Dura missão.

No dia 16 de novembro, O’Dunne saiu de Paris rumo Lisboa, com escala em Madrid. Para o rei Carlos, levava especiais cumprimentos. Para seus ministros, recomendações. Para o enviado francês, trabalho. Muito trabalho. Levava uma cópia do *mémoire* das negociações França-Inglaterra que recebera. Chegou a Madrid no dia 21 de dezembro. Com um atraso que não se sabe ao certo a razão. Despachou imediatamente com o rei Carlos e com o secretário Ricardo Wall. A tensão não era pequena. Não tinha mais como evitar. A Espanha entrara na guerra contra a Inglaterra. O’Dunne foi para a casa do enviado francês com quem conversou e conversou. O secretário Ricardo, por ordem de seu rei, mandou chamar o conde Fuentes, seu embaixador em Londres. Lorde de Bristol, embaixador inglês em Madrid, fugiu.

Em Lisboa, os receios do secretário Sebastião vinham se tornando realidade com as informações que iam chegando. Em fins de novembro, desde Londres, o conde de Egremont orientou Hay a não mais enviar papéis sigilosos para Madrid. Espanha, em sua visão, estava praticamente na guerra. Precisava apenas oficializar.

Não tinha muito mais saídas. No mesmo correio, pedia para que o secretário Sebastião fosse informado.⁴⁰ Esse correio chegou a Lisboa pelo dia 8 de dezembro. Nesse dia, Hay esteve com o secretário Sebastião sem a intermediação de Luiz da Cunha. Talvez tenha sido a primeira vez em que o consenso se instalara entre os dois a respeito da guerra. No dizer do secretário Sebastião, não tinha mais jeito. Era esperar o pior.⁴¹ Nas Américas, a desgraça já era total. Os espanhóis haviam amplificado as hostilidades na região do rio da Prata. O secretário Sebastião ordenara contra-ataque massivo. “*Repel force with force*”, no dizer do inglês. Problema era que essa força estava enfraquecida ou inexistente. E a sensação de impotência, por vez, os acometia. Mesmo tendo a Inglaterra nas costas. No caso do embaixador Hay, a impotência virou desespero quando perdeu contato com o enviado inglês em Madrid. Era 23 de dezembro. A notícia da entrada da Espanha na guerra ainda não tinha chego. Nem precisava. Fazia mais de duas semanas que Bristol não dava notícia. Isso preocupava ao secretário Sebastião também.⁴² Mas preocupações maiores recaíram sobre esse secretário do rei José. No dia 27 de dezembro, recebeu a nova desde a Espanha. Já passava do meio-dia. Imediatamente convocou um conselho com todos os ministros. Não se sabe se com os ingleses, ou pelo menos com Hay, também. Foi uma longa tarde-noite. Nela o secretário Sebastião fez o que jamais fizera nos últimos meses e ano. Foi à casa do embaixador espanhol. E mais de uma vez.

OUTSIDERS IN PORTUGAL AT THE TIMES OF KING JOSEPH I

Abstract: The article shows the presence of foreigners and the influence of English, French and Spanish's diplomats in Portugal at King José I's time between 1750 and 1763. Displays the acute and ingenious English figures such the ambassadors Abraham Castres and Edward Hay, the chancellors William Pitt and Earl of Egremont, Officer James O'Hara and the famed lord Tyrawley. Discusses the decisive French personalities as the Count of Merle, Madame Pompadour, the minister Jacques O'Dunne, the foreign ministers Joachim Pierre François-Étienne-François Bernis and Choiseul. Reports the cooperative and adversarial relationship between them and the secretaries of the Portuguese king.

Keywords: Europe. Diplomacy. Eighteenth century.

Notas

¹ POMBAL, Marquez de. Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terremoto do 1º de novembro de 1755. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal*. 5. ed. t. II. Lisboa: Typographia de Costa Sanches, 1861. p. 97.

² Ao longo de todo o texto tratarei o dr. Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal, por secretário Sebastião. Isso poderá parecer afrontoso para os que sempre o conheceram pelos títulos de conde ou marquês. Entretanto, a escolha tem por intuito fugir de comum tendencioso anacronismo. Na maior parte do recorte temporal analisado, 1750-1763, Sebastião José de Carvalho e Melo não era nem conde, nem marquês. Utilizo, portanto, a designação do que realmente ele era à época: secretário: secretário Sebastião.

³ HANDLEY, Stuart. Second Baron Tyrawley and Baron Kilmaine (1681/2-1773). In: OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/ref:odnb/20634>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

⁴ CASTRES, A. [Carta] 3 jul. 1751, Londres [para] HOLDERNESSE, Earl of. Interesting report on the situation of Portugal, its finances, state of the armed forces (deplorable) and character sketch of King Joseph. *The National Archives*, Londres.

⁵ Castres (3 jul. 1751).

⁷ SECRET... [Carta] 22 fev. 1752, Londres [para] Tyrawly, Lord. Secret and Separate Instruction for Lord Tyrawly as Minister Plenipotentiary to Court of Portugal. Is to investigate the complaints over the seizure of contraband gold from an officer of H.M.S. *The National Archives*, Londres.

⁸ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza até os nossos dias*. 2. ed. Lisboa: Typographica da Academia Real das Sciencias, 1864. p. 358-354.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid.

¹¹ HOLDERNESSE, Lord. [Carta] 26 jun. 1753, Londres [para] Crowle, G. King is glad to hear that ‘the most perfect harmony is established in the Factory, that the Portuguese government does not interfere with them, and that the balance of that trade is quietly and peaceably extracted’. *The National Archives*, Londres.

¹² CASTRES, A. [Carta] 12 nov. 1753, Lisboa [para] AYMAND, A. In consequence of Crowle’s complaints, the Judge-Conservator by the King of Portugal’s order

has banished the chief trouble-maker in the English Factory, William Shirley, 'a perfect cerveau brûlé'. *The National Archives*, Londres.

¹³ MERLE, Comte de. Archives du ministère des affaires étrangères – Paris. *Mémoires et documents*. Portugal, 1 – avulsos. SANTARÉM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza até os nossos dias*. 2. ed. t. 6. Paris: J.P. Aillaud, 1864. p. 200-201.

¹⁴ Ibid.; Ibid.

¹⁵ Ibid.; Ibid.

¹⁶ Ibid.; Ibid.

¹⁷ CORRESPONDANCE du cardinal de Bernis, Ministre d'État, avec M. Paris du Verney, Conseiller d'État, depuis 1752 jusqu'en 1769, précédée d'une notice historique.

¹⁸ HECHT, Jacqueline. Mémoires du Duc de Choiseul. *Population*, Paris, v. 38, n. 3. p. 620-621, 1983.

¹⁹ HAY, E. [Carta] 6 maio 1759, Lisboa [para] WOOD, R. Shortage of money and none arrived from Bahia. Arrival of the new French ambassador, Comte de Merle and his wife. *The National Archives*, Londres.

²⁰ HAY, E. [Carta] 19 maio 1759, Lisboa [para] PITT, W. General dissatisfaction in Portugal among all classes with Carvalho's tyrannous dictatorship and his suppression of the Jesuits, but nobody dare complain openly as he is more strongly than ever supported by the King. *The National Archives*, Londres.

²¹ MÉMOIRE POUR SERVIR D'INSTRUCTION AU SIEUR COMTE DE MERLE, cornette de la première compagnie des mousquetaires de la garde du roi, allant a Lisbonne em qualité d'ambassadeur de as majesté auprès du roi de Portugal. Versailles, 15 jan. 1759. Archives du ministère des affaires étrangères – Paris. *Mémoires et documents*.

²² RECUEIL des instructions donnés aux ambassadeurs et ministres de France depuis les traités de Westphalie jusqu'à la Revolution Française publié sous les auspices de la commission des Archives diplomatiques au Ministère des affaires étrangères. Portugal – avec une introduction et des notes par le Vte. De Caix de Saint-Aymour. Paris, ancienne librairie Germer Baillièrre et Félix Alcan, éditeur, 1886.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid.

²⁵ GEORGE II. [Carta] 18 jun. 1760, Londres [para] KINNOULL, Earl of. Royal Instructions for the Earl of Kinnoull as Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to King Joseph I. He is to express King George II's deep regret for the unintended breach of Portuguese neutrality in the destruction of the French

squadron by Admiral Boscawen off Lagos. *The National Archives*, Londres. Id. [Carta] 18 jun. 1760, Londres [para] KINNOULL, Earl of. 'Separate Instructions' for the care of Kinnoull. Is to make' the most serious representations' over the grievances of the British Factory of Oporto of the breaches of their treaty privileges resulting from the action of the Wine Co. of the Alto Douro. *The National Archives*, Londres.

²⁶ Santarém (1864, p. 188-199).

²⁷ KINNOULL, Earl of. [Carta] 10 mar. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Arrived on Mar. 7 after being long delayed by contrary winds and calm. *The National Archives*, Londres.

²⁸ KINNOULL, Earl of. [Carta] 14 abr. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Lengthy and confidential conversation with Count of Oeiras on Portuguese formal request for restitution of French warships taken at Lagos, which they do not really expect to be complied with. *The National Archives*, Londres.

²⁹ KINNOULL, Earl of. [Carta] 16 abr. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Very detailed account of interview with Count of Oeiras over hostile attitude of France as reflected in the enclosed papers (ff.73-78) of the Duc de Choiseuil's demands, and the danger that France may be inciting Spain to attack Portugal and invading the Amazon region from Cayenne. *The National Archives*, Londres.

³⁰ KINNOULL, Earl of. [Carta] 30 maio 1760, Londres [para] PITT, W. Acknowledging ff.51-61. He is to inform Count of Oeiras that King George II will most emphatically stand by Portugal in case of a rupture with France, but cannot exactly specify what military and naval help will be sent as that depends on campaigns in progress. *The National Archives*, Londres.

³¹ Santarém (1864, p. 220-224).

³² *Ibid.*, p. 221-241.

³³ KINNOULL, Earl of. [Carta] 7 jun. 1760, Londres [para] PITT, W. Congratulations on the marriage of the Princess of Brazil with Dom Pedro 'which is of so much importance to this nation, and in which Great Britain is so much interested'. *The National Archives*, Londres.

³⁴ Santarém (1864, p. 15).

³⁵ FRANKLAND, H. [Carta] 18 jul. 1761, Londres [para] WOOD, R. Court and naval news. *The National Archives*, Londres.

³⁶ ESPAÑA. Tratado llamado Pacto de Família ajustado entre su Magestad Católica y su Magestad Christianíssima, em Paris à 15 de agosto del año 1761. In: _____. Colección de los tratados de paz, alianza, comercio & c. ajustados por la corona de España con las potencias extranjeras desde el reynado del Señor Don Felipe Quinto hasta el presente. t. 3. Madrid: Imprenta Real, 1801. p. 95-113.

³⁷ COMENTÁRIO avulso e secreto. Paris, 22 de setembro de 1761. *The National Archives*. Londres. State Paper Foreign, France, 78/252.

³⁸ CORRESPONDANCES de Portugal. Archives du ministère des affaires étrangères. Paris. *Mémoires et documents*. Portugal 1, folio 86.

³⁹ MÉMOIRE POUR SERVIR D'INSTRUCTION AU SIEUR O'DUNE, allant a Lisbonne pour y résider em qualité de Ministre Plénipotentiaire du roi auprès du roi de Portugal. Versailles, 15 nov. 1761. Archives du ministère des affaires étrangères – Paris. *Mémoires et documents*. Portugal 1, minutes, folio 255.

⁴⁰ EGREMONT, Earl of. [Carta] 21 nov. 1761, Londres [para] HAY, E. Instructions concerning correspondence with the Earl of Bristol, Ambassador at Madrid, in view of the possibility of a war with Spain. *The National Archives*, Londres.

⁴¹ HAY, E. [Carta] 9 dez. 1761, Lisboa [para] EGREMONT, Earl of. Dispatches from the Admiralty and naval news. *The National Archives*, Londres.

⁴² HAY, E. [Carta] 23 dez. 1761, Lisboa [para] EGREMONT, Earl of. Still no news from Lord Bristol. *The National Archives*, Londres.

Referências

BÉLY, Lucien et al. *Dictionnaire des ministres des affaires étrangères*. Paris: Fayard, 1995.

_____. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris: Fayard, 1991.

_____. *Les Relations internationales en Europe XVIIe-XVIII siècles*. Paris, PUF, 2007.

BENZONI, Gino. Grimaldi, Girolamo. In: DIZIONARIO Biografico degli Italiani. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 2002. v. 59.

BLACK, Jeremy. *Trade, Empire and British Foreign Policy, 1689-1815: the politics of a commercial state*. New York: Routledge, 2007.

CASTRES, A. [Carta] 12 nov. 1753, Lisboa [para] AYMANT, A. In consequence of Crowle's complaints, the Judge-Conservator by the King of Portugal's order has banished the chief trouble-maker in the English Factory, William Shirley, 'a perfect cerveau brûlé'. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 17 abr. 1751, Lisboa [para] Bedford, Duke of. Condolences on news of death of the Prince of Wales. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 3 jul. 1751, Londres [para] Earl of Holderness. Interesting report on the situation of Portugal, its finances, state of the armed forces (deplorable) and character sketch of King Joseph. *The National Archives*, Londres.

COMENTÁRIO AVULSO E SECRETO. 22 set. 1761, Paris. *The National Archives*, Londres.

CORRESPONDANCES de Portugal. Archives du ministère des affaires étrangères. Paris. *Mémoires et documents*. Portugal 1, folio 86.

CORRESPONDANCE du cardinal de Bernis, Ministre d'État, avec M. Paris du Verney, Conseiller d'État, depuis 1752 jusqu'en 1769, précédée d'une notice historique.

EGREMONT, Earl of. [Carta] 21 nov. 1761, Londres [para] HAY, E. Instructions concerning correspondence with the Earl of Bristol, Ambassador at Madrid, in view of the possibility of a war with Spain. *The National Archives*, Londres.

ESPAÑA. Tratado llamado Pacto de Família ajustado entre su Magestad Católica y su Magestad Christianíssima, em Paris à 15 de agosto del año 1761. In: _____. Colección de los tratados de paz, alianza, comercio & c. ajustados por la corona de España con las potencias extranjeras desde el reynado del Señor Don Felipe Quinto hasta el presente. t. 3. Madrid: Imprenta Real, 1801. p. 95-113.

FRANKLAND, H. [Carta] 18 jul. 1761, Londres [para] WOOD, R. Court and naval news. *The National Archives*, Londres.

FRASCHINI NETO, M. *O Marquês de Pombal e o Brasil: contribuições às comemorações do 2º Centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Tipografia Minerva do Comércio, 1981.

GEORGE II. [Carta] 18 jun. 1760, Londres [para] KINNOULL, Earl of. Royal Instructions for the Earl of Kinnoull as Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary to King Joseph I. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 18 jun. 1760, Londres [para] KINNOULL, Earl of. 'Separate Instructions' for the care of Kinnoull. Is to make' the most serious representations' over the grievances of the British Factory of Oporto of the breaches of their treaty privileges resulting from the action of the Wine Co. of the Alto Douro. *The National Archives*, Londres.

HANDLEY, Stuart. Second Baron Tyrawley and Baron Kilmaine (1681/2-1773). In: OXFORD Dictionary of National Biography. Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/ref:odnb/20634>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

HAY, E. [Carta] 23 dez. 1761, Lisboa [para] EGREMONT, Earl of. Still no news from Lord Bristol. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 9 dez. 1761, Lisboa [para] EGREMONT, Earl of. Dispatches from the Admiralty and naval news. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 6 maio 1759, Lisboa [para] WOOD, R. Shortage of money and none arrived from Bahia. *The National Archives*, Londres.

HAY, E. [Carta] 19 maio 1759, Lisboa [para] PITT, W. General dissatisfaction in Portugal among all classes with Carvalho's tyrannous dictatorship and his suppression of the Jesuits, but nobody dare complain openly as he is more strongly than ever supported by the King. *The National Archives*, Londres.

HECHT, Jacqueline. Mémoires du Duc de Choiseul. *Population*, Paris, v. 38, n. 3. p. 620-621, 1983.

HOLDERNESSE, Lord. [Carta] 26 jun. 1753, Londres [para] Crowle, G. King is glad to hear that "the most perfect harmony is established in the Factory, that the Portuguese government does not interfere with them, and that the balance of that trade is quietly and peaceably extracted'. *The National Archives*, Londres.

KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987.

KINNOULL, Earl of. [Carta] 10 mar. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Arrived on Mar. 7 after being long delayed by contrary winds and calm. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 14 abr. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Lengthy and confidential conversation with Count of Oeiras on Portuguese formal request for restitution of French warships taken at Lagos, which they do not really expect to be complied with. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 16 abr. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Very detailed account of interview with Count of Oeiras over hostile attitude of France as reflected in the enclosed papers (ff.73-78) of the Duc de Choiseul's demands, and the danger that France may be inciting Spain to attack Portugal and invading the Amazon region from Cayenne. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 21 jun. 1760, Lisboa [para] PITT, W. Portuguese government's satisfaction with general promise of English support. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 30 maio 1760, Londres [para] PITT, W. Acknowledging ff.51-61. He is to inform Count of Oeiras that King George II will most emphatically stand by Portugal in case of a rupture with France, but cannot exactly specify what military and naval help will be sent as that depends on campaigns in progress. *The National Archives*, Londres.

_____. [Carta] 7 jun. 1760, Londres [para] PITT, W. Congratulations on the marriage of the Princess of Brazil with Dom Pedro 'which is of so much importance to this nation, and in which Great Britain is so much interested'. *The National Archives*, Londres.

LEVER, Évelyne. *Madame de Pompadour*. Paris: Perrin, 2003.

LYNCH, John. *El siglo XVIII*. Barcelona: Crítica, 1991.

MAXWELL, Kenneth R. Pombal and the Nationalization of the Luso-Brazilian Economy. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 48, n. 4, p. 608-631, nov. 1968.

MÉMOIRE POUR SERVIR D'INSTRUCTION AU SIEUR COMTE DE MERLE, cornette de la première compagnie des mousquetaires de la garde du roi, allant a Lisbonne em qualité d'ambassadeur de as majesté auprès du roi de Portugal. Versailles, 15 jan. 1759. Archives du ministère des affaires étrangères – Paris. *Mémoires et documents*. Portugal, 1.

MÉMOIRE POUR SERVIR D'INSTRUCTION AU SIEUR O'DUNE, allant a Lisbonne pour y résider em qualité de Ministre Plénipotentiaire du roi auprès du roi de Portugal. Versailles, 15 nov. 1761. Archives du ministère des affaires étrangères – Paris. *Mémoires et documents*. Portugal 1, minutes, folio 255.

MERLE, Comte de. Archives du ministère des affaires étrangères – Paris. *Mémoires et documents*. Portugal, 1 – avulsos.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. *D. José: Na sombra de Pombal*. 2. ed. rev. e ampl. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

_____. *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

POMBAL, Marquez de. Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terremoto do 1º de novembro de 1755. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal*. 5. ed. t. II. Lisboa: Typographia de Costa Sanches, 1861. p. 101.

RECUEIL des instructions donnés aux ambassadeurs et ministres de France depuis les traités de Westphalie jusqu'a la Revolution Française publié sous les auspices de la commission des Archives diplomatiques au Ministère des affaires étrangères. Portugal – avec une introduction et des notes par le Vte. De Caix de Saint-Aymour. Paris, ancienne librairie Germer Bailliére et Félix Alcan, éditeur, 1886.

RÉMOND, René. *El antiguo regimen y la revolución: 1750-1815*. Trad. Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: Vicens-vives, 1980.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998.

SANTARÉM, Visconde de. Memória do Abade Salema com queixas contra o conde de Merle. In: _____. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza até os nossos dias*. 2. ed. Paris: J.P. Aillaud, 1864. p. 221-241.

_____. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com diversas potencias do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza até os nossos dias*. 2. ed. Paris: J.P. Aillaud, 1864.

SECRET... [Carta] 22 fev. 1752, Londres [para] Tyrawly, Lord. Secret and Separate Instruction for Lord Tyrawly as Minister Plenipotentiary to Court of Portugal. Is to investigate the complaints over the seizure of contraband gold from an officer of H.M.S. *The National Archives*, Londres.

SHAW, L. M. E. *The Anglo-Portuguese alliance and the English merchants in Portugal, 1654-1810*. Aldershot: Ashgate, 1998.

TÉLLEZ ALARCIA, D. La supuesta anglofilia de D. Ricardo Wall. Filias y fobias políticas durante el reinado de Fernando VI. *Revista de Historia Moderna*, San Vicente del Raspeig, n. 21, p. 501-536, 2003.

Recebido em: 07/09/2015

Aprovado em: 03/03/2016

Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX

Luiz Adriano Borges*

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o negócio de muares brasileiro e como este se desenvolveu em ligação com as regiões da América Espanhola. Assim, empreendo o estudo da trajetória de um dos maiores negociantes de muares do sul do Brasil no século XIX, João da Silva Machado. Este indivíduo empreendeu diversas viagens à região sul do Brasil e à Buenos Aires e Montevideu, buscando comprar os melhores animais para serem revendidos em uma feira em São Paulo. Assim, analiso a relação do mercado interno que se estendia desde lado espanhol até o brasileiro – no espaço econômico que ligava estes dois mercados através do negócio de muares. Utilizo para tanto os Registros de Passagem de Animais do Registro de Curitiba, entre os anos de 1824 e 1829, importante marca na ascensão do mercado interno de animais. Estes registros, que serviam como um espécie de pedágio, traziam anotados todos os animais passados por essa localidade e sua origem. Portanto, uma ótima fonte para se perceber os fluxos do negócio de animais no sul e, inclusive, sua relação com o lado espanhol.

Palavras-chave: Negócio de animais. Mercado interno. Transporte.

João da Silva Machado foi um dos maiores negociantes de animais do sul do Brasil no século XIX. Nasceu em 1782, em uma região fortemente voltada à criação e comercialização de animais, Taquari, próxima a Viamão. Nesta região se iniciava uma importante

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR-Toledo. E-mail: luizborges@utfpr.edu.br

rota de tropeiros, no atual Rio Grande do Sul. A data de nascimento de Machado marca o início de um espantoso aumento do negócio de animais, que tende a permanecer dinâmico até meados do século XIX. A área em que ele nasceu possuía fortes ligações com a América espanhola, de onde eram importados animais e técnicas. Aparentemente, este negociante chegou a viajar até o Uruguai e Argentina, procurando obter muares com o máximo possível de lucro. Há relatos de uma viagem dele à Buenos Aires, por volta da década de 1830, para procurar documentos referentes a aldeamentos jesuíticos, o que faz pensar que ele já conhecia aquele país (MACHADO, 1885, p. 109-117).

Assim, estudar a trajetória econômica deste indivíduo, focando em seu negócio de muares, possibilita compreender esta atividade “por dentro”, além de permitir entender um pouco mais o funcionamento do mercado interno, que tendia a ultrapassar as fronteiras coloniais. Foi utilizada para este texto a documentação dos Registros de passagem de animais do registro de Curitiba, para o período de 1824 a 1829. Esta fonte, fruto de uma espécie de pedágio onde todos os animais eram taxados, permite perceber a movimentação das tropas de mulas vindas do sul e também nos aponta a relação com o comércio do lado espanhol. E mais, no que concerne à estes documentos, esse período ainda não foi analisado devidamente e, portanto, seu exame revela alguns fatores pertinentes para este comércio.

Assim, aqui se pretende um esforço de análise comparada, para demonstrar semelhanças e diferenças e, sobretudo, ligações entre locais coloniais com diferente administração.

Nestas regiões que conhecemos hoje como México, Peru, Argentina, Uruguai e Brasil, a mula foi a principal forma de transporte no período colonial. No caso brasileiro, vários tipos de animais, destinados a variadas funções, eram trazidos das pradarias do Rio Grande do Sul. Principalmente as mulas foram a força motriz do sistema de transporte para o escoamento da produção interna de várias regiões e períodos no Brasil: o ouro das Minas Gerais, o açúcar e o café de São Paulo e do Rio de Janeiro. A imensidão de animais negociados chega a 1.498 milhão de muares que passaram pela feira de Sorocaba, entre os anos de 1825 a 1880 (KLEIN, 1989, p. 356)¹.

A mula é um animal híbrido, que resulta do cruzamento de um burro com uma égua, que possui uma mescla de características: robusto e resistente, herança do burro, com um porte maior, legado da espécie dos cavalos (HAMEISTER, 2002, p. 75).

Portanto, este híbrido se mostrava uma ótima opção para enfrentar os caminhos coloniais: era estável nas trilhas pedregosas, resistentes às variações climáticas e às alturas. Em longas distâncias era mais resistente e mais rápido que os cavalos (PRIORE; VENANCIO, 2006, p. 75). Eram mais robustas e com costas mais planas que estes. Enquanto cavalos não carregavam mais que 115 quilos, as mulas podiam carregar de 135 a 225 quilos. Elas requeriam menos alimento e possuíam grande desempenho (BARMAN, 2000, p. 143). Cálculos para a América Espanhola apontam que uma mula, em tropa, cavalgava a 6 km por hora, chegando a percorrer 60 km de distância de uma vez, em um dia (BARSKY; DJENDEREDJIAN, 2003, p. 240). No Brasil, talvez por ter territórios um pouco menos acidentados, estimula-se que uma mula totalmente carregada, fazendo parte de uma tropa, podia viajar entre 3 e 4 léguas (GOULART, 1961, p. 102), ou entre 13 e 17 km (KLEIN, 1989, p. 364). Era, portanto, um animal adequado para o transporte de cargas pesadas. Mas por ser estéril, a dificuldade para sua reprodução elevava o valor final.

Como indica Martha Hameister, o cruzamento de animais para o surgimento da mula começou a ocorrer no Rio Grande do Sul por volta da década de 1750. Antes disso, os muares vinham do lado espanhol da América, que começou sua criação na região de Salta, Tucumã, Santa Fé, Córdoba e Buenos Aires, impulsionados pela atividade mineira de prata de Potosí, no Alto-Peru (HAMEISTER, 2002, p. 224; GARAVAGLIA, 1999, p. 217). Destas regiões, foram contrabandeados animais e importadas técnicas.

Na colônia portuguesa, de maneira semelhante à América espanhola, o fator que fez impulsionar a utilização deste animal como principal meio de transporte de mercadorias foi a descoberta de ouro na região de Goiás e das Minas Gerais. Hameister diz que foi a “[...] voraz necessidade de meios de transporte e tração de cargas para os produtos coloniais [...]” da região das Minas que “[...] financiou a consolidação do extremo-sul” (HAMEISTER, 2002, p. 18), que até o século XVII possuía uma escassa população.

A abertura das minas em Goiás levou o Capitão-general de São Paulo a mandar abrir, ainda em 1730, uma estrada que ligasse as Vacarias da Serra aos Campos de Curitiba, para trazer gado para as Minas, já que surgiram problemas de abastecimento naquelas regiões (BALHANA, 1969, p. 95). A feira de Sorocaba, onde os animais eram comprados e vendidos, foi criada por esta época, sistematizando o comércio e articulando a ligação com as regiões mineradoras. O próprio crescimento populacional destas regiões incentivou o fornecimento de gêneros, criando uma incipiente movimentação de mercadorias desde São Paulo e das regiões do Sul. O gado muar foi fundamental tanto para o escoamento do ouro das minas para os portos como para a condução de alimentos até as regiões mineradoras.

Mercado interno – ligações regionais

As técnicas para a criação eram compartilhadas e os animais comercializados ou contrabandeados das regiões da América Espanhola. Helen Osório chega a afirmar que os domínios espanhóis e portugueses nos limites sulinos possuíam uma estrutura produtiva similar, compondo uma mesma paisagem agrária, e formavam um *continuum* desde Buenos Aires a Banda Oriental do rio Uruguai (atual Uruguai) até o atual Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 2007, p. 39). Esta ligação era evidenciada pelas rotas comerciais que se formavam desde Santa Fé (hoje na Argentina) e Minas Gerais desde o século XVIII (GIL, 2002). Por volta de 1810 o Uruguai possuía pelo menos um milhão e meio de cabeças de gado selvagem (BARRIOS PINTO, 1971, apud CHRISTILLINO, 2010, p. 78), o que evidencia a importância da região platina para o comércio de animais.

Em se tratando de criação, o gado brasileiro (tanto vacuum quanto muar) é uma mistura de várias raças e técnicas presentes nas fronteiras das colônias ibéricas. Segundo Roberto Simonsen, além da altitude e da boa qualidade das pastagens, a geografia econômica favoreceu as regiões sulinas no desenvolvimento do gado bovino de corte e muar onde, misturando-se raças, buscou-se um aprimoramento dos espécimes (SIMONSEN, 2005, p. 215).

Pesquisadores uruguaios e principalmente argentinos têm escrito bastante sobre as relações de mercado interno entre os sul-americanos. Miguel A. Rosal e Roberto Schmit indicam que

[...] na região do Rio da Prata, desde os tempos tardocoloniais, foi possível um incremento da produção rural graças à abundância de terras aptas para a pecuária extensiva, o clima temperado e com suficientes chuvas, o rápido acesso às vias fluviais que barateavam o transporte, as medidas alfandegárias tendentes a reduzir os impostos coloniais, especialmente das exportações, e as poucas melhoras técnicas necessárias para o funcionamento do setor (ROSAL; SCHMIT, 2004, p. 187).

Os pampas meridionais possuem uma vegetação típica de pradarias, que é um ecossistema desprovido quase completamente de árvores e coberto por uma formação baixa, onde dominam as gramíneas (GARAVAGLIA, 1999, p. 17). Assim, o tipo de solo e a vegetação dos pampas da região do Rio da Prata favoreciam muito a pecuária.

Também a privilegiada localização de Buenos Aires, com acesso facilitado ao continente americano através do Rio da Prata, ajudou a convertê-la no núcleo urbano onde os comerciantes importadores e exportadores de metais preciosos – provenientes do Alto Peru – acumularam significativas fortunas durante o século XVIII e início do século XIX. Mas é a partir da segunda metade do século XVIII que alguns destes comerciantes que fizeram fortuna começaram a adquirir campos na Banda Oriental e Entre Rios, formando-se ali grandes estâncias cujos produtos pecuários começaram a se destacar entre as exportações rio-platenses.

A criação de animais vacuns e muares em Buenos Aires foi impulsionada pela descoberta de prata nas minas de Potosí, no Alto Peru. A distância entre Buenos Aires até Salta e Jujuy, locais de tradicionais feiras de venda de gado, era de cerca de 2200 km (para efeitos de comparação, dentro do território português, o Caminho dos Tropeiros, de Viamão até a feira de Sorocaba era metade disto, em torno de 1100 km). Dali, os animais eram reenviados até as minas

peruanas. Em Buenos Aires, Entre Rios e Banda Oriental, desde os fins do século XVIII, o gado *vacum* foi o animal predominante nas estâncias. Em Buenos Aires, os muares tiveram importância até início da década de 1780, a partir de então os *vacuns* crescem em importância.

O auge do comércio de mulas na feira de Salta coincide com o aumento da negociação de animais no sul do Brasil, graças às ampliações da demanda no centro-sul em virtude do ouro das Minas Gerais. Os anos de 1765 a 1779 marcaram o auge da passagem de mulas, com uma média de 33 mil animais por ano; depois de uma crise, a comercialização volta a crescer entre os anos de 1795 a 1808, com a passagem de 31 mil mulas anuais (PAZ, 1999, p. 48).

É interessante compreender a maneira como era criadas as mulas no lado espanhol para percebermos as influências na criação brasileira. Paz, baseado no viajante Carrio de La Vandra, relata que o funcionamento do sistema de criação e internada de mulas se dava da seguinte maneira:

[...] as mulas nasciam e se criavam nos campos de Buenos Aires e ao sul de Santa Fé até completar 2 anos. Logo depois eram transportadas a Córdoba em tropas de 600 a 700 animais, e vendidos ali a internadores e comerciantes [...]. Permaneciam nos poteiros de Córdoba de um ano a 14 meses para sua maturação. Depois deste tempo, as mulas eram conduzidas a Salta em número de 1300 a 1400 por tropa e, antes de chegar ali, paravam para uma segunda internada de aproximadamente oito meses. As mulas deviam engordar para a grande feira anual em Salta (PAZ, 1999, p. 50, tradução nossa).

Segundo Maria Victoria Marquez, os maiores comerciantes de mulas de Salta compravam propriedades e poteiros em zonas aptas para internada e conjugava esta atividade com o comércio, o que lhes permitia evitar o pagamento a terceiros e, às vezes, lucrar com o serviço de internada prestados a outros “muleiros” que não dispunham daquele recurso (MÁRQUEZ, 2008, p. 9).

Marquez assinala que havia uma ligação entre o norte mineiro de Buenos Aires, as regiões de Santa Fé, Córdoba e o Brasil. Santa Fé, configurada como ponto intermediário nas diversas rotas que conectavam o interior, a zona das missões e o Paraguai com o Atlântico, se tornou no século XVIII um centro comercial e administrativo, sem deixar de ser cabeça de um vasto espaço de produção pecuária. Produtores que também atuavam às vezes como comerciantes, levavam para vender imensas “arrias” de mulas até Salta e Potosi. Pelo lado português, Tiago Gil também percebeu uma rota que ligava Santa Fé, Rio Grande do Sul, Sorocaba e Minas Gerais (MÁRQUEZ, 2008, p. 103).

Carlos Sempat Assadourian visualizou ligações entre as regiões espanholas e portuguesas desde muito cedo na colonização americana. Segundo o autor, a partir de 1590 a criação de gado em Córdoba cobriu as necessidades do seu comércio regional, se iniciando uma atividade exportadora dos excedentes, que se dirige para feiras em Potosí e no Brasil. Apesar de entrar em crise na década de 1620, um comércio insipiente se mantém entre essas regiões (ASSADOURIAN, 1982).

Em Córdoba, a criação de mulas vinha desde o século XVII e nos séculos seguintes seguiu enviando grande parte dos animais negociados na feira de Salta. Córdoba fazia parte da rota comercial colonial e se encontrava intensamente integrada à produção mineira do alto-peru. Como já havia apontado de maneira inicial por Assadourian, Sonia Tell diz que, desde 1630, Córdoba se tornou uma região especializada na cria e internada de mulas e outros gados destinados principalmente a abastecer a demanda dos centros mineiros, especialmente a província de Charcas, na atual Bolívia. Segundo esta autora, “[...] até 1810 a exportação de mulas até estes centros mineradores esteve na base de todas as relações mercantis de Córdoba” (TELL, 2005, p. 93-96, tradução nossa). A partir de 1770, Córdoba também enviou gado em pé para o Chile, além do Paraguai e as outras economias regionais que formavam a antiga governação de Tucumán e que mais tarde conformariam o espaço econômico do interior argentino: Santiago Del Estero, Catamarca, La Rioja, Tucumán, Salta y Jujuy.

Mas, a partir da segunda metade do século XVII a decadência da exportação de mulas foi notável, com a queda nos preços e nas exportações. É somente partir de 1740, com um renascimento da produção mineira, que ocorreu uma reversão nas exportações de mulas.

A feira de Salta possuía características muito semelhantes com uma importante feira que surgiria no século XVIII em Sorocaba, no centro sul do Brasil: ambas funcionavam como redistribuidoras de animais e em seus auge, possuíam números comercializados semelhantes. No início do século XIX, na feira de Salta eram negociados entre 40.000 a 50.000 mulas, das quais 30.000 provinham de Córdoba ou eram criadas em Santa Fé, Buenos Aires e invernadas nas serras cordobesas. A decadência e posterior fim das vendas de mulas para a região mineradora encontram seu epicentro nos acontecimentos revolucionários de 1809 e a crise definitiva de 1814, quando os envios de mulas às feiras de Salta desaparecem completamente dos registros de Córdoba (TELL, 2005, p. 94).

A partir da Independência Argentina, em maio de 1810, decresce a exportação de mulas, mas antes mesmo disso as exportações de couro começaram a crescer e tomar conta da economia portenha. Como apontam Barsky e Djenderedjian, com a criação do Vice-reinado do Prata, em 1776 e o decreto de 1778 que autorizava o comércio com treze portos espanhóis, os couros e outros produtos agropecuários desequilibraram a balança comercial rioplatense (BARKSKY; DJENDEREDJIAN, 2003, p. 144). A partir daí, os couros passaram a ser os principais produtos de exportação da Argentina, abandonando-se a criação de mulas quase que por completo. O caminho é deixado aberto para a expansão da criação de animais em solo brasileiro.

No lado espanhol, vizinha à Argentina ficava outra área de relevo na criação de animais, onde brasileiros iam buscar gado: a região que viria a ser o Uruguai. A relação dos criadores uruguaios com os brasileiros foi muito forte, inclusive estes últimos acabavam possuindo propriedades no lado espanhol do Rio da Prata. Aida Lavalle, analisando inventários de proprietários brasileiros no atual estado do Paraná, encontrou referências de posses no Uruguai (LAVALLE, 1974, p. 78). Vários condutores e/ou negociantes

compravam animais originados na região espanhola. É o caso de David dos Santos Pacheco, um sócio de João da Silva Machado, que entre os anos de 1839 e 1840, viajou a Montevideu para adquirir animais (WESTPHALEN, 1995, p. 54). José Joaquim de Lacerda, atuando muitas vezes como sócio do sorocabano Rafael Tobias de Aguiar, ia “anualmente ao Uruguai buscar tropas para revender Brasil afora” (CATELLI JR., 1993, p. 75 apud BADDINI, 2002, p. 125).

Colônia era uma das mais férteis regiões do Uruguai e com um solo abundante em pastos naturais, fazendo parte do pampa que engloba a região de Buenos Aires e Rio Grande do Sul (GELMAN, 1998).

A Colônia de Sacramento, no centro do território de Colônia, foi fundada por portugueses em 1680, vindo a causar muitos desentendimentos devido à sua localização que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, ficava em território espanhol. Segundo Maximiliano Menz,

[...] a fundação da Colônia de Sacramento deu início a uma corrida pelas posições no extremo-sul atlântico: além da própria Nova Colônia, Portugal fundou Laguna (1684) e Rio Grande (1737); já a Espanha abençoou a expansão jesuítica com os Sete Povos ao leste do Rio Uruguai (1682-1707) e estabeleceu Montevideu (1734) na embocadura do Rio da Prata (MENZ, 2009, p. 36).

O estabelecimento de Colônia foi estratégico, já que nesta região abundava gado bravio solto. Para ampliar o comércio do Sul foi feito um caminho que unia os campos do Rio Grande à zona mineradora. Em 1727 Cristóvão Pereira de Abreu e Francisco de Souza Faria abriram o caminho que passou a ser muito importante na exportação de gado em pé: partindo da Colônia, as tropas invernavam nos campos ao redor do presídio de Rio Grande, passando pelo litoral para Laguna e daí, pelo caminho do Araranguá, paravam em Lages de onde seguiam sem grandes pausas até São Paulo. Lages e São Joaquim, hoje em território catarinense, possuíam pastos esplêndidos para os animais. Os campos de Curitiba, vila fundada em 1614, também ofereciam área muito boa para a internada. Em

1733, Cristóvão Pereira retocou a estrada e levou a primeira tropa do Sul a São Paulo, estabelecendo o conhecido Caminho dos Tropeiros ou do Viamão (SIMONSEN, 2005, p. 210-211; MENZ, 2009, p. 36). Na época em que nosso negociante, João da Silva Machado, atuava, esta estrada continuava com seu traçado original, sendo pouco alterada. O próprio Machado foi responsável por encurtá-la na década de 1820.

Raul Cheda relata a criação de mulas em Colonia do Sacramento:

[...] Don Francisco Pinto Villalobos, oficial de guerra de la Colonia, consiguió en 1751 de la Corte de Madrid, permiso para extraer mulas con destino a los dominios portugueses [...] Concedió el Gobernador de Buenos Aires un permiso para la extracción de 3800 mulas y más adelante lo extendió hasta permitir que fuera extraídas 6.000 [...] y esta extracción, no parece coyuntural, puesto que más adelante, la referencia indica que el Cabildo de Buenos Aires y el Gobernador de Tucumán consideraron que esta última extracción iba a provocar el alza de los precios en la comercialización interna, reforzando la hipótesis del envío periódico de mulas orientales hacia el mercado de Tucumán, al menos desde la zona de Colonia (CHEDA, 2005, p. 16).

Aliás, Tucumán também fez parte do comércio regional que ia de Buenos Aires até o alto Peru, graças também a sua localização. Essa região ingressou no circuito da prata através da produção de gado e seus derivados, que eram comercializados pelos vizinhos nas feiras peruanas. Além disso, Tucuman vinculou-se ao circuito de contrabando que se praticava no Brasil e ingressava por Buenos Aires (ALBORNOZ, 2002, p. 4).

Assim, na primeira metade do século XVIII, o negócio do gado integra as regiões sulinas ao centro-sul de maneira mais recorrente. Em meados do século XVIII a produção de ouro nas Minas Gerais atingia seu ápice, enquanto que a prata de Potosi, nos domínios espanhóis, escasseava. Com a crise no comércio de mulas para o Alto Peru, o comércio destes animais no Brasil sendo acabou facilitada. Em 1751, Cristóvão Pereira inicia uma fase de reconhecimento da

região central do que é hoje o Rio Grande do Sul, fundando povoados entre os rios Pardo e Jacuí, formando a base de expedições de preia de gado nos subseqüentes cinquenta anos (MENZ, 2009, p. 41).

Mas o fato é que, devido à valorização do gado *vacum*, principalmente para exportação, as regiões da América Espanhola deixam a criação de muares destinadas ao mercado interno e se voltam para as exportações pelo Atlântico. Com a quebra das minas no Alto Peru, as mulas passaram a ser desnecessárias para o transporte de prata. No Brasil, as mulas começaram a se fazer necessárias na urgência pelo transporte de minérios das Minas Gerais, principalmente o ouro, mas mesmo com o esvaziamento das minas, as mulas não pararam de ser exportadas para o centro-sul. Pelo contrário, a produção aumentou até meados do século XIX, com o Rio Grande do Sul tendo a maior parcela na exportação.

Mulas em movimento: a passagem das tropas de João da Silva Machado pelo Registro de Curitiba, década de 1820

A atividade de compra e venda de animais era uma das mais lucrativas no Brasil, representando lucros enormes. Assim, este artigo passa a analisar a passagem de animais por João da Silva Machado através do principal pedágio do Caminho do Viamão, procurando jogar um pouco de luz sobre o negócio de animais no sul do continente americano.

João da Silva Machado cresceu neste contexto que acabamos de ver, de aumento de produção de muares para abastecer o centro sul brasileiro e, ao mesmo tempo, de “saída” da América Espanhola do negócio de animais em pé. Inicialmente, Machado atuou como condutor de tropas, passando a desempenhar o papel de negociante, operando em diversas fases do comércio de animais, desde a criação no Rio Grande do Sul até a venda final na feira anual de Sorocaba. Em 1809, temos notícia de sua primeira passagem de tropas pelo registro de Curitiba. A tropa estava distribuída em 132 reses (*gado vacum*), 39 mulas, 41 cavalos e 4 éguas e chega à Sorocaba

em janeiro de 1810. Estas são as primeiras notícias de uma tropa particular dele².

Suas sociedades com indivíduos poderosos economicamente, como Antonio da Silva Prado e David dos Santos Pacheco, tornou possível uma grande movimentação de animais, principalmente de muares, tornando Machado o maior negociante de animais do Brasil na primeira metade do século XIX.

Como estudo de caso, analisa-se sua atuação na década de 1820, ponto nevrálgico em sua atividade como comerciante, uma vez que o coloca de vez no mapa dos grandes negociantes do sul. A fonte que ora serve para apreendermos o negócio de animais, como já comentado, são os Livros da Barreira de Curitiba. Deve-se levar em consideração que, em 1829 a Barreira de Curitiba funcionava às margens do rio Iguaçu, em Vila Nova do Príncipe, sendo a partir desta data, transferida para o Rio Negro, onde funcionou até 8 de dezembro de 1853 (LAVALLE, 1974, p. 2).

Os registros serviam como meios de arrecadação vindos a se tornar no século XIX o principal meio de enriquecimento provincial. A forma de pagamento dos registros se dava pela emissão de guias nestes registros, que deveriam ser pagas dentro de 6 a 12 meses no registro de Sorocaba. Estas guias eram passadas em nome do proprietário da tropa e às vezes traziam também o nome do fiador. A dificuldade de carregar a enorme quantidade de dinheiro para saldar os impostos devidos fez com que se criasse essa forma de pagamento, com impostos sendo saldados em Sorocaba. Sorocaba era muitas vezes o final da viagem, onde eram revendidos os animais. Mas antes mesmo de vender os animais, os negociantes deviam saldar os direitos devidos, já que o registro se localizava na entrada da vila de Sorocaba (BADDINI, 2002, p. 73).

Três figuras eram importantes nos registros: o proprietário, o condutor e o fiador. Raras vezes as três eram a mesma pessoa, podendo um indivíduo ter desempenhado as três posições ao longo de sua carreira. João da Silva Machado atuou como condutor, proprietário, e já no auge de sua trajetória, como negociante. Na década de 1820, Machado não necessitava de fiador, demonstrando seu prestígio nos registros, uma vez que somente pessoas que comprovadamente

possuíam condições de saldar os direitos devidos podiam passar sem fiador. Algumas vezes, mesmo durante o auge da atividade de Machado, seus sócios bancavam os impostos, como foi o caso de Antonio da Silva Prado em duas ocasiões (DAESP, 1826, 1828).

As praças dos Registros no sul da capitania/província de São Paulo acabaram se tornando centros de fiadores e negociantes de animais. A intenção do Registro de Curitiba, por exemplo, foi frustrada, pois os fiadores ali eram também devedores, como negociantes de animais. Em Rio Negro, o principal fiador, Manoel Antonio da Cunha, fazia parte da elite local e desempenhava a função de fiador de forma semi-profissional, vista a grande quantidade de tropas afiançadas por ele (SUPRINYAK, 2006, p. 106).

Antes de passar para a análise das tropas conduzidas por João da Silva Machado, devem-se esclarecer os termos utilizados neste texto. Na documentação geralmente aparecem termos como “negociantes”, “aquele que vive de negócios” ou “negociante de tropas”. Na correspondência trocada entre autoridades locais e o presidente da província de São Paulo o termo tropeiro aparece referente àqueles que conduziam as tropas³. João da Silva Machado iniciou sua trajetória no negócio de animais como tropeiro (BIBLIOTECA NACIONAL, -II-35,25,05), conduzindo tropas até Sorocaba, mas sua maior atuação se dava no ramo da negociação, organizando as tropas, os locais de compra e venda e os parceiros. Aparentemente, vários tropeiros ascendiam a negociantes e deixavam de realizar as atividades de condução. Entretanto, alguns, mesmo após enriquecer, continuavam a desempenhar esta função. É o exemplo do sócio e afilhado de Machado, David dos Santos Pacheco. Assim, no contexto do Sul, negociante de animais seria o indivíduo que investe o dinheiro e/ou o conhecimento num empreendimento e tropeiro seria o condutor das tropas.

Com relação ao movimento das tropas de muares no sul do Brasil, para o período de 1824 a 1829, havia resquício da relação com a América espanhola no negócio de animais. O gráfico seguinte mostra a variação da movimentação de animais nas viagens de Machado.

Gráfico 1 – Quantidade de animais passados pelos Registros de Curitiba e Rio Negro por João da Silva Machado – 1824-1829



Fonte: APESP. *Livros de Barreiras – Rio Negro*. 1ª Livro, anos 1826-1836, caixa 252, ordem 1958.

Nestes seis anos foram sete viagens de Machado, com um total de 10.073 animais, sendo 9.476 mulas. Duas dessas viagens contaram com quantidades surpreendentes de animais. Relacionando-se somente as mulas, Machado conduziu um maior número deles em viagens anteriores a 1829. Na viagem de 28 de outubro de 1825, Machado conduziu 2.354 mulas, além de 37 cavalos e 12 éguas. Em 1826, em sua maior empresa, transportou 2.759 mulas, 45 cavalos e 10 éguas pelo Registro de Curitiba, um total impressionante de 2814 animais. Um enorme esforço e planejamento foram exigidos para conduzir tantos animais; nesta viagem alguns arranjos foram feitos por Antonio da Silva Prado, a partir de São Paulo, a começar pelo pagamento dos direitos do registro de Curitiba.

A primeira coisa que pode se perceber no gráfico é a alta de 1825. Isso se deve ao fato de que Antonio da Silva Prado e Machado, que estavam em sociedade, procuravam, estrategicamente, comprar animais em épocas de conflitos uma vez que estes tendiam a estar

mais valorizados nesses momentos. Por esta época, especificamente a partir de 1825, os ânimos começam a se acirrar na fronteira Sul. Após a derrota de Artigas para os brasileiros, em 1820, a velha insatisfação contra a invasão dos portugueses se faz sentir novamente em 1825, agora através de um grupo liderado por um ex-oficial de Artigas, Juan Antonio Lavalleja (RECKZIEGEL, 2000, p. 3). Os “trinta e três orientais” declararam a incorporação da Província Cisplatina, que estava sob poder do Brasil, às Províncias Unidas do Rio da Prata. O Brasil por sua vez, declarou a guerra. Assim,

[...] a guerra e a agitação provada pelo movimento de tropas brasileiras e uruguaias desorganizaram todo o sistema econômico do Rio Grande do Sul. O recrutamento e a necessidade de animais para o exercito ocasionaram profundas repercussões em todo o Sul do país, diminuindo sensivelmente o afluxo de muares a Sorocaba [...]. A pequena oferta e a contínua procura de bestas tiveram como consequência a alta de preço, que se fez sentir nessa época, na feira de Sorocaba (PETRONE, 1976, p. 108).

Já pressentindo a diminuição dos animais vindos do Rio Grande e o aumento dos preços em Sorocaba, Prado e Machado procuraram comprar o máximo possível de animais no Sul. Daí decorreram estas duas grandes viagens em 1825 e 1826. Apesar de uma desorganização do negócio, os sócios conseguiram sobrepujar estes problemas e obter uma taxa de lucro maior.

Como demonstrado no quadro a seguir, os muares eram vendidos de 26\$000 (26 mil réis) a 28\$000 a unidade em Sorocaba, por esta época. Um aumento considerável, entre 140% e 185%, desde 1822, quando aparecem as primeiras notícias de preços de muares nas cartas de Prado. A viagem de 1826, em que Machado dirigiu 2.759 mulas para Sorocaba, o capital gerado pode ter se aproximado de 71:735\$, se assumirmos a menor cotação para a feira de 1827 e sem subtrair as despesas. Se, como conjectura Petrone, podemos considerar um lucro mínimo de 30%, os sócios teriam lucrado 21:520\$500 nesta tropa única.

**Quadro 1 – Comércio de animais
e orçamento da província de São Paulo**

Ano	Preço das reses	Preço do muar na feira	Total de animais	Total \$ Reses/muare	Orçamento de São Paulo
1822	6\$000	14\$000 a 20\$000	28.264	335:669\$000 a 460:235\$000	179:788\$445
1826	6\$000	26\$000	20.840	413:220\$000	197:850\$480
1827	6\$000	26\$000 a 28\$000	19.211	318:968:000 a 343:304\$000	297:619\$764
1829	6\$000	60\$000	14.417	554:204\$000	-

Fonte: PETRONE, M. T. S. *O barão de Iguape*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1976, p. 394; SRAFORINI, R. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM Comunicações, 2001, p. 72.

Este quadro acima apresenta valores de muares na conjuntura de guerra na fronteira sul, portanto, um período de desestabilização do mercado de animais, daí a razão da incrível alta dos preços, com uma diminuição na oferta de animais e seu consequente aumento de 428% no período de 1822 a 1829.

Neste período, Machado conseguiu articular quatro viagens, conduzindo 4514 animais, compostos por 4038 mulas, 255 cavalos e 221 “égua colônias”, que teriam vindo da Colônia de Sacramento. Em 1829, já com o fim dos conflitos, mas ainda sofrendo com as consequências da guerra, as bestas chegaram a ser vendidas por 63\$000 em Sorocaba (PETRONE, 1976, p. 31).

Três das viagens de Machado foram apoiadas por sócios diferentes, que pagaram os impostos de passagem. Foram 3:063\$400 em impostos, algo nada desprezível. Entretanto, a viagem de 1829 parece ter sido toda paga por Machado.

Muitos negociantes passaram “égua colônias” pelo Registro de Curitiba na década de 1820. Tratava-se de animais criados na Colônia do Sacramento, evidenciando uma produção ainda resistente nesta região. Aparentemente, com a pacificação de Montevidéu após a revolta artiguista⁴, o comércio se reiniciou com o Uruguai. Entre os anos de 1824 e 1829, João da Silva Machado trouxe 231 éguas provenientes de Colônia, 185 somente em fevereiro de 1828 para Joaquim Mariano Galvão, paulista, que no início do século XIX atuara em posições de destaques na fronteira com o Uruguai e, portanto, conhecia bem a qualidade dos animais da região (BORREGO, 2010, p. 23). Pelas técnicas empregadas e pela necessidade de animais mais resistentes devido às viagens por caminhos bastante acidentados, as éguas criadas no lado espanhol deviam ser mais resistentes. A opção por estes animais também pode revelar o seu destino para o acasalamento e geração de muares nas proximidades do centro distribuidor de Sorocaba, já que as éguas não possuíam a força de carga que seu parente híbrido possuía.

Após esse período de intensas atividades, Machado se retirou do negócio até 1834 e não encontramos mais tropas conduzidas em seu nome. Neste período, entre 1830 e 1833, Machado foi membro do Conselho Geral da Presidência de São Paulo (OLIVEIRA, 2009, p. 187), o que talvez tenha exigido sua presença na capital da

província. Anteriormente, ele não possuía cargos políticos importantes, atuando mais ativamente em cargos nas Ordenanças, o que possibilitava certa flexibilização de movimento.

Essa prática de, após enriquecimento, se retirar parcialmente dos negócios privados para atuar na política não era uma prática original no Brasil nem mesmo na América Espanhola. Francisco Candiotti, além de ser grande negociante de animais, foi também importante estancieiro e político de prestígio (BARKSKY; DJENDEREDJIAN, 2003, p. 154).

A trajetória de Francisco Candiotti é muito interessante para efeitos de comparação com a do nosso negociante, João da Silva Machado. De maneira muito semelhante, ambos ascenderam socialmente através do negócio de mulas até chegar a importantes cargos políticos no interior da estrutura administrativa dos seus Estados em formação. Machado, além de vários outros cargos formidáveis, chegou ao cargo de Senador, em 1853, um dos mais altos na estrutura política brasileira de meados do século XIX. Candiotti, no final do século XVIII e início do XIX, conduzia uma caravana anual de 5000 a 6000 mulas à região do Alto Peru. Além disso, foi governador de Santa Fé e apoiou Artigas e a Independência de Buenos Aires (TEDESCHI, 2005). Mas nenhum dos dois se afastou permanentemente das atividades que os fizeram enriquecer.

Considerações finais

Como mostrei acima, João da Silva Machado algumas vezes comprava animais diretamente em regiões como Buenos Aires e Montevideu. Além disso, ele, assim como seu sócio, David dos Santos Pacheco, possuía profundos contatos com a elite do Rio Grande do Sul e de outras regiões ligadas ao negócio de animais. A feira de Sorocaba, que redistribuía os animais vindos de regiões do cone-sul como Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande do Sul, aponta para um mercado interno fortemente interligado entre essas

áreas. Interligações essas exercidas por extensas redes de relações econômicas e familiares. Como demonstram Tiago Gil (2009) e Carlos Supriniak (2006), atores do negócio de animais, tais como Machado e Pacheco possuíam laços de parentesco e de negócios que percorriam toda a extensão do caminho do Viamão, interligando os diversos nódulos do mercado de animais.

Estes casos, dentre numerosos outros, demonstram a possibilidade de ascensão através da atividade de criação e venda de mulas que foi bastante marcante nestas paragens meridionais da América. A possibilidade de enriquecimento através deste negócio ainda está por ser melhor analisada, principalmente através de metodologias caras à História Econômica e fontes quantitativas, já que as possibilidades de lucro eram imensas. A dificuldade reside nas fontes, nos valores e nos processos de compra e venda, já que o negócio de animais era por demais difuso, tanto temporal quanto geograficamente, não possuindo a riqueza documental que outras atividades possuem. Além disso, a amplitude inflacionária do Brasil e da América espanhola era enorme, o que faz com que os valores diferissem muito em questão de meses.

Inventários *post-mortem*, por exemplo, fontes muito ricas em valores, são complicadíssimas para se estudar este negócio. Dependendo da localidade, ou do momento da morte do inventariado, os valores diferiam muito. Algumas vezes, encontram-se casos de reconhecidos negociantes de muares, que não possuíam estes animais relacionados em seus inventários, devido a uma possível venda longo antes da morte. De qualquer forma, o presente estudo apontou as relações entre as diferentes regiões do cone-sul e as possibilidades de enriquecimento com o negócio de animais.

O que deve ser pensado para o futuro com relação a este tipo de trabalho, é um diálogo mais evidente entre as historiografias do cone-sul além de um trabalho comparativo utilizando fontes primárias de ambos os lados da América do sul, o que pode revelar uma maior relação econômica entre os dois lados das Américas sob domínio ibérico.

MULES IN TRAFFIC: THE BRAZILIAN INTERNAL MARKET AND THE MULETEER BUSINESS IN THE FIRST HALF OF THE 19TH CENTURY

Abstract: The objective of this work is to analyze the Brazilian mule business and how did it connect with the regions of Hispanic America. In that intention, I study the trajectory of one of the largest mule dealers in nineteenth century Southern Brazil, João da Silva Machado. This individual endeavoured several trips to the Gaucho Pampas in Buenos Aires and Montevideo, seeking to buy the best animals to be resold at a fair in São Paulo. Thus, I analyze the relationship of the internal market that stretched from Spanish side to the Brazilian - in the economic space linking these two markets through mule business. For this, I use the Registros de Passagem de Animais do Registro de Curitiba, between the years 1824 and 1829, important point in the ascension of the internal animal market. This registers, that were used as a tolls, brought listed all animals that passed through that location and their origin. Thus, a great source to apprehend the flow of the animal business in the south and, including, its relation with the Spanish side.

Keywords: Mule business. Internal market. Transportation.

Notas

¹ Tipos de animais que apareciam nos inventários *post-mortem* e nos mapas de animais nas regiões do sul: muar (animais de transporte de cargas (mulas, machos, éguas e bestas), cavalar (para locomoção, transporte de pessoas e reprodução), vaccum (vacas, bois, touros e novilhos), lanígero (carneiros e ovelhas) e suíno. Ver Borges (2010); Osório (2007).

² Em documentação do registro de Curitiba, de 1809, Machado passa como tropeiro. Biblioteca Nacional -II-35,25,05. (Agradeço a Tiago Gil pela disponibilização destes dados).

³ Principalmente DAESP, ofícios diversos.

⁴ Em 1815, Artigas se apodera de Montevideu, instalando um governo revolucionário, procurando a independência da região do Prata. Os conflitos duraram até 1820.

Referências

- ALBORNOZ, Cristina López. Tempos de cambio: produccion y comercio em Tucuman (1770-1820). *Andes*, Salta, n. 13, p. 213-248, 2002.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economia colonial: mercado interno, regiones e espacio econômico*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982.
- AZARA, Félix de. *Descripción general del Paraguay*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- BADDINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2002.
- BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrário pampeano: La expansión ganadera hasta 1895*. v. 1. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.
- BARMAN, Roderick J. Packing in british Columbia: transport on a resource frontier. *Journal of Transport History*, Manchester, n. 21, p. 140-167, 2000.
- BARRIOS PINTO, Antonio. *Historia de la ganaderia em el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1971.
- BLASI, Antônio Luiz. *Tropeirismo, registro e poder*. 2004. Monografia (Graduação em História)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- BORGES, Luiz Adriano G. Tropeirismo e criação de animais em São José dos Pinhais, Paraná, segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA E III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ECONÔMICA, 5., 2010, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: UnB, 2010.
- BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 11-41, jan./jun., 2010.
- CATELLI JR., Roberto. *Poder local - consolidação e revolta: Sorocaba, 1823/1842*. 1993. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CHEDA, Raúl D. El corredor oriental y la jurisdicción Montevideo - un aspecto de la capitulación Mendoza y la jurisdicción Montevideo: ocupación territorial y corredores comerciales (1535-1789). In: PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA, 2005, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: FEE, 2005.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do império: a lei de terras e a consolidação política da coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 2010. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CONTI, Viviana; SICA, Gabriela. Arrieros andinos de la colonia a la independencia. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, 31 jan. 2011. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/60560>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

DAESP. Livros da Barreira do Rio Negro, 1824-1852. Livro 1 e 2: anos 1826-1836, caixa 252, ordem 1958; livro 3 e 4: anos 1837-1840, caixa 255, ordem 1961; livro 5, 6 e 7: anos 1839-1846, caixa 257, ordem 1963. Livro 8: anos 1845-1849, caixa, 258; Livro 9: 1847-1850, caixa 260; livro 10, anos 1850-1854, caixa 261.

DJENDEREDJIAN, Julio Cesar. Fuentes, pobres, métodos complejos: producción agroganadera y sociedad em un área fronteriza del rio de La Plata tardocolonial. *Anuario de estudios Americanos*, Sevilla, v. 59, n. 2, p. 463-489, 2002.

GARAVAGLIA, J.C. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y stancieros: una region del Rio de la plata a fines de la época colônia*. Buenos Aires: Los Libros del Riel, 1998.

GIL, Tiago Luis. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Coisas do caminho: Tropeiros e negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763)*. 2002. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

KLEIN, Herbert S. A oferta de muares no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 347-372, maio/ago. 1989.

LACOSTE, Pablo. Carretas e transporte terrestre bioceânico. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 7-34, jun. 2005.

_____. El arriero y el transporte terrestre en el cono sur (Mendoza, 1780-1800). *Revista de Indias*, Madrid, v. 68, n. 244, p. 35-68, 2008.

LAVALLE, Aida Mansani. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro (1830-1854)*. 1974. Tese (Livre Docência)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MACHADO, João da Silva. Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges, comandante da companhia exploradora em Campos Gerais de Curitiba, na demanda dos campos denominado Paiqueré. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico (RIHGB)*, Rio de Janeiro, t. 5, p. 109-117, 1885.

MÁRQUEZ, María Victoria. Grupos de mercaderes cordobeses en el espacio peruano: la incidencia de las reformas borbónicas y las sublevaciones indígenas. In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 21., 2008, Caseros. *Anais...* Caseros: Universidad Tres de Febrero, 2008.

MENZ, Maximiliano M. *Entre impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822)*. São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa: dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. 2009. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OSORIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PAZ, Gustavo L. A la sombra del Perú: mulas, repartos y negocios en el norte argentino a fines de la colonia. *Boletín del instituto de historia argentina y americana Dr. Emilio Ravignani*, Buenos Aires, s. 3, n. 20, p. 45-68, 2. sem. 1999.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

PRIORE, Mary del Priore; VENANCIO, Renato Venâncio. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A instalação do Estado Nacional e as tensões-fronteiriças: Uruguai e Rio Grande do Sul no período 1822-1851. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2000.

ROSAL, Miguel A.; SCHMIT, Roberto. Las exportaciones pecuárias bonaerenses y el espacio mercantil rioplatense (1768-1854). In: FRADKIN, R.; GARAVAGLIA, J. C. *En busca de un tiempo perdido: la economía de Buenos Aires en el país de la abundancia 1750-1864*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004, p. 159-193.

SIMONSEN, Robert C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM Comunicações, 2001.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado)-UNESP, São Paulo, 2006.

TEDESCHI, Sonia. *La villa del Paraná y la ciudad de Santa Fe: Vinculos, interacciones e influencias em um área fronteriza (etapa colonial hasta 1824)*. Porto Alegre: FEE, 2005. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-17.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

TELL, Sonia. *Córdoba rural, una sociedad campesina: 1750-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

WESTPHALEN, Cecília. *O barão dos campos gerais*. Curitiba: CD Editora, 1995

Recebido em: 25/05/2016
Aprovado em: 20/08/2016

Comunidade e tensão na fronteira agrária paulista (Limeira, década de 1840)

Carlos Alberto Medeiros Lima*

Resumo: O caso de Limeira, SP, e da fronteira Oeste da província durante o segundo quarto do século XIX é útil para capturar uma série de especificidades desse período balizado por fortes mudanças nas condições institucionais para o acesso à terra e à propriedade de escravos, além da instabilidade política. Usam-se listas de habitantes e registros de óbito e batismo para capturar as condições dessa fronteira canavieira que já apresentava sinais de transição para a concentração no café que a caracterizaria mais tarde. Nesse quadro de forte, apesar de acidentado, crescimento da população livre e escrava, o recurso intenso ao tráfico de escravos manifestava-se ao lado de sinais de que contingentes demográficos eram perdidos para áreas mais a Oeste. Combinava-se igualmente com um certo ímpeto de construção comunitária e com a preservação de mecanismos de reprodução de casas senhoriais. Nesse quadro, aprofundava-se a desigualdade entre os livres e minguavam alguns mecanismos de mobilidade social. Paralelamente, aumentava a distância, no terreno das sociabilidades hierárquicas, das pessoas livres frente aos escravos.

Palavras-chave: Escravidão. Fronteira agrária. Província de São Paulo. Século XIX. Lavoura canavieira. Cafeicultura.

O objetivo deste trabalho é avançar algumas percepções acerca do instável intervalo da história brasileira estendido de 1830 a 1850.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor associado do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: carlima3@gmail.com

Além da instabilidade política e de conflitos sociais de grande alcance, ocorreram no período outros deslocamentos geradores de turbulência, especialmente no terreno das relações entre grupos senhoriais e o processo de consolidação estatal. Muita instabilidade decorreu igualmente de fatores de crise insertos nos mecanismos da oferta de terras e escravos, como se verá. Ao mesmo tempo, durante esse período ganharam corpo processos, instituições, grupos e atividades que viriam a ter enorme importância em momentos subsequentes da história brasileira. Seriam muito modificados tanto pelo “tempo saquarema” quanto pela “conciliação” subsequente, mas durariam (MATTOS, I., 1987). Podem-se citar a esse respeito atividades econômicas e a projeção regional dessas atividades – como o alargamento da expansão agrária para o Oeste Paulista e a definição da grande faixa organizada ao redor do Vale do rio Paraíba. Do mesmo modo, instituições criadas nessa época resistiram, embora com modificações, às mudanças posteriores: partidos políticos e instituições militares como a Guarda Nacional, além de agências provinciais, imperiais – como a reorganização dos gabinetes ministeriais – e judiciárias. Para tirar mais lições relativas a esse intervalo, pretende-se detectar mais processos na parcela da fronteira agrária paulista que possa ser caracterizada como marcada pela transição da cana para o café. Como ela ganharia centralidade, além de capacidade de estruturar alguma coisa no nível imperial, pode ser que tenha comunicado algo de novo a esses ambientes mais amplos quando eles estivessem estabelecidos.

Quanto ao avanço da fronteira, os estudos sobre a agricultura brasileira no longo prazo chamaram a atenção para a pluralidade de condições sociais envolvidas nessa expansão, desde a compreensão sobre o envolvimento de pobres nesses movimentos durante o século XIX (MATTOS, H., 1995), até as apreciações sobre a combinação de frentes pioneiras e frentes de expansão no século XX (MARTINS, 1996). Isso se dava no intervalo estudado, ao lado da circunstância de outro arranjo de oferta de fatores encontrar-se bastante desorganizado no mesmo período, qual seja a oferta de escravos africanos. De modo análogo ao que deve ter-se passado com o acesso à terra – expansão com conflitos –, o tráfico de escravos atingiu seus ápices (não sustentados, isto é, entremeados de baixas profundas) em momentos específicos do fim dos anos 1840, mas em meio a

um sentido geral de desorganização, com flutuações muito maiores que as tradicionalmente verificadas, preços oscilantes (mesmo sem chegar aos extremos do período posterior à abolição definitiva do comércio de almas em 1850 – sobre isso se deve consultar MOTTA, J., 2012) e segurança bastante variável quanto à posse.

Ainda quanto ao intervalo iniciado em 1830, novas fronteiras estavam em processo de abertura, inclusive no Sudeste. Além disso, ocorreram importantes deslocamentos produtivos e regionais na agricultura da região, com muita passagem do foco na cana para a ênfase no café.

Atentar para fronteiras formadas em uma situação como essa dá acesso a questões importantes sobre o país. Até os anos 1820, áreas novas se formavam podendo contar com mercado ampliado, terras acessíveis e oferta crescente de escravos obtidos a baixo preço. O tráfico só crescia e a regulação do acesso à terra por intermédio de sesmarias não chegava a impedir nem a posse, nem transações com terra no mercado.

Após 1850, a oferta de terras transitou para situação de constrangimento, quanto a grupos mais depauperados, mas de encaminhamento para a monopolização, no que tocava a elites sociais, de modo que esses segmentos experimentaram, respectivamente, restrição e abundância. A monopolização por grupos restritos passou a ser a situação também no tocante à posse de escravos. O produto principal – o café – não se associava a economias de escala e tinha mercado crescente, mas os constrangimentos referentes aos dois aspectos anteriores – terra e escravos – restringiam o número dos que podiam tirar partido dessas oportunidades de crescimento.

No meio do caminho esteve o intervalo 1830-1850. Quanto aos produtos e seus mercados, o açúcar executou uma espécie de parábola, com forte crescimento até 1840 e a derrota para a concorrência cubana a partir de então, ao passo que o café prosseguiu em marcha ascendente, embora mais suave do que antes de 1830 e depois de 1850. Quanto à terra, havendo disposição para enfrentar conflitos, a sensação entre os que migravam para a fronteira deve ter sido a de que algo foi “destampado”. Mais ambígua era a conformação do mercado de escravos, caracterizando-o flutuações inusitadas de volumes, preços e segurança quanto ao arranjo institucional da posse.

Esse trabalho aborda a vila de Limeira a partir de uma lista nominativa da segunda metade da década de 1840 arquivada no Arquivo Público do Estado de São Paulo (doravante APESP) como *Maços de população* ([18--?]). Em verdade, essa fonte precisa ser tomada com cuidado. A abordagem sistemática dos censos paulistas adverte que eles perderam qualidade nessa época, passando a ser realizados por juizes de paz, que, além de algum desleixo, tinham mandatos fixos (MARCÍLIO, 2000, p. 49; COSTA; NOZOE, 1991, p. 271-284). Além disso, como essa lista não está datada convenientemente, fizeram-se cruzamentos nominativos com outros censos e com assentos de batismo e óbito para atribuir uma datação aproximada, o que apontou para meados dos anos 1840, ou pouco depois. Acresce que os recenseadores foram negligentes em marcar em que ponto da lista terminava um domicílio e começava outro, levando à prática de considerar que um novo domicílio iniciava sempre que aparecesse a indicação de uma ocupação.

Vem sendo considerado insuficiente o uso das informações de recenseamentos isolados (MARCÍLIO, 2000; LUNA; KLEIN, 2005). Mas alguns problemas específicos de investigação ainda precisam ser abordados dessa maneira, especialmente quando se trata de observar municípios criados posteriormente a 1830, pois é necessário cruzar as informações censitárias com outras fontes, sendo remota a chance de consultar recenseamentos sucessivos de um mesmo local.

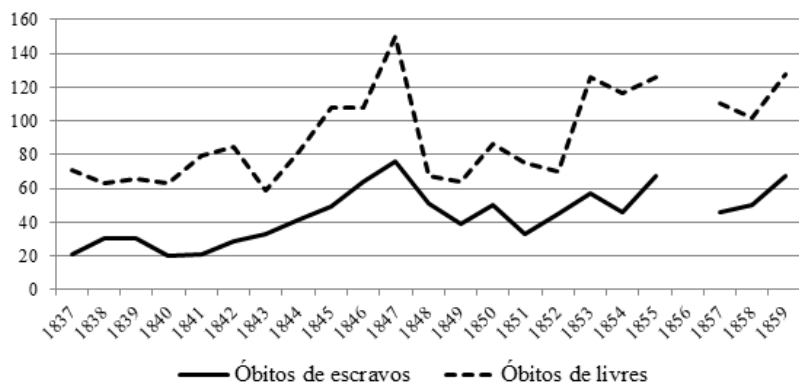
Limeira

Desmembrada de Piracicaba (então chamada Constituição) em 1842, Limeira ganhou notoriedade na historiografia por abrigar as unidades canavieiras e depois cafeeiras de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Bento Manoel de Barros e Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda (WITTER, 1996, p. 133-144; DEAN, 1977, p. 45; SAMARA, 1989, p. 130-140). Algumas das maiores escravarias na lista nominativa apareciam associadas à palavra engenho, mas a transição para a cafeeicultura já devia estar adiantada. É possível

que se fizesse referência, nas listas, à posição social e política e as privilégios dos senhores de engenho. De fato, entre 1807 e 1833 parecem ter vigorado, quanto aos senhores de engenhocas paulistas, as tradicionais proteções contra execuções. Isso podia referir-se a impedimentos quanto à desintegração de unidades, à limitação das execuções apenas a rendimentos, e não a benfeitorias, ou a outras proteções da camada de proprietários frente a negociantes. Apesar de cambiante, essa legislação certamente influía muito em querelas judiciais e nas expectativas quotidianas. Nessas ocasiões, ela devia parecer significar que senhores de engenho gozavam de salvaguardas pessoais contra execuções. Isso, elaborado quanto ao Nordeste açucareiro durante os séculos XVII e XVIII (SCHWARTZ, 1988, p. 179 et seq.; FERLINI, 1988, p. 193-197), foi estendido ao Rio de Janeiro no século XVIII e, entre 1807 e 1809, a São Paulo (PETRONE, 1968, p. 34-136). O “privilégio da integridade”, de 1833, possibilitou a execução dos senhores, não mais restringindo-a aos rendimentos, mas a partir de então podendo afetar também as benfeitorias. No entanto, as quebras de unidades produtivas ficavam proibidas (PETRONE, 1968, p. 134-136; OLIVEIRA, A., 1887, p. 22). Talvez isso explique a tendência à identificação, no censo, entre grandes unidades escravistas e engenhos.

Quanto ao café, segundo Dean (1977, p. 45), “Sementes vindas do Rio de Janeiro tinham sido plantadas em Campinas já em 1817, e em Limeira, na plantação Ibicaba, de Vergueiro, em 1828”. Outras pessoas adquiriram mudas dessas experiências, de modo que alguns fazendeiros de Rio Claro tinham pés produzindo em 1835. “Somente após 1840 se deu início ao plantio em larga escala de café no Oeste Paulista, de Campinas até Rio Claro” (DEAN, 1977, p. 45), e sabe-se que esta última área não chegou a alcançar os níveis limeirenses de meados da década de 1850, embora depois os ultrapassasse com folga. Rio Claro, em 1854, com 6564 habitantes, produziu 99670 arrobas de café. As condições de Limeira, diferentemente, com seus 5045 moradores, permitiram que se produzissem 121800 arrobas. Em outras palavras, população 23% menor e produção cafeeira 22% superior (MILLIET, 1938, p. 69). Os registros de óbito permitem enfatizar e matizar a tendência ao crescimento da população de Limeira (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – óbitos de livres e escravos
em Limeira (1837-1859) – números absolutos**



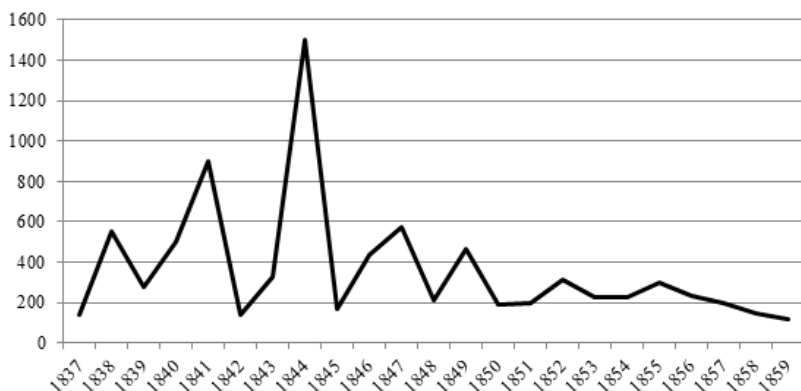
Fonte: Livros de registros de óbito de Limeira (1833-1860).

Se pudermos considerar mais ou menos constantes as taxas de mortalidade, na população, e de sub-registro, na documentação, então ficaremos com a imagem de uma população livre que aproximadamente dobrou em cerca de 20 anos, ao passo que o contingente escravo pode ter crescido mais que isso. O confronto da lista nominativa de habitantes dos anos 1840 com as informações fornecidas pela bibliografia a respeito de 1854 permite ressaltar mais um aspecto: 5280 habitantes na lista da década de 1840 e 5045 moradores em 1854, como já foi visto. O crescimento não foi linear. Os próprios óbitos nos deixam com a impressão de que a população executou um movimento em forma de “N”. Os sepultamentos, tanto de livres quanto de escravos, multiplicaram-se rapidamente até 1847, decrescendo a partir de então e ganhando novo ímpeto nos anos 1850, embora sem chegar aos níveis de 1848. É claro que esse movimento de receber migrantes e perder migrantes para outras áreas mais a oeste poderia perfeitamente ter combinado com uma população linearmente crescente. Mas a sucessão muito rápida de avanços e decréscimos no contingente constitui um indício bem seguro, indicando também a violência do processo. À frente serão vistos outros indícios dessa pulsação experimentada por essa espécie

de boca de sertão no século XIX. Em 1872, haveria em Limeira, segundo o Recenseamento de 1872, 11229 livres e 3064 escravos.

A distribuição por sexo dos escravos adultos mortos mostra, indiretamente, a importância do tráfico de escravos e da presença africana. Faz isso porque o comércio de africanos enchia Limeira de homens e, tanto eles quanto as poucas mulheres traficadas, tendiam a morrer rapidamente (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Razão de sexo dos óbitos de escravos com 15 ou mais anos (Limeira, 1837-1859) –
óbitos de homens X 100 / óbitos de mulheres**



Fonte: Livros de registros de óbito de Limeira (1833-1860).

Em verdade, a curva formada pela evolução da razão de sexo dos óbitos de escravos adultos acaba descrevendo bem demais a trajetória dos proprietários de Limeira pelo tráfico ilegal. De notar-se, inicialmente, que raramente a presença masculina nos óbitos de adultos descia abaixo de dois homens para cada mulher, indicador de um recurso quase desesperado à compra de africanos. Em segundo lugar, observe-se o caráter acidentado da curva, que, se não tiver sido aleatório, poderá mostrar uma característica fundamental do comércio ilegal de almas, qual seja, a instabilidade introduzida nas condições de negociação pela pressão política e institucional,

mesmo que esta última não tenha sido capaz de eliminar a atividade e nem de impedir que ela ganhasse um ímpeto importante no final dos anos 1840. E, de fato, as oscilações não eram aleatórias, pelo menos não de acordo com o que se sabe por outras fontes a respeito da atividade ilícita. Elas apontam para o crescimento dessa atividade na segunda metade dos anos 1830, assim como para o impacto negativo sobre ela, no início dos anos 1840, da superação de parte da instabilidade legada pelo período regencial, viabilizando a repressão. Indicam o acirramento da pressão inglesa, levando a queda ingente ao redor de 1845, mas também para sua retomada após essa data, compondo um último assomo de crueldade, assim como para a peculiaridade dos últimos anos da década de 1840, momento de retração no tráfico antes mesmo da efetividade da proibição, provavelmente em virtude de mecanismos derivados da política monetária contracionista relacionada à fixação da paridade do mil-réis realizada em 1846 (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976, p. 32-34). Por fim, deixam claro o banimento mesmo do tráfico de escravos, em 1850, que só mostrou efeitos em Limeira uns quatro anos após os últimos desembarques (já que cada desembarque de africanos se refletia nos óbitos por uns três anos, graças ao inferno do *seasoning*). Esses efeitos se manifestaram através de forte decréscimo da razão de sexo dos óbitos.

Essa pulsação da população, e algumas de suas características, aparece também na distribuição por sexo, idade e condição (Quadro 1). É notável a preponderância numérica masculina entre os livres com idades maiores que 30 anos. Já nas faixas etárias mais jovens predominavam as mulheres. Enxergam-se nas idades dos mais velhos as migrações iniciais para o estabelecimento das atividades. É possível, por outro lado, que na distribuição por sexos entre os livres em idade plenamente adulta se reflita já a busca por novos sítios, a ocorrência de novo avanços na direção de áreas desocupadas ou em processo de desocupação.

Quadro 1 – População por sexo, condição e grandes faixas etárias (Limeira, ca. 1845)

	Livres		Escravos	
Idades	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0 a 14	869	884	211	214
15 a 29	409	540	331	189
30 a 49	375	324	336	153
50 a 64	129	79	65	14
65 ou +	18	10	14	-
Total	1800	1837	957	570

Fonte: MAÇOS..., [18--?].

Registros de óbito fornecem sugestão semelhante, embora menos segura. Observaram-se, neste caso, apenas os assentos de falecimento de pessoas livres que fornecessem uma estimativa das idades que tinham no momento fatal. Entre 1834 e 1840, menos de metade dos adultos livres que morriam eram mulheres, e esse predomínio numérico masculino aplicava-se a qualquer faixa etária. As coisas mudaram entre 1841 a 1856. Mulheres continuaram a ser minoritárias entre os que morreram com mais de 44 anos de idade. Mas sobrepujaram os homens entre os mortos com idades entre os 15 e os 44 anos. Ficam retratados no movimento dos óbitos de adultos tanto o período inicial da vila, com imigração expressa pelo predomínio masculino, quanto o período mais próximo ao momento estudado, de preponderância numérica feminina, criando suspeitas de remigração, quase sem “vida normal” no meio do caminho.

A população escrava, acima de tudo, dá margem a que se reflita a respeito de outras características inscritas na conformação

de uma área de fronteira agroexportadora. Os cativos constituíam três em cada dez habitantes de Limeira nessa época, e a razão de sexo do segmento em seu conjunto (isto é, sem isolar os adultos) alcançava o patamar muito elevado de 168 escravos do sexo masculino para cada cem mulheres. A participação de crianças com até 14 anos na população, de 28%, ultrapassava significativamente o nível verificado em Bananal, em 1829, por José Flávio Motta, de 21% (MOTTA, J., 1999, p. 130), indo também um pouco além do notado em Piracicaba, em 1828, de 23% (MAÇOS..., 1828). Por outro lado, havia semelhanças com os patamares verificados em Vassouras, Rio de Janeiro. Segundo Salles, em meados dos anos 1840 as crianças com até 12 anos alcançavam cerca de 24% do contingente cativo (SALLES, 2008, p. 226), nível idêntico ao de Limeira. Por outro lado, a participação de crianças com até nove anos em Limeira chegava a 18,5%, patamar bem superior ao do conjunto do Oeste Paulista em 1829, pois de acordo com Luna e Klein essas crianças teriam constituído somente 13% da população nessa data (LUNA; KLEIN, 2005, p. 178).

De outra parte, a enorme participação africana no conjunto fica bem clara através da alta razão de sexo das faixas etárias a partir dos 15 anos. Talvez isso respondesse ao mercado de café. O de açúcar enfrentava dificuldades ingentes desde aproximadamente 1840. A oferta de escravos, embora estivesse retomando, por intermédio dos mecanismos da ilegalidade, patamares de forte elevação, fazia-o de modo tumultuado e repleto de fatores de crise, o que pode ser monitorado observando os níveis de preços alcançados nos anos 1840 (LOBO et al., 1971, p. 261).

Defende-se aqui que Limeira era tornada um elo nessa corrente impulsionadora pelas condições institucionais para o acesso à terra. De fato, Nelson Nozoe, seguindo Roberto Smith, referiu-se ao período subsequente ao fim do sistema sesmarial em 1822 como uma fase de “desorganização” (NOZOE, 2008, p. 24-25, p. 326-327). Márcia Motta, discutindo o período estendido de 1822 (fim da concessão de sesmarias) a 1850 (data da Lei de Terras), enfatizou muito os conflitos entre sesmeiros – reconhecidos ou em comisso – e posseiros – pequenos e grandes –, assim como destes entre si (MOTTA,

M., 1998, p. 40). Esse ímpeto posseiro se manifestava com força na província do Rio de Janeiro, pois, levando em conta seus inventários *post mortem*, Hebe Mattos notou ter aumentado muito ao redor da metade do século a proporção de proprietários de terrenos em todas as camadas sociais retratadas nos documentos, contrastando vivamente com uma imensa maioria de inventariados destituídos de acesso à terra em 1820 (MATOS, H., 1995, p. 91). Adota-se aqui perspectiva semelhante à de João Fragoso, que enfatiza a “[...] rápida formação da agricultura cafeeira numa região de fronteira [...] numa época marcada, a nível internacional, pela fase B de um ciclo Kondratieff (1815-1850)” (FRAGOSO, 1990, p. 134, p. 138). Sugere enquadrar o processo na “[...] reiteração de criação de sistemas agrários escravistas-mercantis em áreas de fronteiras, enquanto fenômeno vinculado à reprodução da sociedade escravista” (FRAGOSO, 1990, p. 134, p. 138). Assim, entre as respostas à crise e as quebras institucionais que abriam caminho à expansão territorial, criavam-se condições ímpares para uma movimentação feroz e quase ininterrupta.

Sergio Milliet referiu-se, quanto ao período 1836-1854, a um avanço simultâneo da ocupação humana – e, em ritmo nem sempre idêntico, do café – nas áreas que depois, em função das estradas de ferro, seriam chamadas de Mogiana e Paulista (a esta pertencia Limeira). Mogiana e Paulista teriam sido “[...] sertão para o qual se abriam as portas de Campinas, Bragança, Piracicaba”. Mostrou que as duas populações cresceram em paralelo, mas também que a produção cafeeira da segunda aumentou mais – e mais precocemente – que a da primeira região (MILLIET, 1938, p. 59).

Padrões inscritos na posse de escravos são cruciais para situar Limeira no interior da trajetória da fronteira paulista. Isso constitui o assunto da próxima seção.

Estrutura de posse de escravos

Como já se suspeita em relação a esse momento mais avançado do século XIX, a posse de escravos era muito concentrada na Limeira dos anos 1840 (Quadro 2). Isso também deve ter resultado do impacto

da primeira proibição do tráfico sobre as condições brasileiras. Mesmo não tendo posto fim ao comércio de almas, essa mudança institucional, pela via dos preços e da irregularidade, que tornou as condições de acesso a cativos reféns da instabilidade política, fez com que os livres começassem a se ver mais excluídos do que nunca do asqueroso privilégio de possuir escravos. A própria camada dos proprietários de cativos se encontrava fortemente hierarquizada, e quanto a isso note-se que o desvio padrão (fogos com escravos) era o dobro da média, denunciando fortíssimas discrepâncias para cima causadas pela presença das maiores posses. Os índices de Gini não diferem dos calculados com a gigantesca amostra montada por Luna e Klein para o Oeste Paulista de 1829: os do Oeste de Luna e Klein ficaram em 0,64 para os escravistas e em 0,90 para todos os fogos; os de Limeira, em 0,67 e 0,89, respectivamente. A posse mediana no Oeste de 1829 foi de 4, assim como a observada em Limeira por volta de 1845. Mas a média, que em 1829 era de 11 na grande região, mostrou-se quase 13 em Limeira (LUNA; KLEIN, 2005, p. 161).

Quadro 2 – Indicadores sobre a posse de escravos em Limeira (ca. 1845)

Indicador	Valor
Tamanho médio das escravarias (todos os fogos)	2,0
Desvio padrão (todos os fogos)	11,1
Índice de Gini (todos os fogos)	0,892
Participação dos fogos com escravos no total de fogos	15,3%
Tamanho médio das escravarias (fogos com escravos)	12,9
Tamanho mediano das escravarias (fogos com escravos)	4
Desvio padrão (fogos com escravos)	25,8
Índice de Gini (fogos com escravos)	0,666

Fonte: MAÇOS..., [18--?].

Pode-se acrescentar que a participação dos domicílios escravistas no total dos fogos em Limeira (15%) era substancialmente menor

que na Piracicaba de uns vinte anos antes, onde ela fora de 26%, e note-se que Limeira resultou de desmembramento de Constituição/Piracicaba (MAÇOS..., [18--?]). Um processo de exacerbação das disparidades entre as pessoas livres esteve efetivamente em curso durante as décadas de 1830 e 1840. Relacionar a posse de escravos com o transcurso da vida das pessoas corrobora essa imagem de novos patamares da desigualdade entre os livres (Quadro 3).

Dados coletados em *cross section* impõem leitura comedida das curvas que se entrecruzam nos dados do Quadro 3. Mas, se deixarmos de lado o escravista de menos de 20 anos de idade e o acidente da faixa etária dos 50 aos 59 anos, observaremos que média e mediana têm desempenhos invertidos. A média tendia a crescer e no fim da vida caía. A mediana, a recuar um pouco na maturidade bem demarcada, para após isso crescer bastante (a partir dos sessenta anos de idade). Supondo que medianas muito inferiores a médias indicam desvios importantes para cima, pode-se dizer que a desigualdade entre os proprietários se afirmava juntamente com a plena realização de suas carreiras, recuando em seguida. A disparidade extrema parece ter sido o horizonte dos homens feitos e maduros, aquilo que se esperava da vida normal. O transcurso das carreiras como que decanta padrões esperados. Tratava-se, pode-se supor, da vida como ela deveria ser: intensamente desigual (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, cap. 2 e 3).

**Quadro 3 – Posse de escravos e ciclo de vida
(Limeira, ca. 1845)**

Faixas etárias dos aparentes chefes de fogo	Nº médio de escravos – todos os chefes de fogo	Nº médio de escravos – só escravistas	Nº mediano de escravos – só escravistas
10-9	1,8	*	*
20-9	0,8	10,7	4
30-9	1,6	10,2	4
40-9	2,5	14,4	3

50-9	1,4	6,5	3
60-9	9,0	35,9	8
70 ou +	1,1	6,5	7

* Havia apenas um proprietário nessa situação, com 35 escravos.

Obs.: Neste caso, a desigualdade ficou um pouco subestimada por ter sido necessário suprimir os fogos dos grandes proprietários absenteístas (não se conhecem suas idades).

Fonte: MAÇOS..., [18--?].

Assim, nessa fronteira manteve-se, e pode mesmo ter-se aprofundado, a tendência à construção de situações de extrema desigualdade. Isso conduz a examinar se tendências mais excludentes se manifestaram, e, para tratar dessa outra questão, indaga-se a respeito do grau de abertura ou fechamento dessa fronteira para os pobres de maciça presença na sociedade.

Fronteira também para pobres?

Essa fronteira agrária já nasceu voltada para a agroexportação. Assim, a presença de pobres autônomos nela era comparativamente pequena. Assim, os fogos chefiados por descendentes livres de escravos constituíam 11,5% do total, ao passo que em Piracicaba, em 1828, haviam composto 21,4% do conjunto (MAÇOS..., [18--?]). Mas deve-se ainda levar em conta a combinação de frente pioneira e frente de expansão continua a ser necessária (MARTINS, 1996). Antes do período estudado, figura chave em Limeira monitorava perfeitamente bem as migrações de depauperados para as fronteiras. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro referiu-se em 1822 à “[...] grande liberdade de que goza a classe pobre ou de pouca fortuna, tendo grande facilidade, que até parece converter-se em propensão, de mudar de domicílio na certeza de encontrar em qualquer outra província, abundantes meios de subsistência” (VERGUEIRO, 1979, p. 53). Maria Coleta F. A. de Oliveira, por exemplo, defendeu que até mesmo no final do século, não obstante a oferta elástica de força de trabalho propiciada pela imigração,

[...] a população nacional permaneceu integrada à atividade cafeeira através da abertura de novas áreas para o plantio, avançando com sua pequena produção alimentar ao mesmo tempo em que novos cafezais eram formados (OLIVEIRA, M., 1985, p. 10).

Que sirva de exemplo do jogo entre frente pioneira e frente de expansão um tipo muito peculiar de informação presente nas listas de habitantes consultadas, constituído pelos homens nascidos na própria Limeira, segundo prováveis declarações dos mesmos aos recenseadores. Eles teriam consistido nos filhos dos primeiros povoadores locais. Em verdade, os homens desse tipo com trinta anos ou mais de idade eram apenas dois em meados dos anos 1840, o branco Balduino de Castro e o preto Luís, de 44 anos. Ambos eram então agregados a outros fogos. Balduino, ao de um “telheiro” viúvo, ao passo que Luís o era ao de um pequeno proprietário de escravos (dono de 4 cativos). Os dois cabeças de domicílio eram migrantes, o telheiro de Bragança e o lavrador escravista, de Mogi Mirim. Posições conquistadas na fronteira pelos pais e mães dos dois limeirenses não duraram muito frente ao avanço de novos povoadores. É possível que outros povoadores iniciais tivessem migrado mais para o oeste. Entre os chefes de fogo nascidos em Limeira, o mais velho tinha 25 anos de idade.

Variáveis aproximativas para o estudo da autonomia da pobreza estão no Quadro 4, que associa às idades de brancos e descendentes livres de escravos as posições ocupadas pelos limeirenses nos domicílios. Avaliações transversais não são tão adequadas quanto as longitudinais para compreender trajetórias (COSTA, 2011), mas elas fornecem pistas importantes, e portanto se deixa aqui caminho aberto a que elas informem sobre os graus segundo os quais se combinaram, dentro do processo de ocupação de Limeira, as lógicas da frente pioneira e da frente de expansão. Assim, esse instrumento meio bruto, mas útil, transforma a posição observada das pessoas na provável estrutura domiciliar em informação a respeito das chances de estabelecerem-se autonomamente e de permanecerem nessa condição (Quadro 4).

Os problemas normais dos estudos em cross section inter-vêm. Por exemplo, o pessoal com 30 a 39 anos na lista passou pela faixa etária de menos de vinte anos na expansiva década de Independência, enquanto a vida com menos de vinte do pessoal com 20 a 29 se deu nos anos 1830, quando o impacto da recessão atlântica já se fazia sentir no Brasil. Além disso, diversas outras questões tornam muito bruta a imagem resultante dessa utilização dos dados: encabeçar domicílio nem sempre significava autonomia no sentido econômico, e muito menos no político (BARICKMAN, 2003); deixar de ser computado como filho nem sempre significava casar-se; ser posicionado como co-residente nem sempre implicava subordinação, pois a co-residência podia significar ajuda mútua ou preservação de posição social estabelecida por acordo entre parentes; as chances ou a propensão de jovens para estabelecerem-se eram afetadas de várias maneiras pelo fato de se ter ou não tratado de domicílios escravistas, o que não é capturado pelo procedimento para evitar números pequenos demais (mais ou menos o mesmo se aplica ao modo como se procedeu em relação a co-residentes).

Quadro 4 – Brancos e descendentes livres de escravos – distribuição (%) pelas posições na estrutura dos domicílios conforme as faixas etárias (Limeira, ca. 1845)

Descendentes livres de escravos						
	0 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 69 anos	>= 70 anos
Chefes c/ escravos ou cônjuges	-	-	-	7,3	4,5	-
Chefes s/ escravos ou cônjuges	-	16,9	73,0	82,4	86,4	100,0

Filhos com pais ou mães	90,1	62,6	14,3	1,5	-	-
Agregados	9,9	20,5	12,7	8,8	9,1	-
Total (abs.)	91	83	63	68	22	1
Branços						
	0 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 69 anos	>= 70 anos
Chefes c/ escravos ou cônjuges	-	1,4	7,7	16,8	21,1	10,5
Chefes s/ escravos ou cônjuges	-	8,3	64,9	72,6	64,4	63,2
Filhos com pais ou mães	93,9	79,2	17,8	1,4	-	-
Agregados	6,1	11,0	9,6	9,2	14,4	26,3
Total (abs.)	1151	770	562	632	194	19

Fonte: MAÇOS..., [18--?].

As chances de alcançar a autonomia – e a precocidade em chegar à condição de chefe de fogo indiciava que elas eram grandes – indicam a receptividade da fronteira ao campesinato migrante, conforme a expressão de Hebe Mattos (MATTOS, H., 2001). Os homens e

mulheres livres que descendiam de escravos distanciavam-se mais precocemente que brancos das casas onde haviam nascido, fosse para se agregarem a outros fogos, fosse para tornarem-se chefes de fogo. Brancos raramente se agregavam na infância e logo em seguida; residir em fogo não chefiado por eles era algo mais contraditório na velhice. Entre descendentes de libertos, a agregação se dirigia especialmente para crianças e jovens. Isso tudo não deve fazer esquecer terem sido efetivamente muito poucos os agregados em Limeira.

Quanto à saída do fogo paterno ou materno por parte dos descendentes livres de escravos, pode-se dizer o mesmo com outras palavras chamando a atenção para as chances de chefiar domicílios entre os que tinham idades menores que vinte anos. Os jovens chefes de fogo descendentes de libertos participavam desse grupo etário em grau um tanto mais elevado que seus companheiros de idade brancos. Similarmente, parecem ter-se casado mais cedo que os jovens brancos.

As chances de atingir a condição de senhor de escravo eram afetadas pelas etapas da vida. Mas, para brancos, isso evidentemente significava que as chances eram bem maiores, que essas oportunidades apareciam mais cedo na vida, e que elas se reduziam apenas levemente na velhice. É óbvio que, para descendentes livres de escravos, as chances apareciam mais tarde, eram sempre menores e desapareciam na velhice. É simplesmente desnecessário escrever que eventuais proprietários negros ou pardos de escravos possuíam escravarias ínfimas em comparação com as pertencentes a brancos.

Logo acima ficou escrito que as chances de aparecer como proprietário de escravos reduziam-se nas idades mais avançadas até mesmo no caso dos brancos. Isso combina com o avançado acima quanto ao tamanho das posses e com as análises sobre ciclo de vida e posse de escravos (COSTA, 2011; MARCONDES, 1998, p. 143-157; LUNA; KLEIN, 2005, p. 149). Aqui, nota-se fenômeno semelhante ao observar se os brancos mantinham-se ou não proprietários de cativos. Dos 30 aos 49 anos, um sexto deles chefiava fogos com escravos. Dos 50 aos 69 anos, entre um quinto e um quarto. Mas a proporção se reduzia a um décimo após ultrapassarem os setenta anos de idade.

Isso também tem importância no sentido de sugerir a prevalência de mecanismos de transmissão de bens em vida, ou outras estratégias de reprodução de casas senhoriais. Chama a atenção o fato de isso ocorrer em período avançado do século XIX. Pede cuidado também a circunstância de tal coisa ter-se passado em um ambiente onde os recursos não eram escassos, pelo menos não a terra (tratava-se da fronteira). Isso leva a discutir a prevalência do senhoralismo.

Mundo senhorial tardio

A referência a ele, além de passar pela desigualdade, necessita do tratamento de formas de organização social. Nesse sentido, é acessível, com a documentação utilizada, verificar os tamanhos dos domicílios tendo em vista apenas seus habitantes livres. Excluem-se os escravos em virtude desse foco na organização social: a capacidade de manter livres sob seu controle aponta para um modo de dominação, para a posição que senhores se autoatribuíam na vida social (Quadro 5).

**Quadro 5 – Tamanho médio do fogo
(somente habitantes livres) conforme cor, sexo e idade
do cabeça (Limeira, ca. 1845)**

Características do cabeça	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 69 anos	>= 70 anos
Homens brancos						
Média	2,4	3,9	4,8	5,8	5,8	3,6
Nº casos	13	163	200	125	118	10
Mulheres brancas						
média	–	2,8	4,5	3,0	3,6	–
Nº casos	1	10	13	27	18	1
Descendentes homens de escravos						
média	–	2,9	5,8	5,0	4,2	–

Nº casos	1	18	17	12	12	-
Mulheres descendentes de escravos média	1,3	2,7	2,5	2,0	3,3	-
Nº casos	4	7	8	8	6	1

Fonte: MAÇOS..., [18--?].

Antes de comentar os resultados, é preciso levar em consideração o fato de terem sido poucos os agregados em toda a província (MARCÍLIO, 2000, p. 98-99; SAMARA, 1977, p. 13-121). Isso significa ter sido a quantidade de filhos aquilo que fazia variar de modo mais pronunciado o tamanho de cada fogo (deve ser recordado que nesse momento só se levam em conta as pessoas livres). Se observarmos os dados referentes a domicílios chefiados por homens brancos e por descendentes de escravos, no entanto, veremos que a idade da saída desses filhos da casa paterna também interferia, e era diferenciada conforme a cor. Os fogos dos que tinham ancestrais cativos chegavam ao auge de sua composição quando o cabeça estava na casa dos trinta anos (ele mesmo se casara cedo, provavelmente), e começavam a esvaziar-se com alguma velocidade logo em seguida.

Os domicílios chefiados por homens brancos eram mais patriarcais. Demoravam um pouco mais para crescerem de tamanho, certamente porque essas pessoas deviam casar-se mais tardiamente. Mas permaneciam no auge por muito tempo, aparentemente por cerca de trinta longos anos. Em parte, as razões eram as mesmas: filhos demoravam mais para deixar a casa paterna. Como não era por falta de terra e de fronteira expansiva que isso ocorria, encontramos aqui outra questão atinente às estratégias de reprodução de casas senhoriais, com tudo acontecendo na fronteira e em plena década de 1840.

O esvaziamento rápido dos fogos de descendentes livres de escravos mostra também outra coisa. Indica que o movimento para a fronteira pode ter sido ainda mais intenso nesse grupo social.

Tendo visto até agora o aumento das disparidades sociais e a sobrevivência parcial de práticas senhoriais, é importante verificar, novamente de modo indireto, se isso se manifestava na abertura ou

fechamento dos grupos sociais uns em relação aos outros. Uma breve entrada no problema das alianças matrimoniais ajudará a percebê-lo.

Fontes como aquelas aqui usadas não dão muitas opções para o exame de atitudes e relações entre grupos, mas permitem a elaboração de pistas. As uniões matrimoniais descritas sumariamente nessas fontes facultam relances a respeito das relações entre brancos, pardos e negros no período, o que se observa levando em conta as cores atribuídas aos cônjuges. Isso é muito sumário e frustrante, pois muita exogamia, do ponto de vista social e mesmo étnico, fica escondida no registro, para citar um exemplo, de que um homem branco era casado com uma mulher também branca. Inversamente, no entanto, o registro da união de uma mulher parda com um homem branco não deixa dúvidas acerca de ter ocorrido exogamia. Assim, examinar o recenseamento feito por volta de 1845 permite elaborar um indicador bruto, mas útil: examina-se a presença proporcional da exogamia visível, o que se torna um pouco mais eloquente quando ela é confrontada com a vigente em outros locais e épocas.

Em Limeira, entre 582 uniões entre pessoas que não fossem escravas, apenas três eram visivelmente exogâmicas (dois brancos casados com pardas e um africano unido a uma moça designada como “preta”). Essa desanimadora taxa de meio por cento de exogamia visível pode ser comparada. Ela era mais característica da fronteira paulista que produto do período pós-1830, o que se afirma aqui levando em conta o caso de Constituição (depois Piracicaba), em 1828. De 894 uniões entre não-escravos, houve apenas duas entre brancos e mulheres pardas ou mulatas, assim como outras duas entre homens designados como negros e mulheres pardas ou mulatas. A fronteira agroexportadora fazia decair, aparentemente, a importância da prática dos casamentos entre pessoas pertencentes a grupos diferentes de cor/condição. Para comparar, idêntico procedimento encaminhado quanto à vila de Castro, em 1835, apontou que quase cinco por cento dos casamentos uniam pessoas de grupos diferentes, indicando proporção nada menos que dez vezes maior (LIMA, 2005).

As poucas informações reunidas não indicam maior fechamento dos grupos. Tratava-se de tendência própria do tipo específico de fronteira de que se tratava, pois ali as coisas já eram assim desde

antes de 1830. Por outro lado, é incontornável que o intervalo aberto neste último ano acirrou a movimentação na direção dessas fronteiras do Oeste Paulista. Assim, mesmo que nada houvesse no período que tendesse a afastar grupos sociais, não se pode deixar de lado o fato de que o tipo de área mais crescente no período era exatamente a espécie de ambiente social onde esse afastamento fazia muito sentido. É preciso explorar a possibilidade de que isso afetasse as relações com escravos, tema da próxima seção.

Família escrava

Sabemos com segurança desde o trabalho de Luna e Klein (2005, p. 185) que, no Oeste paulista, duas características marcavam as populações escravas: a participação de africanos era a maior da província, mas a presença relativa das mulheres cativas casadas ou viúvas também era, e disparado, a maior de São Paulo. Como Slenes (1999, p. 107), Motta (1999, p. 281), Florentino e Góes (1997, p. 95) notaram há tempos, tanto não é verdade que a agroexportação de alguma forma impedia a família escrava, que a presença desta se tornava mais abrangente e mais perceptível nas maiores escravarias.

Analogamente, era muito alta a participação de mulheres na população crioula de Limeira. Não é só porque o fenômeno é semelhante ao verificado na população livre que se pode entrever o dedo senhorial na questão (ver o Quadro 6). Parece ter havido confluência entre senhores e escravos no tocante à formação de famílias. Isso se nota por intermédio do fato de que, ao lado de enorme participação africana – e portanto masculina – na população, os escravos nascidos no Brasil levados para Limeira eram majoritariamente do sexo feminino. A participação escrava nisso certamente não ultrapassava a pressão política, já que eles não controlavam as migrações que realizavam, e certamente se tratava de algum tipo de estratégia senhorial, ou então de algo que não conflitava com essas estratégias.

A razão de sexo entre escravos crioulos era, como se vê pelo Quadro 6, de 90 até os 14 anos de idade, e de 82 dos 15 aos 29 anos

e de 77 daí até os 49 anos de idade. Essa composição foi certamente ajustada pelos senhores, misturando os registros da desagregação por migrações e do impulso na direção da formação comunitária.

**Quadro 6 – Escravos crioulos em Limeira (ca. 1845)
segundo sexo e idade**

Idades	Masculino	Feminino
0 a 14	184	204
15 a 29	90	110
30 a 49	33	43
50 a 64	5	2
65 ou +	3	-
Total	315	359

Fonte: MAÇOS..., [18--?].

Aquilata-se essa mistura de registros observando-se o modo como as unidades açucareiras podem ser detectadas na fonte. Não há referência a quantidades produzidas, ou a seu valor, mas sim dados sobre a presença de feitores e administradores, além da classificação de senhores de engenho como “engenheiros”. Uma coisa que chama a atenção ao olhar-se para os dados desses engenhos é a presença de feitores e administradores que apareciam como se fossem os cabeças dos fogos dos engenhos nos quais atuavam. Isso se passava em três dos dez engenhos com mais de 40 escravos ou mais. Inversamente, mas apontando para a mesma realidade de absenteísmo, quase um terço dos 27 “engenheiros” apareciam chefiando fogos com menos de dez cativos, o que quase certamente significa que não residiam em seus engenhos. Talvez o absenteísmo abarcasse mais de um quarto dos engenhos. Devem-se mencionar igualmente questões jurisdicionais que acabavam por situar fazendas enormes ao mesmo tempo em Rio Claro e em Limeira, tendo este sido o caso de dona Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda e de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, de modo que, absenteístas ou não estes últimos, seu domicílio podia

ser lançado em qualquer um dos dois lugares, aproximando-se de alguma forma de absenteísmo.

Isso oportuniza abordar um caso para relacionar Limeira à reputação do absenteísmo com feitores. A maior escravaria local, com duzentos escravos, certamente um fogo de absenteísta, era provavelmente – conforme se entrevê pelo cruzamento dos nomes dos escravos na lista com aqueles presentes em registros de óbitos e de batismo – a fazenda do Morro Azul, de dona Gertrudes Galvão. Nada a particularizava quanto ao tratamento, segundo as sumárias descrições contidas na lista de habitantes. A proporção de crianças escravas (0 a 14 anos), por exemplo, era idêntica à do conjunto de Limeira, isto é, de 28%. Nos registros de batismo, a taxa de ilegitimidade dos escravos dessa unidade limitava-se a 3%, muitíssimo menor que a da população escrava de Limeira em seu conjunto (sobre isso, vide as fontes do Quadro 7). A julgar por essas informações, unidades de absenteístas com feitores na fronteira Oeste de São Paulo não eram necessariamente aquelas de relações mais duras, como se escreve frequentemente em relação ao Caribe (GENOVESE, 1979, p. 41-43).

Além disso, já se notou que as taxas de ilegitimidade em áreas açucareiras, inclusive as da fronteira paulista (caso de Limeira), eram muito baixas em comparação com outras regiões da província (Quadro 7).

**Quadro 7 – Taxas de ilegitimidade nos batismos
de crianças escravas em paróquias das províncias
de São Paulo e do Paraná (1812-1855)**

Local	Período	Característica	Nº de casos	% só nome da mãe
	1817-30	Café	460	42
	1831-40	Café	696	53
Bananal	1841-52	Café	1540	58
	1826-36	Café	667	37
Areias	1845	Café	58	36
	1833-40	Café	291	36

Silveiras	1841-54	Café	664	42
Queluz	1845-53	Café	461	33
	1830-40	Alimentos	691	55
Cunha	1841-52	Alimentos	607	77
Freg. de Lorena	1847	Alimentos	59	58
	1831-40	Cana	327	21
Rio Claro	1841-51	Cana e café	611	29
	1831-40	Cana	345	15
Limeira	1841-53	Cana e café	820	22
	1831-40	Cana	933	14
Piracicaba	1841-51	Cana e café	659	21
	1832-40	Cana	160	22
Santa Bárbara	1841-50	Cana	215	25
	1821-30	Cana	216	18
	1831-38	Cana	512	11
Capivari	1839-50	Cana	1105	20
	1812-30	Criação/tropas	374	70
	1831-40	Criação/tropas	196	67
Palmeira	1841-55	Criação/tropas	327	71
	1831-40	Criação/tropas, alimentos	526	52
Castro	1841-51	Criação/tropas, alimentos	618	59
	1832-40	Alimentos	87	78
Campo Largo	1841-55	Alimentos	182	94

Fonte: Elaborado pelo autor com base em livros de registro de batismos de paróquias da época.

Em acréscimo à tendência ao crescimento da ilegitimidade na primeira metade do século XIX, dois tipos de contraste chamam inicialmente a atenção para o conhecido fenômeno segundo o qual a ilegitimidade escrava em uma área era inversamente proporcional ao tamanho médio das escravarias, sendo isso o mesmo que dizer que plantéis maiores consolidavam e legitimavam mais facilmente a família cativa. O primeiro desses contrastes, dentro do Vale do Paraíba, se dá entre as áreas cafeeiras e não cafeeiras, representadas, respectivamente, por Bananal, Areias, Silveiras e Queluz, de um lado, e por Cunha e a freguesia de Lorena, de outro. A ilegitimidade era menor nas áreas cafeeiras. O outro contraste que chama a atenção de saída é aquele entre as áreas do café, da cana e dos alimentos que compõem o atual estado de São Paulo e aquelas que hoje fazem parte do Paraná. A ilegitimidade era visivelmente maior em Castro, Palmeira e, especialmente, nos plantéis ínfimos de Campo Largo.

Um segundo tipo de contraste opõe as áreas agroexportadoras umas às outras. As do Oeste Paulista, então presas da lavoura canavieira, apresentavam baixíssimas taxas de ilegitimidade, muito menores que as verificadas no Vale do Paraíba cafeeiro. É verdade que as escravarias eram maiores no açúcar que no café, mas a questão não residia exclusivamente nisso. É preciso lembrar, além do mais, a sacarocracia, com seu sentido aristocrático talvez mais voltado para a construção de um mundo comunitário abaixo de si, pois a institucionalização de relações entre escravos podia atuar como um tipo de eufemização dos feitos aristocráticos de açambarcamento. Importante também é levar em consideração a lógica da fronteira, possivelmente difusora de uma espécie de ânsia pela estabilização de relações. A cruel insalubridade da cana, em contraste com a do café, bem menor, também deve ser posta em discussão quanto a isso: muita criança morta pode ter aumentado as simpatias com que todos os grupos sociais enxergavam a maior fecundidade das mulheres escravas casadas, em contraste com as solteiras (SLENES, 1999, cap. 1; FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 95; MOTTA, J., 1999, p. 334).

Observar as grandes escravarias permite monitorar o fato de o tamanho das escravarias não explicar as diferenças entre cana e café. Na Bananal cafeeira, entre 1824 e 1853, a taxa de ilegitimidade das crianças escravas levadas à pia batismal por Francisco e Manuel de Aguiar Valim, donos de escravarias inegavelmente enormes, ficou em 48%. Entre as crianças batizadas por Luciano José de Almeida entre 1836 e 1852, essa taxa ficou na casa dos 23% (vide as fontes citadas no Quadro 7). Os dois casos vêm das grandes escravarias da área cafeeira. Na lavoura canavieira as coisas eram diferentes. Em Limeira, entre as crianças levadas à pia por Bento Manoel de Barros, apenas 1,7% eram ilegítimos. Eram ainda mais extremos alguns casos canavieiros, ou do café produzido em ambiente ainda muito marcado pela cana. Quanto aos domínios de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, todas, simplesmente todas as crianças escravas levadas ao sepultamento pelos que tocavam seus negócios tiveram seus óbitos registrados fazendo referência aos nomes de ambos os pais (é melhor tratar o caso dos escravos de Vergueiro com os óbitos, pois ele aparecia estranhamente pouco entre os proprietários de escravos batizados; cf. as fontes do Gráfico 1). Esses óbitos sugerem uma taxa de ilegitimidade escrava equivalente a zero.

Considerações finais

Na fronteira agroexportadora, as posições sociais dos livres pareciam estar se afastando, e tal se dava tanto no tocante às socialidades, quanto no que diz respeito ao aprofundamento da desigualdade entre eles. Isso condiz com um ambiente de disputas pela terra entre grupos sociais. Expressavam-se igualmente as vicissitudes do mercado de escravos, mostrando-o já conturbado e instável em função da primeira proibição do tráfico, aumentando preços e contribuindo para tornar menos visível a camada dos pequenos proprietários de cativos. Além disso, alguns mecanismos de mobilidade ascendente pareciam relativamente deprimidos, o que se manifestava na pequena participação no total dos domicílios daqueles chefiados por negros e pardos livres.

É difícil dizer se a atitude da elite branca em relação aos descendentes livres de escravos constitui algum tipo de informação a respeito de suas políticas quanto aos cativos. Se constituir esse tipo de retrato, então a história, quanto aos escravos, terá sido a de estratégias que os enclausuravam, um pouco como no modelo de “geração da plantation” formulado por Ira Berlin (BERLIN, 2006, p. 69-71), que liga isso à história intrínseca do processo de consolidação da classe senhorial. Aqui, no entanto, os resultados apontam para mudanças institucionais de nível imperial, além do fato de se ter tratado mais de um momento crítico que de um instante de auge daquela classe. Ou então parecer-se-á ao modelo de “administração dos escravos” que Rafael Marquese elaborou para o caso norte-americano e cubano (mas não para o brasileiro) do século XIX (MARQUESE, 2004, p. 343-346). Dale Tomich, por outro lado, dá algum suporte a que se pense nesse processo de mudança nas relações escravistas ao redor da ideia de “segunda escravidão”, implicando uma espécie cruel de modernização em função de novo encaixe na economia mundial (TOMICH, 1995, p. 243, por exemplo). Esse conceito ajuda a entender a história desse momento da expansão cafeeira. Auxilia também, parcialmente, a compreender algumas das transformações sofridas pelo açúcar, pois o avanço da lavoura canavieira em São Paulo, além de incorporar áreas novas à produção agrícola para o mercado mundial e de ligar-se a processos que conduziram à sua substituição pela ênfase no café (também expansivo), teve muita relação com a mudança no mercado do produto, que passou a privilegiar a variedade bruta, mais similar a uma matéria prima. Mas os processos analisados neste estudo tornam-se mais compreensíveis a partir de elementos imperiais, como se escreveu logo acima. O ritmo alucinante da expansão agrária que se abordou aqui deveu pouco ao mercado mundial e muito a questões institucionais ligadas à provisão de terra e à própria presença de uma fronteira expansiva. Do mercado externo, inclusive, vinha um freio – a espécie de derrota sofrida pela produção açucareira brasileira para a cubana.

Importa ressaltar o modo peculiar como a família cativa e a reprodução natural das escravarias se relacionavam com a movimentação geográfica e com a instabilidade ligada ao avanço para

a fronteira. Viram-se aqui sinais de que a população escrava era marcada por migrações atlânticas (os africanos), por migrações internas (a ocupação dessa fronteira constituída por Limeira) e, quase com certeza, por remigrações. Tudo isso aponta para uma população marcada pela disjunção e pelo desenraizamento, combinados embora ao fato de muitas dessas migrações recomporem comunidades (a família escrava), aparentemente em ligação com a lógica da própria fronteira.

Deu-se, portanto, essa proliferação de sinais invertidos. Persistia de período anterior a forte tendência ao crescimento e à expansão da fronteira agrária, com muita importação de africanos e envolvendo todos os grupos sociais. Persistiam igualmente a desigualdade e as práticas de reiteração de casas senhoriais, apesar das mudanças legais que proibiam vínculos e terminavam por tornar problemáticas práticas informais de reiteração, como a dos dotes.

Alguns elementos novos, no entanto, se associavam a tudo isso. O crescimento e a expansão passavam a assumir um viés de crise na oferta de fatores e no mercado do açúcar. A expansão agrária ganhava contornos mais conflituosos, por razões institucionais e, logo à frente, por associar-se ao café, que demandava deslocamentos associados à expansão (lembre-se a metáfora da “onda” usada para a cafeicultura, que divergia da metáfora da “mancha” usada para a cana). Além disso, desigualdade estava em processo de exacerbação, provavelmente em associação, agora, com um elemento de distanciamento entre os grupos de livres e destes em relação aos escravos. Essas fronteiras exportadoras pareciam ainda mais tensas que as anteriores. Desigualdade e domínio sempre haviam apartado livres e escravos, mas isso se fizera acompanhar, também tradicionalmente, de ligações no terreno das sociabilidades hierárquicas que formavam o circuito daquelas relações de dominação. Nas tensas circunstâncias do segundo terço do século XIX, no entanto, e além do aprofundamento de várias manifestações da desigualdade constitutiva da vida social, parece ter estado em operação a ruptura de ligações entre as comunidades “incorporadas” vigentes no alto (os robustos domicílios de brancos da fronteira) e embaixo (a família escrava). Por mais que o parentesco cativo estivesse deixando marcas muito fortes na paisagem canavieira paulista, ele executava um movimento

decrecente, como se viu em relação às taxas de ilegitimidade, e sobretudo à redução da importância das pontes entre grupos sociais. As comunidades incorporadas sobreviviam no alto e se adensavam embaixo, mas há sinais de ter sido decrescente sua comunicação.

COMMUNITY AND TENSION IN SÃO PAULO'S AGRARIAN FRONTIER (LIMEIRA DURING THE 1840S)

Abstract: The case of Limeira, SP, and that of the province's western frontier along the second quarter of the nineteenth century is useful to understand various tracts of this period. Besides political instability, strong changes occurred in the institutional conditions to establish estates and to acquire and own slaves. Manuscript censuses, as well as death and baptism records are used in order to understand conditions prevalent in this new kind of frontier dedicated to sugar production, with signs of a transition to coffee production. Slave and free population, as well as the slave trade, grew fast, but there were signs that inhabitants were already migrating to areas located further west. An impetus toward community building was also in operation, coupled with the preservation of some aristocratic practices, but increasing inequality depressed mechanisms of social mobility and enhanced the distance between social groups, conducing to a partial withdrawal of hierarchical sociability.

Keywords: Slavery. Agrarian frontier. São Paulo province during the XIXth century. Sugar production. Coffee production.

Referências

BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, p. 79-132, 2003.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo*. Tradução de Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2006.

COSTA, Iraci del Nero da. Ciclo de vida e posse de escravos: algumas relações entre cortes transversais e estudos longitudinais. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 550-565, 2011.

COSTA, Iraci Del Nero da; NOZOE, Nelson H. Acheegas para a qualificação das listas nominativas. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 271-284, 1991.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. A economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 131-176.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Carlos A. M. Hierarquia social, incorporação e estratégias de reprodução no Sul (Paraná, 1730-1835). In: MOURA, A. M. S.; SENA FILHO, N. (Org.). *Cidades: relações de poder e cultura urbana*. Goiânia: Vieira, 2005. p. 103-132.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 235-266, out. 1971. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/67>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

MAÇOS de população. Piracicaba: Arquivo Público do Estado de São Paulo, [18--?].

MAÇOS de população. Piracicaba: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1828.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1896*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. Campesinato e Escravidão. In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Mattos, Hebe Maria; Fragoso, João (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. p. 331-350.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café*. São Paulo, 1938.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. 2010. (Tese de Livre Docência)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. 1990. (Tese)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/APERJ, 1998.

NOZOE, Nelson. *A apropriação de terras rurais na capitania de São Paulo*. 2008. (Tese)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *A lei das execuções*. Rio de Janeiro: Garnier, 1887.

OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino de. *Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1985.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. *O papel do agregado na região de Itu, 1780-1830*. São Paulo: Museu Paulista, 1977.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor - esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TOMICH, Dale. Contested terrains: houses, provision grounds & the reconstitution of labour in Post-Emancipation Martinique. In: TURNER, Mary (Ed.). *From chattel slaves to wage slaves: the dynamics of labour bargaining in the Americas*. Bloomington: Indiana University Press; Kingston: Ian Randle; London: James Curry, 1995. p. 241-257.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da fábrica de Ipanema e defesa perante o Senado*. Brasília, DF: Senado Federal, 1979.

WITTER, José Sebastião. Ibicaba revisitada. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História econômica da independência e do império: coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica* (Campus da USP, setembro de 1993). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996. p. 99-130.

Recebido em: 14/01/2016

Aprovado em: 20/07/2016

Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David

Washington Santos Nascimento*

Resumo: Este artigo analisa a trajetória do ex-assimilado, político e escritor angolano Raul Mateus David. Pretende-se entender como ele viveu, pensou e escreveu sobre as políticas de assimilação colonial de Portugal em Angola e a sociedade angolana antes e depois da independência. Para tanto faremos uso de suas memórias e discursos presentes em entrevistas e obras literárias.

Palavras-chave: Angola. Assimilados. Sociedade. Memória. Literatura.

Os assimilados foram angolanos que durante o governo salazarista português em Angola (1926-1974) utilizaram-se do Estatuto do Indigenato (1926-1961) e seus documentos complementares, para conseguirem um status legal de civilizado, que os afastava do trabalho compulsório, além de permitir que trabalhassem nos órgãos da administração metropolitana, terem autonomia para deslocar-se dentro da colônia, solicitar carteira de motorista, direito a voto etc., possibilitando assim alguma ascensão econômica e social¹. Eles se dividiam em duas categorias diferentes, em função das origens, os “antigos assimilados” da qual faziam parte os descendentes da antiga elite nativa (os crioulos) e uma nova camada intermediária, os “novos assimilados”, que não tinham vínculos familiares, como

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Professor de História da África do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: washingtonprof@gmail.com

as elites crioulas existentes, sobretudo em Luanda, haviam conseguido o estatuto depois dos anos quarenta e apesar de não se verem nem atuarem como grupo, possuíam alguns elementos em comum, como a origem rural, serem “pretos” e terem adquirido escolaridade formal nas missões religiosas (sobretudo, protestantes)².

Os “novos assimilados” faziam parte de uma pequena elite letrada que atuava nas franjas do sistema colonial e das famílias crioulas, como burocratas do terceiro escalão da administração portuguesa, professores, gráficos, enfermeiros, contabilistas, pequenos comerciantes... No processo de luta anticolonial cerraram as fileiras, sobretudo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), bem como adentraram pelo mundo literário, escrevendo contos, romances e poesias. Fizeram parte deste grupo os políticos e escritores como Manuel Pedro Pacavira (Golungo), Uanhenga Xitu (Ícolo e Bengo), Jacques Arlindo dos Santos (Libolo), Adriano Sebastião (Ícolo e Bengo) e o objeto de nossa análise neste artigo Raul Mateus David (Benguela).

David foi um personagem de fronteira, produto da interação cultural produzida nos entre-lugares da sociedade colonial, entre as culturas portuguesas e angolanas, o campo e a cidade, o mundo não letrado e letrado³. Nas palavras do também escritor David Mestre, um “[...] assimilado clássico, transmigrante de culturas, lusófono sem desprimor das referências umbundu pela síntese das interpretações” (MESTRE, 1985, p. 104). Sua história nos possibilita entender como um assimilado viveu, pensou e escreveu sobre a sociedade colonial e as políticas de assimilação colonial de Portugal em Angola. Além disso, de maneira mais tangencial como ele, ligado às estruturas do colonizador, lidou com os desafios de imaginar a nação angolana em sua produção escrita e oral⁴.

Seus depoimentos e obras literárias, entendidas aqui enquanto expressões de uma memória coletiva (ou social) se referem ao período compreendido entre os anos trinta e setenta do século XX⁵. Momento este marcado por uma maior presença do colonialismo português no campo angolano onde David nasceu, com a imposição das culturas obrigatórias, desapropriação de terras dos nativos, estabelecimento de formas de servidão... gerando tensões e resistências no mundo

rural angolano, como a revolta nas terras algodoeiras da Baixa de Kassange e os conflitos existentes com maior densidade a partir de 1961, nas plantações de café do noroeste⁶.

Havia também uma maior presença de colonos brancos nas cidades, sobretudo Luanda, saltando de 78.826 brancos em toda Angola no censo populacional de 1950 para 172.529 na nova pesquisa feita no ano de 1960, um aumento de mais de 100%. Ainda neste censo, registrava-se que os falantes de língua Umbundu, grupo originário de David, correspondia a 38,1% da população angolana nativa registrada pelos órgãos administrativos portugueses (CONCEIÇÃO NETO, 2003).

Outra informação importante deste registro censitário é em relação à quantidade de assimilados, categoria a qual Raul David pertencia, em torno de 100.000 pelo censo de 1960, o que significava 2,5% do total da população recenseada, 4.145.266 (MOURÃO, 1997). Apesar de poucos significativos, o fato de terem sido formados nas missões protestantes e assim terem acesso ao mundo das letras os colocava no centro do poder e da resistência ao colonialismo português.

É justamente esta elite letrada que construiria instrumentos de resistência ao colonizador, como as revistas *Mensagem*, *Cultura*, *Angola* etc. e os panfletos que circulavam pelos bairros populares de Luanda, como o bairro operário. Além de se associarem aos movimentos de contestação ao colonialismo tal qual a União dos Povos do Norte de Angola (depois União dos Povos de Angola - UPA), a Frente Nacional de Libertação de Angola, (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do qual David foi um dos principais nomes, e mais tarde a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Movimentos estes que somados irão conseguir a independência de Angola em 1975.

Por fim, é possível pensar David como uma testemunha que reflete e revela sua época, como uma espécie de receptáculo de diferentes correntes de pensamento e movimentos que a narrativa de sua vida torna mais palpável. É o que passaremos a ver a seguir.

Raul Mateus David: alguns apontamentos biobibliográficos

Político e escritor angolano, Raul Mateus David nasceu em 23 de abril de 1918, na província de Benguela, na cidade da Ganda, Angola. Alfabetizado por sua madrinha portuguesa, fez ensino secundário no Seminário Menor do Sagrado Coração de Jesus, ligado aos padres do Espírito Santo, no Galangue (1932-1938). Saiu do Seminário em 1938, com 19 anos de idade, no 6º ano, solicitando o bilhete de assimilado (o “atestado de assimilação”). Depois disso foi trabalhar na administração civil da Gamba, partindo para uma casa comercial de Benguela onde aprendera contabilidade. Anos mais tarde dirigiu-se para um escritório contábil no caminho de Ferro de Benguela, de onde foi para Huambo, Mampesa e uma série de outros lugares, onde, segundo ele, teve contato mais próximo com a “vida indígena” (nativa).

Começou a publicar tarde, por volta dos cinquenta e seis anos. Suas obras se destacam pelo estudo do passado colonial nas zonas interioranas de Angola e a denúncia do colonialismo português, como em *Colonizados e colonizadores*, publicado em 1974, *Escamoteados na Lei* de 1977; *Contos Tradicionais da Nossa Terra* (I) em 1978, *Narrativas ao acaso* de 1979, *Contos Tradicionais da Nossa Terra* (II) de 1981, *Cantares do Nosso Povo*, publicado em 1988; *Ekaluko Lyakwafeka: brado patriótico* de 1988, *Crônicas de Ontem para Ouvir e Contar* de 1989 e por fim em 1997, *Da Justiça Tradicional dos Umbundos*.

Além disso, foi um dos membros fundadores da União dos Escritores Angolanos (UEA) e adepto do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sendo adido cultural na Embaixada de Angola na Zâmbia, nos fins dos anos oitenta e nos anos noventa e dois mil exerceu a função de Direção provincial da Cultura e na Televisão Pública de Angola. Até os últimos anos de sua vida manteve-se ativo, atuando como ator no filme *Comboio da Canhoca* de 2004 ou ainda colaborando ora com a cessão de poesias para serem musicadas ou mesmo colaborando em pesquisas distintas como, por exemplo, sobre os judeus em Angola.⁷

Faleceu em 20 de Fevereiro de 2005 em Lobito, província de Benguela. Quando de sua morte o escritor Boaventura Cardoso (2005), então ministro angolano da Cultura, disse que era uma biblioteca que desaparecia, uma enciclopédia viva do passado colonial. Por conta de sua morte deixou ainda duas obras inconclusas, *Benguela no espaço e o tempo* e *Baronesa entre rios*.⁸

Em grande parte falou através de suas obras literárias, apesar de conceder algumas entrevistas eventualmente.⁹ O depoimento mais significativo, pelo menos localizado por nós, foi o dado a Michel Laban, ao qual passaremos a discutir a seguir, para depois fazermos uma discussão sobre sua obra literária. Tanto a entrevista quanto as obras literárias podem ser entendidas enquanto discursos de um homem extremamente vivido (seu primeiro livro foi publicado quando já tinha 56 anos e dera a entrevista para Laban, com setenta anos de idade), produzidos em um contexto específico: guerra anti-colonial, guerra civil e a necessidade de imaginar uma nação para Angola.

Ser um assimilado, viver uma política de assimilação colonial

A entrevista concedida por Raul David foi realizada em 05 de Abril de 1988 por Michel Laban e fez parte do primeiro livro organizado por ele e dedicado a Angola, publicado em 1991, onde também conta com entrevistas de escritores “mais velhos” tais como Óscar Ribas, Luandino Vieira, Manuel dos Santos Lima, Uanhenga Xitu e Boaventura Cardoso¹⁰. Trata-se de uma entrevista dada mais de 20 anos atrás, mas que ainda foi pouco estudada, além disso, a despeito de ter sido uma figura pública de destaque no cenário angolano, excetuando-se a série de entrevistas dadas a Maria da Conceição Neto (2012) no ano de 1994, desconhecemos outro depoimento que tenha sido tão rico quanto aquele dado e publicado por Laban.

Toda a entrevista foi marcada por um “conflito” entre o que o entrevistador queria perguntar (questões ligadas a sua produção

literárias e sobre personagens da história angolana, como os contratados, funantes e aviados) e o que David queria dizer (sobre suas trajetória e ligação com o universo português e nativo). Assim o que temos ao final é um grande depoimento da vida e obra de David.

A primeira pergunta de Laban dizia respeito ao que era realidade e ficção em seus livros *Colonizados e Colonizadores* e *Escamoteados na Lei*. Segundo David, “[...] os contos que eu escrevo têm sempre base no convívio com pessoas, em imagens vividas por mim próprio ou, então, na narrativa que oiço [sic] de mais velhos” (DAVID apud LABAN, 1991, p. 49). Assim ele procura evidenciar suas obras enquanto representações de uma memória coletiva, destacando para tanto o “respeito pela cadeia” e o “respeito pela transmissão”, um dos elementos essenciais da memória africana (HALBWACHS, 2004; HAMPATE BÂ, 2010).

Entretanto, como um personagem de fronteira, David também salientou que não esquecera o que aprendera nas escolas portuguesas, “[...] eu, de minha parte, não fugi à regra escolástica que me foi estabelecida, porque não tenho outra maneira de escrever, não tenho outra maneira de me fazer entender” (DAVID apud LABAN, 1991, p. 50). Por outro lado, “[...] tenho que ter uma expressão africana, na minha maneira de narrar. Não posso ser acadêmico em demasia” (DAVID apud LABAN, 1991, p. 50). Neste sentido concordamos com Mary Louise Pratt (1999), que se os povos colonizados não podem determinar facilmente aquilo que vem da cultura dominante, eles efetivamente determinam o que (e como) absorvem em sua própria cultura, bem como de que forma será utilizada. David define-se como sendo um ex-assimilado e fazendo uso dos binarismos português-não português, vantagem-desvantagem, ventura-desventura, dá mais informações sobre este estatuto:

Eu fui assimilado. O assimilado teve vantagens e desvantagens. Vou-lhe contar quais eram as vantagens dos assimilados. A vantagem era poder ir ao cinema onde estavam brancos – quando eles aceitavam – viajar numa carruagem de 2ª classe, com os brancos, estar no mesmo restaurante, mas isso era tudo fictício, num certo ponto... Porque havia restaurantes de luxo onde o assimilado não entrava por incapacidade

financeira e até pelo esnobismo dos frequentadores desses lugares (DAVID apud LABAN, 1991, p. 54).

A mensagem de David é direta, ele foi assimilado, não era mais. Em um contexto de formação de uma nação, era importante deixar claro a recusa da assimilação colonial. Ser assimilado era ter um estilo de vida europeu, o que incluía ir ao cinema, caso os brancos aceitassem¹¹. Em sua fala é possível perceber o racismo enquanto uma fronteira social difícil de ser transposta, sobretudo se a ele estivesse associado a desigualdade econômica e revela um contexto no qual Portugal solidificou um sistema eficiente de dominação e controle político, baseado tanto na existência de categorias legais fortemente marcadas pela burocracia, quanto pelo racismo, articulando essas duas dimensões, a burocracia e a raça para melhor organizar politicamente e dominar os angolanos¹².

Para ele a principal vantagem era de que sendo “cidadão” poderia defender-se nos tribunais coloniais, diferentemente do “indígena”. O argumento usado por ele de que tal estatuto tornava quem o conseguia um cidadão com direitos e em situação de igualdade jurídica perante os portugueses. De certa forma esta ideia era a reprodução do que de alguma maneira era amplamente divulgado pelos ideólogos portugueses como Adriano Moreira (1956) e não toca na questão principal, que era o fato de ser um “assimilado” o afastava do trabalho obrigatório instituído pelo Estatuto do Indigenato aos não cidadãos, os “indígenas”, e esta sim era uma das principais razões para se buscar tal estatuto.

Sobre as “desvantagens”, disse ele que a principal era que mesmo o assimilado tendo a mesma instrução que o europeu, nunca ascenderia a lugares de governança, tendo sempre uma posição subalterna. David vai além ao dizer que o assimilado tinha um “ordenado de miséria” e uma “velhice ruim”, estava inclusive em condição pior do que os nativos (“indígenas”) pois pelo menos estes tinham a sua propriedade e o seu gado, vivendo “economicamente desafogado”. Sua fala distorce a realidade angolana do período, pois a realidade de grande parte desta população nativa era de penúria social e econômica.

David continua destacando que entre 1910 e 1926, durante a República Portuguesa, havia o estatuto de “civilizado” para “[...]”

qualquer preto que falasse português e soubesse ler e escrever” (DAVID apud LABAN, 1991, p. 54-55). Entretanto depois da ditadura salazarista e do Estatuto do Indigenato (de 1926), este estatuto (“civilizado”) foi revogado, no lugar dele aparecia o “assimilado”, fazendo com que aqueles que quisessem manter seu *status* legal tivessem de passar pelas *démarches* novamente.

Uma alteração significativa neste contexto foi a chegada de novos colonos portugueses nos anos quarenta, registrado assim por ele: “[...] quando a família portuguesa cresceu, cá dentro, cerca dos aos 40, houve a assimilação” (DAVID apud LABAN, 1991, p. 56). Cláudia Castelo (2007) destaca que em 1940, 50,56% da população branca estava nas cidades; em 1950, esta porcentagem passou para 57,66% e, em 1960, excedia os 60%, ou seja, houve um crescimento de 10% em dez anos. As localidades com maior presença europeia eram Luanda, Huambo, Benguela, Huíla, Bié, Moçamedes e Cuanza-Sul, sendo que a capital de Angola, em 1950, apresentava um crescimento de mais de 108,52% da população oriunda de Portugal.

Em 1954, o Estatuto do Indigenato é reformulado, criando ainda mais dificuldades para a obtenção do Bilhete de Assimilado, além de tornar esta condição frágil, já que, como salienta Nascimento (2013), poderia ser revogada a qualquer momento, ao sabor das autoridades administrativas. Por esta razão, ele pode ser entendido como o resultado de um esforço empreendido por Portugal para proteger os portugueses menos qualificados da concorrência interna com os nativos. E é sobre o estatuto de 1954 que David vai mais claramente responder o que tinha sido anteriormente perguntado por Laban, ou seja, quais as prerrogativas para se tornar um assimilado:

Mais tarde, veio então o atestado de assimilação, nos anos 50. Aí então... Era preciso bilhete de identidade – mas, para obter o bilhete de identidade, era preciso obter a cidadania... E isso então foi escabroso... Aí foi a humilhação total do negro: o indivíduo tinha que preparar uma série de documentos, uma coisa doida... Certidão de idade, habilitações literárias, isto é, a 4ª classe, diploma, atestado de residência, atestado de comportamento moral e civil – dado pelo administrador do concelho –, veja bem... E depois, documento militar – e

para obter esse documento militar, se era indígena, era preciso pagar x impostos, segundo a idade que ele tinha, era o imposto indígena, e só depois é o que lhe passavam o documento militar. Depois, registro policial, registro criminal! (DAVID apud LABAN, 1991, p. 56).

Na construção discursiva expressões enfáticas como “humilhação total”, “série de documentos”, “sete documentos”, “Isso é horrível!”. A “humilhação” se dava pelo excesso burocrático desse processo, que por um lado tinha como pressuposto básico evitar o próprio sucesso da assimilação, pois “Se todos os colonizados se tornassem colonizadores, quem colonizaria?” (MEMMI, 1989, p. 8). Por outro lado, essas exigências serviam para “enquadrar”, de maneira discriminatória, os futuros assimilados¹³.

A razão para tais entraves e dificuldades na concessão do documento de assimilado pode ser explicada, também, pelo fato de que os próprios colonos temiam a concorrência daquela elite local. Castelo (2007) e Conceição Neto (2000) mostram que para proteger os imigrantes portugueses menos preparados as autoridades metropolitanas mostraram-se extremamente rigorosos no exame das condições exigidas para a concessão do estatuto aos angolanos.

Para romper essas dificuldades, aqueles que queriam se tornar assimilados elaboraram uma série de mecanismos de resistências à violência do colonialismo português. Para isto falsificavam documentos ou mesmo habitações para que fossem considerados “civilizados” e assim terem as supostas vantagens correspondentes a esse estatuto. Como salienta David havia a revista das autoridades coloniais na residência dos pretendentes, mas as autoridades eram ludibriadas porque havia sempre um parente que emprestavam móveis, utensílios domésticos etc. Adriano Sebastião (1993), em seu livro de memórias, também descreveu a visita de um desses inspetores em sua casa no ano de 1953, onde teriam ido para comprovar que suas cunhadas (que viviam com ele) tinham condições para conseguir o estatuto, segundo ele os funcionários arbitrariamente mandaram levantar os colchões das camas para ver se elas não era de capim. Maria Conceição Boavida em depoimento dado a Fernando Correia (2009) diz que este burocrata português ia à casa do candidato para

ver como a família em questão vivia, ou seja, como é que comia, como se vestia. Já Fernando Mourão (2006) registra o depoimento de um pastor protestante, Sebastião Paes Domingues, que trabalhou nos musseques de Luanda. Afirma este pastor que várias vezes ele emprestou a sua mobília a candidatos para que assim estes pudessem enganar as autoridades coloniais. O ex-bispo da Igreja Metodista, Emílio de Carvalho, também relatou em trabalho de Ledson Chagas (2009), que sua família conseguiu ludibriar as autoridades pois ele não dormia em camas, mas sua mãe arrumou o quarto de uma forma no dia da visita, quando o funcionário apareceu pensou estar diante de uma “casa portuguesa” em Angola.

Voltando à entrevista de David ele ressalta que mesmo ante a esta dificuldade, tanto aqueles que conseguiram o estatuto de assimilado e seus filhos tinham algum tipo de proteção, pois “ninguém bulia com eles”. Mas era fato também o peso que o processo de assimilação, ou seja, quanto mais jovem se tornava um assimilado, maior era a perda do domínio sobre a língua nativa, bem como a alienação em relação à situação dos angolanos tipificados como “indígenas”.

Para David, o resultado da política de assimilação foi a segregação existente dentro da sociedade angolana, pois a posição de indígenas e assimilados separava as pessoas. “[...] Inclusive houve assimilados que aproveitaram mal a sua posição de assimilados – ficaram iludidos, julgando naturalmente que eram brancos” (DAVID apud LABAN, 1991, p. 60). Entretanto ele era diferente:

Eu considerei-me sempre negro. Evidentemente, com um substrato social respeitando a minha posição, mas humanizando-me com os meus irmãos. Eu até lhes dizia ‘Meus amigos, quando vocês me veem dar com os brancos, é para vossa defesa! Porque se eu não estiver ao pé dos brancos, vocês não tem defesa nenhuma. E eu é que vos defendo...’ (DAVID apud LABAN, 1991, p. 60).

Na resposta ele faz uso da expressão “negro”, até então ele se referia a dimensão racial “pretos”. Mas esta categoria política não significava homogeneidade, pois ele tinha uma “posição”, um “substrato social” diferente, mas “humanizava-se” com os demais

angolanos. A referência à negro (e talvez a negritude) também foi uma forma de evidenciar o fato de que ser assimilado não era “vender-se” aos portugueses, mas sim utilizar-se de uma prerrogativa dada pelo colonizador para assim ter uma proteção social (e sobretudo jurídica) um pouco maior do que a dos “indígenas” e sobretudo lutar contra a dominação colonial¹⁴. David busca então reforçar a visão diz que estava do lado dos nativos e que por essa razão era respeitado por eles:

Senhor Raul, nós conhecemos muito assimilado, mas como você não conhecemos... Um homem que concebia a sua vida convivendo conosco, seus irmãos, e convivendo com os brancos – e fazendo respeitar-se nos dois lados – isto é muito difícil (DAVID apud LABAN, 1991, p. 61).

A entrevista continua com perguntas de Laban sobre personagens da sociedade angolana e de que maneira eles aparecem em suas obras, tais como o contratado, o funante, o aviado... além das ligações de David com o comércio e seus trânsitos pelo interior de Angola e termina com o depoimento de David, de que mesmo depois do fim do Estatuto do Assimilado essa distinção permaneceria na sociedade angolana, fazendo com que muitos assimilados tivessem “velhices ruins” em função de seu comportamento durante o período colonial.

A literatura de David: pensar e escrever a sociedade colonial, imaginar a nação

A literatura de David faz parte de um conjunto de escritos que tem na reflexão sobre a sociedade colonial um dos seus elementos centrais. Nestas obras o narrador funciona, segundo Inocência Mata (2012), como *griot*, ou seja, um cronista dos eventos do cotidiano, fazendo uso de suas memórias e experiências individuais e coletivas. Desde grupo fazem parte nomes como Luandino Vieira, Manuel dos Santos Lima, Arnaldo Santos, Uanhenga Xitu, Pepetela, Boaventura Cardoso... e Raul David.

Este conjunto de obras cumpre um papel formativo importante, em um contexto no qual a história de Angola, enquanto uma escrita científica produzida pelos próprios angolanos, ainda estava pouco ou não escrita. Assim temas da história local da primeira metade do século XX ressaltam nas obras de David como a imposição de culturas obrigatórias (sisal, café...), opressão e resistência ao colonialismo, formas de justiça nas sociedades tradicionais umbundo, missões e missionários no interior de Angola (sobretudo Benguela), as relações comerciais existentes e seus personagens como o aviante, funante, roceiro, contratado etc. Apesar disto David não tem merecido ao longo dos anos, muitas análises de sua produção literária, sendo tangencialmente citado ou referenciado por alguns pesquisadores e estudiosos¹⁵.

Como político-escritor-historiador podemos pensar David enquanto um literato que fez história e um historiador que fez literatura, por outro lado, as posições do homem político atravessaram todas as entrevistas e obras literárias analisadas. Como queria fazer-se entender usou no início de suas obras prólogos, “esclarecimentos” e citações. Desta maneira buscou direcionar o olhar do leitor para que este observasse o que ele desejava. O que não impede, entretanto, a existência de uma série de discursos diferentes e por vezes até divergentes, as polifonias, que se entrecruzam e se chocam nas suas obras, bem como na entrevista analisada anteriormente.

Colonizadores e Colonizados foi o seu primeiro e até hoje mais famoso livro. Trata-se de uma série de relatos sobre a colonização portuguesa e sociedade em Angola e São Tomé na primeira metade do século XX¹⁶. Em grande parte as histórias se passam na região de Benguela e trazem a ideia de um universo social cindido entre colonizadores e colonizados, brancos e negros¹⁷. O livro já em sua versão definitiva (do ano de 1984), é composto de 22 contos. Em grande parte os personagens são homens de fronteira, ambíguos, móveis, que transitam por Angola e São Tomé que se misturam com as pessoas e estruturas locais. O que para Laura Padilha (2006) é uma constante na ficção angolana produzida entre os fins do século XX e início do XXI no qual os “os sujeitos produtores de textos” buscavam encetar uma espécie de “viagem por sua alteridade”, daí a

construção de histórias onde os trânsitos, travessias, deslocamentos, andanças... faziam-se recorrentes.

Em *Colonizados...*, a caracterização de uma sociedade plural, mais cindida, onde personagens de fronteira como Manuel Karitoko teriam sempre um destino ruim caso esquecessem suas raízes:

Agora destribalizado, o nome da sua terra passara a ser um símbolo denominativo, tinha como única valia a identificação pessoal na caderneta do imposto indígena, pois todo homem tem terra, onde nasceu.

Os parentes distantes seriam assuntos de ocasião, porque na vida de Manuel Karitoko o que contava agora era o trabalho de todos os dias, por semanas a fio, meses e anos, sem saldo positivo forrado no canto da mala.

[...] perdera-se como tantos outros no turbilhão absorvente da cidade (DAVID, 1984, p. 34).

A mensagem que parece está claro nesta obra de David é de que mesmo em uma realidade de personagens plurais, vivia-se uma sociedade segregada, onde o meio termo não era uma boa escolha naquele contexto de violência e injustiça¹⁸. O que pode ser visto no último conto do livro, *Rescaldo de Fim-de-Ano* que conta a história do português Eduardo de Moraes que falava bem o quimbundo e tinha acesso aos ritos daquela comunidade¹⁹. Ele vivia maritalmente com duas angolanas, quando foi roubado. No inquérito policial estabelecido pela autoridade portuguesa local (o “chefe do posto”). David coloca na boca de seus personagens a crítica aos processos de mistura e os lados daquela situação colonial. Para o chefe do posto “[...] se não estivesse tão promiscuído com pretos nada disso teria acontecido” (DAVID, 1984, p. 180). Bem como mulheres angolanas dizem para as esposas do Português, depois destas serem injusta e violentamente torturadas, que era “[...] muito bem feito para elas. Tiveram o troco de comerem bem. Agora, daqui para diante, ficam sabendo que branco não tem amigo preto” (DAVID, 1984, p. 180). Assim termina o livro com uma mensagem clara a cerca de uma

sociedade profundamente diversa, com identidades, múltiplas e plurais, trânsitos, mestiçagens e misturas de diversas ordens, mas cindidas entre o colonizador e o colonizado, na qual o angolano teria que escolher um lado.

Seu segundo livro *Escamoteados na Lei* traz contos inspirados em situações reais de uma Angola colonial profundamente marcada pela violência do colonizador e pela resistência dos colonizados. Nesta obra a preocupação com os fatos históricos é maior do que a própria criação literária. Na edição de 1980, Raul David inclui um “esclarecimento”, onde assume a importância do trabalho de “resgate histórico”, das ações do MPLA no qual era ligado, bem como assume a sua condição de ex-assimilado e o seu papel naquele contexto pós-independência.

Povo colonizado que fomos, mesmo quando revestidos da frágil capa de ‘ASSIMILADOS’, foi-nos vedada (isso é verdade) a porta da narrativa histórica. Deste modo, foram-se extinguindo dados preciosos, com a morte dos velhos que os retinham na sua arca mental. Resta-nos, na medida do possível, salvar o que ainda existe (DAVID, 1980, p. 10).

Trata-se de um momento de imaginar uma nação angolana, o livro é de 1977 e a independência se dera em 1975, no qual não seria possível deixar as marcas da colonização de fora, mas a recusa da assimilação e a busca pelas tradições (e raízes) seriam o norte a partir do qual esta nação deveria ser construída, possibilitando assim princípios de uma “camaradagem horizontal” e um “nós coletivo”²⁰.

Os contos do livro tem um caráter de denúncia no qual destaca a tomada das terras dos nativos, imposição de culturas agrícolas obrigatórias, “leis de papel”, injustiças com acusações falsas de crimes... A violência do colonizador é ressaltada com o claro propósito de chocar o leitor, como por exemplo em *Chico das Cabras* no qual o protagonista foi injustamente preso e torturado, “[...] palmatoado nas mãos e pés; as costas foram-lhe cortadas a chicotadas de cavalo-marinho pelo próprio chefe, enquanto dois cipaio o bastonavam à manguairada” (DAVID, 1980, p. 48). Além

disso, resistências igualmente dramáticas, como no caso de descrito em *Neketela*, onde o personagem que dá título ao texto, diante de mais uma situação de trabalho obrigatório, utiliza-se de um enxó (espécie de enxada pequena) decepando quatro de seus dedos.

Como no livro anterior David descreve ao longo dos seus 13 contos uma sociedade dual, marcadamente cindida entre colonizadores e colonizados, como se vê por exemplo no conto *Patriotas* que relata a história de Amandio, mais conhecido como gigante, filho de português com uma angolana. Órfão de mãe, ao perder o pai será criado pelos seus irmãos mulatos. Gigante falava umbundu e por ser motorista estava em todos os lugares. David procura evidenciar um sujeito mestiço, de misturas e trânsitos. Mas mesmo assim, este personagem tinha um lado naquela situação colonial:

De boas falas, estava em todos os meios, quer de brancos funantes ou exportadores, quer de pretos indígenas ou assimilados. Quer era aldrabarão, toda a gente também o sabia. Que era vigarista, sabiam-no seus credores ou amigos a quem pediam letras de favor sem satisfazer muitas delas. No fundo e no restos, as pessoas, umas mais outras menos, gostavam dele. Porém, estava ainda por descobrir a sua última qualidade: DELATOR DA PIDE (DAVID, 1980, p. 48).

Ser delator da temida Pide (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que perseguia, prendia e torturava os africanos contrários a colonização portuguesa era a pior posição que um angolano ou português poderia ter, neste caso David reitera que o fato de que Amandio (“Gigante”) ser um personagem, que transitava entre espaços e pessoas, o tornava ainda mais uma pessoa perigosa, “Gigante, camionista transitando por estradas, conhecedor de matas e quimbos, negros e costumes, língua e tendências, parecia tresloucado na denúncia aberta contra toda a gente” (DAVID, 1980, p. 48).

Os livros que se seguem a *Escamoteados...*, *Contos Tradicionais da Nossa Terra (I)*, *Narrativas ao acaso*, *Contos Tradicionais da Nossa Terra (II)*, *Cantares do Nosso Povo* e *Crônicas de Ontem para Ouvir e Contar* consolidam o viés histórico da produção literária de David. Nestes livros tenta-se mostrar aspectos da cultura tradicional

de Angola, assumindo definitivamente a sua posição enquanto um pesquisador preocupado com o mundo rural angolano, com suas tradições e histórias. O apelo à tradição está anunciado no poema que antecede os contos de *Crônicas...*

Felizes os que souberam
conservar as suas tradições
deixadas pelos ancestrais.
Felizes os que se não iludiram
Com o pregão insidioso
Dos que se diziam portadores
Da mais humana civilização.
A realidade provou-nos dolorosamente
Os propósitos de quem africanamente
Hospedámos em nossa casa (DAVID, 1989, p. 11).

Crônicas... compõe-se de uma série de micro contos que repetem quase sempre o mesmo padrão, a violência do colonizador, a reação do colonizado. Nesta obra ele deixa ainda mais explícito a posição de que mesmo aqueles que colaboraram (ou entraram) nas estruturas sociais e políticas do colonizador, mesmo assim estavam submetidos ao jugo colonial, como no caso do assimilado Capingana de Cavissamba, no conto de mesmo nome. Capingana tinha sido educado em uma missão protestante, possuía terras e de bom grado acolheu um português maltrapilho, cedendo-lhe trabalho. Como o tempo passa a ser roubado pelo europeu, e mesmo depois de denunciar a autoridade colonial nada foi feito. Afinal a palavra de um preto nunca valeria mais do que a de um branco.

Depois de uma lacuna de quase dez anos David publicou em 1997 o seu último livro, *Da Justiça Tradicional dos Umbundus*, que segue os mesmos padrões anteriores destacando a violência do colonizador ao submeter povos. Em grande parte é um aprofundamento do que ele já tinha feito em *Colonizadores e Colonizados* (escrito em 1974) pois em seu primeiro livro *Colonizados...* esta questão já tinha vindo a tona no conto *O Juiz foi apenas testemunha* e *No banco dos Réus* e representa um olhar sobre seu grupo social de

origem, os umbundos. Encerrava-se assim um ciclo de obras que traziam um grande combate pela história de seu país e povo, mas também por sua identidade.

Considerações finais

Analisar a história do político e escritor Raul David é entender os lugares (e entre-lugares) da situação colonial, onde novas estratégias de estratégias de subjetivação (singular ou coletiva) e novos signos de identidade são formados. Por outro lado é também entender de que maneira estes personagens constroem estratégias de colaboração, “usos” e contestação ao sistema colonial, como fica evidenciado na sua entrevista pautada na distinção entre vantagens e desvantagens de ter sido um assimilado, na ideia de que “isso foi um jogo”.

Suas memórias podem ser entendidas não só como um discurso político, mas também locus de representação das situações de dependência e resistências das situações geradas pelo contato colonial, onde sacrifício e jogo, submissão e transgressão, obediência e rebelião, assimilação e expressão fizeram parte do “ritual antropófago” que ele como um assimilado se submeteu²¹.

Entretanto mesmo ele sendo um indivíduo hifenizado, ambivalente, híbrido, fruto de uma sociedade colonial na qual a simples oposição, entre colonizadores e colonizados, não dá conta de sua diversidade e pluralidade, suas entrevistas e produções literárias são frutos do momento das guerras (contra Portugal, depois guerra civil) e de construção de uma nação angolana que exigia dele um lado e convicções claras (e dualistas) em relação as políticas de assimilação e as cisões dentro da sociedade colonial. Ser menos dual, mais binário, no próprio exercício de imaginar e narrar o homem nacional, também fazia parte do jogo, a ser jogado naquele novo momento. Assim sendo é possível pensar Raul David, como um intelectual orgânico, ligado a seu grupo social de origem, viveu, pensou, “jogou” e escreveu sobre o colonialismo português em Angola e imaginou novas formações sociais, políticas e ideológicas para uma Angola, recém saída de uma dura luta anti-colonial²².

COLONIAL POLICIES AND THE ANGOLAN SOCIETY IN THE MEMOIRS AND SPEECHES OF THE WRITER RAUL DAVID

Abstract: This article analyzes the history of assimilated, political and Angolan writer Raul David Matthew. It aims to understand how he lived, thought and wrote colonial assimilation policies of Portugal in Angola and the Angolan society before and after independence. For this we will make use of their memories and present speeches in interviews and literary works.

Keywords: Angola. Assimilated. Society. Memory. Literature.

Notas

¹ Apesar da terminologia “assimilado” já existir legalmente desde a Carta Orgânica de Angola de 1917, ainda no período republicano, estipulando a necessidade de um porte obrigatório do alvará, somente o regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena (1931), durante o salazarismo, dizia de maneira mais clara e detalhada para Angola das condições que um “indígena” (nativo) teria que passar para se tornar um assimilado: 1) Ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra; 2) Falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa; 3) Adotar a monogamia; e 4) Exercer profissão, arte ou ofício compatível com civilização europeia, ou ter rendimentos que sejam suficientes para prover aos seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário, para si e sua família. Uma discussão sobre os desdobramentos deste Estatuto pode ser encontrada em Cruz (2005).

² A distinção entre antigos e novos assimilados foi feita por Christine Messiant (2009). Mais recentemente Washington Nascimento (2013) aprofundou o debate sobre os novos.

³ A ideia de entre-lugar é derivada de Homi Bhabha (1998), como um lugar de contato, mistura e da construção de novos processos culturais e identitários.

⁴ Durante a colonização do continente africano houve modelos distintos de administração colonial, que grosso modo, pode ser definidas de duas maneiras; políticas de diferenciação praticadas por Inglaterra e Alemanha e políticas de assimilação seguidas por Portugal, França e Bélgica. Os primeiros defendiam uma administração indireta, que não substituíra as estruturas pré-existentes e os chefes tradicionais reconhecidos, as culturas locais era vistas como “diferenciadas” e que por esta razão deveriam, na medida do possível, ser mantidas separadas (apartadas) das estruturas metropolitanas. Já os partidários das políticas de assimilação previam uma administração com certa integração política, ou seja, com o tempo e mediante certas reservas, os colonizados poderiam se

tornar cidadãos com “plenos direitos” dentro da região colonizada, adquirindo o mesmo estatuto de qualquer cidadão metropolitano. M’Bokolo (2012); Betts (2010); Hernandez (2008).

⁵ Consideramos como Maurice Halbwachs (2004), a memória enquanto uma reconstrução parcial e seletiva do passado a partir de determinados enquadramentos sociais, como a família, grupos profissionais, classes etc., servindo desta maneira como um elemento de coesão do grupo. Entretanto concordamos com James Fentress e Chris Wickham (1994) que há em Halbwachs um excesso de peso no olhar sobre as determinações coletivas e um desprezo sobre as dimensões individuais do ato de lembrar, apesar de não negar as influências do contexto social que cerca o indivíduo.

⁶ Sobre a revolta de Baixa de Cassanje, caberia destacar a pesquisa de Aida Freudenthal (1995-1999).

⁷ MORREU escritor angolano Raul David. *AngoNotícias*, 22 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/artigos/item/3907/morreu-angolano-raul-david>>.

⁸ MPLA consternado com morte do escritor Raúl David. *ANGOP*, 21 fev. 2005. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2005/1/8/MPLA-consternado-com-morte-escriptor-Raul-David,cdf2c41e-7505-4ada-9b89-07feef7fa7df.html>. Acesso em: 23 jun. 2016.

⁹ DAVID, Raul. É um erro crasso afirmar-se que a Kilapanga veio de S. Tomé. *Jornal de Angola*, 15 ago. 1993.

¹⁰ Michel Laban nasceu na Argélia (Constantine) em 1946. Estudou Literatura Geral na Universidade de Argel e Espanhol e Português em Paris, França. Faleceu em 2008 em Paris. Ainda vivo realizou uma série de entrevistas com escritores angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos publicando as mesmas entre os anos de 1980 e 2002.

¹¹ Nascimento (2013) mostra de que maneira os cinemas obedeciam a uma espacialização racial em Luanda, sendo que em alguns deles indígenas ou assimilados não podiam entrar, daí a referencia de David de que só poderia ir ao cinema “caso os brancos aceitassem”.

¹² O objeto central da obra de Hannah Arendt é a compreensão do totalitarismo, aprofundando, sobretudo, o caso soviético e o alemão. Mas ao apresentar um quadro completo da organização totalitária, a sua implantação, a propaganda, o modo como manipula as massas e de que maneira ele se apropria do Estado com vista à dominação total, usando para isso a dimensão do racismo e da burocracia. Arendt nos oferece suportes metodológicos importantes para entendermos realidades distintas como, por exemplo, o colonialismo Português na África. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹³ Os próprios defensores do colonialismo português, por exemplo, Afonso Mendes, português, aluno do Instituto Superior Ultramarino em sua dissertação *A Huila e Moçamedes* descreve sobre o quadro social da região, (atual sul de Angola e hoje regiões de Huila e Namibe). Mendes defende que se houvesse uma simplificação na burocracia muitos se tornariam assimilados, “[...] estamos certos de que não haveria um indígena huilense em condições de ser assimilado que não diligenciasse obter o respectivo estatuto” (MENDES, 1958, p. 41).

¹⁴ A Negritude foi um movimento político e cultural surgido na França a partir sobretudo de pessoas originárias das colônias francesas no Caribe. O termo surgiu em 1939, no poema lírico *Diário de um retorno ao país natal*, do antilhano da Martinica, Aimé Césaire, e foi cunhado para apreender a totalidade do mundo negro fundada na ideia de solidariedade racial, a partir da busca pela sabedoria ancestral, pela pujança da cultura africana e a ideia de anterioridade da África nas principais inovações do mundo contemporâneo (LE CALLENNEC, 2007, p. 455-546; HERNANDEZ, 2005, p. 131-156).

¹⁵ Por exemplo, no famoso estudo de Manuel Ferreira, que ao analisar a história da literatura angolana, diz que *Colonizados e colonizadores* publicado em 1974, tratava-se de “[...] um testemunho fraterno do seu povo e uma visão de pendor cristão, excessivamente generoso na análise das relações entre colonizados e colonizadores” (FERREIRA, 1986, p. 58-59). Mais recentemente em seus estudos sobre a “ruralidade” na narrativa angolana do século XX, Ana Lopes de Sá dedicou a David apenas algumas referências em notas de rodapé, a despeito de praticamente toda a obra dele ser dedicada ao mundo rural angolano (LOPES DE SÁ, 2009).

¹⁶ Nos contos há referência aos anos de 1910, 1913, 1941, 1943, e 1950 (DAVID, 1984).

¹⁷ Como ele mesmo explica ao dizer que “[...] o mestiço e o assimilado quando tem comportamento europeu ou disfrutem de meios econômicos são chamados de brancos” (DAVID, 1984, p. 150). Ser branco não era uma questão de cor, mas sim de origem, comportamento social e de “lado” naquela sociedade dividida.

¹⁸ É bem verdade que David relata também situações em que a injustiça foi contida, como em *A Lavadeira da Vizinha* em que as “lágrimas sinceras” de Domingas a livraram de uma acusação injusta (DAVID, 1984).

¹⁹ Ele tinha “[...] acesso aos ‘tambos’ dos caçadores, assistia à cerimônia da ‘abertura dos fogos’ nas grandes festas e participava até das makas, resolvendo-as quando chamado aos povoados”. Segundo David (1984), *Tambos* são compartimentos reservados aos apetrechos de caça, mas pode ser também onde se guarda objetos de cultos. *Abertura do Fogo* trata-se do ritual que antecede qualquer festa grande. Já *Maka* é uma palavra em quimbundo que quer dizer conflito, contenda (DAVID, 1994, p. 177).

²⁰ Para Anderson (2008) a nação é uma comunidade imaginada porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que porventura possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal, a partir do qual se forma um grande “nós coletivo”.

²¹ Faz-se importante destacar a importância de Silvano Santiago (2000) para a discussão que ele faz sobre intelectuais, entre-lugares e culturas em situações de contato colonial.

²² Partimos da ideia de intelectual orgânico de Antonio Gramsci (2000) para entender David enquanto um pensador ligado às organizações políticas e culturais de seu grupo de origem, elaborando uma concepção ético-política-histórica que o habilita a exercer funções educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal do grupo que representam.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: método e instituições. In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). *História geral da África: África sob dominação colonial 1800-1935*. v. VII. São Paulo: Cortez, 2010.

BHABHA, Homi. *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

_____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

CARDOSO, Boaventura. Morreu escritor angolano Raul David, autor de “Colonizados e Colonizadores”. *Agência LUSA*, 21 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=153039&tm=4&layout=121&visual=49>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

CARDOSO, Boaventura. Prefácio à 1ª Edição. In: DAVID, Raul. *Escamoteados na Lei*. União Endiama: Porto do Lobito, 1990.

CASTELO, Cláudia. *Passagens para África*. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

CHAGAS, Ledson Oliveira. A construção da angolanidade através da comunicação audiovisual. In: CONGRESSO REGIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM NORDESTE, 11., 2009, Teresina. *Anais...* Teresina: INTERCOM, 2009.

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. *In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961*. 2012. Thesis (PhD)-Department of History, School of Oriental and African Studies, University of London, London, 2012.

_____. Breve Introdução histórica. In: MEDINA, Maria do Carmo. *Processos políticos da luta pela independência*. Luanda: Faculdade de Direito UAN 2013. p. 15-30.

_____. Angola no Século XX (até 1974). In: ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000. p. 175-196.

CORREIA, Fernando. *Américo Boavida*. Tempo e Memória (1923-1968). 1. ed. Luanda Instituto Nacional do Livro e do Disco, 2009.

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. *O Estatuto do Indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa: o caso de Angola*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

DAVID, Raul. *Ekaluko Lyakwafeka: brado patriótico*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1988.

_____. *Crónicas de ontem para ouvir e contar*. Porto: Edições Asa, União dos Escritores Angolanos, 1989.

_____. *Escamoteados na lei*. Luanda; Endiama: União dos Escritores Angolanos, 1990.

_____. *Colonizados e Colonizadores*. Porto: Edições 70, 1984.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986. 2 v.

FENTRESS, James; WICKMAN, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1994.

FREUDENTHAL, Aida. A Baixa de Cassange: algodão e revolta. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 18-22, p. 245-283, 1995-1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Coord.). *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Cortez, 2010.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- LABAN, Michel. “Estória de família”, de Luandino Vieira (1972: “o que se mistura, separa”). In: GALVES, Charlotte et al. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 115-127.
- _____. *Angola: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991.
- LE CALLENNEC, Sophie. Os caminhos da emancipação In: M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e civilizações*. Tomo 2 (do século XIX aos novos dias). Lisboa: Colibri, 2007. p. 455-546.
- LOPES DE SÁ, Ana Lúcia. *A Ruralidade na Narrativa Angolana do Século XX: Elemento de Construção da Nação*. 2009. Tese (Doutoramento em Sociologia)-Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2009.
- MATA, Inocência. Literatura e política em Angola, hoje: uma leitura da produção ficcional contemporânea. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 25-44, jul./dez. 2012.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola*. Lisboa: Edições ASA, 2007.
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1999.
- M'BOKOLO, Elikia. Capítulo V: Idade de ouro ou crepúsculo da colonização, 1910-1940 In: _____. *África negra: História e civilizações*. t. 2. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2012.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MENDES, Afonso. *A Huíla e Moçâmedes: considerações sobre o trabalho indígena*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

MESSIANT, Christine. *L'Angola post-colonial: Sociologie d'une oléocratie*, Paris: Karthala, 2009.

MESSIANT, Christine. Luanda (1945-1961): colonisés, société coloniale et engagement nationaliste. In: CAHEN, Michel (Org). *Vilas et cidades: Bourgs et villes en Afrique Lusophone*. Paris: Laboratoire Tiers-Monde/Afrique, 1989. p. 125-199.

MESTRE, David. Recensão crítica a “Cantares do Nosso Povo”, de Raul David. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 87, p. 104-105, set. 1985.

MOREIRA, Adriano. As elites das províncias portuguesas de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique. *Garcia de Orta*, v. 4, n. 2, p. 159-190, 1956.

MORREU escritor angolano Raul David. *AngoNotícias*, 22 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/artigos/item/3907/morreu-angolano-raul-david>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*. São Paulo: terceira margem, 2006.

_____. Configuração dos núcleos humanos de Luanda, do século XVI ao século XX. In: SEMINÁRIO ENCONTRO DE POVOS E CULTURAS EM ANGOLA, 3-6 abr. 1995, Luanda. *Atas...* Luanda: Arquivo Histórico Nacional de Angola, 1997.

MPLA consternado com morte do escritor Raúl David. *ANGOP*, 21 fev. 2005. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2005/1/8/MPLA-consternado-com-morte-escriptor-Raul-David,cdf2c41e-7505-4ada-9b89-07feef7fa7df.html>. Acesso em: 23 jun. 2016.

NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do Mato: os “novos assimilados” em Luanda*. 2013. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PADILHA, Laura Cavalcante. Colonialidade e literatura em Angola – do enfrentamento às novas cartografias. In: DELGADO, Ignácio G. et al. (Org.). *Vozes (além) da África*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006. p. 73-88.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 7-16, dez. 2009.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar no discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SEBASTIÃO, Adriano. *Dos campos de algodão aos dias de hoje*. Luanda: Edição do Autor, 1993.

Recebido em: 24/04/2016

Aprovado em: 07/08/2016

289

En quoi les mouvements sociaux du passé éclairent-ils ceux d'aujourd'hui?*

Michel Pigenet**

Résumé: Depuis quelques années déjà, les enquêtes d'opinion se suivent et se ressemblent, en France, pour confirmer la réalité d'inquiétudes à l'égard du présent et du futur qui, couplées aux tentations du repli sur l'immédiat, le quotidien et le proche, traduisent un profond scepticisme quant à la possibilité d'issues collectives, de changements d'envergure et d'ordre «politique». Si l'attachement aux acquis sociaux subsiste, les aspirations égalitaires reculent, à l'instar des formes de solidarités tant soit peu élargies. Comment ne pas déceler là autant d'indices de l'ébranlement du «vivre ensemble», constitutif d'une crise sociopolitique sans précédent. L'une des principales manifestations de cette dernière réside, précisément, dans le grippage des modes ancien d'articulation du social et du politique.

Mot-clés: Histoire du travail. Mouvements sociaux. Politique ouvrière.

Depuis quelques années déjà, les enquêtes d'opinion se suivent et se ressemblent, en France, pour confirmer la réalité d'inquiétudes à l'égard du présent et du futur qui, couplées aux tentations du repli sur l'immédiat, le quotidien et le proche, traduisent un

* Conferência ministrada em Porto Alegre, no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS pelo Prof. Dr. Michel Pigenet.

** Professor emérito de História Contemporânea da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Centro de História Social do século XX (UMR 8085). Presidente da Associação Francesa da História dos Mundos do Trabalho.

profond scepticisme quant à la possibilité d'issues collectives, de changements d'envergure et d'ordre «politique».

Si l'attachement aux acquis sociaux subsiste, les aspirations égalitaires reculent, à l'instar des formes de solidarités tant soit peu élargies. Comment ne pas déceler là autant d'indices de l'ébranlement du «vivre ensemble», constitutif d'une crise sociopolitique sans précédent. L'une des principales manifestations de cette dernière réside, précisément, dans le grippage des modes anciens d'articulation du social et du politique.

La fragmentation des mouvements sociaux enregistre ainsi l'affaiblissement des macro-organisations qui, hier encore, réussissaient à s'inscrire dans la durée, à se doter de projets, d'alliés et de relais politiques. Cela ne va pas sans rejaillir sur le système de représentation politique dont la «professionnalisation» révèle surtout l'homogénéisation sociale et le défaut d'ancrage dans les classes populaires et moyennes. Joue encore la rupture avec le volontarisme, typique, j'y reviendrai, d'une certaine tradition républicaine française, dont témoignent les doutes, réitérés aux plus hauts niveaux de l'Etat, sur la capacité de celui-ci à agir sur les hiérarchies et les relations sociales ou à bousculer les «lois» d'une économie naturalisée.

De fait, les «réformes» (contre-réformes?) engagées depuis près de trois décennies procèdent d'une adaptation aux exigences de compétitivité, fût-ce au prix de la révision de protections obtenues de haute lutte, dont la défense a structuré les dernières mobilisations sociales françaises d'envergure (retraites et, cette année encore, conventions collectives et code du travail).

A une autre échelle, la mondialisation néo-libérale et l'émergence de l'échelon politico-normatif européen brouillent les cadres et les référents nationaux que les mouvements sociaux classiques avaient appris à maîtriser dans la dynamique de construction de l'Etat social, stade suprême, selon moi, de l'Etat-nation «à la française».

Cette perte de repères et l'évidente difficulté à user des ressources offertes par les instances communautaires de l'Union européenne affectent au premier chef les organisations ouvrières et populaires. Les classes moyennes parviennent relativement mieux, pour leur part, à faire valoir leurs préoccupations à travers des mobilisations associatives et en réseaux. A cette fin, elles développent un

militantisme spécifique, friand d'initiatives médiatiques, nourri de compétences scientifiques et techniques. Sur cette voie, par exemple en matière de consommation ou d'environnement, le langage commun de l'expertise rend possible l'accès aux lieux d'élaboration des politiques publiques.

En regard, les démobilisations populaires participent d'une «dépolitisation» que traduit partout la montée tendancielle de la non-inscription et de l'abstention depuis les premiers décrochages de la seconde moitié des années 1980. En comprendre les ressorts implique de se départir d'une approche de la «politisation» des classes populaires en termes d'acculturation pour la considérer sous l'angle des usages populaires des ressources du politique.

De quoi parle-t-on?

Avant d'aller plus loin, il semble nécessaire d'opérer un retour sur la signification et l'évolution historique de notions essentielles à notre propos: «social», «mouvements sociaux», «politique», «politisation»...

Le «social»?

Le vocable est sans doute parmi les plus utilisés et, par suite, les plus polysémiques. Si l'on admet que l'adjectif renvoie aux communautés et aux groupes qui composent une société, d'autres sens, vieillis, se font jour. Ainsi le terme s'appliquait-il, au 16^e siècle, à des personnes «agréables aux autres» – équivalent du «sociable» actuel –, tandis qu'au 18^e siècle, le *Contrat social* de Rousseau traitait de la manière dont les hommes régissent leurs relations. Au lendemain de la Révolution française, l'évidence des conflits d'intérêts et le constat des désordres consécutifs à l'industrialisation ont accompagné l'émergence d'une «question sociale» liée au sort des «classes ouvrières», comme l'on disait alors, et qui reste associée à nombre d'initiatives, de politiques et d'institutions des 20^e et 21^e siècles. Aussi bien Pierre Rosanvallon (1998) est-il fondé à qualifier le «social» de [...] catégorie inventée au 19^e siècle pour rendre la

société gouvernable en légalisant le mode d'agrégation des intérêts et l'institution de pôles régulateurs intermédiaires entre l'Etat et les individus».

Les «mouvements sociaux»?

La première occurrence remonte à 1823. Elle apparaît sous la plume de Benjamin Mazel, un avocat de Montpellier, auteur d'une *Théorie du Mouvement social*, fouriériste et conférencier invité par la Société de Morale chrétienne, soucieuse de comprendre, au lendemain de la Révolution, les forces à l'œuvre dans la dynamique sociale. Dès ce moment, une triple démarche d'érudition, de compréhension et d'intervention guide l'observation des mouvements sociaux.

S'agissant de ces derniers, Danielle Tartakowsky et moi-même avons opté, dans l'ouvrage publié sous notre direction, pour la définition la plus large, incluant

[...] toutes les mobilisations destinées à améliorer ou protéger les conditions d'existence de leurs acteurs, à contester les hiérarchies et les relations sociales, et à générer des identités collectives et des sentiments d'appartenance (TARTAKOWSKY; PIGENET, 2012).

Le périmètre englobe tout autant des révolutions, des rébellions et des émeutes que des grèves, des campagnes électorales, des pétitions, et concerne aussi bien les ouvriers que les paysans, les jeunes, les catholiques ou les minorités sexuelles...

Ceci noté, la dimension protestataire des mouvements sociaux ne préjuge pas de leur caractère «progressiste», «conservateur» ou «réactionnaire». Dans la longue durée, les mouvements populaires, de tonalité souvent défensive face à une «modernité» synonyme de déstabilisation ont fréquemment été qualifiés d'«archaïques» par les élites. Ainsi en alla-t-il des résistances aux machines ou à la rationalisation, mais encore, sur un terrain plus politique, des chouanneries paysannes soulevées contre les bourgeoisies républicaines urbaines,

du boulangisme, du poujadisme, des émeutes xénophobes, de l'anti-sémitisme – le «socialisme des imbéciles», selon Bebel –, des protestations contre la laïcisation de l'espace public et de l'enseignement...

Le et la «politique»?

Le terme de «politique» revêt deux grandes acceptions:

- La politique, soit l'ensemble des procédures, des pratiques d'accès, des lieux de contrôle du pouvoir politique.
- Le politique, soit les modes d'exercices de pouvoirs, quels qu'ils soient. De ce point de vue, la direction d'entreprises, les relations dans les ateliers, sur les chantiers, dans les bureaux procèdent également du politique. En tout état de cause, le politique englobe à la fois les institutions, les appareils et les valeurs qui les fondent et légitiment.

En rester là s'avère toutefois insuffisant. L'histoire du mouvement ouvrier le rappelle. Au 19^{ème} siècle, les séparations établies ultérieurement entre ses différentes sphères d'intervention n'ont pas l'évidence que nous leur prêtons aujourd'hui. Le syndicalisme, par exemple, fut le fruit de pratiques, de tâtonnements, d'échecs qui ont vu se succéder ou cohabiter le compagnonnage, les sociétés mutuelles, les sociétés de résistance et les chambres syndicales.

Politisation?

Dans la perspective qui est la nôtre, celle des rapports du social et du politique, le politologue Jacques Lagroye assimile la politisation à une «requalification politique de pratiques sociales et de schémas d'interprétation du monde social». Historiquement et sur un mode élémentaire, le vocable, dont la première occurrence remonterait à 1949, désigne le processus d'acceptation du politique et d'implication dans la politique, fut-ce pour les contester. Rien moins que linéaire, le processus est historiquement scandé de phases d'accélération et de cristallisation – révolutions, Libération, mouvements sociaux du type 1936, 1968 – où tout, soudain, paraît «politique» et de périodes

de déconstruction-recomposition pendant lesquelles, sous l'effet de la répression ou de l'épuisement d'anciennes configurations sociopolitiques, la vie semble se «passer ailleurs».

Pour ce qui est des milieux ouvriers et populaires, l'intérêt et la difficulté du questionnement découlent de ce que ces groupes semblent parmi les plus éloignés des valeurs et procédures de la politique institutionnelle. Le problème éclaire simultanément la nature du clivage gauche/droite. Pour une part, ce dernier classement s'opère sur la base de la double attente de la réalisation de la justice et du progrès social, plutôt à «gauche», et de la sécurité, plutôt à «droite», dont la combinaison intéresse peu ou prou tous les mouvements sociaux.

Classes populaires, mouvements sociaux et politiques dans l'histoire hexagonale contemporaine

Evoquer le rapport des classes populaires à la politique impose de revenir aux sources du compromis sociopolitique qui, forgé sous la Révolution française, fut au fondement du combat républicain, dont l'issue victorieuse reposa largement sur des mobilisations populaires qu'il a fallu payer en retour, au moins de mots.

Le social, la politique et la République

L'histoire explique ainsi pourquoi, en France, la République ne désigne pas seulement un type de régime, mais aussi des valeurs et des projets, au nombre desquelles la justice sociale, voire le bonheur, figure en bonne place à titre de promesse.

Le problème tient à ce que le compromis sociopolitique au fondement du triomphe de la République a érigé en exigence politique la protection de la petite propriété, en premier lieu paysanne, mais tout autant artisanale ou commerciale, gage d'indépendance et d'exercice effectif de la citoyenneté. Cette conception conduisit à négliger, voire à maintenir en dehors du compromis, les ouvriers pour cause de condition prolétarienne. Ainsi les républicains ont-ils

buté sur la «question sociale», dont la de résolution exigeait une législation que son coût fiscal retarda longtemps, car il aurait surtout pesé sur les classes moyennes, piliers du régime.

La «question» fut néanmoins posée, en premier lieu par les intéressés. Des «démocrates» de 1849 aux «partis ouvriers» de la fin du XIX^e siècle, une large partie de la gauche française s'est donc définie et affirmée par la double volonté de «sociologisation» des enjeux politiques et de «politisation» des tensions sociales.

Identification d'une «politique ouvrière et populaire»: une alternative?

A la suite d'Eric Hobsbawm et de son étude des «primitifs de la révolte», des historiens, parmi les quels je me range, ont discerné les principaux traits d'une «politique populaire», que l'on pourrait tout aussi bien qualifier d'«ouvrière». Celle-ci, parfois regardée comme «archaïque» ou «infrapolitique», semble davantage relever de l'anthropologie que de la pensée et de l'action politiques.

Indissociable de la condition ouvrière ou du petit peuple des villes et des campagnes, obnubilée par les impératifs de l'existence, forgée dans l'expérience des solidarités élémentaires et l'immédiateté des rapports de domination, la politique populaire semble inapte à la formation d'une conscience des enjeux et cadres du politique. Pour autant, les valeurs qu'elle mobilise, les pratiques, locales et collectives, qu'elle promeut revêtent bel et bien une dimension politique dans leur manière même de contourner et de subvertir la politique instituée, imprégnée de juridisme, portée à l'abstraction et à l'affirmation d'opinions individuelles.

Par-là, la «politique ouvrière et populaire», dont les ressorts sont la quotidienneté, la proximité, l'immédiateté, l'égalitarisme, tous accordés à l'éthique du «faire», participe d'une intervention grosse de potentialités alternatives, qu'il revient aux mouvements sociaux de se saisir et d'explicitier. C'est en effet à partir de leurs valeurs et attentes que les classes populaires usent des ressources de la politique pour en modifier les objectifs et les modalités. A distance défiante des «politiciens» et de la politique institutionnelle,

elle ébauche le contre-modèle d'une politique «en acte», «directe» et «exécutive», dont les fondements sociologiques et anthropologiques ne préjugent pas d'affinités partisans.

La gauche, la classe ouvrière et les classes populaires

La gauche, la classe ouvrière et les classes populaires... Longtemps, l'association a paru aller de soi, telle une relation d'évidence. Les trois dernières décennies en ont rappelé le caractère historique, donc transitoire, marqué au coin d'une singularité nationale.

Arrêtons-nous, un instant, sur le «moment communiste». L'influence communiste a distingué la France du reste de l'Europe occidentale, Italie exceptée. Paradoxalement, si cette situation coïncida avec «l'ouvriérisme» maximum des Trente glorieuses – 41% des actifs en 1962, 8,6 millions en 1975 –, la France ne figura jamais, pas plus que l'Italie d'ailleurs, dans le peloton de tête des sociétés les plus ouvrières du continent. Reste que, de 1946 à la fin des années 1970, la proportion des ouvriers favorables au PCF, toujours supérieure au tiers, frôla parfois la moitié. Au-delà du PCF, la classe penchait massivement à gauche: 68% en 1967, 70% en 1981, soit 22 à 13 points de plus que l'ensemble des électeurs.

Si le PS et le PCF se sont voulus des «partis de classe», l'ancrage politique des ouvriers fut cependant antérieur à leur création. Elle renvoie aux origines révolutionnaires du clivage gauche/droite, au volontarisme républicain et à l'affirmation de la République comme cadre approprié d'une démocratisation permanente tendue vers l'idéal de bonheur pour le plus grand nombre.

Très tôt, la cause républicaine eut donc des adeptes parmi les ouvriers que séduisaient son principe d'égalité et son projet émancipateur. En 1830 comme en 1848, les travailleurs furent sur les barricades. Sous la Seconde République, la première expérience du suffrage universel favorisa l'émergence d'une opinion «rouge», pour laquelle la «vraie» République ne pouvait qu'être «démocratique et sociale». En 1849, cette sensibilité rassembla près de 25% des voix au plan national, soutien plus marqué dans les villes ouvrières et

auprès du petit peuple des villages avant que le coup d'Etat de 1851 ne défasse les convergences en cours.

Sous l'Empire, les appels au séparatisme électoral, à l'exemple de l'épisode des «candidatures ouvrières» de 1863, n'eurent guère d'écho, à la différence de la voie syndicale, plus adaptée à l'expression directe de revendications spécifiques et raccordée à l'émergence de l'Association internationale des travailleurs. L'effervescence précéda la Commune de Paris, dont la brève existence, inscrite dans lignée du précédent sans-culotte, elle instaura le mandat impératif, le principe électif étendu au choix des responsables politiques et administratifs avec possibilité de révocation, régla l'indemnisation des élus sur le niveau du salaire ouvrier. Cette mutation de la relation citoyens/gouvernants se doubla d'une amorce de révolution des structures étatiques par l'abolition de l'armée permanente, la réalisation d'une démocratie directe, la fusion des instances législatives et exécutives. L'écrasement militaire de la Commune interrompt l'expérience et entraîna la décapitation du mouvement ouvrier.

La voie insurrectionnelle fermée, le terrain électoral, moins sanglant, tarda toutefois à s'avérer plus propice aux partis de classe dans un pays où les ouvriers demeuraient minoritaires. A l'exception des circonscriptions faubouriennes des grandes villes ou des bassins miniers, l'électorat ouvrier, dilué, n'était guère en mesure d'assurer la désignation de représentants issus de ses rangs. Les connivences et références partagées au fil des luttes politiques aidant, cette faiblesse numérique fut toutefois compensée par la multiplicité des passerelles que les caractéristiques du salariat hexagonal maintenaient entre les ouvriers et le reste des classes populaires. Les progrès électoraux réalisés sur cette base orientèrent le socialisme français sur la pente de la politique institutionnelle, cependant que la France s'affirmait comme le pays des «blocs» et des «fronts» populaire ou de gauche.

Au plus fort de l'influence socialiste d'avant la Première Guerre mondiale, un tiers des ouvriers votaient pour ses candidats. Beaucoup apportaient néanmoins leurs voix aux radicaux, ces autres héritiers des «rouges». Des réalisations sociales municipales pouvaient les conduire à soutenir des républicains modérés, tandis que le paternalisme patronal entretenait des inclinations plus droitières. Ici ou là, il arrivait que le vote de classe emprunte la voie plus

étroite et ambiguë d'un soutien aux royalistes contre des employeurs républicains. Jusqu'en 1914, le syndicalisme d'action directe ou révolutionnaire, qui inspirait la CGT, fut la principale alternative à l'intégration institutionnelle du mouvement ouvrier et au principe délégataire qui la fondait. L'option syndicaliste, résumée dans la Charte d'Amiens, tendait à résoudre les impasses inhérentes à la subordination politique des travailleurs et à ériger les salariés en acteurs de leur émancipation par le syndicat et la grève générale.

L'originalité majeure du PCF aura été, dès les années 1920 et à travers la «bolchevisation» exigée par Moscou, de se doter de procédures de sélection quasi exclusive de responsables ouvriers, méthodes propres à élever l'illégitimité sociale et culturelle des travailleurs en critères de légitimation politique. A ce titre, la moindre des innovations historiques du PCF ne fut pas d'avoir rendu la politique populaire ou, plus encore, d'avoir puisé dans les ressources de la politique populaire afin d'esquisser les modalités d'une possible transition du gouvernement des hommes vers l'administration des choses, cette autre perspective de l'émancipation.

Pour conclure: le présent au défi des convergences et des horizons d'attente

Et aujourd'hui? La contre-révolution conservatrice et néo-libérale engagée à la faveur des chocs pétroliers et de la montée du chômage a inversé le rapport des forces sociales issu des années 1968, réduisant les chances de nouvelles conquêtes quand les défaites sanctionnent des luttes devenues défensives. L'évolution à la baisse de la conflictualité en prend acte. D'importants bastions finissent par tomber. Les banlieues rouges perdent leurs repères. L'implosion sans gloire des Etats socialistes centralisés a discrédité l'idée même de révolution. Le tiers-mondisme se disloque sous le choc du retour en force de sa composante humanitaire et du nouvel universalisme droits de l'homme. L'arrivée de la gauche au pouvoir en mai 1981 n'a pas infléchi radicalement ces tendances lourdes, au contraire.

Dès 1984, le «tournant de la rigueur» relance les politiques «austéritaires». Nulle mobilisation sociale d'envergure n'accompagne, il est vrai, l'alternance politique. 1981 ne reconduit pas ainsi le scénario de 1936. Dans le même temps, la mondialisation libérale et la construction européenne ont transformé les échelons pertinents de l'action politique dont les références et les procédures débordent du cadre de l'Etat-nation, à l'intérieur duquel les mouvements sociaux avaient appris à se structurer et à peser.

Le caractère défensif et segmenté des mouvements sociaux contemporains réinterroge la nature de leurs liens avec la politique institutionnelle. Qu'advient-il de la politique lui-même quand la déstabilisation de l'Etat social et l'amointrissement du volontarisme politique républicain réduisent ses ambitions et son champ d'intervention?

Moins dense et homogène qu'autrefois, la contestation radicale subsiste cependant, plus profonde, peut-être, qu'elle ne l'était jadis. La réintégration des rapports d'exploitation dans la problématique plus vaste des dominations favorise les décroissements et crée les conditions d'interactions, de solidarités et de convergences inédites. Le constat vaut les séparations anciennes entre sphères publique et privée, domaines de la production et de la consommation, du travail et du hors-travail, de l'échelon local et des horizons mondiaux. Ainsi les mobilisations d'aujourd'hui ébauchent-elles des projets et des horizons d'attente qu'il reste à tenir pour tels et à éprouver.

Quant à la politique populaire, sa reconnaissance peut aussi bien la cantonner à n'être qu'une «politique de pauvres» et de dominés condamnés à le demeurer, voire, au mieux, une forme de protestation susceptible d'infléchir la politique instituée ou offrir les contours d'une alternative émancipatrice de nature à abolir le clivage gouvernants/gouvernés.

Utopie? C'est possible, mais ses manifestations invitent à discerner ce qui, dans les usages du politique par les dominés, donne à voir d'autres modalités du politique. A la manière, en quelque sorte, dont Marx définissait le communisme, non comme «[...] un état de chose qu'il convient d'établir», mais comme «[...] le mouvement réel qui abolit l'état actuel des choses».

EM QUE OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO PASSADO ESCLARECEM OS DE HOJE EM DIA?

Resumo: Já faz alguns anos que as pesquisas de opinião pública na França se sucedem e se conformam para afirmar a realidade das inquietações no que diz respeito ao presente e ao futuro que, conjugadas com as tentações de recuo no imediato, no cotidiano e no próximo, traduzem um profundo ceticismo quanto à possibilidade de saídas coletivas, de mudanças de envergadura e de ordem “política”. Se o apego às conquistas sociais subsiste, as aspirações igualitárias recuam, a exemplo de formas de solidariedade tão pouco extendidas. Como não discernir tantos indícios de perturbação do “viver em conjunto”, constitutivo de uma crise socio-política sem precedentes. Uma das principais manifestações dessa última reside, precisamente, na gripagem dos modos antigos de articulação do social e do política.

Palavras-chave: História do trabalho. Movimentos sociais. Política operária.

Repères

AGULHON, Maurice. *La république au village*. Paris: Seuil, 1979.

COLLOVALD, Annie. *Le Populisme du FN: un dangereux contresens*. Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, 2004.

CORBIN, Alain. *Historien du sensible*. Paris: La Découverte, 2000.

COSSART, Paula. *Le meeting politique: de la délibération à la manifestation (1868-1939)*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2010.

DUPUY, Roger. *La politique du peuple: racines, permanences et ambiguïtés du populisme*. Paris: Albin Michel, 2002.

HANAGAN, Michael. *The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three French towns, 1871-1914*. Urbana: University of Illinois Press, 1979.

HUARD, Raymond. Existe-t-il une ‘politique populaire’? In: NICOLAS, Jean (Dir.). *Mouvements populaires et conscience sociale, 16e-19e siècles*. Paris: Maloine, 1985. p. 57-68.

_____. *Le village des cannibales*. Paris: Aubier, 1990.

_____. *Le suffrage universel en France (1848-1946)*. Paris: Ambier, 1991.

JULLIARD, Jacques. *Autonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d’action directe*. Paris: Gallimard, 1988.

LÜDTKE, Alf. *Des Ouvriers dans l'Allemagne du XXe siècle: le quotidien des dictatures*. Paris: L'Harmattan, 2000.

McPHEE, Peter. *Les semailles de la République dans les Pyrénées-Orientales, 1846-1852: classes sociales, culture et politique*. Perpignan: Editions de l'Olivier, 1995.

MISCHI, Julian. *Servir la classe ouvrière: sociabilités militantes au PCF*. Rennes: PUR, 2010.

MOSS, Bernard H. *Aux origines du mouvement ouvrier français: le socialisme des ouvriers de métier, 1830-1914*. Besançon: Annales littéraires de l'Université de Besançon; Les Belles Lettres, 1985.

NOIRIEL, Gérard. *Les ouvriers dans la société française, XIXe-XXe siècles*. Paris: Seuil, 1986.

PIGENET, Michel. Modalités des politisations ouvrières aux 19e et 20e siècles. *Les Cahiers du CHATEFP*, n. 14, p. 64-71, juin 2011.

_____. *Les ouvriers du Cher (fin XVIIIe siècle-1914): travail, espace et conscience sociale*. Paris: ICGTHS, 1990.

PIGENET, Michel; TARTAKOWSKY, Danielle (Dir.). *Histoire des mouvements sociaux en France, de 1815 à nos jours*. Paris: La Découverte, 2012.

RIOT-SARCEY, Micèle. *Le procès de la liberté: une histoire souterraine du XIXe siècle en France*. Paris: La Découverte, 2016.

ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable: Histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard, 1998.

SAWICKI, Frédéric. *Les réseaux du parti socialiste: sociologie d'un milieu partisan*. Paris: Berlin, 1997.

SCOTT, James C. *La domination et les arts de la résistance: fragments d'un discours subalterne*. Paris: Ed. Amsterdam, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. *La formation de la classe ouvrière anglaise*. Paris: Seuil, 1988.

VERRET, Michel. *La culture ouvrière*. Paris: ACL Editions, 1988.

Recebido em: 01/08/2016

Aprovado em: 30/08/2016

Autor convidado

Culto cívico dos mortos e escrita da história: reflexões sobre a obra de Fernando Catroga*

Douglas Attila Marcelino**

Resumo: Partindo da existência de diferentes tradições teóricas de estudo das formas de lidar com a morte, este artigo analisa as reflexões produzidas pelo historiador português Fernando Catroga, indicando como o tema ganha relevância para a teoria da história por suas interrogações sobre as relações entre os ritos mortuários e a historiografia. Destaca-se, principalmente, o diálogo com tradições determinadas no campo da sociologia e da antropologia, que permitem retomar questionamentos filosóficos mais profundos sobre os temas da morte e da historicidade numa perspectiva atenta às especificidades do olhar histórico e sua vinculação com uma forma de refletir sobre as próprias experiências considerando as respostas fornecidas a problemas de natureza existencial humana pelos homens de outras épocas ou culturas. Nessa perspectiva, além da historicidade, o problema da alteridade ganha relevância central para a historiografia, entendida como uma entre outras práticas coletivas de ritualização do tempo, caracterizada pela especificidade de sua vocação crítica.

Palavras-chave: Culto dos mortos. Práticas cívicas. Historicidade. Memória. Historiografia.

* Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq.

** Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Teoria da História e História da Historiografia do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: douglasattila@gmail.com

Introdução

Entre as necessidades existenciais do homem, que conformam certas constantes antropológicas indicadas em estudos diversos do campo das humanidades, ressalta-se a elaboração de práticas culturais de simbolização da morte, impulsionadas pelo desejo de eternização a partir da criação de ritos que tendem a escamotear a corrupção do tempo e permitir, por meio do trabalho de luto, o reestabelecimento dos laços sociais fragilizados pelo caráter trágico da perda. A ritualização da morte e o desejo de controle sobre sua imponderabilidade através da invenção e do uso de códigos culturais específicos, que conferem historicidade aos ritos de passagem e tantas páginas têm rendido aos antropólogos, se chocam com sua onipresença na história humana, estimulando a produção de um amplo conjunto de estudos que transitam entre campos como os da filosofia, da antropologia, da sociologia, da psicanálise, da semiolinguística e da história.

No que se refere ao diálogo com a tradição filosófica de matriz heideggeriana, ao lado da sua valorização pela ênfase na historicidade, interrogações têm sido formuladas sobre o modo como a centralidade conferida à dimensão ontológica dificultaria considerar que qualquer experiência da morte deve ser compreendida a partir dos mecanismos intersubjetivos por meio dos quais se estruturam historicamente as diversas formas de imaginário da morte. Nesse caso, ganham mais relevo não apenas as dimensões ética e política, conforme apontaria toda uma vertente valorizadora da preocupação com a morte do outro em detrimento da relação antecipatória que estabeleço com a minha morte, mas também a histórica, já que a relevância dada à existência humana como experiência coletiva enfatiza o fundamento linguístico dessa relação com o outro, a partir da qual os desejos, expectativas e anseios em relação à morte assumem configurações específicas dentro de um momento histórico determinado¹. A suposta menor valorização das dimensões ética e política das interrogações heideggerianas, por outro lado, já foi identificada com o não tratamento do trabalho de luto, que ganharia importância nas reflexões de Paul Ricoeur

e Jörn Rüsen, estimulando a comparação entre o estabelecimento de práticas culturais para lidar com a perda e a própria escrita da história².

A abertura do campo de reflexões aqui ressaltado para a semiolinguística permitiu falar também de uma “poética da ausência” por relação ao caráter supostamente estruturado do sistema de signos inventados pelo homem para lidar com a morte, conforme se poderia perceber, por exemplo, pela existência de uma verdadeira “linguagem cemiterial”, caracterizada pela relação lógica de significação entre os símbolos funerários, com seus efeitos de presença e de dissimulação da perda (CATROGA, 1999; URBAIN, 1989, 1978)³. O estudo das práticas simbólicas que conferem sentido à morte, igualmente alimentados pelo potencial da análise linguística, se voltaram ainda para uma abordagem poética do elogio como gênero literário. Quando conjugada com uma preocupação efetivamente histórica de identificação das invenções e transformações das figurações e dos *topoi* constitutivos do gênero, esse tipo de análise pareceu frutífera, inclusive, pela possibilidade de aproximação com os estudos voltados para uma poética da historiografia, tendo em vista o aumento do interesse nesse sentido desde as últimas décadas do século passado (LORAU, 1994; BONNET, 1997)⁴. Os estudos sobre a antiga “arte da memória”, por outro lado, remetem ainda ao plano da retórica, gerando reflexões igualmente relevantes sobre a historiografia, principalmente no que diz respeito à revalorização do papel duradouro dos tratados ciceronianos e outros textos canônicos nas técnicas de encenação discursiva da escrita histórica⁵.

Paralelamente a essa tradição, na qual o tema da memória se interliga com o das antigas mnemotécnicas, um conjunto de estudos tem se voltado para aquilo que Aleida Assmann chamaria da memória como *potência*, configurando uma perspectiva densamente histórica e antropológica, na qual temas como os da recordação, da imaginação e da identidade seriam fundamentais. Se considerarmos, como a autora, que “[...] a memória cultural tem como seu núcleo antropológico a memorização dos mortos”, tendo em vista que o culto daqueles que se foram é “[...] a mais antiga e difundida forma de recordação social que une vivos e mortos”

(ASSMANN, 2011, p. 37), ficará clara a valorização de uma dimensão fortemente sócio-histórica, na qual as questões de natureza antropológica se relacionam com os temas do imaginário e das práticas culturais de ritualização do poder e do tempo⁶.

Além da indicação de diferentes tradições teóricas do estudo das práticas culturais de ritualização da morte, é possível analisá-las numa perspectiva mais efetivamente diacrônica, na qual suas transformações seriam percebidas como parte de um complexo e multifacetado processo de crescente laicização dos discursos, marcado por momentos importantes, como a invenção da oração fúnebre ateniense e a constituição do elogio acadêmico como novo gênero a partir do Enciclopedismo do século XVIII (LORAU, 1994; BONNET, 1997). Além das novas demandas relativas à temporalidade que marcaram uma crescente secularização do horizonte de expectativas, tal processo se relacionaria com uma tendência à maior racionalização e uso político das práticas discursivas e rituais de monumentalização da morte, aspecto que, tal como indicaram autores como Fernando Catroga e Reinhart Koselleck, caracterizou igualmente a formação do moderno conceito de história (CATROGA, 1999, 2009, 1998, 2010; KOSELLECK, 2011a, 2011b, 2006). O importante a ressaltar é que, para além do recorte diacrônico, tal perspectiva permite pensar um campo de reflexão atento às demandas relativas à temporalidade e ao poder que atravessam práticas rituais diversas, entendendo o campo da história da historiografia por sua relação com discussões mais amplas sobre as condições de possibilidade da produção de sentido sobre o passado.

Embora relacionado com esse universo de discussões, este artigo tem um objetivo muito mais limitado, concentrando-se nas interrogações produzidas sobre as relações entre os ritos de culto dos mortos e a escrita da história presentes nos textos de Fernando Catroga. Apesar da importância das reflexões elaboradas pelo historiador português no campo da teoria da história, expressa na produção de um conjunto extenso de publicações, suas obras não têm sido objeto de análises mais aprofundadas dentro da historiografia brasileira. No caso específico do tema aqui enfocado, torna-se importante perceber seu diálogo com as relações estabelecidas entre a historiografia e os rituais de culto dos mortos presentes nos textos

de autores como Michel de Certeau e Paul Ricoeur, os quais figuram como interlocutores fundamentais do historiador português. As apropriações feitas das ideias desses autores, por outro lado, foram singulares, amparando-se também numa interpretação específica sobre a Modernidade e sobre o lugar do religioso nos dias atuais (o problema extremamente complexo de suas imbricações com o político na época contemporânea).

Nos limites deste artigo, poderemos explorar algumas dessas interpretações, sugestivas do modo como os diálogos e as ideias formuladas por Catroga são potencialmente críticas às concepções heideggerianas sobre o tema da morte, tal como aconteceria também nas reflexões de Paul Ricoeur, como já indicado. O próprio tratamento das práticas de culto dos mortos e de sua relação com certo fundamento ritual da escrita histórica, portanto, conduzem a questionamentos centrais do ponto de vista da teoria da história, que relativizam as interpretações voltadas para o tema da morte numa perspectiva que tende a manter traços metafísicos, pouco atentando à historicidade a partir da qual se estabelecem os condicionantes por meio dos quais qualquer relação com o fim da vida pode ser sentida, ou mesmo imaginada. Trata-se, em última instância, da constituição de uma leitura com densidade histórica e antropológica, que confere um lugar privilegiado à historiografia como campo de interrogação sobre as formas pelas quais os homens de diferentes culturas humanas lidaram com a própria finitude constitutiva da existência, estabelecendo práticas rituais historicamente determinadas, cuja análise não conduz à formulação de respostas acerca de um sentido do “ser” em sua verdadeira autenticidade.

Escrita histórica e ritos de culto dos mortos dentro das novas afetividades do século XVIII

As comparações estabelecidas por Fernando Catroga entre a escrita histórica e as práticas de ritualização da morte estão relacionadas com a tentativa de pensar suas especificidades dentro das novas formas de sensibilidade e afetividade que despontaram, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII (CATROGA,

1999). As reflexões do historiador português nesse plano ganharam mais expressividade a partir de sua tese doutoral, *Militância laica e des cristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, defendida em 1988, embora as preocupações com o tema estejam relacionadas com pesquisas anteriores sobre o positivismo em Portugal⁷. Tratava-se também de uma forma particular de estudar o republicanismo português, conforme ressaltou António Pita (2015, p. 62-63), assunto que, paralelamente ao dos ritos mortuários, acabou gerando uma extensa bibliografia⁸. As investigações de Catroga sobre o pensamento de Antero de Quental, por outro lado, não deixaram de guardar vínculos com o tema da morte e das “raízes metafísicas” de suas ideias⁹.

Esse conjunto de pesquisas deu origem a um olhar eminentemente histórico sobre o tema da morte, sempre inserido numa perspectiva mais geral acerca das atitudes perante a morte na Europa cristã, mas com estudos mais sistemáticos sobre o período que se seguiu à “revolução romântica” dos cemitérios e ao fortalecimento do republicanismo em Portugal¹⁰. Nesse caso, mesmo estudos mais específicos não deixaram de trazer reflexões sobre os sentidos existenciais das práticas mortuárias, conferindo densidade teórica às interrogações produzidas. Sem desconsiderar as singularidades das novas formas de ritualização do luto, Catroga as compreenderia por sua relação com os desejos de eternização característicos do homem em sua condição de ser finito e marcado pela consciência de sua destinação à morte, enfatizando sua historicidade por meio de um olhar antropológico atento à dimensão coletiva dos ritos de recordação¹¹.

Esse tipo de interrogação não conduziria a um tratamento do ser em sua temporalidade fundamental, mas para práticas simbólicas cuja dissimulação da finitude estaria ligada a exigências mais profundas de enraizamento do homem em totalidades genealógicas imaginadas, tendo em vista que os anseios afetivos e identitários de pertencimento a coletivos e de transmissão de sua herança são condições fundamentais da existência. As práticas simbólicas de tradução ritual do luto, nessa perspectiva, ficariam condicionadas às transformações históricas, sofrendo as implicações modernas do

processo de secularização da escatologia cristã, pois a tendência à transferência dos desejos e esperanças de salvação para o mundo terreno sobrevalorizaria a memória histórica e impulsionaria a elaboração de leituras mais racionalizadas do passado, fomentando, assim, formas diversas de ritualização da história, dentre as quais a historiografia¹².

Mais do que qualquer outro, o culto romântico dos mortos manifestaria essas novas demandas de monumentalização, caracterizadas também por uma sensibilidade temporal de fundo historicista, com seus anseios de perfectibilidade, suas expectativas acerca de um tempo progressivo, irreversível e cumulativo. Trata-se, portanto, de toda uma forma de racionalidade e afetividade que, além de transformar as práticas rituais já existentes, como a eleição das sepulturas como lugar fundamental de recordação, a maior dramatização da perda e a personalização dos grandes funerais nacionais, fortaleceria o sentido político da memória, aumentando as disputas e conflitos pelo monopólio dos suportes e ritos de eternização pela lembrança (CATROGA, 1999, p. 28 et seq.). Isto porque, na leitura de Catroga, quanto mais extensa a coletividade imaginada, mais sujeita ficaria à manipulação e aos mecanismos político-ideológicos, embora o uso mais racionalizado do passado, que remete para recursos mais artificiais como a “fabricação” e a “invenção”, não fosse compreendido como uma total ruptura em relação às formas mais espontâneas de construção de memória em suas dimensões comunitárias e afetivas.

A preocupação com a raiz metafísica dos impulsos que impelem o homem a cultivar os mortos, tendo em vista sua natureza como ser construtor de cultura e de memória, tornaria Catroga sensível, inclusive, aos fundamentos familiares das novas práticas simbólicas de exaltação dos “grandes homens” que alcançaram relevância a partir da segunda metade do século XVIII¹³. Na verdade, não apenas haveria certa continuidade entre o culto familiar dos mortos e a constituição de um novo “imaginário do Panteão”, mas a própria sepultura seria um símbolo referido à perpetuação das famílias, permitindo exemplificar a continuidade existente entre as novas práticas de visita aos cemitérios e as comemorações políticas:

Defende-se assim que, mesmo à escala familiar da ‘visita a cemitério’, é possível surpreender as características que, numa evidente transferência analógica, as comemorações políticas de raiz tanatológica explicitarão de uma maneira ainda mais evidente. A comemoração é herdeira, não só da solenidade da cerimônia pública de elogio e de menção de um nome, como implica a sacralização do evocado, desenrolando-se, em similitude com a sua matriz – o ato religioso do culto dos mortos –, num rito eficaz para a memória e, principalmente, para o destino dos vivos (CATROGA, 1999, p. 23).

Note-se que, num plano mais profundo, não se trata apenas de considerar a continuidade entre práticas coexistentes em termos históricos, mas de uma compreensão dos fundamentos culturais dos mecanismos de enraizamento em formações coletivas por meio de construções simbólicas e imaginárias. Até porque a noção de família remeteria, em última instância, àquela de *pátria*, tomada em outro texto do autor como uma

[...] espécie de alfa fundador de todas as filiações étnico-culturais e políticas, matriz que age como um apelo, ou melhor, como uma herança, cujo dever de transmissibilidade acena para contornos escatológicos (CATROGA, 2008, p. 21).

Presente ainda nos poemas homéricos como forma originária de identificação coletiva, quando resguardava um sentido predominantemente relacionado à população e ao território, a noção de *pátria* deveria ser diferenciada de outras como *patriotismo*, *nação* e *nacionalismo* justamente considerando o maior ou menor grau de institucionalização e uso político dessas construções imaginadas em relação às demandas afetivas e identitárias do homem pela homogeneização dos sentimentos de pertença¹⁴.

A pressuposição de certa continuidade entre o culto familiar dos mortos e as comemorações políticas de natureza tanatológica deve ser compreendida em sua ligação com a forma relacional e não

dicotômica de tratamento de pares conceituais como *recordação e comemoração, memória individual e memória coletiva*, ou mesmo *história e memória*. Nesse caso, o afastamento da tendência cientificista presente em determinadas obras de Maurice Halbwachs, propensas a certa reificação da “memória coletiva”, não impediria Catroga de entender a recordação sempre como um ato de alteridade, que toma de empréstimo formas públicas de produção narrativa de sentido, dialogando com a perspectiva de Paul Ricoeur, para quem a memória do indivíduo deveria ser entendida como um fenômeno relacional e intersubjetivo (CATROGA, 2009, p. 13-14). Daí a importância da linguagem pública do rito, fenômeno que, por sua natureza memorial, guardaria as mesmas características *pragmáticas e normativas* de outras práticas culturais dissimuladoras da morte, como a própria historiografia, também caracterizada por suas funções existenciais de *distinção, filiação e identificação* (CATROGA, 2009, p. 24 et seq.).

Trata-se também da valorização de uma tradição sociológica para a qual os ritos, como condicionantes antropológicos fundados na natureza do homem como animal simbólico, possuiriam sempre uma função “instituinte de sociabilidades”, sacralizando e sancionando um estado de coisas por meio da naturalização das diferenças, que se tornam duráveis porque reconhecidas. A releitura proposta por Pierre Bourdieu da noção de “rito de passagem”, de Arnold van Gennep, acentuando sua dimensão de construção simbólica de uma ordem social, permitiu a Fernando Catroga entender a própria historiografia como prática cultural com uma função de “rito de instituição”¹⁵.

É possível perguntar se esse tipo de concepção não guardaria relação com as próprias interpretações da Modernidade presentes nas obras de Fernando Catroga. Não obstante tenha partilhado de um conjunto de leituras que apontaram a matriz judaico-cristã do processo de secularização, ressaltando os fundamentos teológicos que dariam origem às filosofias da história do século XVIII, Catroga formularia uma crítica relativamente matizada aos ideais universalistas então inaugurados:

E não basta dizer – numa espécie de interiorização da culpa histórica – que o universalismo subjacente às filosofias da história só serviu de capa encobridora da visão eurocêntrica e dos seus projetos de dominação de outros povos. Se é certo que esta denúncia tem toda a pertinência, terão de ser equacionados, igualmente, os efeitos decorrentes da outra face destes valores, já que será precisamente a partir da sua raiz crítica e das suas promessas de universalismo não cumpridas (exemplo: os direitos humanos) que os dominados encontraram armas para contestarem os dominantes e para fundamentarem a sua própria identidade (CATROGA, 2006b, p. 30).

Além disso, Catroga buscou um distanciamento importante em relação aos diagnósticos de autores como Carl Schmitt e Ernst Kantorowicz, por exemplo. Em seu volumoso estudo sobre as singularidades das relações entre o religioso e o político em diferentes países do mundo Ocidental, o historiador português procurou estabelecer uma interpretação equilibrada em relação às visões otimistas e pessimistas acerca do processo de secularização (que advogavam uma perda ou regresso do religioso), contrapondo-se às leituras que “[...] sublinharam o fato de a centração imanentista e secular das raízes do poder ter sido uma vitória equívoca”, tendo em vista a transferência dos conceitos da teologia católica para o interior da teoria política e jurídica do Estado Moderno (CATROGA, 2006a, p. 101). Referindo-se às obras de Schmitt e Kantorowicz, Catroga ressaltaria que “[...] esta contaminação exige matizações e impõe que se releve o movimento inverso, porque também houve intercâmbios entre o teológico e o jurídico-político”. Além disso, seria preciso “[...] saber se a teologia cristã mais não é, em última análise, ‘qu’une politique qui s’est desarrimée’” (CATROGA, 2006a, p. 102).

Nesse caso, suas reflexões parecem próximas das de Hannah Arendt, autora frequentemente citada pelo historiador português, e que também argumentou acerca do sentido político da religião cristã, pelo menos desde sua romanização até uma suposta maior separação entre o político e o religioso na Modernidade, tendo em vista uma categorização assemelhada do processo de secularização

não apenas como uma transferência de categorias teológicas para o mundo terreno, mas como uma maior separação entre esses dois campos (ARENDT, 2005, p. 69-126). Na leitura de Hannah Arendt, Santo Agostinho teria sido o “maior teórico da política cristã”, cuja percepção de que alguma vida política deveria existir mesmo em condições de inocência ou santidade se expressaria na pressuposição de que “[...] mesmo a vida de santo é uma vida em comum com os outros homens” (ARENDT, 2005, p. 108). Nessa perspectiva, o arrefecimento dos fundamentos antipolíticos do “cristianismo primitivo” teria permitido que a conjugação entre autoridade da Igreja e poder da realeza existisse por longo período na história ocidental (ARENDT, 2005, p. 127-187)¹⁶.

A sempre iminente irrupção do novo

Assim como tinha feito no diagnóstico sobre a Modernidade, Fernando Catroga também buscaria estabelecer leituras mais matizadas sobre a elaboração de novas práticas rituais para lidar com a morte nas sociedades ocidentais contemporâneas, buscando dialogar com autores que permitiriam considerar as especificidades das transformações que se intensificaram no período mais recente sem caracterizá-las pela ausência. Nesse sentido, a abertura dada à “[...] sempre iminente irrupção do novo” (CATROGA, 2009, p. 257) faria com que Catroga conjugasse à crítica às filosofias da história e às formas novas de vivência da temporalidade da época recente um olhar atento ao surgimento de práticas memoriais que são, na verdade, correlatas à pluralidade de mundos e de experiências que caracterizam as sociedades contemporâneas¹⁷. Assim, na sua leitura, menos do que uma “desritualização ou desmemorização”, talvez estivéssemos experimentando “uma ainda pouco perceptível afirmação de novos ritos e novas formas de vivenciar e socializar memórias”, tendo em vista a pluralidade de mundos e de tempos sociais que acompanham a perda de monopólio dos meios de memória por parte de grupos que anteriormente funcionavam como guardiões da tradição (como a Igreja, o Estado, as escolas, entre outros) (CATROGA, 2009, p. 31)¹⁸.

É nesse sentido que se pode compreender seu diálogo com autores como Joël Candau, cujas preocupações acerca das complexas relações entre as lembranças individuais e o que chamaria de *metamemória* visavam impedir tanto um atomismo social extremo, quanto um uso pouco pertinente da noção de memória coletiva (CANDAU, 2011, 1996). A fundamentação antropológica do olhar de Candau, atento aos condicionantes sociais que, por meio da linguagem, impediriam entender as recordações do indivíduo pensando-o isoladamente, estabeleciam também os limites do que chamaria de “retóricas holistas” como fórmulas conceituais elaboradas no momento de constituição das ciências sociais, marcado pela reificação e entificação de categorias que se mostrariam cada vez mais frágeis teoricamente. E foi justamente essa preocupação antropológica que lhe permitiu criticar a superestimação da crise atualmente experimentada nos planos da memória e da temporalidade, sem deixar de ressaltar a pertinência de elementos presentes nos vários diagnósticos recentes, devidamente sumarizados pelo autor (CANDAU, 2011, p. 181 et seq.).

Com efeito, as reflexões de Catroga sobre a sempre iminente irrupção do novo podem ser aproximadas das interrogações de Candau acerca da dificuldade atual de realização plena do luto em relação às formas anteriores de vivência de memórias ou, nas suas palavras, sobre a necessidade de “[...] aceitar perder o antigo para que o novo possa aparecer” (CANDAU, 2011, p. 194). Para Candau, uma supervalorização da perda, além de configurar um discurso incapaz de lidar com as faltas e ausências que marcam a incompletude de qualquer presente histórico, tenderia a contribuir para acentuar a crise diagnosticada. Assim, contrariamente aos lamentos e temores sobre o fim da memória e da tradição, seria importante perceber que certa projeção de passado, presente e futuro constitui uma condição inexorável de qualquer sociedade, ressaltando que “[...] hoje é diferente de ontem como ontem diferia de antes de ontem, mesmo que seja incontestável que as mudanças se acelerem” (CANDAU, 2011, p. 193).

Se esta leitura parece mais próxima da estabelecida por Catroga, cabe ressaltar também que ela não é incompatível com as interpretações de Hannah Arendt já mencionadas, tendo em vista que sua

crítica às filosofias finalistas da história produzidas na Modernidade não impediria o entendimento daquela como um momento em que a imprevisibilidade do novo pode se manifestar, conforme se perceberia na leitura sobre as revoluções francesa e norte-americana (ARENDT, 2011). A abertura ao imprevisto, seja no presente ou no passado, parece manter ligação com a busca de um olhar mais relacional no modo de lidar com certas categorias, que também encontramos em Arendt e que talvez ajude a explicar a atenção de Candau e Catroga ao caráter mais altamente diferenciado das sociedades contemporâneas, já que esta mudança vem acompanhada da assunção do papel de sujeitos por grupos até então sem quaisquer acessos aos mecanismos de perpetuação na memória social.

Diálogos com Michel de Certeau e Paul Ricoeur

A partir do questionamento mais geral sobre as formas diversas de ritualização da história, Fernando Catroga retomaria as comparações que Michel de Certeau já havia estabelecido entre a historiografia e o gesto de sepultamento. Tal comparação, assim como a compreensão dessas práticas rituais por sua ligação com as noções de *dívida* e *herança*, permitem ressaltar a relevância do tema na formulação de interrogações sobre o sentido da escrita histórica, tendo em vista questionamentos teóricos mais profundos acerca do próprio estatuto desta forma específica de conferir sentido ao passado. Torna-se importante perceber, nesse caso, que a retomada da comparação que Michel de Certeau havia estabelecido entre a escrita da história e o rito de sepultamento foi feita por Fernando Catroga referindo-se à apropriação que Paul Ricoeur havia elaborado da obra do historiador francês¹⁹.

De fato, além da remissão aos fundamentos existenciais da historiografia como forma de exorcização da morte, sua interpretação parecia aproximar-se da ênfase dada por Ricoeur à escrita histórica como exercício do luto na sua dimensão de assimilação da perda que atua performativamente, abrindo um campo de possibilidades e de projetos de futuro a partir do lugar conferido àqueles que se

foram (RICOEUR, 2000, p. 449-502). Tratava-se, em Ricoeur, de uma retomada das formulações de Michel de Certeau em contraposição à ontologia fundamental heideggeriana e sua caracterização do sentido último do *Dasein* como “ser-para-a-morte”. Nesse caso, o trabalho de luto indicado na “operação historiográfica” fundamentaria uma ontologia do “ser-contra-a-morte”, pela qual a historiografia não corresponderia a um nível menos autêntico de temporalidade, mas a uma forma narrativa veiculadora de expectativas de futuro por meio de interrogações sobre as potencialidades perdidas nas experiências do passado (RICOEUR, 2000, p. 480 et seq.)²⁰.

Também as noções de *dívida* e *herança*, fundamentais para pensar a relação entre a representação histórica e outros ritos de recordação, foram mencionadas por Catroga a partir das reformulações presentes na obra de Ricoeur, cuja interpretação dos textos de Heidegger e Michel de Certeau seriam singulares²¹. Apesar do sentido mais próximo ao da noção de dívida elaborada por Certeau, Ricoeur já havia contrabalançado a ênfase dada à presença do passado no presente como marca de uma ausência ou diferença pela valorização do caráter positivo da vida como tendo-sido, reconsiderando o presente do passado como herança de potencialidades (RICOEUR, 2010, p. 252 et seq.). Além disso, Fernando Catroga definiria a historiografia como forma de *re-presentificação*, enfatizando a “representação histórica” como meio de dar futuros ao passado e fazendo lembrar a valorização do vivido e do sentido transformador da história presentes em Ricoeur. A noção de representificação, por um lado, remetia à fórmula ricoeuriana de *representância*, estabelecendo também um diálogo crítico com as teses derivadas do chamado *linguistic turn* e reconhecendo o fundamento narrativo da historiografia sem reduzi-la aos componentes formais da escrita (CATROGA, 2010b, p. 37)²². Por outro lado, acentuava sua dimensão memorial, destacando-a também como uma “poética da ausência”, que *re-presentifica* o que já não mais existe (CATROGA, 2010b, p. 36).

Da mesma forma que, para o historiador português, a “[...] historiografia estuda o passado que já foi vida” (CATROGA, 2010b, p. 37), para o filósofo francês,

[...] o historiador não se defronta apenas com mortos, para os quais constrói um túmulo escriturário; ele não se empenha apenas em ressuscitar viventes de antigamente, que já não existem, mas que existiram; ele se dedica a re-apresentar ações e paixões (RICOEUR, 2000, p. 501).²³

Vale ressaltar, nesse caso, que a própria comparação feita por Catroga entre a historiografia e os símbolos funerários se fundamentaria numa leitura destes últimos que não remetia apenas à morte, mas também à vida:

[...] o símbolo funerário é metáfora de vida e convite a uma periódica ritualização unificadora; ele é para ser vivido e para ajudar a viver, oferecendo-se assim como um texto, cuja compreensão mais afetiva (a dos entes queridos) mobiliza, antes de mais, toda a subjetividade do sobrevivente (CATROGA, 1999, p. 22).

Seria possível, nesse caso, fazer analogias entre a retomada do tema da morte nos últimos escritos de Paul Ricoeur, marcada por sua valorização do imaginário e dos sentidos coletivos dados à perda do outro, com as críticas de Catroga a qualquer pressuposição de inautenticidade dos ritos coletivos que, em sua devida historicidade, configuram práticas de tradução da experiência do luto (RICOEUR, 2012, p. 1-51; CRÉPON, 2013). É interessante notar, no caso do filósofo francês, que mais de um autor já identificou no tema da luta contra certo imaginário da morte o fundamento central de *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, que retomava de escritos anteriores um diálogo crítico com a tendência supostamente solipsista presente na ontologia fundamental heideggeriana (WORMS, 2013; CRÉPON, 2013, p. 88)²⁴. Na verdade, o próprio Catroga ressaltaria a subvalorização da memória e do político na ontologia heideggeriana, contrapondo-a à filosofia política de Hannah Arendt (CATROGA, 2009, p. 17 et seq.). Se considerarmos, por outro lado, que Michel de Certeau, quando estabeleceu uma analogia entre a escrita histórica e o gesto de sepultamento, também se referia à morte do outro (o

próprio passado), conferindo um sentido etnológico à historiografia como forma de uma sociedade lidar com a própria alteridade, talvez fique mais clara a interlocução estabelecida por Fernando Catroga com o historiador francês²⁵.

De fato, tratava-se, em Michel de Certeau, de uma comparação da escrita histórica com ritos de natureza coletiva, estruturados em torno de uma linguagem referida ao passado, por meio da qual as expectativas em relação ao futuro ganhariam significado, permitindo ao homem configurar o tempo e abrir um campo de possibilidades de ação no presente. A forma de lidar com a morte, portanto, remetia fundamentalmente para a relação com o outro, somente possível por meio de mecanismos intersubjetivos a partir dos quais qualquer desejo ou anseio em relação à natureza do homem como ser finito poderia adquirir sentido. Tal como na leitura lacaniana da psicanálise, que tanto marcou sua formação, esses questionamentos pareciam ultrapassar qualquer plano ontológico para tornarem-se mais próximos ao campo da ética (e, de certa forma, da própria política, aproximando-se assim das questões colocadas por Emmanuel Levinas e pelo próprio Ricoeur sobre o imaginário da morte) (LACAN, 1997; CERTEAU, 1975; RICOEUR, 2012; LEVINAS, 1993; DREIZIK, 2014). A retomada do historiador francês por Fernando Catroga, portanto, também pode ser interpretada como uma leitura crítica em relação à busca de um tratamento do tema da morte que traz consigo implicações importantes para a historiografia, tendo em vista a tendência de desconsiderar sua função como prática que, possuindo também um sentido de natureza ritual, deveria fazer da relação com o outro o fundamento de sua própria existência (por exemplo, buscando reconstituir as formas específicas e historicamente determinadas de imaginar ou sentir a presença da morte, tal como vividas pelos homens do passado, principal modo por meio do qual poderíamos relativizar nossas próprias experiências).

Considerações finais

O estudo das diferentes práticas culturais de culto dos mortos envolve tradições e campos disciplinares diversos, os quais, às suas diferentes maneiras, refletem sobre as formas estabelecidas pelo homem para lidar com a inexorabilidade de sua própria historicidade, elaborando ritos e símbolos que, dissimulando o caráter trágico da perda, parecem sugestivos dos anseios de eternidade e permanência no tempo que configuram constantes encontradas nas mais diferentes sociedades. Ao tratar do tema numa perspectiva histórica, Fernando Catroga não apenas buscou atentar para a singularidade das diversas formas de imaginar e experimentar a morte, mas indicou sua relevância para a reflexão teórica acerca das próprias especificidades da historiografia como forma de dar sentido ao passado, dialogando com um conjunto de autores importantes por chamarem a atenção não apenas para questões filosóficas mais gerais, mas também para os fundamentos sociológicos e antropológicos que conferem àquela prática um sentido próximo ao dos ritos que, funcionando como mecanismos de *distinção*, instituem e sancionam, nos planos do simbólico e do imaginário, uma determinada ordem social.

Por outro lado, sua retomada das analogias elaboradas por Michel de Certeau entre os ritos de sepultamento e a escrita da história, ao aproximar-se das interpretações produzidas por Paul Ricoeur acerca das obras do historiador francês, pode ser compreendida como uma forma de diálogo crítico com tradições filosóficas que, buscando definições acerca do verdadeiro sentido do “ser”, tenderam a estabelecer respostas de natureza metafísica para o tema da morte. Sua perspectiva, nesse caso, não parece desconsiderar toda a relevância da reflexão heideggeriana para pensar o tema da historicidade, mas sugere que um estranhamento em relação às formas de experimentação da morte configuradas em nosso próprio tempo pressupõe um olhar atento ao modo como os homens de outras épocas ou culturas forneceram respostas diferenciadas para essa que parece uma constante inevitável da vida humana. A analogia com os problemas teóricos da historiografia parece clara, tornando fundamental a interrogação sobre os diferentes modos

de representação do passado que tornam a escrita da história uma entre outras práticas humanas de ritualização do poder e do tempo.

Note-se que as questões indicadas, além da relação com uma abordagem do tema da morte atenta à condição histórica do homem como ser dialógico e temporal, também guardam vínculos com a tendência recente de fundir a história da historiografia com a própria epistemologia, já não mais entendida esta última como um saber elaborado “externamente” por “filósofos-epistemólogos” (CATROGA, 2010b, p. 22). Cada vez mais os historiadores têm se afastado da tendência ao estabelecimento de abstrações normativas acerca de como se deve escrever a história em favor da colocação em prática de uma operação investigativa que, visando explicar/compreender os sentidos conferidos ao passado num presente determinado, permitiria problematizar a própria escrita da história²⁶. Não sem razão, tais reflexões seriam retomadas por Fernando Catroga, cujos estudos são caracterizados pela forma específica por meio da qual questões ontológicas se conjugariam com uma atenção à historicidade e às implicações epistemológicas de suas formulações²⁷. Nessa perspectiva, o diálogo entre história e filosofia parece assumir uma conformação eminentemente histórica, da mesma forma que aconteceria com outros campos disciplinares, como a antropologia e a sociologia, não desprezados em favor das antigas “filosofias da história”²⁸.

Caberia acrescentar, por outro lado, que, qualquer comparação da historiografia com práticas rituais de simbolização da morte, se estabelecidas a partir das formulações de Michel de Certeau, não poderiam esquecer daquilo que o historiador francês chamaria de “formalidade das práticas”, ou seja, as próprias especificidades da história como escrita, caracterizada pela singularidade das operações que, à maneira de deslocamentos e inversões, a estruturam como forma determinada de narrativa (CERTEAU, 1975)²⁹. Também não se deveria pressupor que as comparações estabelecidas com ritos mortuários estejam referidas à desconsideração do potencial crítico da historiografia pelo historiador francês, já que, diferentemente de outras práticas memoriais, ela teria por fundamento colocar em questão os recalcamientos que condicionam sua própria fala, não transformando suas lacunas em simples ausências e configurando-se

na ambivalência de um lugar que se mantêm pela inevitável tensão entre uma partida e uma dívida (CERTEAU, 1975, p. 324). Sempre enfatizando o “imperativo ético e deontológico” que obrigaria o historiador a interrogar-se sobre o que ficou esquecido, desenterrando “[...] os ‘esqueletos’ escondidos nos armários da memória”, Fernando Catroga, entretanto, parece não ter, ele mesmo, esquecido dessa dimensão crítica, que confere especificidade à escrita da história (CATROGA, 2001, p. 67).

CIVIC CULTS OF THE DEAD AND THE WRITING OF HISTORY: REFLECTIONS ON THE WORK OF FERNANDO CATROGA

Abstract: Starting from the existence of different theoretical traditions of study on ways of dealing with death, this paper analyzes the reflections by the Portuguese historian Fernando Catroga, indicating how the topic becomes relevant to the theory of history when questioning the relationships between mortuary rites and historiography. It mainly emphasizes the dialogue with specific traditions in the fields of sociology and anthropology, which allow resume deepest philosophical questions about death and historicity from a perspective focused on the specificity of the historical view and its close association with a way to reflect on our own experiences considering the responses given to human existential problems by men of other times and cultures. In this context and in addition to historicity, the problem of otherness becomes the central focus for historiography, which is understood as one among other collective practices of ritualization of time, characterized by the specificity of its critical vocation.

Keywords: Cult of the dead. Civic practices. Historicity. Memory. Historiography.

Notas

¹ A análise aqui apresentada faz parte de um estudo mais amplo sobre a história da historiografia da morte, dentro do qual as análises de alguns historiadores são confrontadas com abordagens elaboradas em campos disciplinares diversos. É impossível indicar a extensa bibliografia pertinente ao tema nos limites deste artigo e, por isso, faremos apenas algumas remissões pontuais de modo introdutório. Sobre as dimensões ética e política da primazia conferida à morte do outro, destacam-se, por exemplo, as reflexões de Emmanuel Levinas e Paul Ricoeur (LEVINAS, 1993; RICOEUR, 2012, 2000). Embora não referida diretamente

a Heidegger, pode-se conferir também a valorização da dimensão sociológica por Norbert Elias (ELIAS, 2001). Uma análise de concepções diversas sobre o assunto, inclusive da interpretação heideggeriana em *Ser e Tempo*, foi elaborada por Marc Crépon (CRÉPON, 2013).

² A crítica à ausência do tratamento da leitura freudiana do trabalho de luto por Heidegger foi feita, entre outros, por Jacques Derrida, e é discutida por Marc Crépon (CRÉPON, 2013, p. 105 et seq.). A comparação entre a escrita da história e o trabalho de luto aparece em textos de Ricoeur e Rüsen (RICOEUR, 2000; RÜSEN, 2008, 2003).

³ A apropriação da linguística pela psicanálise, como na obra de Jacques Lacan, o levaria a definir o símbolo justamente a partir do rito de sepultamento: “Se eu quisesse tomar a questão do símbolo, por outro lado, ao invés de partir da palavra, da fala ou do pequeno feixe, eu partiria da lápide sobre o túmulo do chefe, ou sobre o túmulo de qualquer um. O que caracteriza a espécie humana é justamente cercar o cadáver de algo que constitua uma sepultura, de sustentar o fato de que isso durou. A lápide ou qualquer outro sinal de sepultura merece exatamente o nome de ‘símbolo’. É algo humanizante” (LACAN, 2005, p. 36). Uma leitura formidável do tema da morte sob a ótica da psicanálise, valorizadora do imaginário sobre a morte que teria se configurado a partir do primeiro grande conflito mundial, foi elaborada por Sigmund Freud ainda em 1915 (FREUD, 2010).

⁴ Desde, pelo menos, os anos 1970 do século passado, um conjunto de textos de autores como Hayden White, Paul Ricoeur, Michel de Certeau, Paul Veyne, entre muitos outros, têm estabelecido um importante debate sobre o problema da imaginação histórica e, portanto, da dimensão poética do trabalho do historiador. Tratando-se de debate enorme e conhecido, torna-se desnecessária uma indicação pormenorizada de referências, destacando-se aqui apenas os textos mais conhecidos dos autores citados (WHITE, 1992; RICOEUR, 2010; CERTEAU, 1975; VEYNE, 1998).

⁵ A relação entre os antigos tratados de retórica e as práticas de memorização de uma “arte da memória” foi analisada no importante trabalho de Francis Yates (YATES, 2007). Patrick Hutton tratou das possíveis permanências dessa tradição na escrita histórica (HUTTON, 1993).

⁶ No caso de uma antropologia da morte, pode-se destacar como uma referência fundamental os estudos de Louis-Vincent Thomas (1975; 1991; 1985; entre outros).

⁷ Parte da tese de doutorado *Militância laica e descristianização da morte em Portugal (1865-1911)* daria origem ao livro *O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)* (1999). Segundo Fernando Catroga, suas preocupações com o tema das comemorações cívicas, entre eles o das práticas de culto dos mortos, surgiram de seus estudos sobre o

positivismo: “Diria que minha escola nesta matéria foi a ‘leitura das fontes’ e a eleição de Comte como um sintoma das necessidades que todos os Estados-nação têm de segregar uma religião civil” (CATROGA; FERREIRA, 2009, p. 472). Os estudos de Fernando Catroga sobre o positivismo se iniciaram ainda nos anos 1970, com a apresentação do estudo final de sua licenciatura, que foi publicado, em grande parte, em revistas ligadas à Universidade de Coimbra (CATROGA, 1977a; CATROGA, 1977b).

⁸ Uma compilação recente da obra de Catroga foi feita por Sónia Nobre (2015, p. 623-636). Vários foram seus estudos sobre o republicanismo, podendo-se ressaltar, como obra de síntese, *O Republicanismo em Portugal: Da formação ao 5 de Outubro de 1910* (2010a).

⁹ Foram vários os estudos dedicados a Antero de Quental, parte importante deles reunidos em *História, socialismo, política* (2001).

¹⁰ Além de *Militância laica e descristianização da morte em Portugal* (1988) e de *O céu da memória* (1999), muitas pesquisas parciais sobre o tema do culto dos mortos foram publicadas, podendo-se destacar aqui alguns exemplos (CATROGA, 1997, 2000, 1987, 1986, 1991, 1993).

¹¹ Fernando Catroga não desprezou o olhar histórico e relativizou a hierarquização entre diferentes modos de tratamento do tema da morte: “Se toda esta fenomenologia tem uma via teórica privilegiada – a analítica existencial (Heidegger, Levinas) –, não são de menor valor, porém, os caminhos abertos pela biologia, pela antropologia cultural, pela etnologia e pela história das mentalidades” (CATROGA, 1999, p. 7).

¹² Fator que explicaria a relação estreita entre a importância conferida à história no Oitocentos e a determinadas práticas memoriais, como o culto cívicos dos mortos. “Ritualizações da história” é o título da parte final do livro *História da História em Portugal* (CATROGA; TORGAL; MENDES, 1996). O tema da secularização, já presente em *Militância laica e descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, inclusive no que diz respeito à diferença entre este conceito e o de laicização, daria origem a vários textos, com destaque para o extenso *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil* (2006a). Uma síntese das ideias de Fernando Catroga sobre o tema foi publicada na *Revista de História das Ideias* (CATROGA, 2004). Conferir também, para as mudanças antes apontadas, além de *O Céu da memória* (1999), *Os passos do homem como restolho do tempo* (2009).

¹³ O tema foi tratado nos importantes textos de Jean-Claude Bonnet (BONNET, 1997, 1998).

¹⁴ “Como se viu, no significado de pátria, a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional, e a sua funcionalidade é dita numa linguagem lírica, afetiva e maternal, que antropomorfiza, tanto o

território, transformando-o em paisagem, como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal de com/patriotas” (CATROGA, 2008, p. 20).

¹⁵ Referências a Pierre Bourdieu apareceriam em várias obras de Fernando Catroga (por exemplo, CATROGA, 2009, p. 15). A perspectiva de Pierre Bourdieu sobre os ritos de instituição pode ser encontrada no texto *Les rites d'institution* (BOURDIEU, 2001).

¹⁶ Tratado aqui de forma bastante limitada, tendo em vista a opção por centrar-se em algumas ideias principais de Fernando Catroga, o tema da secularização tem sido objeto de um grande debate há décadas, envolvendo uma enorme quantidade de autores, que seria impossível analisar neste artigo. O próprio livro do historiador português já referido, intitulado *Entre Deuses e Césares*, traz em pormenores elementos centrais do debate, indicando os vários campos de conhecimento e autores a ele relacionados. Além disso, seria importante considerar a diferença estabelecida por Catroga entre “secularização” e “laicização” (CATROGA, 1999, p. 18; 1988, 2004, 2006a).

¹⁷ O tema da irrupção do novo já estava presente em *Caminhos do fim da história*, publicação na qual Catroga formulava uma crítica aos diagnósticos pessimistas acerca do fim da História (CATROGA, 2002, p. 220 et seq.).

¹⁸ Sobre a crise dessas instituições, conferir a entrevista de Catroga ao Diário do Nordeste, 9/10/2006, intitulada *Secularização e o retorno do religioso*.

¹⁹ “E, não deixa de ser sintomático que Ricoeur tenha encontrado na teorização de Michel de Certeau sobre a escrita da história uma certa passagem da ‘sepultura-lugar’ para a ‘sepultura-gesto’” (CATROGA, 2009, p. 39).

²⁰ Talvez em sentido aproximado possamos compreender a remissão de Fernando Catroga a Walter Benjamin, ressaltando o papel do historiador como o daquele que deveria “salvar o passado” (CATROGA, 2009, p. 45-46).

²¹ Fernando Catroga faria uma remissão direta a Paul Ricoeur ao tratar da noção de *dívida* em relação ao passado (CATROGA, 2009, p. 39). A leitura de Ricoeur sobre as noções de *dívida* e *herança* conforme presentes na obra de Heidegger pode ser encontrada em *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (RICOEUR, 2000, p. 472 et seq.).

²² Além de Ricoeur, Catroga remeteria também ao conceito de *re-presentação*, de Coolingwood.

²³ Tradução livre.

²⁴ Refiro-me ao texto *Jusqu'à la mort. Du deuil et de la gaieté*, segundo Worms, produzido por volta de 1996, mas publicado apenas postumamente, como a primeira parte do livro *Vivant jusqu'à la mort suivi de Fragments* (há tradução para o português, conforme já referido; ver Ricoeur, 2012).

²⁵ “Por um lado, no sentido etnológico e quase religioso do termo, a escrita [da história] desempenha o papel de um *rito de enterramento*; ela exorciza a

morte introduzindo-a num discurso. Por outro lado, tem uma função *simbolizadora*; ela permite a uma sociedade situar-se, conferindo-lhe um passado na linguagem, o que abre um espaço próprio ao presente: ‘marcar’ um passado é conferir um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço dos possíveis, determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, por consequência, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como meio de fixar um lugar para os vivos” (CERTEAU, 1975, p. 118) (Tradução livre). François Dosse tratou do problema da morte na obra de Michel de Certeau (DOSSE, 2004, p. 99 et seq.).

²⁶ O problema foi indicado também em vários estudos de François Hartog, retomados por Fernando Catroga (cf. HARTOG, 2011; CATROGA, 2010b).

²⁷ Tal aspecto seria recorrentemente mencionado nas análises de sua obra contidas em livro recentemente publicado. António Pita, por exemplo, ao se referir aos estudos de Catroga sobre a memória, destacava como a História ganharia “uma nova dimensão ontológica” e a “historiografia uma nova dimensão epistemológica” (PITA, 2015, p. 16). Para Temístocles Cezar: “Sua reflexão sobre a condição histórica não é um mero artifício retórico com a intenção de encobrir uma empiria de dados definidos *a priori*. Antes, a desarmonia epistemológica expressa na suposta distinção entre ‘teoria’ da história e ‘prática’ historiográfica encontra na obra de Catroga antídotos que imunizam o leitor deste vício quase indomável que contamina o meio acadêmico” (CEZAR, 2015, p. 272).

²⁸ A perspectiva histórica de compreensão da filosofia por Catroga foi analisada também por Paulo Archer de Carvalho (CARVALHO, 2015, p. 77 et seq.). Tal fato explicaria a citação de Roger Chartier retomada por Catroga: “Inquietação que nunca será gratuita, porque, para um historiador, pensar a relação entre as duas disciplinas [a filosofia e a história], é, antes de mais, colocar uma questão inteiramente prática e útil: em quê e como a reflexão filosófica permite elaborar melhor os problemas para os quais apontam, nos nossos dias, todo o trabalho histórico concreto e empírico? (Roger Chartier, 1988)” (CATROGA, 2010b, p. 21). Ainda segundo Catroga: “[...] convoca-se os historiadores para um convívio proveitoso com a filosofia – não estamos a escrever, com a filosofia da história [...] E deve lembrar-se que, quando a *reflexão é muito externa, ela chega sempre demasiadamente tarde à prática que quer fundamentar*. Por conseguinte, aconselha-se a epistemologia do historiador a estar em sintonia com a própria operação historiográfica e não ser uma espécie de *prova póstuma da sua consciência crítica*” (CATROGA, 2010b, p. 22-23, grifo do autor).

²⁹ Nesse caso, seria importante considerar também a “formalidade das práticas” dos rituais, aspecto do qual se aproximou, por exemplo, Paul Connerton, ao enfatizar uma retórica dos rituais (CONNERTON, 1999).

Referências

- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.
- BONNET, Jean-Claude. Les morts illustres: Oraison funèbre, éloge académique, nécrologie. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. La Nation. L'idéal. La Gloire. Paris: Gallimard, 1997. p. 1831-1854.
- _____. *Naissance du Panthéon: Essai sur le culte des grands hommes*. Paris: L'Esprit de la Cité; Fayard, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Seuil, 2001.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *Antropologie de la mémoire*. Paris: PUF, 1996.
- CARVALHO, Paulo Archer de. Filosofia, anamnésis e história: Uma vi(d)a da sagesse. In: GARNEL, Rita; OLIVA, João Luís (Org.). *Tempo e história, ideias e políticas: estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina, 2015. p. 73-88.
- CATROGA, Fernando. Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 1, p. 287-394, 1977a.
- _____. Os inícios do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal. *Biblios*, Coimbra, v. 53, p. 285-327, 1977b.
- _____. A cremação na época contemporânea e a dessacralização da morte: o caso português. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 8, p. 223-268, 1986.
- _____. Laicização e democratização da necrópole em Portugal (1756-1911). *Cultura, História e Filosofia*, v. 6, p. 453-504, 1987.
- _____. *Militância laica e descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*. 1988. Tese (Doutorado em Letras)–Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1988.
- _____. Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal: Inumistas e cremacionistas. In: COELHO, António Matias (Coord.). *Atitudes perante a Morte*. Coimbra: Minerva, 1991. p. 95-176.
- _____. Morte romântica e religiosidade cívica. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: O Liberalismo*. v. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 545-561.
- _____. Heterodoxias e resistências no último rito de passagem: os funerais civis antes da República. *Ler Histórias*, n. 33, p. 115-140, 1997.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999.

_____. A monumentalidade funerária como símbolo de distinção social. In: OS BRASILEIROS de Torna-Viagem. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 453-504.

_____. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001a. p. 43-69.

_____. *Antero de Quental: História, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001b.

_____. Caminhos do fim da História. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 23, p. 131-234, 2002.

_____. Secularização e laicidade: uma perspectiva histórica e conceptual. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 25, p. 51-127, 2004.

_____. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*. Uma perspectiva histórica. Coimbra: Almedina, 2006a.

_____. Ainda Será a História Mestra da Vida? *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 7-34, 2006b. Edição especial.

_____. Pátria, nação e nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Org.). *Comunidades imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 9-39.

_____. *Os passos do homem como restolho do tempo: Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. Lisboa: Casa das Letras, 2010a.

_____. O valor epistemológico da história da história. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010b. p. 21-47.

CATROGA, Fernando; TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado. *História da História em Portugal: Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

CATROGA, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista a Fernando Catroga. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 469-487, dez. 2009.

CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

_____. Lacan: une éthique de la parole. In: _____. *Histoire et psychanalyse*. Entre science et fiction. Paris: Gallimard, 2002. p. 239-268.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen não leu Capistrano: Ensaio sobre uma experiência narrativa (anacrônica). In: GARNEL, Rita; OLIVA, João Luís (Org.). *Tempo e história, ideias e políticas: estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina, 2015. p. 271-288.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Lisboa: Celta, 1999.

COUTINHO, Tiago. Secularização e o retorno do religioso. *Diário do Nordeste*, 9 out. 2006. Caderno 3.

CRÉPON, Marc. *The thought of death and the memory of war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 2004.

DREIZIK, Pablo (Org.). *Lévinas y lo político*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FREUD, Sigmund. Considerações atuais sobre a guerra e a morte (1915). In: _____. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 209-246. (Obras Completas).

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HUTTON, Patrick. *History as an art of memory*. Hanover: University of Vermont, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. Monumentos a los caídos como lugares de fundación de la identidade de los supervivientes. In: _____. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011a. p. 65-101.

_____. La transformación de los monumentos políticos a los caídos en el siglo XX. In: *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011b. p. 103-128.

_____. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LEVINAS, Emmanuel. *Dieu, la mort et le temps*. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle, 1993.

- LORAUX, Nicole. *A invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- NOBRE, Sónia. Bibliografia essencial de Fernando Catroga. In: GARNEL, Rita; OLIVA, João Luís (Org.). *Tempo e história, ideias e políticas: estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina, 2015. p. 623-636.
- PITA, António Pedro. Fim da história, tempo e experiência. In: GARNEL, Rita; OLIVA, João Luís (Org.). *Tempo e história, ideias e políticas: estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina, 2015. p. 61-72.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 v.
- _____. Vivo até a morte. Do luto e do júbilo. In: _____. *Vivo até a morte, seguido de Fragmentos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 1-51.
- _____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.
- RÜSEN, Jörn. Emotional forces in historical thinking: some metaphorical reflections and the case of mourning. *Historein*, v. 8, p. 41-53, 2008.
- _____. Mourning by History: ideas of a new element in historical thinking. *Historical East and West*, v. 1, n. 1, p. 13-38, 2003.
- THOMAS, Louis-Vincent. *Anthropologie de la mort*. Paris: Payot, 1975.
- _____. *La mort en question: traces de mort, mort des traces*. Paris: L'Harmattan, 1991.
- _____. *Rites de mort: Pour la paix des vivants*. Paris: Fayard, 1985.
- URBAIN, Jean-Didier. *L'Archipel des Morts: Le sentiment de la mort et les dérives de la mémoire dans les cimetières d'Occident*. Paris: PLON, 1989.
- _____. *La société de conservation: Étude sémiologique des cimetières d'Occident*. Paris: Payot, 1978.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília, DF: UnB, 1998.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.
- WORMS, Frédéric. Vie, mort et survie dans et après. La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli. In: DOSSE, François; GOLDENSTEIN, Catherine (Dir.). *Paul Ricoeur: penser la mémoire*. Paris: Seuil, 2013. p. 135-147.
- YATES, Francis. *A arte da memória*. Campinas: UNICAMP, 2007.

Recebido em: 17/12/2015
Aprovado em: 20/05/2016

ENTREVISTA

Ecoss de uma ditadura recente: entrevista com Carlos Fico*

Resumo: Carlos Fico é professor de História do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro e atual coordenador da área de História da CAPES. Dedica-se ao estudo do Brasil Republicano com pesquisas sobre historiografia, ditadura militar, rebeliões populares e história política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Mantém contato com o grande público através de textos e vídeos publicados em jornais, redes sociais e no seu blog Brasil Recente.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira. Cotidiano. Censura. Repressão.

Entrevistador 1: Bom dia, Carlos! Obrigado por conversar com a gente sobre um período não tão distante, mas que ecoa fortemente no tempo presente. Como auxiliares das ditaduras, tanto de direita quanto de esquerda, temos o uso da propaganda e da censura. Quanto à censura na ditadura militar brasileira, se caracterizaram pelo menos duas, lembrando aqui seu texto publicado no livro *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*¹, organizado por Daniel

* Entrevista realizada no dia 14/08/2014 após a conferência 1964: momentos decisivos, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO/Irati. A conferência integrava também a programação do VI Simpósio de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica da UNICENTRO. Entrevistador 1: Valter Martins (Doutor em História Social na Universidade de São Paulo – USP; Pós-Doutorado na Universidade de Campinas – UNICAMP; professor associado no Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO); 2: Fabrício Leal de Souza (Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo – USP); 3: Helio Sochodolak (Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pós-Doutorado pela UNESP Assis); 4: Luiz Gustavo de Oliveira (Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM); 5: Clayton Ferreira (Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO).

Aarão e Marcelo Ridenti. Havia uma censura oficial, preocupada com a moral e os bons costumes, a nudez e os palavrões no teatro e no cinema... E uma outra censura, subterrânea, que infernizava as redações de jornal, os estúdios de rádio e assim por diante. Então, a pergunta é a seguinte: Havia uma disputa entre esses dois grupos da censura dentro do aparelho do estado? Ou elas tinham funções bem definidas e essa disputa não ocorria?

Carlos Fico: Acontecia. Havia censura de diversões públicas desde os anos quarenta, até mesmo antes dos anos quarenta. A censura ao teatro, por exemplo, é tradicional no Brasil e sempre existiu. Funcionava com base nas restrições aos chamados bons costumes, censurando o teatro, cinema, rádio, música e a televisão. Sempre funcionou assim, é anterior à ditadura militar. Mas, depois do AI-5, foi criado um sistema clandestino de censura política, centrado no gabinete do Ministério da Justiça, em um órgão secreto chamado SIGAB (Serviço de Informação do Gabinete), que tinha por incumbência principal a censura dos órgãos da imprensa. Isso foi novidade. Embora tenham existido, também, inclusive durante o período chamado democrático de 1945 a 64, vários episódios de censura da imprensa, até mesmo no governo de Juscelino Kubitschek. Porém, não era uma coisa sistemática. Depois do AI-5 houve essa sistematização e uma censura cotidiana. Nesse órgão, chegavam solicitações de diversas autoridades, governadores, comandantes militares etc., pedindo que determinado tema fosse censurado e não fosse noticiado nos jornais do dia seguinte. Esse órgão centralizava esses pedidos e decidia o que deveria ser censurado enviando a ordem para as redações de jornais. Eram chamadas de “proibições determinadas” e chegavam aos jornais por meio de bilhetes ou papéis não assinados, que ficaram conhecidos como “bilhetinhos”, além de telefonemas. Além desses bilhetes e telefonemas, havia em órgãos mais visados uma censura prévia. Ou seja, um censor ficava pessoalmente na redação dizendo o que deveria ser publicado ou não. Poucos órgãos tiveram censura prévia. Então, o que aconteceu com a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)? Essa divisão era anterior ao SIGAB e cuidava da nudez, palavrões, esse tipo de coisa, nas atividades de entretenimento: cinema, televisão, música etc. O que ocorreu foi que a DCDP passou a ser cobrada

pelo regime militar no sentido de coibir também as manifestações políticas nessas atividades de entretenimento. E, curiosamente, houve alguma resistência no interior da DCDP quanto a essa politização. Em vários relatórios, os diretores da DCDP diziam: “Nós não estamos habituados, nem aparelhados, nem treinados a fazer esse tipo de censura estritamente política”. E, portanto, havia restrições. No entanto, em vários momentos, houve colaboração. Peças de teatro, filmes etc., foram censurados pela DCDP, algumas vezes por motivações políticas. Então é por isso que eu digo que havia duas, e não uma censura durante o regime militar. A censura especializada no controle das atividades de entretenimento, centrada nas restrições de natureza moral, e a censura estritamente política. E muita gente fala: “A censura de diversões públicas também é política”. Claro que é, mas dá para distinguir perfeitamente uma da outra porque são órgãos distintos, pessoal distinto. A DCDP era legal, aprovada por lei e publicamente conhecida. Naquela época, antes dos filmes, dos programas de televisão, era exibido um certificado da censura da DCDP, autorizando com cortes ou sem cortes, classificando a atração como livre ou permitida para maiores de tantos anos. Enquanto a atividade da censura que eu chamo de estritamente política era clandestina, não havia normatização legal e, enquanto foi possível, a ditadura negou sua existência. Depois ela ficou óbvia, clara. Na medida do possível, as autoridades militares não falavam disso, negavam e censuravam sua própria atividade de censura política.

Entrevistador 1: E aquele episódio do *Estadão*, que publicavam receitas...

Carlos Fico: Esses são episódios quase folclóricos porque não houve grande resistência da imprensa contra essa censura. Não havia muito a fazer. Simplesmente chegavam aquelas proibições que algumas vezes diziam respeito aos confrontos entre a repressão e a luta armada, mas também havia proibições estranhas. Certa ocasião houve uma epidemia de meningite e a censura política proibiu qualquer notícia sobre isso, algo criminoso porque isso impedia medidas para evitar o contágio etc. Alguns órgãos da imprensa como o *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O São Paulo*, da Arquidiocese de lá, e a revista *Veja*, em algumas ocasiões tentaram confrontar a censura, como essa conhecida história do Estadão publicar receitas

culinárias e trechos de *Os Lusíadas* de Camões nos espaços das matérias censuradas. Porém, isso não resultava em nada, serviu apenas para o folclore de autovalorização daquele jornal. Aliás, muitas pessoas, inclusive, escreviam para o jornal dizendo assim: “Que ótimo, vocês agora estão publicando poesias” ou “que boa essa receita”. Muitos leitores nem percebiam que aquilo era uma manifestação contra a censura. No cotidiano das redações, as proibições eram acatadas porque não havia o que fazer. O que você iria fazer? O jornalista, o editor que publicasse alguma coisa proibida no dia seguinte seria preso, perderia o emprego. Há colegas que chamam isso de autocensura. Não concordo. Acho que era uma coerção muito forte contra a qual não havia o que fazer.

Entrevistador 2: Com o conhecimento de nova documentação sobre o período como os dossiês norte-americanos, fichas e depoimentos, o que de novo há para ser descoberto sobre esse tema? Em que sentido novos documentos podem contribuir para ressignificar o golpe de 64 e a ditadura militar?

Carlos Fico: A documentação em tese está toda aberta. Graças à Lei de Acesso a Informação a gente chega com alguma dificuldade nesses documentos. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade têm acesso mais facilitado a esses documentos, o que é um equívoco, mas provavelmente depois dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade outros documentos se tornarão mais acessíveis. No entanto, até agora, o Exército nega que exista um acervo de seu órgão de informações, que se chamava CIE (Centro de Informações do Exército), e também a Marinha, cujo centro de informações, CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), certamente possui um arquivo, mas os comandantes militares criminosamente se negam a abrir esses acervos. Exceto esses dois, os demais acervos de órgãos de informações estão em tese acessíveis. Pode dar muito trabalho, tem de ir à justiça, alguns privilégios são concedidos à Comissão Nacional da Verdade, equivocadamente, mas mal ou bem eles estão acessíveis. O que eu quero dizer é que a gente ainda conhece pouco essa documentação. Muitos jornalistas têm acesso e publicam aqueles episódios supostamente escandalosos ou mais chocantes. Mas o trabalho do historiador é minucioso, demanda tempo e a gente ainda tem pouco trabalho de historiador sistemático com todos esses

acervos. Ontem, na palestra, por exemplo, eu mencionei o trabalho da CGI (Comissão Geral de Investigações), que foi criada depois de 1968 para, supostamente, combater a corrupção de funcionários públicos que teriam enriquecido ilicitamente. É um acervo enorme, com muitas e muitas caixas, muitos e muitos dossiês. Recentemente um aluno meu fez um trabalho preliminar com esse acervo, mas ainda há muito o que pesquisar nele. É um órgão que foi ficando esquecido pelo próprio regime militar, então não sofreu o que normalmente esses acervos sofrem, que é o expurgo, a limpeza de documentos mais sensíveis. Há ainda muita coisa a se pesquisar. Nos Estados Unidos, nesse momento, o professor James Green, da Brown University, e o professor Sidnei Munhoz, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), estão trabalhando num projeto fantástico de digitalização do acervo documental norte-americano em relação à esse período. Boa parte já está online e em breve muitas outras coisas virão à luz. Então, assim como nos Estados Unidos, que tem o maior acervo em países estrangeiros sobre esse período, outros países também os possuem como Inglaterra e França. A gente tem tentado mapear e digitalizar essa documentação. Certamente muita coisa nova vai surgir, detalhes, sobretudo. Não creio que haverá grandes revelações chocantes, como gosta a imprensa. Mas, certamente, surgirão detalhes e uma visão mais precisa, inclusive sobre a atuação de determinadas pessoas porque o sigilo, não só no Brasil, como em outros países, na maioria dos casos, visa ocultar avaliações dos governos ou de autoridades públicas sobre personagens muito conhecidas: governadores, presidentes da república, senadores. Quando surgem essas passagens elas são tarjadas e esses documentos até são liberados, mas com essa ocultação que acontece no mundo inteiro, com prazos de sigilo de 10, 20, 30 anos. Passados esses prazos, tem sido possível a gente conhecer mais detalhadamente o período. Ainda há muito acervo para ser conhecido.

Entrevistador 3: Tenho lido Roberto Campos, especificamente sua produção no que diz respeito ao pensamento econômico da época em que esteve no governo Castelo Branco. Pude perceber que ele se mostrava muito autoritário em seus discursos. Na palestra o professor comentou que o autoritarismo ainda é uma característica da cultura política brasileira. O senhor também comentou

que, além da imprensa, segmentos sociais como industriais, latifundiários e parte da classe intelectual brasileira apoiou o Golpe Militar. Gostaria que o professor comentasse sobre o papel dos intelectuais no Golpe Militar, em especial os de postura autoritária, como Roberto Campos.

Carlos Fico: Não sei se Roberto Campos era um intelectual propriamente dito. Ele era um economista de direita, um homem muito conservador, que tinha uma visão da necessidade do apoio do capital estrangeiro ao desenvolvimento econômico brasileiro. Tem até uma biografia muito volumosa, não sei se tem dois ou três volumes², e sempre achei muito interessante, já li várias vezes essa biografia por dever de ofício, e é muito interessante confrontá-la com a biografia de Celso Furtado, que também era um economista, só que de esquerda, e tinha uma visão um pouco nacionalista da possibilidade de desenvolvimento do Brasil com base em uma poupança interna. Enfim, o confronto entre essas duas biografias é importante para visualizar como esses homens notáveis, ambos preocupados com o crescimento e o desenvolvimento do Brasil, tinham perspectivas muito diferentes. Roberto Campos teve essa atuação lamentável de apoiar o golpe, ainda como embaixador nos Estados Unidos, durante o governo João Goulart. Ele passava informações que não deveria passar para o governo norte-americano e depois apoiou o regime militar e se vangloriava disso, então é um personagem bastante controverso. Mas, eu não diria que ele é um intelectual, no sentido de uma reflexão mais profunda sobre o Brasil. Ele permanece em um campo mais restrito do pensamento econômico e, nessa esfera, é relativamente sofisticado, embora de viés conservador. Curiosamente, a ditadura militar teve muita dificuldade de se relacionar com os intelectuais. Eu digo “curiosamente” porque se a gente comparar com a outra ditadura brasileira - que foi a de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945 - o Estado Novo não teve dificuldades nesse aspecto. Vários intelectuais se relacionaram com a ditadura do Estado Novo, sobretudo nas margens do Ministério da Educação. Intelectuais famosos como Carlos Drummond de Andrade e outros tiveram um papel importante naquela ditadura. E o que talvez explique isso seja exatamente a força desse pensamento autoritário, que vem no mínimo da Primeira República.

Um texto famoso do Bolívar Lamounier, na coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, trata exatamente dessas raízes do pensamento autoritário do Brasil, segundo o qual seria necessário um governo forte e centralizador. Naquele quadro do Estado Novo muitos intelectuais aderiam, concediam ou pelo menos faziam vista grossa para o arbítrio do Estado Novo. Já durante o regime militar, foi difícil obter o apoio de alguns intelectuais. Isso foi conseguido durante o governo de Castelo Branco com a criação do Conselho Nacional de Cultura, uma ideia que lhe foi levada pelo Josué Montello, o famoso romancista. E Josué Montello conseguiu montar um colegiado espelhado no Conselho Federal de Educação para tratar da cultura brasileira. Também eram intelectuais com perfil conservador, como Gilberto Freyre, Ariano Suassuna e outros que definiam o destino de verbas públicas para projetos culturais, naquela visão bem tradicionalista da cultura brasileira, como alma do povo, folclore, preservação de costumes tradicionais, o coreto, a bandinha, essa leitura bastante simplista. Foi o máximo que eles realizaram porque a maior parte dos intelectuais – graças ao predomínio desses no campo da esquerda, notadamente no PCB – se posicionava contrariamente ao regime militar. Poucos intelectuais apoiaram explicitamente a ditadura, como Raquel de Queiroz, Gilberto Freyre e Josué Montello.

Entrevistador 3: Apoiaram o golpe, mas não as atividades...

Carlos Fico: Alguns apoiaram porque permaneceram no Conselho Federal de Cultura, por exemplo, permaneceram bastante tempo nos governos seguintes, até mesmo por conta dessa boquinha de definir verbas e tal. Mas, intelectuais mais renomados e respeitados publicamente não apoiavam. Esses poucos intelectuais interagiam de maneira envergonhada com o regime militar, diziam que estavam ali para prestar um serviço e sempre muito reticentes em relação à violência, à tortura. Atualmente, tenho um orientando que está fazendo uma tese de doutorado exatamente sobre o Conselho Federal de Cultura.

Entrevistador 4: Há alguma diferença em pensar o Golpe de 64 agora nos 50 anos em relação aos 40 ou 30? É possível afirmar que a Comissão Nacional da Verdade é o grande diferencial desse momento de reflexão?

Carlos Fico: Não. Há muita diferença, mas eu não diria que a Comissão Nacional da Verdade é a motivadora disso porque ela pouco aparece, pouca gente sabe que ela existe, o que é uma pena. É muito engraçado. Aconteceu nos 30 anos do golpe, em 1994: nós tentamos fazer alguns eventos e ninguém se interessava por isso, não aparecia ninguém, não tinha grande repercussão. Dez anos depois, em 2004, eu organizei um grande evento no Rio de Janeiro com um *pool* de instituições. Além da UFRJ, a UFF, o CPDOC, o Arquivo Nacional, mais outras instituições e fizemos um evento que foi uma loucura. Havia conferências na UFRJ, na UFF, na Fundação Getúlio Vargas e no CPDOC, todas lotadas, e trouxemos pesquisadores de várias partes do Brasil e do mundo. E o mais surpreendente foi que a imprensa acompanhou tudo de perto. *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* publicavam matérias todos os dias sobre o que estava sendo discutido ali. Então notei que havia uma enorme diferença de 1994 para 2004. E o que teria acontecido para levar as pessoas a se debruçarem e a se interessarem mais sobre o tema? Portanto, bem antes da Comissão da Verdade. E isso está se repetindo agora em 2014, nos 50 anos. E eu prometo que nos 60 anos não falarei mais sobre esse assunto... Houve um grande crescimento do interesse social, é um tema que repercute muito socialmente. Claro que em função de questões polêmicas. Foi em 2004 que começaram a surgir, naquele seminário, algumas avaliações muito polêmicas de colegas nossos, segundo os quais, por exemplo, a luta armada não teria colaborado para o retorno a democracia. Por exemplo, a questão de que, naquele momento, em 1964, ninguém, nem na esquerda ou na direita, valorizava a democracia. Outro exemplo: a hipótese de que parte da esquerda em 1964 poderia, quem sabe, ser golpista, queria dar um golpe de esquerda. Essas questões são muito polêmicas. Todo mundo reage, sempre se posicionando de um lado ou de outro e, sobretudo, havia começado, em 1995, um ano depois dos 30 anos, a primeira medida da Justiça de Transição, que foi a criação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos pelo Fernando Henrique Cardoso. E tem sempre a polêmica sobre encontrar os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia, que é um assunto que chama muita atenção. Então a questão da tortura, da busca

dos restos mortais, de saber se havia golpe de esquerda, se a luta armada ajudou a derrubar ou ajudou a prolongar a ditadura – todos foram temas muito polêmicos. Eu acho que essas controvérsias é que explicam o interesse das pessoas. Também uma última coisa: uma visão um pouco romântica da juventude em relação àquele período. Tivemos, por exemplo, o *impeachment* do Collor e, mais recentemente, as manifestações de junho de 2013 e muita gente faz essa analogia: “Então naquela época teve luta armada, teve resistência democrática e agora nós estamos retomando isso”. São visões românticas cíclicas que surgem sempre quando a gente é jovem. Acho que por isso há um grande interesse dos mais jovens sobre esse assunto. E o último é ruim, acho ruim embora eu pesquise a história do tempo presente: muitos alunos de História acham que é mais fácil pesquisar temas recentes porque não têm de recorrer à paleografia. Se você vai ler um documento do século XVI, XVII e XVIII, mesmo em português, você não entenderá nada, a não ser que estude paleografia. Aí, naquele afã do bacharelado, de precisar fazer a monografia, ter de fazer o projeto para o mestrado: “Bom, é mais fácil estudar uma coisa que não tenha essa dificuldade técnica e metodológica”. Então a gente percebe, até na coordenação da Área de História junto à CAPES, que há um volume grande de projetos de história contemporânea e republicana do Brasil, em detrimento da história colonial e imperial, o que é uma pena, não é bom, mas também ajuda a explicar esse interesse pela ditadura militar.

Entrevistador 5: Existe uma pressão pela abertura dos arquivos do período militar. Recentemente, a Aeronáutica liberou “gentilmente” um lote de documentos sobre óvnis no Brasil que fez a alegria dos ufólogos, mas não contribuiu muito para um maior conhecimento daqueles anos. A Comissão da Verdade questionou a Força Aérea sobre o uso de suas instalações para prática de tortura, especialmente no caso de Stuart Angel Jones. Em nota à imprensa, o brigadeiro Juniti Saito afirmou o seguinte: “Não houve desvirtuamento de um local público estabelecido pela base aérea do Galeão no período em questão, que pudesse configurar desvio de sua identidade regulamentada. Respeitosamente – Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica”. Esse cinismo das autoridades

militares atuais em relação a este passado discricionário das Forças Armadas, possibilita tirar que conclusões? Como a Comissão da Verdade tem lidado com essas situações?

Carlos Fico: Acho que é expressão de uma desfaçatez. Esses comandantes militares que negam a existência de tortura ou que as instalações foram usadas para tortura e outros crimes estão mentindo, são mentirosos e deveriam ser punidos pela lei. Uma declaração como essa deveria ser encarada pela Presidência da República como uma afronta. Eles deveriam ser demitidos, mas isso não acontece porque as autoridades civis são lenientes e irresponsáveis também, cometem o mesmo tipo de crime. Então eu só lamento que a Presidência da República e esses comandantes militares atuem impunemente dessa maneira vergonhosa. Mas o que a gente pode fazer? A gente pode entrar na justiça contra eles, eu não tenho ânimo de fazer isto, mas alguma entidade, alguma ONG poderia reunir evidências, que são milhares, e confrontar essas autoridades públicas por crime e mentira ao público. Por outro lado, eu acho que a Comissão Nacional da Verdade fez um requerimento muito ingênuo, burocratizado, perguntando se as instalações tiveram desvio da sua função original, uma pergunta mal formulada, que enseja esse tipo de resposta mentirosa. Então os dois lados estão conduzindo a questão de uma maneira muito ruim segundo eu posso avaliar. Eu lamento muito. A Aeronáutica, tempos atrás, antes dessa documentação ridícula sobre objetos voadores não identificados, liberou uma documentação do CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), mas completamente expurgada, como a gente diz tecnicamente, saneada, ou seja, eles retiraram todos os documentos comprometedores. É visível até na avaliação da documentação, páginas e páginas foram removidas. Também é um crime, previsto em lei, você fraudar acervos públicos e, sobretudo, de natureza sigilosa. São crimes e, portanto, eles deveriam ser punidos pela lei, mas não há iniciativa nem do poder público, nem da população que não se interessa muito por esse assunto. E com o passar do tempo a gente também vai ficando um pouco cansado de tomar iniciativas, mas talvez pessoas mais animadas pudessem fazê-lo porque são crimes, crimes inclusive contra a segurança nacional, porque fraudar uma documentação que outrora foi sigilosa é um crime gravíssimo,

sem que isso tenha sido registrado em ata. Onde estão as atas de descarte da documentação do CISA que claramente foi descartada? O comandante militar da Aeronáutica é responsável por isso, ele é responsável e poderia ser punido, deveria ser punido por isso. Por que é muito fácil provar que a documentação foi fraudada e ela estava sob a guarda do comandante e de seus antecessores, todos poderiam ser punidos por isso. Onde estão as atas? Ele perdeu as atas do descarte? Então ele teria que vir a público se explicar, mas o Brasil não tem uma cultura política de cobrança das autoridades públicas, especialmente quando se trata de autoridades militares em relação às quais essa geração que está no poder tem muito medo. A geração que está no poder hoje em dia, inclusive de esquerda, do PT, e mesmo antes, do PSDB, viveu uma relação muito negativa com esses militares e, obviamente, guarda ainda certo receio de confrontá-los, como se eles fossem capazes ainda de fazer qualquer coisa. Isso é muito negativo, é um problema grave para a consolidação da democracia brasileira, a ausência de prevalência do poder civil sobre o militar. Veja o Ministério da Defesa: é um ministério frágil. Os comandantes militares podem vir a público e falar as maiores barbaridades, como essas do ministro da Defesa, que aliás eu nem sei quem é, e nada acontece. Isso é expressão de uma fragilidade da democracia brasileira. Eu acredito que isso seja motivado em parte pela relação mal resolvida da geração atualmente no poder com o passado militar. Veja o Congresso Nacional: em outros países há comissões parlamentares que têm acesso à documentação sigilosa e aqui ninguém sabe disso. O governo brasileiro continua produzindo documentos sigilosos, como deve ser mesmo. Mas, em outros países, os congressos, os parlamentos, têm parlamentares que são especialistas nisso e que acompanham tudo para evitar exageros. Por que a tendência de qualquer governo é produzir em excesso esses papéis secretos. A gente não tem nada disso aqui. Até recentemente, na gestão do Nelson Jobim no Ministério da Defesa, a gente não tinha uma política nacional de defesa. Qual é o papel dos militares no Brasil hoje? Tudo isso ainda é expressão da fragilidade institucional do Brasil, que esses crimes tenham sido cometidos por comandantes militares que acobertaram a documentação e a fraudaram. Eles vêm a público, confessam e tudo continua bem.

Entrevistador 4: Nesse ponto o Brasil se diferencia muito da Argentina?

Carlos Fico: Não, a Argentina é pior.

Entrevistador 4: Mas a Argentina teve um processo de punição de militares.

Carlos Fico: As juntas militares foram julgadas e punidas, nesse sentido alguns analistas avaliam que isso foi um avanço em relação ao Brasil. Não sei bem como avaliar isso, se foi um avanço ou se não foi, mas o fato é que aconteceu essa punição. No entanto, no que diz respeito à documentação, a situação do Brasil, por incrível que pareça, é melhor, porque a documentação na Argentina realmente se perdeu. Aqui no Brasil a gente tem um acervo muito grande ainda a ser pesquisado, apesar das restrições.

Entrevistador 2: O professor estava falando sobre a falta de prevalência do poder civil sobre o poder militar e sobre democracia. O atual aparato policial brasileiro exerce uma prática violenta, com uso de tortura e outras violações, especialmente contra as classes populares e nos remete aos tempos das ditaduras brasileiras. De que maneira o estado democrático poderia remover esse entulho autoritário do cotidiano dos cidadãos brasileiros?

Carlos Fico: Eu não acho que a brutalidade da polícia civil e militar remeta ao período autoritário. Essa brutalidade existe desde muitos anos. A polícia civil e militar brasileira é mal preparada e violenta, sobretudo contra pobres e negros, há muitas décadas, bem antes do início da ditadura militar. Isso é uma concessão que a elite brasileira faz às suas polícias: a elite brasileira permite que a polícia trate com brutalidade os pobres e negros. Por uma série de razões, razões de elitismo, de manutenção de privilégios e de coisas dessa natureza. Se você aparece diante da polícia de terno e gravata e é branco você é tratado de uma maneira, como doutor. E se você é negro e está vestido modestamente e aparece diante da polícia, você é tratado com descaso, ignorância e brutalidade. Isso é expressão não só de despreparo e de uma tradição de brutalidade e acontece não só no Brasil, diga-se de passagem, mas também de uma sociedade que é autoritária, cujas elites são autoritárias e discriminárias, inclusive no trato dessas elites com os seus semelhantes, iguais, funcionários, empregados etc. Então isso não decorre da

ditadura militar. Agora, durante a ditadura militar essa situação se agravou muito, se agravou por conta da extrema militarização. É um pouco redundante dizer isso das polícias militares, já que são militares mesmo, e também de uma coisa que é grotesca no Brasil e que, aí sim, decorre muito da fase militar que é a seguinte: os prefeitos, por exemplo, não têm nenhuma relação com a polícia, não podem mandar nada na polícia. Imagina o prefeito do Rio de Janeiro, de São Paulo, que tem de lidar com a segurança pública. Eles, no máximo, criaram as guardas municipais desarmadas, uma tradição recente no Brasil, mas eles não têm ascendência sobre a polícia civil e militar. Quem cuida disso é o governador. E durante a ditadura militar, os governadores, os políticos civis que sempre foram vistos como despreparados pelos militares, foram desacreditados. Isso se expressou no caso dos governadores estaduais pela necessidade deles obterem autorização para nomear o comandante da polícia militar e o secretário de segurança pública. Essa intromissão do governo federal durante a ditadura militar no tratamento da segurança pública foi muito prejudicial e agravou bastante a longa tradição de despreparo e brutalidade das polícias. Mas eu acho que esse despreparo e brutalidade não têm origem na ditadura militar. É um traço muito longo da sociedade brasileira.

Entrevistador 5: E como é que fica, portanto, a questão da desmilitarização? Há um grande movimento que vincula a atual polícia militar à ditadura, como fosse um dos maiores resquícios da ditadura.

Carlos Fico: Eu acho que a desmilitarização da polícia seria uma coisa ótima. A gente teria de ter uma polícia preparada que soubesse lidar com manifestações sociais, que soubesse tratar de maneira equânime as pessoas, fossem elas pobres ou ricas. Isso é um paraíso, seria um sonho. E a desmilitarização pode ajudar muito. É necessário haver alguma polícia militar, em todos os países existe isso, mas fortalecer a polícia federal, fortalecer o Ministério Público e fazer uma polícia científica no contexto da Polícia Civil para, sobretudo, prevenir o crime e não para coibir os crimes após ocorrerem. Isso tudo seria maravilhoso. Mas eu não creio que a gente deva vincular isso à ditadura militar, como se a ditadura tivesse causado esse problema tão grande do Brasil. É uma coisa

que existia antes. A brutalidade da polícia, por exemplo, durante o Estado Novo, era uma loucura. O que houve de novidade durante o regime militar, não foi no contexto das polícias, nem civil e nem militar, foi no contexto dos militares. As Forças Armadas brasileiras nunca haviam participado diretamente das ações de tortura e repressão política, então isso as marcou negativamente de maneira indelével até hoje. O grande prejudicado então, se a gente pode dizer assim, ou quem se comprometeu gravemente, dizendo melhor, foram as Forças Armadas quando entraram nessa onda de brutalidade e de violência clandestina. Muita gente fala assim: “Os militares brasileiros foram treinados pelos norte-americanos para tortura” lá no Panamá. Isso é um pouco de mito porque esses militares aprenderam a torturar com a polícia civil que já torturava desde sempre. Quem saiu perdendo na batalha da imagem foram os militares porque se meteram nessa coisa tão condenável da tortura e do desaparecimento.

Entrevistador 3: A respeito dessa imagem dos militares que saíram perdendo. É de conhecimento público que os militares sejam os vilões, mas tenho percebido isto mudar um pouco nos últimos anos, e até mesmo nos últimos meses, inclusive por parte imprensa. É feita uma propaganda contra o governo, e neste caso específico, o mensalão é utilizado como um dos argumentos, como se o PT tivesse criado a corrupção e antes disso ela nem sequer existisse. E nós sabemos que durante a ditadura militar o governo controlava a propaganda e as informações que deveriam ser coerentes com a ditadura e, desta forma, os sinais de corrupção eram ocultados. Apesar disso, temos visto Marchas da Família e uma ascensão da direita conservadora, sendo que muitas pessoas se assumem de direita e não têm vergonha de afirmar que gostariam de ver os militares de volta ao poder. Como o professor percebe este fenômeno da direita? Como percebe esse desejo de volta da ditadura militar, até mesmo por parte de pessoas que eram crianças na época ou nem mesmo haviam nascido?

Carlos Fico: Existe um lado um pouco folclórico nisso. Esse movimento recente de tentativa de revitalização das marchas fracassou e não conseguiu animar as pessoas. Tem um aspecto ridículo nisso. Por outro lado, não acho que seria totalmente ruim que houvesse uma

direita e que se assumisse como tal. No Brasil todo mundo nega isso, mas como você disse, nos últimos anos têm surgido manifestações de grupos claramente de direita, inclusive também de jornalistas e me parece que há um nicho eleitoral bastante promissor para esses grupos. É uma especulação, não tem nenhuma estatística sobre isso. O que faltaria, parece, é o surgimento de lideranças políticas que conduzam esses grupos. Então é uma coisa relativamente natural que haja manifestações políticas da direita, que se organizem e isso é uma tendência mundial, inclusive no contexto da imprensa, no contexto de grupos informais que vão se articulando. Eu noto mais isso aqui no Brasil no caso da imprensa, de vários comentaristas que claramente assumem posições típicas de direita, o que é legítimo, politicamente legítimo. Eu até acho que é razoavelmente saudável, sobretudo se essas pessoas canalizarem sua ação para o espaço político-partidário e não para o espaço da demanda golpista, como foi esse pessoal mais folclórico que tentou reviver as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, mas que fracassaram e não deu em nada. Existe uma dimensão que é um pouco burlesca, cômica e tem uma dimensão que eu acho que é legítima. Outro dia fui em um programa da GloboNews, que é o Manhattan Connection. Dei uma entrevista sobre esses temas e a repercussão foi muito grande, nem tanto pela minha participação, mas porque um desses jornalistas que tem posições polêmicas, lidas como de direita, me perguntou qualquer coisa, aí eu respondi e depois as pessoas ficaram muito satisfeitas achando que eu havia dado uma resposta dura. Eu não via esse programa havia muitos anos, desde a época do Paulo Francis, e eu nem sabia que o jornalista era tão detestado assim, justamente porque assume publicamente essas posições. Não sei se ele é assim só para polemizar, mas ele assume tais posições que têm um viés de direita ou mais conservador, ou que confronta as posições dos grupos mais à esquerda, e me parece que é uma coisa legítima, desde que, naturalmente, não transborde para uma atitude golpista, porque aí é crime.

Entrevistador 3: Como dito, existe quem afirme que seja mesmo de direita e conservador. Porém, também há quem afirme certa neutralidade, onde não exista direita ou esquerda. Os que se posicionam dessa forma conseguem muitos adeptos, pois parecem

discursar pelo bem do povo. O discurso é sempre pelo bem do povo, do país. Mas, não tem nada de neutro, pois é nitidamente ideológico. O professor não percebe um perigo nessa posição?

Carlos Fico: Não vejo perigo nisso. É um discurso bem típico de direita negar a existência de clivagens sociais, ideológicas, doutrinárias. “Não existe direita ou esquerda”. Em geral, quem diz isso é da direita, aquilo que nós classificamos como direita. É um argumento um pouco difícil de sustentar quando você analisa as posições históricas em favor de transformações sociais. É fácil classificar as pessoas segundo essa dicotomia de direita ou esquerda. É claro que tem limitações, mas para o senso comum não é muito difícil identificar posições mais favoráveis à distribuição de renda, à justiça social e as posições mais conservadoras em relação a esses temas. Regra geral, a negação de que exista direita ou esquerda vem do discurso da direita. Ajuda, inclusive, como tipologia política.

Entrevistador 4: O professor com certeza acompanhou as polêmicas declarações que o Ronaldo Vainfas fez no Facebook acerca da imagem que a ditadura possuiria no pensamento da esquerda. Ele disse que a ditadura não foi cruel, que não foi aquilo que se tem dito por aí. Ele quis dar uma conotação um tanto de esquerda à perspectiva em relação ao passado da ditadura. Ele dizia que, enquanto estudante no Rio, não sofreu perseguição; liam Marx, faziam um monte de coisas e que nunca houve censura e que esta perspectiva negativa da ditadura é mais política do que necessariamente pesquisa acadêmica. Ele fala também de uma perspectiva esquerdizante, dos falsos perseguidos, da bolsa-ditadura, etc. E aí surge uma série de críticas a ele em função dessas declarações. Como distinguir perspectiva ideológica, política em relação ao passado de uma pesquisa acadêmica? Até que ponto é pesquisa acadêmica?

Carlos Fico: É fácil distinguir as duas coisas. Certamente essa declaração do Ronaldo não é uma pesquisa acadêmica, é uma opinião pessoal dele. O Ronaldo Vainfas é um dos grandes historiadores brasileiros e eu fico muito feliz em saber que ele não sofreu durante a ditadura militar e acho que essa foi uma declaração infeliz dele. Todos nós estamos sujeitos a dar declarações infelizes em

algum momento, é uma coisa que acontece, pode acontecer com qualquer um e para mim não desabona em nada sua trajetória de grande pesquisador, de grande historiador. E a gente deve muitas contribuições a ele. Foi apenas uma declaração muito infeliz.

Entrevistador 4: Obrigado, professor Carlos Fico, pela entrevista!

ECHOES OF A RECENT DICTATORSHIP: INTERVIEW WITH CARLOS FICO

Abstract: Carlos Fico is Professor of History of Brazil at the Federal University of Rio de Janeiro and current coordinator of CAPES history area. He has studies about the Republican Brazil's period and researches on historiography, military dictatorship, popular riots and political history of the United States during the Cold War. Maintains contact with the wider audience through texts and videos published in newspapers, social networks and on his blog called Recent Brazil.

Keywords: Brazilian military dictatorship. Everyday life. Censorship. Repression.

Notas

¹ REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

² CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2001.

RESENHAS

A Construção do “Outro”
PINTO, Alberto Oliveira. *Representações
Literárias Coloniais de Angola,
dos Angolanos e das Suas Culturas
(1924-1939)*. Lisboa: Fundação para a
Ciência e Tecnologia; Fundação Calouste
Gulbenkian, 2013.

Ermelinda Liberato*

Nesta obra, que resulta de um trabalho complexo de investigação, Alberto Oliveira Pinto desenvolve um tema peculiar e sensível, expondo inúmeras referências e acontecimentos que reforçam toda a sua investigação. O autor dispõe-se a analisar as Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das suas Culturas, no período compreendido entre 1924 e 1939, recorrendo a um extenso e consistente trabalho de pesquisa em arquivos históricos (legislação, arquivo colonial), bem como à análise de obras literárias editadas no período em questão e que passaram pelo concurso de literatura colonial¹.

O exame extremamente cuidadoso e bem fundamentado, não somente do período em análise (1924-1939) como também mais alargado – período de intensificação da política colonial portuguesa

* Doutora em Estudos Africanos no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Professora da Universidade Agostinho Neto – UAN – Angola. E-mail: ermelinda.liberato@gmail.com

(criação do 3º Império), o mapa cor-de-rosa, a Conferência de Berlim, a implantação da República Portuguesa em 1910 e a instabilidade política e económica que se viveu posteriormente, levando assim ao golpe de estado e à instalação da ditadura militar em 1926 e mais tarde, à instauração do Estado Novo – leva-nos a considerar como obra essencial e um útil instrumento não só para académicos, investigadores, professores, estudantes, como para o público em geral, quer em Angola e em Portugal, quer nos restantes países lusófonos, em particular aqueles que se localizam no continente africano.

A obra encontra-se dividida em quatro partes, cada uma delas dividida em 2 capítulos, perfazendo no total 8 capítulos. Na primeira parte – *Representações do “Outro”* – o autor disserta sobre os conceitos de cultura, identidade e memória, conceitos-chave para se perceber a “produção do outro” (PINTO, 2013, p. 69), ou seja, os pilares em que assentaram a política colonial portuguesa para os territórios africanos, no caso concreto, Angola. O autor estabelece assim a relação entre cultura e antropologia, cultura e nacionalismo e cultura e colonialismo, em torno do qual se desenrolará toda a sua investigação. Estes conceitos, utilizados para descrever e justificar a exploração do outro constituem a base em que assentou a política colonial portuguesa para os territórios africanos. A exploração do homem africano, o trabalho forçado (com destaque para o Código do Trabalho de 1928), as teorias do darwinismo social defendidas a partir da segunda metade do século XIX e que encontrou o seu expoente máximo em Oliveira Martins, a ascensão de António de Oliveira Salazar e a publicação do Ato Colonial em 1930, são apenas alguns exemplos.

A segunda parte – *Angola na escrita e na memória colonial portuguesa: a emergência do território e dos homens angolanos* – é dedicada à apresentação de Angola, ou seja, a “outra” parte da história. Para o efeito, e para melhor compreensão, o autor faz uma breve referência aos reinos aí existentes e que deram origem ao nome Angola, a definição das suas fronteiras bem como o percurso de passagem do “reino de Angola” a “Angola colonial” (p. 161) e posteriormente “província de Angola” (PINTO, 2013, p. 172). De seguida o autor disserta sobre as categorias socio-raciais em que assentou a

política colonial e que levaram à criação do “outro”, nomeadamente indígenas (os africanos), assimilados, destribalizados, mestiços, cafreizados, cafuzo, cabrito (PINTO, 2013, p. 193-241), conceitos imprescindíveis para compreensão da sociedade angolana atual.

Na parte III – *A Literatura Colonial Portuguesa: Angola e os Angolanos na Década de 1920 e as Memórias Silenciadas* – o autor estabelece a relação entre a história, sua área de especialidade, e a literatura, justificado a sua opção de trabalho e reforçando deste modo a importância da interdisciplinaridade quando se trata de produzir conhecimento, no caso presente, a “[...] literatura como modo de produção de história ou veículo de historiografia” (PINTO, 2013, p. 257). Ainda nesta terceira parte, o autor analisa duas dessas obras publicadas antes da aprovação do Ato Colonial (1930), instrumento legislativo que de certa forma serve como demarcação entre dois períodos distintos da política colonial portuguesa, nomeadamente, Ana a Kalunga. *Os Filhos do Mar*, de Hipólito Raposo (1926) e, *A Velha Magra da Ilha de Luanda: Cenas da Vida Colonial*, de Emílio de San Bruno (1929). Nestas obras, o território é descrito como se se tratasse de uma atração exótica, que é preciso desbravar, a colonização é romanceada como “missão civilizadora” que só a raça superior (branca) tem capacidade para empreender e o africano é descrito como negro, animal que deve ser domesticado. A literatura colonial funciona como mais um instrumento de propaganda colonial.

As Imagens Fabricadas dos Angolanos ou a Retórica da “Diferença Negativa” depois do Acto Colonial de 1930, constitui o ponto fulcral de análise da parte IV, onde o autor, como o próprio título indica, analisa obras publicadas depois da aprovação do Ato Colonial (1930). Alberto Oliveira Pinto inicia essa quarta parte com a apresentação de Henrique Galvão, eminente figura portuguesa da época, analisando, para o efeito, uma obra publicada antes de 1930, nomeadamente, *Em Terras de Pretos*. Crônicas de Angola, e duas obras publicadas depois dessa data: *O Velo D’Oiro* e *O Sol dos Trópicos*. De seguida, analisa outras duas obras literárias de dois autores distintos e pouco conhecidos pelo público em geral, nomeadamente, *Conquista do Sertão*, de Guilherme de Ayala Monteiro e *Princesa Negra*, de Luís Figueira. Em cada uma das obras

analisadas, o autor procura essencialmente mostrar como “[...] são vistos os africanos, concretamente os angolanos, na literatura colonial portuguesa que se segue ao Ato Colonial” (PINTO, 2013, p. 447). Na análise de cada uma das obras subjaz essencialmente a “[...] pura linha darwinista, o branco (que) é uma raça que evolui e o negro (que) é uma raça estagnada” (PINTO, 2013, p. 431), daí ser caracterizado como selvagem, primitivo, polígamo, alcoólatra, animal, bicho, preguiçoso, tribalista, supersticioso, cupido, preto, entre outras.

As mais de 600 páginas que constituem a obra levam-nos assim a uma viagem pela história de dois países, um colonizador e outro colonizado, ultrapassando mesmo essa fronteira pois, apesar de abordar em particular a construção de uma cultura ou identidade angolana na sua relação com Portugal, ela pode ser ferramenta de trabalho para moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses e mesmo brasileiros pois descortina uma época histórica para Portugal e que se liga às ex-colônias. Para o caso concreto do Brasil importa sobretudo compreender o período pós-independência daquele país e a sua relação com Angola e Portugal. A excelente descrição dos conceitos racionais como mestiço (filho de mãe preta e pai branco), indígenas, assimilados, cafuzos, cabritos, entre outros, ajudam-nos a entender ainda no presente, a sociedade angolana uma vez que a sua base socioeconómica continua assente no legado português. A obra conta ainda com um anexo rico em documentação histórica, bem como uma extensa listagem bibliográfica organizada e que pode servir de ponto de partida para os novos “aventureiros”.

Não obstante, há dois aspetos que merecem um comentário adicional. Em primeiro lugar, esperar-se-ia que o autor desenvolvesse mais este período histórico, que debatesse mais esse conceito de “angolanos e suas culturas”, isto é, quem eram os angolanos na altura, de que cultura estamos a falar e de que forma isso influi na realidade atual do que é ser angolano e da cultura angolana, aspeto que sem dúvida justificaria uma discussão mais aprofundada porque a obra, pela temática analisada e sobretudo pela metodologia de análise, interessa, obviamente, a um público muito mais vasto do

que a academia, sobretudo os luso-angolanos. Ao invés disso, disserta sobre conceitos embora importantes e apenas analisados de forma superficial, não são essenciais para compreensão do estudo, como por exemplo: o espaço greco-romano, o Islão, o etnocentrismo, as referências às *Mil e Uma Noites* e a Thomas More e a sua *Utopia*. Concordamos que enriquece a obra e alarga o nosso campo de conhecimento, mas torna-a demasiado extensa e desvia a nossa atenção do objetivo principal.

Um segundo aspeto prende-se com a análise de trabalhos escritos por autores angolanos ou luso-descendentes, não só como comparação de duas perspetivas diferentes – colonizado versus colonizador – como poderia dar-nos uma ideia não do pensamento sobre os “outros”, mas do pensamento dos “outros”. Um paralelismo com autores angolanos certamente que enriqueceria a obra pois, apesar de parte da história angolana ter que ser encontrada na história portuguesa já que Angola era vista como um “prolongamento de Portugal” (PINTO, 2013, p. 535), teria sido muito interessante constatarmos a diferença de discurso entre portugueses, brancos naturais de Angola, mestiços e africanos. Dada a carência de investigação sobre a temática em particular e sobre o período histórico no geral, teria sido uma mais-valia se o autor tivesse aprofundado um pouco mais sobre esse assunto. Fica assim aqui uma pista para dar continuidade à investigação que permita sobretudo caracterizar a cultura angolana e os angolanos.

Certamente que se trata de uma obra de mestre que enriquece a história angolana e portuguesa, e de todas as ex-colônias portuguesas no geral, abrindo novos caminhos e demonstrando o quanto ainda pode ser feito, constituindo de igual forma um eficiente incentivo para um maior intercâmbio entre pesquisadores angolanos, portugueses e luso-descendentes interessados em saber mais sobre as suas origens, bem como pesquisadores interessados em alargar as suas análises sobre os estudos coloniais e o reflexo desse período na atual sociedade quer da ex-colônia, quer da ex-metrópole.

Notas

¹ Criado em 1926 por Armando Cortesão e previsto nos artigos 50º e 64º do Ato colonial (1930), realizado anualmente pela Agência Geral das Colónias para “[...] propaganda do Império Português, progresso da cultura colonial e desenvolvimento do interesse pelos assuntos respeitantes às colónias” (PINTO, 2013, p. 396).

Referências

PINTO, Alberto Oliveira. *Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das suas Culturas (1924-1939)*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia; Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. 689 p.

Recebido em: 28/06/2016

Aprovado em: 30/09/2016

Em diálogo com as Ciências Sociais
GODINHO, Paula (Coord.). *Antropologia
e Performance: Agir, Atuar, Exibir.*
Castro Verde: 100Luz, 2014.

Eduardo Roberto Jordão Knack*

Resumo: A presente resenha procura não apenas apresentar a obra *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, Exibir*, organizada por Paula Godinho, mas explorar as possibilidades de diálogo entre a história, a antropologia e as demais ciências sociais e humanas. A obra está organizada em três partes que reúnem textos de pesquisadores de diferentes áreas, porém, centrando seus estudos sobre a performance enquanto prática cultural, em diferentes situações, contextos e espaços. Assim, objetiva-se esclarecer o conceito “performance”, observando e debatendo algumas das principais referências teóricas utilizadas pelos autores e as possibilidades que se abrem para os historiadores explorarem esse campo de estudos.

Palavras-chave: Antropologia. Performance. Ciências Sociais.

O livro organizado pela Professora Doutora em Antropologia Paula Godinho, da Universidade Nova de Lisboa/Instituto de História Contemporânea, *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, e Exibir*, publicado pela Editora 100Luz em 2014, permite, além de conhecer pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento nas ciências sociais em Portugal (tendo como tema principal a performance), estabelecer um diálogo profícuo, teórico e prático, com a pesquisa em história. Inicialmente, é importante apresentar

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Pós-Doutorando na Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

algumas considerações sobre o conceito performance e os temas desenvolvidos nos capítulos da obra.

Para Godinho,

[...] a relação entre a ação, a atuação e a encenação são o fulcro desse livro, que trata de performances, de ritos, de jogos e de quem os realiza e realizou, indagando passagens rápidas ou lentas, tempos e espaços de fronteira (GODINHO, 2014, p. 11).

Momentos que devem ser pensados com um rigor crítico que acabou se esvaindo dos estudos sobre esse tema. Eis uma primeira ponte erguida entre história e antropologia. A autora faz questão de contextualizar historicamente os sujeitos e grupos estudados, pois as práticas em foco ocorrem no presente, que “é histórico, resultado de um processo”, ou seja, não é possível estudar a performance, a ação e atuação de indivíduos e/ou grupos sem levar em consideração sua historicidade e como suas práticas vão se (re)significando ao longo do tempo.

As performances são encaradas como uma atuação que requer algum tipo de palco e uma audiência, apresentando uma dimensão espetacular, com “[...] atores e espectadores que se interlegitimam, tendendo a constituir uma forma de escrutinar o mundo cotidiano, visto como tragédia, comédia, melodrama, etc.” (GODINHO, 2014, p. 14). Essas performances estão presentes nos diferentes grupos sociais, entre “dominantes e dominados”. Ao introduzir a noção de “dialética do disfarce e da vigilância”, que permeia a relação de forças entre dois grupos, é utilizada a tipologia dos “discursos públicos”, que vão ao encontro das visões hegemônicas, que capitulam frente a seus interesses e valores, e a performance exerce papel chave na sua legitimação e dos “discursos escondidos” (SCOTT, 2013), que tem certa liberdade de ação, podendo contradizer e até ridicularizar os dominantes.

A partir dessas considerações iniciais, a obra está dividida em três partes. A primeira apresenta alguns textos que buscam delinear uma “antropologia da performance”, com o subtítulo: *Antropologia e performance(s): atuar, encenar, exibir*. O primeiro capítulo dessa primeira

parte do livro, intitulado *For years, I have dreamed of a liberated Anthropology*, de Teresa Fradique, indaga sobre a definição do conceito de performance a partir de elementos que lhe seriam próprios, como a participação, a ação e o estranhamento, que estão presentes na própria prática, no comportamento do antropólogo. Assim, emerge a defesa de uma etnografia como experiência subjetiva sem que isso venha a solapar a antropologia enquanto área das ciências sociais e humanas. Embora essas considerações resultem de uma reflexão sobre a prática de uma área vizinha, a questão da subjetividade na pesquisa em história é importante, envolvendo o papel das instituições que legitimam a própria prática, o fazer da história e a dinâmica acadêmica, a partir do estímulo à apresentação dessas pesquisas aos pares, o que envolve performance (apresentação) e audiência.

O próximo capítulo da primeira parte é *A dimensão reflexiva do corpo em ação: contributos da antropologia para o estudo da dança teatral*, de Mario José Fazenda. Além de empreender uma revisão da literatura de autores que trabalharam com o seu objeto, busca observar a dança teatral em uma perspectiva histórica, entendida como uma ação social, simbólica enquanto sistema de significações dos seres humanos que não é mero reflexo da cultura, mas uma prática cultural construída pelos corpos em movimento. O capítulo *A política do jogo dramático: marginalidade descentrada como resistência criativa (estudo de um grupo de teatro universitário)*, de Ricardo Seíça Salgado, se debruça sobre a história de um grupo teatral, o CITAC (Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra), para pensar o conceito de “jogo dramático” como propulsor de mudanças na arte e na sociedade.

No capítulo *Práticas artísticas contemporâneas: imaginação e exibição da nação*, Sónia Vespeira de Almeida relaciona os conceitos de prática artística e performance, associados a maneiras de fazer e à criatividade cultural dos grupos sociais. Sua análise volta-se para uma exposição realizada em um museu e no trabalho de dois artistas de gerações diferentes, concluindo que as práticas de arte, enquanto modos de comunicação, articulam a capacidade de significar, construir e exibir a subjetividade dos sujeitos. No último texto da primeira parte, *Metateatro da morte: as encomendadoras das almas numa aldeia da Beira Baixa*, Pedro Antunes e João Edral

centram sua análise em um ritual de culto dos mortos realizado durante a quaresma em aldeias de Portugal, onde segundo os autores, as práticas e discursos de uma religiosidade popular são indissociáveis de ações performativas e políticas.

A segunda parte do livro, *O lugar do político: memória, ação e drama social*, inicia com o capítulo *Os ataques anticlericais na I República (1910-1917): historiografia, violência e performance*, de Diogo Duarte, que estuda as ações que envolveram a danificação, destruição ou mesmo uso profano de objetos religiosos em um contexto de transformação nas relações entre Estado e Igreja em Portugal. Processo que tem início com o governo do Marquês de Pombal, mas atinge seu auge na implantação da República a 5 de outubro de 1910. Seu olhar recai sobre a performance desses atos como reveladora de intenções políticas e/ou provocadoras, e não apenas servindo a interesses superiores, muitas vezes alheios aos sujeitos que os praticaram. Em *A performance do viver clandestino*, segundo texto dessa parte do livro, Cristina Nogueira observa, durante o fascismo português, uma cultura política da clandestinidade comunista, com diferentes regras a serem cumpridas que alteravam o comportamento dos sujeitos, obrigando-os a assumir uma nova forma de ser, através da criação de um papel a ser representado, o que envolve viver em uma permanente performance.

Paula Godinho escreve o capítulo *A violência do olvido e os usos políticos do passado: lugares de memória, tempo liminar e drama social*, no qual realiza um estudo sobre três momentos onde o passado é evocado a partir da construção de placas comemorativas, rompendo silêncios e omissões por parte de grupos dominantes, como aquele em que uma placa foi colocada, em 1996, em uma aldeia de Cambedo da Raia, zona fronteiriça que sofreu com a repressão por ter abrigado fugitivos do franquismo; em 2012 um monumento foi erguido em Ourense, para lembrar as vítimas portuguesas do franquismo na Galiza; e, ainda em 2012, o descerramento de uma placa de homenagem a trabalhadores portugueses que construíram a estrada de ferro Zamora e Ourense. Ao observar essas cerimônias, conclui a autora que existe a necessidade de rememorar, comemorar, para ultrapassar o trauma deixado pelas feridas da repressão de regimes autoritários nas localidades analisadas.

Elsa Peralta também se dedica à análise de monumentos com o capítulo *O Monumento aos Combatentes: a Performance do Fim do Império no Espaço Sagrado da Nação*. Partindo da ideia de que cemitérios e cultos dos mortos constituem representações simbólicas da ordem social dos grupos envolvidos, Peralta pesquisa o Monumento aos Combatentes do Ultramar nas guerras coloniais em que o regime português se envolveu entre 1961 e 1975. Tal monumento teria sido erguido em nome da normalização da ordem social partindo de uma associação própria dos combatentes e de seu ressentimento, ao observar a opinião pública oscilar entre posições contrárias e a favor das guerras e de suas ações nesse contexto. O último capítulo da segunda parte, *Teatro de amadores em Almada: performance e espoir em tempo de Revolução*, de Dulce Simões, observa um grupo de teatro amador, o TACA (Teatro de Animação Cultural de Almada), formado por estudantes das escolas técnicas de Almada entre 1974-1976. A autora conclui que as companhias teatrais, nesse momento, aparecem como uma força representativa de opções políticos-ideológicas diferentes que emergiram com uma descentralização do teatro promovido pelo processo revolucionário. Fazer teatro era participar das transformações sociais e políticas significativas que estavam em curso em Portugal, e a performance desses sujeitos produziam significados que circulavam com força na sociedade.

A terceira e última parte do livro, *Homo Performans: entre ação e atuação*, começa com o texto de Sónia Ferreira, “*Magazine Contacto*”: *Media e Performance na Construção da Identidade Nacional*, onde a autora analisa um programa televisivo sobre comunidades portuguesas na diáspora enquanto prática performativa. O capítulo de Nuno Domingos, *Boxe e Performance: Lisboa, anos quarenta*, busca interpretar o jogo, o boxe em particular, enquanto performance histórica, percebendo as atividades desportivas como espaços de intenção normativos, em constante disputa e negociação pela própria linguagem performativa que legitima modos de agir no cotidiano. Xerardo Pereiro e Cebaldo León escrevem o capítulo *Turismo e performances culturais: uma visão antropológica do turismo indígena* onde observam como o turismo indígena guna do Panamá recria espaços sociais e culturais através de práticas

performativas, buscando analisar todos os envolvidos nesse turismo controlado, desde os gestores, até os serviços oferecidos aos sujeitos que desempenham, recriam performances ritualísticas para os turistas.

Maria Alice Samara, no capítulo *Outras cidades: as cooperativas e a resistência cultural no final do Estado Novo*, busca identificar modos de vida alternativos e sociabilidades comunitárias de grupos que lutavam contra o regime ditatorial, assim analisa algumas cooperativas culturais na grande Lisboa como a Pragma (Cooperativa de Difusão Cultural de Ação Comunitária) criada em 1964, a Devir Expansão do Livro, de 1969 e a Livrelco, do início de 1960. O último capítulo, *Vidas e performances no lúdico* de Ana Piedade, apresenta suas considerações a partir de um trabalho realizado ao longo de vários anos na localidade de Lavradio, em Portugal. A autora reflete sobre o papel da memória na reprodução do gesto lúdico e como o lúdico (entendendo o jogo como prática ritual, como performance) se constitui como memória, “culturalizando” tempos e espaços vividos na infância.

A obra demonstra com clareza que as performances não são apenas simples reflexos ou mesmo expressões de uma cultura, mas são elas mesmas agentes ativos de mudanças (TURNER, 1988, p. 24). A referência a Turner não é mero acaso, pois se trata de um dos autores citados com recorrência nos diferentes capítulos descritos acima. Juntamente com Schechner (2003), baliza as fundamentações sobre o principal conceito/tema tratado – performance. Para Schechner:

The phenomena called either/all ‘drama’, ‘theater’, ‘performance’ occur among all the world’s peoples and date back as far as historians, archeologists, and anthropologists can go (SCHECHNER, 2003, p. 66).

Em síntese, fazem parte da existência humana. Soma-se a esta contribuição de caráter geral e legitimador do estudo da performance as noções de “Drama”, “Script”, “Theater” e “Performance” (SCHECHNER, 2003, p. 71).

Drama pode ser entendido como o domínio dos autores de uma prática/produção, o script como domínio daqueles que ensinam, theater aparece como a atuação daqueles que desempenham as performances, e a performance adentra no domínio da audiência. É claro que um indivíduo pode realizar mais de uma dessas funções, mas essas definições permitem, metodologicamente, observar todo o trabalho realizado em torno de uma performance em diferentes grupos e cenários culturais, como bem demonstram os temas abordados no decorrer do livro. As próprias danças e demais atividades teatrais, as práticas artísticas levadas a cabo por grupos que visam construir/legitimar identidades nacionais, rituais populares, as encenações que envolvem inaugurações de monumentos, a movimentação dos corpos, práticas esportivas, enfim, uma variedade de atividades desempenhadas em público podem ser pensadas, analisadas a partir das contribuições de Schechner.

Turner (1988, p. 25) contribui com a autonomização da noção de “liminality”, que caracteriza a fronteira de um ritual, de uma performance, “[...] entre um *antes* (de que nos desfazemos, purificando-nos) e um *depois*, em que nos reagregamos” (GODINHO, 2014, p. 12). A liminaridade constitui, portanto, uma espécie de ápice das práticas performativas, permitindo observar como elas mudam os sujeitos e/ou grupos que participam, seja como atores ou como audiência. Outro autor que está presente nas discussões no transcorrer da obra é James C. Scott (2013) e a formulação dos conceitos “discurso público” e “discurso oculto”. Os discursos públicos designam “[...] as relações explícitas entre os subordinados e os detentores do poder”, e o discurso oculto é aquele que ocorre nos bastidores, “[...] fora do campo de observação directa dos detentores do poder” (SCOTT, 2013, p. 28, p. 31).

Dentre os diálogos possíveis com a história que a obra *Antropologia e Performance* pode trazer, sua aproximação fundamental está na própria base da pesquisa. A crítica das fontes, dos documentos produzidos por sujeitos e grupos no passado, pode ser concebida, em muitos casos, como uma prática performativa, as próprias fontes, muitas vezes, são produzidas em virtude de práticas culturais, ritualísticas e performáticas. A sociedade política é permeada de

ritualizações que envolvem produções documentais. A imprensa, seja escrita, falada ou televisionada, também é marcada por essa dimensão performativa. Assim, levar em consideração as diversas performances envolvidas na produção de documentos analisados pelos historiadores pode revelar traços importantes dos modos de ser, agir e pensar de determinados grupos. A própria performance é carregada de uma historicidade particular, o que abre outro diálogo possível com a antropologia.

Pesquisar a historicidade das práticas performativas pode revelar mudanças profundas não apenas nos rituais, festividades, jogos, etc., mas transformações importantes pelas quais as sociedades passaram, alterando, ou estruturando, o cotidiano vivido dos indivíduos. Também é importante pensar nas relações de poder que envolvem as performances, pois se há um “drama”, um “script”, agentes que organizam, desempenham e muitas vezes se apropriam dessas práticas, há uma audiência, que não permanece imobilizada, mas também se envolve, e em certas ocasiões passando à condição de organizadores, em um processo dinâmico de (re)construção das práticas performáticas. A noção de discurso público e discurso oculto também abre portas para os historiadores, que devem buscar mais do que a produção de uma massa documental e de um investimento material e simbólico em representações de grupos que figuram como elites em determinado contexto. Mas há, mesmo entre as elites, discursos ocultos que ocorrem fora do palco (o mesmo ocorre com os grupos subalternos) que podem ser percebidos ao se aproximar o olhar para as performances, especialmente em seus momentos liminares. Dessa forma, a leitura da obra proporciona um diálogo profícuo entre historiadores, antropólogos e demais pesquisadores das ciências sociais, abrindo horizontes e possibilidades de estudos interdisciplinares.

**DIALOGUING WITH SOCIAL SCIENCE: GODINHO, PAULA (COORD.).
ANTROPOLOGIA E PERFORMANCE: AGIR, ATUAR, EXIBIR.
CASTRO VERDE: 100LUZ, 2014.**

Abstract: This review aims to present the book *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, Exibir*, organised by Paula Godinho, and yet, to point out the possibilities of developing a dialogue amongst history, anthropology, and other fields of social sciences. This volume, divided in three parts, gathers texts of researchers that, despite being from different areas, focus their studies upon the performance, seen as a cultural practice in different situations, contexts and spaces. Therefore, the concept of “performance” – based upon the theoretical discussions in this book – is going to be analyzed in order to provide even more opportunities for historians in this field of study.

Keywords: Anthropology. Performance. Social Science.

Referências

GODINHO, Paula (Coord.). *Antropologia e Performance: Agir, Atuar, Exibir*. Castro Verde: 100Luz, 2014.

SCHECHNER, Richard. *Performance Theory*. London: Routledge, 2003.

SCOTT, James C. *A dominação e arte da resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

TURNER, Victor. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publications, 1988.

Recebido em: 09/12/2015

Aprovado em: 10/06/2016

Imaginar o futuro em um mundo
globalizante: paisagens transnacionais
dos discursos do modernismo
e das políticas da memória
HUYSEN, Andreas. *Culturas do
passado-presente: modernismos, artes
visuais, políticas da memória*. Trad.
Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro:
Contraponto; Museu de Arte
do Rio, 2014.

Diego Finder Machado*

Como imaginar futuros em um mundo cada vez menos confiante em relação às promessas de progresso de uma época anterior? As sociedades contemporâneas do Ocidente, em contraste com outras sociedades, têm manifestado um renovado interesse pelo passado e pelos seus vestígios. Frente ao que podemos considerar uma “crise de futuro”, o presente vem ocupando uma posição dominante em nossas experiências de tempo. Contudo, trata-se de um presente que procura, insistentemente, enraizar-se em um passado apropriado às suas ansiedades, em uma tentativa de barrar a efemeridade dos nossos dias. Neste contexto, ainda é possível imaginar futuros alternativos que não sejam apenas o futuro da memória?

* Doutorando em História na História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

O crítico literário alemão Andreas Huyssen, em seu último livro traduzido para o português, a coletânea de ensaios intitulada *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*, aproxima duas temáticas centrais em suas pesquisas: as consequências do modernismo na obra de alguns artistas contemporâneos e as políticas da memória, do esquecimento e dos direitos humanos. Estabelecendo trânsitos pelas fronteiras que demarcam essas temáticas, a afinidade entre os diferentes capítulos do livro é construída em torno da problematização da memória em contextos transnacionais. Para o autor:

A afirmação mais geral deste livro é que tanto o discurso do modernismo quanto a política da memória se globalizaram, mas sem criar um modernismo global único ou uma cultura global da memória e dos direitos humanos (HUYSEN, 2014, p. 12-13).

Para além das experiências históricas da Alemanha e dos Estados Unidos, que lhes são mais familiares, buscou interpretar conexões transnacionais que ultrapassam as geografias do Atlântico Norte, aproximando-se de geografias alternativas das paisagens de memórias traumáticas e de experimentações estéticas modernistas na América Latina, Ásia e África.

Diante da evidência contemporânea de um declínio do debate sobre o “pós-modernismo”, o autor chama atenção para o retorno dos discursos sobre a modernidade e o modernismo na arquitetura e nos estudos urbanos, assim como na literatura, nas artes plásticas, na música, nos estudos midiáticos, na antropologia e nos estudos pós-coloniais. Para ele, aquele debate foi “uma tentativa norte-americana de reivindicar a liderança cultural”, a partir dos anos de 1920, por isso marcado por um “provincianismo geográfico” (HUYSEN, 2014, p. 11).

A primeira parte da obra é dedicada a interpretar geografias alternativas do modernismo em um mundo globalizante, colocando em discussão as maneiras como a cultura metropolitana de um modernismo clássico foi traduzida e apropriada criativamente em países colonizados e pós-coloniais na Ásia, África e América Latina,

antes e após a Segunda Guerra Mundial. Um diálogo crítico com alguns artistas e seus experimentos estéticos é tramado: o argentino Guillermo Kuitca e seus experimentos cartográficos como um pintor do espaço; o sul-africano William Ketrige e a indiana Nalini Malani e os seus teatros de sombras como arte memorial; o vietnamita Pipo Nguyem-duy e sua série de fotografias de ruínas ecológicas da modernidade; e a colombiana Doris Salcedo com sua instalação artística que convida à reflexão sobre as continuidades entre colonialismo, racismo e imigração. Não deixa de lado outros artistas de diferentes nacionalidades, fazendo-nos compreender que a geografia do debate deve focar como o modernismo, nas artes visuais, é reiterado e reinterpretado.

Inspirado no antropólogo indiano Arjun Appadurai (2004), Huyssen procura analisar como a modernidade e o modernismo foram disseminados por fluxos culturais complexos que aproximaram as ideias de local e global em constante negociação. Para ele, é preciso escapar da crença inocente em uma cultura local autêntica que deveria ser preservada dos encantos homogeneizantes da globalização. Como afirma, “[...] o binário global-local é tão homogeneizante quanto a suposta homogeneização cultural do global à qual se opõe” (HUYSEN, 2014, p. 23). Esse olhar dualista, atado ao local, impede a compreensão transnacional das práticas culturais e o reconhecimento dos fluxos desiguais de traduções, transmissões e apropriações locais de um “modernismo sem entraves”.

Outra questão apontada é a necessidade de retomar, sob novos ângulos, o modelo superior e inferior pelo qual o espaço cultural do início do século XX foi hierarquicamente clivado entre cultura de elite e cultura de massa. Segundo o autor, este modelo, prematuramente descartado nos estudos norte-americanos sobre o pós-modernismo, ainda pode servir como paradigma para analisar modernismos alternativos e culturas globalizantes que assumiram formas distintas em diferentes momentos históricos. A reinscrição desta problemática nas discussões da modernidade cultural em contextos transnacionais pode estimular novos tipos de comparação que vão além das dicotomias clichês – tais como global *versus* local, colonial *versus* pós-colonial, moderno *versus* pós-moderno ou centro *versus* periferia –, recolocando em debate hierarquias e

estratificações sociais que atravessam as culturas de acordo com as circunstâncias e as histórias locais. Além disto, repensar a relação superior-inferior hoje nos remete aos debates sobre os novos vínculos entre estética e política, bem como entre experiência e história.

A segunda parte do livro é dedicada à problematização das políticas de memória, de esquecimento e de direitos humanos na contemporaneidade, retomando, sob novos matizes, questões já apresentadas ao público brasileiro em *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia* (HUYSEN, 2000). Antes, como um entremeio que estabelece conexões entre modernismos e culturas de memória, Huyssen lança um debate instigante que se desloca entre a nostalgia contemporâneas das ruínas e as memórias traumáticas dos escombros da modernidade. Esta diferenciação entre ruína e escombros, que faz eco aos escritos do filósofo alemão Walter Benjamin (2012), nos convida a pensar sobre às diferentes maneiras como, em um presente globalizado, olhamos para a decadência dos vestígios do passado. Por um lado, há um olhar nostálgico que se aproxima do encantamento pitoresco dos românticos pelas ruínas, uma utopia às avessas que demonstra a saudade de um outro lugar localizado no passado. Segundo o autor, “[...] essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior, que ainda não havia perdido o poder de imaginar outros futuros” (HUYSEN, 2014, p. 91). Por outro, a nossa contemporaneidade se depara cotidianamente com os escombros de uma modernidade cruel, marcada por atrocidades que soterraram os futuros sonhados pelos vencidos da história. Como lembra, os bombardeios nunca pretenderam produzir ruínas, mas escombros. Porém, em uma época seduzida pelo passado, tais escombros, muitas vezes, acabam estetizados enquanto ruínas, alimentando um mercado da memória como entretenimento que banaliza e envolve em sentimentos nostálgicos as marcas presentes de um passado traumático. Este imaginário das ruínas é, como destaca o autor:

Central para qualquer teoria da modernidade que queira ser mais que o triunfalismo do progresso e da democratização, ou a saudade de um poder passado de grandiosidade (HUYSEN, 2014, p. 99).

Para além de um otimismo cego, podemos nos defrontar com o lado obscuro e destrutivo da modernidade visível nas ruínas, os desastres do passado que continuam a assombrar a nossa imaginação.

Estabelecendo um diálogo crítico com os estudos consagrados sobre a memória, especialmente com a obra dos franceses Maurice Halbwachs (2006) e Pierre Nora (1993), Huyssen destaca que tais estudos inseriram a memória primordialmente em contextos nacionais, bem como procuraram demarcar uma fronteira que colocava em lados opostos a história e a memória. Atualmente, o divisor história/memória tem sido superado, reconhecendo a interdependência entre as maneiras de narrar o passado. Além do mais, tais estudos se mostram insuficientes em um momento no qual os discursos sobre a memória e a análise das histórias traumáticas tornaram-se transnacionais.

É preciso, segundo o autor, abandonar o conceito de memória coletiva, tal como uma memória mais ou menos estável de um grupo ou uma nação como ideal, em busca de memórias conflituosas. Para ele, “[...] a memória é sempre o passado presente, o passado comemorado e produzido no presente, que inclui, de forma invariável, pontos cegos e de evasão” (HUYSEN, 2014, p. 181). A memória “nunca é neutra” e “[...] está sempre sujeita a interesses e usos funcionais específicos” (HUYSEN, 2014, p. 181). Neste sentido, para além do conflito entre memórias coletivas e memórias individuais, ou entre memória e historiografia, seria importante analisar “[...] os conflitos entre campos de memórias rivais que tentam eliminar ou, pelo menos bloquear um ao outro” (HUYSEN, 2014, p. 182). Esta virada teórica e metodológica faria com que atentássemos às batalhas entre passados, travadas não apenas em contextos nacionais, como também em contextos transnacionais. Portanto, pensar em políticas da memória em um mundo globalizante está para além da circunscrição do que seria uma “memória cosmopolita”. É preciso compreender as assimetrias e competições travadas nas trajetórias transnacionais da memória.

Em um mundo obcecado pela memória, o esquecimento, o duplo inevitável da memória, é malvisto, considerado uma falha ou uma deficiência que deveríamos combater. Mesmo em excesso, a memória é positivada, visto ser considerada fundamental para

a coesão social e como alicerce para identidades. Neste contexto, pouco se refletiu a respeito da importância de uma política do esquecimento que, para além do “dever da memória”, pusesse em pauta uma ética do esquecimento.

Em diálogo com o pensamento do filósofo francês Paul Ricœur (2007), Huyssen busca interpretar situações em que uma política de esquecimento foi importante na construção de um discurso politicamente desejável e de uma esfera pública democrática: o esquecimento das mortes causadas pela guerrilha urbana na Argentina em prol de um consenso nacional em torno da figura vitimada do desaparecido e o esquecimento dos bombardeios de cidades alemãs durante a Segunda Guerra Mundial para o pleno reconhecimento do horror do Holocausto. Em ambos os exemplos, uma forma de esquecimento foi necessária para atender reivindicações culturais, jurídicas e simbólicas em consonância com as políticas nacionais de memória.

Ao propor a discussão sobre uma ética do esquecimento público, o autor se aventura em um tema difícil que, sem dúvida, consiste no ponto mais audacioso e inovador da obra. No entanto, apesar de insistir no caráter residual de como o tema aparece nos escritos de autores que, como Paul Ricœur, privilegiaram o estudo da memória, não deixa muito clara uma proposta original para refletir sobre o que considera um “esquecimento voluntário”, um tipo de esquecimento que exigiria esforço e trabalho. Mesmo ao complexificar a questão, situando as estratégias de esquecimento num campo de termos e fenômenos tais como “[...] silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão” (HUYSEN, 2014, p. 158), acaba não esclarecendo as diferenças entre estas estratégias. Afinal, é possível dizer que algo silenciado ou reprimido foi de fato esquecido? Talvez, uma atenção maior às sutilezas de cada um destes termos poderia nos mostrar níveis intermediários entre a memória e o esquecimento, tal como já há alguns anos propôs Michael Pollak (1989) ao problematizar o silêncio não como uma forma de esquecimento, mas como uma “memória subterrânea” que, em disputas de memórias, resiste aos excessos das memórias oficiais.

A emergência à esfera pública de memórias traumáticas em busca pela reparação de injustiças cometidas no passado, coloca em

questão as aproximações entre as políticas de memória e as políticas de direitos humanos. Na contemporaneidade, há uma sobredeterminação entre estes discursos. Contudo, como destaca o autor, não é raro que os debates sobre os direitos humanos permaneçam separados dos debates sobre a memória, sendo o discurso da memória dominante nas humanidades e o discurso dos direitos humanos nas ciências sociais. Se faz necessária a ligação dos estudos da memória aos direitos e à justiça, não somente em termos teóricos e discursivos, mas também em termos práticos. Por um lado, as políticas de memória precisam de uma dimensão normativa jurídica, que lhe dê sustentação na reivindicação de direitos de indivíduos e grupos. Por outro, os discursos sobre os direitos humanos, alimentados pelas memórias de violações de direitos, deixariam de pautar-se apenas em princípios abstratos, levando em consideração os contextos históricos, políticos e culturais. Entretanto, como afirma o autor, tal aproximação não é isenta de riscos, pois “[...] tanto o discurso dos direitos quanto o da memória são alvos fáceis de abuso, como véu político para encobrir interesses particulares” (HUYSEN, 2014, p. 201).

Um campo onde as aproximações entre direitos humanos e memórias têm emergido de maneira mais intensa é o campo das reivindicações pelos direitos culturais de populações indígenas ou descendentes de escravizados na América Latina, no Canadá e na Austrália, bem como os direitos civis e sociais nas novas formas de imigração e diáspora. Essa dimensão dos direitos humanos:

Reivindica os direitos de grupos culturais dentro de nações soberanas, mas entra em conflito com a ideia tradicional dos direitos humanos como direitos dos indivíduos, e também com um entendimento homogêneo da nacionalidade (HUYSEN, 2014, p. 206).

O movimento pelos direitos culturais, movimento que desestabiliza as ideias de identidade nacional, tem dado ênfase na diversidade cultural em um mundo cada vez mais interligado, aderindo, fundamentalmente, à política de identidade grupal. Neste debate, as ideias de global e local entram em conflito, em reações contra a globalização e a temível possibilidade de uma homogeneização

cultural. Novamente o autor traz à tona uma crítica a concepções que imaginam uma suposta autenticidade intocada das culturas locais, o que gera conflitos quando grupos culturais diferentes entram em contato. Para além de uma compensação identitária, “[...] os direitos culturais devem preservar a prerrogativa de que o indivíduo nascido numa dada cultura possa deixá-la e escolher outra” (HUYSEN, 2014, p. 209).

Embora não circunscrita no interior dos limites do campo da História, a obra de Andreas Huyssen tem sido fundamental para pensar a prática historiadora, especialmente em relação à História do Tempo Presente. As análises elaboradas pelo autor nos convidam a pensar, a partir da problematização das políticas da memória e dos modernismos em um mundo globalizante, as imbricações entre temporalidades e espacialidades no presente vivido. Como um crítico da cultura, este autor propõe uma reflexão sobre as maneiras como no presente se articulam passado e futuro, global e local, alertando para a importância da imaginação de futuros alternativos. Não se trata da nostalgia de uma crença inocente nas promessas de progresso atualmente desacreditadas, mas uma incitação a pensarmos sobre as maneiras como futuros possíveis, desamarrados de um peso asfixiante do passado, foram e continuam sendo imaginados.

A experiência histórica brasileira, embora brevemente mencionada em alguns dos seus ensaios, praticamente está ausente da cartografia de geografias alternativas analisada e interpretada pelo autor. O Brasil, ao contrário da Argentina, não é, nesta obra, um território privilegiado na compreensão das políticas de memória e dos modernismos na América Latina. Apesar disso, a historiografia brasileira da última década tem se valido de conceitos e teorias mobilizadas pelo autor em seus trabalhos, especialmente a noção de “cultura da memória”. Em diálogo com autores do campo da História, como Reinhart Koselleck (2006) e François Hartog (2013), a obra de Andreas Huyssen tem sido apropriada pelos historiadores interessados em pensar o tempo não apenas como um instrumento taxionômico, pelo qual os acontecimentos de um passado são medidos e circunscritos, mas o tempo como algo vivido e experimentado em sociedade. Na atualidade de nosso país, experiências diversas de tempo são friccionadas, colocando lado a lado, por

exemplo, os traumas do período da nossa ditadura civil-militar e as lutas pelo reconhecimento de direitos culturais negados a minorias. Neste sentido, a leitura de *Culturas do passado-presente* pode ser um interessante convite a novos olhares para a nossa própria história, a um olhar crítico para um tempo presente demasiadamente encantado pelo passado e temeroso por um porvir que se mostra pouco promissor.

Referências

- APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v. 1).
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. (Coleção ArteFísil).
- _____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

Recebido em: 05/12/2015

Aprovado em: 10/05/2016

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A *Revista Anos 90* aceita artigos inéditos de Doutores em História e em áreas afins (desde que os artigos sejam de grande relevância para a área da História) e outros gêneros, como resenhas de livros, entrevistas e discussões historiográficas da atualidade.
2. A *Revista Anos 90* foi publicada em versão impressa (ISSN 0104-236X) entre os anos de 1993 e 2014 e, atualmente, é publicada somente em versão eletrônica (E-ISSN 1983-201X). O envio de artigos para a revista implica a autorização para sua publicação.
3. O material para publicação, redigido em português ou espanhol, deve incluir um resumo em português (ou *resúmen*, em espanhol) de até 15 linhas e uma versão do mesmo em inglês (*abstract*), bem como uma lista de até cinco palavras-chave com sua versão para o inglês (*keywords*). O título do artigo também deverá ser vertido para o inglês.
4. Os textos para publicação devem ter entre 21 mil e 45 mil caracteres (aproximadamente 15-25 páginas), parágrafo justificado, espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12. As citações diretas com mais de 3 linhas devem estar em parágrafo separado, justificado, fonte Times New Roman, tamanho 11. As notas devem ser numeradas sequencialmente, no final do texto, em números arábicos,

fonte Times New Roman, tamanho 10. As notas devem ser sucintas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto, conforme o seguinte modelo: (FREITAS, 2002, p. 32). Somente a bibliografia citada deverá ser relacionada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome, conforme a padronização da ABNT. As resenhas não poderão ultrapassar 6 páginas, com as mesmas características dos artigos.

5. Todos os trabalhos serão apreciados pela Comissão Editorial da Revista e, caso estejam nas normas, serão submetidos à avaliação cega por pares, sendo que os autores serão informados se o artigo for aceito, recusado ou aceito com alterações. A Comissão Editorial decidirá sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
6. Para submeter seus originais, os autores deverão acessar o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) da UFRGS no *website* <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90>. Em caso de dificuldades na operação do sistema, deve contatar o editor, através do endereço eletrônico: anos90@ufrgs.br
7. Os artigos devem ser submetidos sem indicação de autoria. Os dados do autor devem ser colocados como “documento suplementar” e conter o nome do autor, os dados sobre a instituição a qual está vinculado, a titulação acadêmica, o endereço eletrônico e o endereço para correspondência no sistema SEER.

ANOS 90

Política Editorial

A *Anos 90* é um periódico acadêmico avaliado no Qualis/CAPES como A2 para a área de História. São publicados, atualmente, dois números por ano. Todos os artigos recebidos na plataforma SEER são apreciados pela comissão editorial e, após decisão para a avaliação, são encaminhados anonimamente a dois pareceristas especialistas na área do texto. Quando há acordo entre os dois pareceres para a publicação ou para a não publicação, a avaliação é encerrada. Os textos aprovados seguem para agendamento, edição e publicação. Os textos reprovados são arquivados. Quando há divergências entre os dois pareceres, o texto é enviado a um terceiro especialista que tem como responsabilidade decidir pela publicação ou não do artigo. Esse mesmo procedimento acontece com as resenhas e entrevistas.

Prima-se pela publicação de um dossiê temático a cada número, organizado por um membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Além disso, são publicados artigos avulsos e resenhas aprovadas em fluxo contínuo.

Nesta obra foram utilizadas as fontes Garamond,
Franklin Gothic Book, Arial e Amerika Sans.



Editoração:

Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs